UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

Mario Antunes Marino

Os dispositivos de segurança do neoliberalismo em Michel Foucault

São Paulo, 2018

Mario Antunes Marino

Os dispositivos de segurança do neoliberalismo em Michel Foucault

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Filosofia sob a orientação da prof^a Dr^a Silvana de Souza Ramos.

São Paulo, 2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

M339d Marino, Mario Antunes Marino
Os dispositivos de segurança do neoliberalismo em
Michel Foucault / Mario Antunes Marino Marino ;
orientadora Silvana de Souza Ramos Ramos. - São
Paulo, 2018.
202 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo. Departamento de Filosofia. Área de
concentração: Filosofia.

1. FOUCAULT, Michel (1926-1984). 2.
neoliberalismo. 3. dispositivos de segurança. 4.
governamentalidade e governo. 5. biopolítica. I.
Ramos, Silvana de Souza Ramos, orient. II. Título.

Folha de Avaliação

Nome: MARINO, Mario Antunes

Título: Os dispositivos de segurança do neoliberalismo em Michel Foucault

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Filosofia do Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Banca Examinadora

Prof. Dr. **Márcio Alves da Fonseca**

Instituição: **Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**

Julgamento: _____

Profa. Dra. **Monica Loyola Stival**

Instituição: **Universidade Federal de São Carlos**

Julgamento: _____

Prof. Dr. **Vladimir Pinheiro Safatle**

Instituição: **Universidade de São Paulo**

Julgamento: _____

Para Stela

Agradecimentos

Apreendi a noção de crítica com meu pai. Ainda criança, eu tentava em vão desmontar um brinquedo. Desisti e lhe disse: “pai, esse não desmonta”. Ele respondeu: “como não? As coisas não nasceram aí onde estão. Tudo desmonta”.

Já adulto, caiu em minhas mãos um livro, um *Convite à filosofia*, de Marilena Chaui. Como tantos de nós, aceitei o convite e prossegui. Gostaria agora de agradecer à professora Marilena.

Agradeço aos meus colegas do Grupo de Pesquisa Foucault da USP, especialmente, Dioclézio, Felipe, Juliano, Lara, Lucas e Maria Luiza. Aos demais colegas que leram e comentaram partes deste trabalho. Ao grupo de orientandos do professor Homero Santiago e da professora Marilena, onde pude apresentar meus primeiros comentários sobre Michel Foucault. Agradeço ao Grupo de Pesquisa Michel Foucault da PUC-SP por haver-me acolhido, especialmente ao professor Márcio Alves da Fonseca, com quem tive as primeiras lições sobre Foucault. Ao meu improvável e divertido grupo de alunos, Diego, Lê, Rodrigo e Jairo, por assistirem as minhas precárias aulas de filosofia. Às funcionárias da Secretaria do Departamento de Filosofia da USP, pela ajuda inestimável. À minha orientadora, Silvana de Souza Ramos, pela confiança que depositou em meu projeto e pela atenção, rigor e sensibilidade durante a orientação acadêmica.

Esta pesquisa ainda contou com o apoio do CNPq.

Resumo

MARINO, Mario A. Os dispositivos de segurança do neoliberalismo em Michel Foucault. 2018 188f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

A razão teria uma vocação totalitária? Foucault afirmou que uma das tarefas das Luzes era multiplicar os poderes políticos da razão e do conhecimento técnico e que desde o desenvolvimento do Estado moderno no século XIX o pensamento ocidental não cessou de criticar o papel da racionalidade das estruturas políticas, apontando seu crescente poder e seus consequentes excessos. Nas sociedades modernas, tal racionalidade caracteriza-se pelo fortalecimento do poder estatal aliado à biopolítica, ou seja, a gestão calculada dos indivíduos por meio de técnicas específicas de individuação e de normalização, dirigidas a cada um e ao conjunto dos cidadãos. A segurança é o instrumento técnico central da racionalidade política liberal e neoliberal. Sua análise por Foucault trouxe duas consequências importantes para a filosofia política: primeira, a concepção do indivíduo originariamente dotado de capacidades e direitos é criticada, pois trata-se de mostrar como o sujeito político é, em larga medida, “fabricado” por essas técnicas e dispositivos. Em seguida, à noção do poder soberano como unidade fundamental baseada na lei e no contrato Foucault contrapõe a descrição de múltiplos processos de subordinação e dominação dos governados. O objetivo da dissertação é estudar os dispositivos de segurança em Foucault, pois, na atualidade, mais e mais os Estados se valem da gestão securitária como instrumento de governo. Trata-se de compreender como a ação da normalização da segurança influencia o modo como os indivíduos transformam-se em sujeitos. Nesse percurso, apontaremos os desafios que a gestão securitária do poder político impõe às concepções tradicionais de soberania, de Estado e de sujeito político.

Palavras-chave: Foucault, neoliberalismo, dispositivos de segurança, governamentalidade, biopolítica, filosofia política.

ABSTRACT

MARINO, Mario A. Neoliberal security dispositifs in Michel Foucault. 2018. 188f. Thesis (Master Degree) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Filosofia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Would reason have a totalitarian vocation? Foucault asserted that one of the tasks of the Enlightenment was to multiply the political powers of reason and technical knowledge and that since the development of the modern state in the nineteenth century Western thought has not ceased to criticize the role of rationality of political structures, pointing to its growing power and their consequent excesses. In modern societies, such rationality is characterized by the strengthening of state power allied to biopolitics, that is, the calculated management of individuals through specific techniques of individuation and normalization, addressed to each and to all citizens. Security is the central technical instrument of liberal and neoliberal political rationality. Foucault's analysis has brought two important consequences to political philosophy: first, the conception of the individual originally endowed with capabilities and rights is criticized, since it is a question of showing how the political subject is to a large extent "fabricated" by these techniques and devices. Second, against the notion of sovereign power as a fundamental unit based on law and contract Foucault proposes the description of multiple processes of subordination and domination of the governed. The purpose of the dissertation is to study the security mechanisms in Foucault's *oeuvre*, since, at present, more and more States use security management as an instrument of government. Our goal is to understanding how the normalization of security influences the way individuals become subjects. We will point out the challenges that the security management of political power imposes on the traditional conceptions of sovereignty, state and political subject.

Key-words: Foucault, neoliberalism, security mechanisms, governmentality, Biopolitics, political philosophy.

Sumário

ABREVIACÕES.....	12
INTRODUÇÃO.....	14
1 A ATUALIDADE POLÍTICA DE FOUCAULT E A CRÍTICA DO LIBERALISMO	24
1.1 O MAIO DE 1968.....	26
1.2 AS LUTAS E A REVOLUÇÃO.....	29
1.2.1 <i>A revolução e o presente</i>	31
1.2.2 <i>O Estado e as racionalidades de governo</i>	35
1.3 A FOBIA DO ESTADO E O PACTO DE SEGURANÇA.....	40
2 SOBERANIA, SEGURANÇA E LIBERALISMO	47
2.1 SOBERANIA, DISCIPLINA E BIOPODER	51
2.1.1 <i>Biopoder e população</i>	60
2.2 GOVERNAMENTALIDADE.....	66
2.3 GOVERNAMENTALIZAÇÃO E NASCIMENTO DO LIBERALISMO.....	71
2.3.1 <i>Razão de Estado</i>	73
2.4 ECONOMIA POLÍTICA.....	78
2.4.1 <i>O princípio limitativo liberal e a arte liberal de governar</i>	85
2.5 MECANISMOS DE SEGURANÇA.....	91
2.5.1 <i>Espaços de segurança</i>	94
2.5.2 <i>Tratamento do aleatório</i>	99
2.5.3 <i>Normalização da segurança</i>	107
2.6 A GESTÃO LIBERAL DAS LIBERDADES.....	115
2.7 CONCLUSÃO	121
3 NEOLIBERALISMO E SEGURANÇA.....	123
3.1 INTRODUÇÃO: A CRISE DA GOVERNAMENTALIDADE LIBERAL	123
3.1.1 <i>Soberania e o liberalismo intervencionista</i>	127
3.2 O ORDOLIBERALISMO COMO A POSSIBILIDADE DE UMA GOVERNAMENTALIDADE NEOLIBERAL.....	132
3.2.1 <i>A reforma do Estado pelo modelo da concorrência</i>	137
3.2.2 <i>A refundação da soberania pela economia</i>	138
3.2.3 <i>O Estado de direito</i>	140
3.2.4 <i>A organização da sociedade a partir da concorrência e o modelo empresa</i>	144
3.2.5 <i>A intervenção governamental</i>	147
3.3 O ESTADO DE DIREITO DE HAYEK COMO CRÍTICA DO ORDOLIBERALISMO.....	149
3.3.1 <i>Hayek e a pureza do Estado de direito</i>	151
3.3.2 <i>A ordem do mercado é “espontânea”</i>	153
3.3.3 <i>A “esfera garantida de liberdade” e o direito individual</i>	155
3.3.4 <i>O domínio legítimo da intervenção governamental</i>	157
3.3.5 <i>Antes Estado forte do que democracia</i>	160
3.4 O NEOLIBERALISMO AMERICANO: A ECONOMIA POLÍTICA NEOLIBERAL.....	161
3.4.1 <i>A teoria do capital humano</i>	166

3.4.2	<i>A análise neoliberal da criminalidade e da justiça penal</i>	<i>170</i>
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	175
4.1	NEOLIBERALISMO E SUBJETIVAÇÃO	178
4.2	DO GOVERNO SOCIAL AO ESTADO DE SEGURANÇA	184
4.3	UM GOVERNO PARA O GOVERNO DE SI?.....	189
	BIBLIOGRAFIA.....	196

Abreviações

As Palavras e as coisas	PC
Dits et écrits volume I	DE I
Dits et écrits volume II	DE II
Du gouvernement des vivants	GV
Em defesa da sociedade	DS
“Il faut défendre la société”	IDS
História da sexualidade I	HS I
Nascimento da biopolítica	NB
Segurança, território, população	STP

A tradução das citações de *Dits et écrits* e dos demais textos em língua estrangeira, conforme indicado na bibliografia, é de minha autoria.

No caso de *Dits et écrits* I e II, as citações são feitas da seguinte forma: nome do texto, volume, número do texto e paginação. Por exemplo: “La vérité et les formes juridiques”. DE I, nº 139, p. 1407. Quando consideramos relevante, apontamos também a data de publicação do texto entre colchetes. Por exemplo: “Non au sexe roi” [1977]. DE II, nº 200, p. 267.

Introdução

A razão teria uma vocação totalitária? Foucault afirmou que uma das tarefas das Luzes era multiplicar os poderes políticos da razão e do conhecimento técnico e que desde o desenvolvimento do Estado moderno no século XIX o pensamento ocidental não cessou de criticar o papel da racionalidade das estruturas políticas, apontando seu crescente poder e seus consequentes excessos. Porém, em mais de uma ocasião¹, ele afirmou que a crítica da razão não consiste em conduzi-la ao tribunal, pois não é uma questão de culpabilidade ou inocência, nem de arbitrar entre racionalismo e irracionalismo, tampouco de falar de uma única razão, mas sim de processos múltiplos. Se o vínculo entre a racionalização e os abusos do poder político é evidente, deve-se opor-lhe um modo de pensar igualmente político. Por este motivo, é tarefa da filosofia apontar os múltiplos processos de racionalização política que, desde antes das Luzes, produziram tanto a burocracia e os campos de concentração quanto as tecnologias políticas liberais no Ocidente. Essa é a tarefa da crítica da razão política:

desde Kant, o papel da filosofia tornou-se o de impedir a razão de ultrapassar os limites do que é dado na experiência; mas, a partir dessa época, ou seja, com o desenvolvimento dos Estados modernos, [...] o papel da filosofia tornou-se também o de vigiar os abusos de poder da racionalidade política.²

Se a filosofia deve desempenhar esse papel de contrapoder permanente, ela deve fazê-lo apontando os mecanismos de poder e desvendando as diferentes racionalidades às quais eles obedecem.

A genealogia do Estado moderno em Foucault apresenta o conceito de “governo” ou “governamentalidade” como uma direção de pesquisa para sua análise histórica das modalidades de comando político no Ocidente. Sua pesquisa identificou o surgimento a partir do século XVIII de uma nova forma de relações de poder político, diferente do sistema legal do Estado soberano. Um “biopoder” ou “biopolítica”, que consiste em duas modalidades primárias: o disciplinamento do corpo individual e o controle regulatório

¹ Cf. “Foucault étudie la raison d’État”. DE II, n° 272, p. 803. “Le sujet et le pouvoir”. DE II, n° 306, p. 1044. Como veremos no capítulo 2, para Foucault trata-se de analisar racionalidades específicas que organizam a ordem prática.

² “*“Omnes et singulatim”: vers une critique de la raison politique*”. DE II, n° 291, pp. 953-4.

da população. Foucault chama esta última de “tecnologia de segurança”. O governo político da população por meio da segurança aparece como uma forma de racionalizar o *governo dos homens* no exercício da soberania política. A biopolítica aparece como maneira de racionalizar os problemas postos ao governo pelos fenômenos próprios da população – saúde, higiene, reprodução etc. –, que constituem desafios econômicos e políticos até hoje. Assim, a crítica da razão política para Foucault não consiste em analisar um processo de dominação da razão que teria se tornado mais e mais tecnicista³, mas sim as modalidades específicas e historicamente identificáveis de relações de poder que integram os indivíduos às estruturas do Estado.

A biopolítica para Foucault é uma análise epistemológica e histórica acerca da passagem de uma concepção negativa da norma, baseada no modelo jurídico, cuja ação opera na partição do permitido e do proibido, para uma concepção positiva na qual o fundamento é biológico e inclusivo e a regulação não se dá a partir da lei, mas da regularização de fenômenos e de comportamentos.⁴ Foucault encetou o estudo da biopolítica como um campo autônomo de análise das relações de poder. Porém, a partir de 1978 e sobretudo em *Nascimento da biopolítica* (1979), ele recoloca a biopolítica no âmbito “da *racionalidade política* no interior da qual eles apareceram e adquiriram sua acuidade”: o liberalismo.⁵

O liberalismo para Foucault não é ideologia nem representação da sociedade, tampouco um ideal de liberdade, mas uma racionalidade governamental e uma forma de governo. Trata-se, portanto, de uma análise da constituição recíproca de formas de conhecimento e técnicas de poder. A racionalização do exercício do governo liberal obedece à regra de maximizar seus efeitos diminuindo o custo, pois o liberalismo é acossado pelo princípio “sempre se governa demais”. A reflexão liberal não parte da existência do Estado, tomando o governo como meio para alcançar esse fim, mas do postulado de que o governo não poderia ser sua própria finalidade, o que coloca as questões da oportunidade, do alcance e da legitimidade de seu projeto.⁶ A hipótese de Foucault acerca do nascimento do liberalismo pode ser referida a três elementos: um

³ “Structuralisme et poststructuralisme”. DE II, n° 330, p.1259.

⁴ Cf. MACHÉREY, P. “Pour une histoire naturelle des normes”. In: *Michel Foucault Philosophe*, p. 203.

⁵ FOUCAULT, M. “Resumo do curso”. In: NB, p. 431. Grifo nosso.

⁶ Ibid., pp. 432-3. Cit., p. 433.

saber econômico, um objeto epistêmico e um conjunto complexo e heterogêneo de saberes e práticas que se transferem e fixam-se no âmbito global das estruturas estatais. A economia política em Foucault é fundamentalmente referida ao problema da gestão da população por meio dos mecanismos de segurança. A genealogia do objeto população possui duas vertentes. O desenvolvimento do cameralismo a partir do século XVII como ciência das finanças, da administração e do mercantilismo permite colocar o problema do governo de uma nova maneira, na qual a população desempenha o papel essencial de base da produção da riqueza e do esplendor do reino. Em segundo lugar, no meado do século XVIII, os fisiocratas consideram a população não mais dentro de uma relação soberano-súdito, mas como um conjunto de processos naturais e vitais que é preciso gerir. É uma natureza que o poder soberano não pode ignorar, pois é evidente à luz da razão e acessível a partir de técnicas de transformação calculadas e refletidas visando a agir indiretamente sobre o meio onde se desenvolve a população.

Esta primeira economia política fisiocrática, nascida ainda no quadro da razão de Estado e devotada a justificar o despotismo como governo puramente econômico, deverá sofrer uma inflexão a partir do impulso liberal, para quem a questão política fundamental é como substituir a razão de Estado por uma limitação da racionalidade governamental. Se anteriormente a razão política interrogava sobre os limites de direito recíprocos do súdito e do soberano e os abusos do poder político, doravante a crítica ao poder soberano assume uma forma econômica: como limitar o poder político não de direito, mas *de fato* e por meio do saber econômico, tendo como fundamento a liberdade de fazer dos indivíduos, além dos saberes acerca da naturalidade da população. Neste ponto, a economia política aparece como “uma espécie de reflexão geral sobre a organização, a distribuição e a limitação dos poderes numa sociedade”. Ela é, “fundamentalmente o que possibilitou assegurar a autolimitação da razão governamental”⁷ a partir da correção e oportunidade da intervenção do governo.

A população é tomada a partir da perspectiva do saber biológico nascente, que indica a existência de fenômenos próprios e naturais que se desenvolvem e buscam equilíbrio em um meio sobre o qual se pode exercer uma ação reguladora e global. A possibilidade da ação sobre o *meio* onde se desenvolve a população, o fato da ação ser

⁷ NB, p. 19.

indireta (o elemento pertinente não é o corpo do indivíduo, mas os fenômenos populacionais, que aparecem para o saber como “quase-naturais”) e a perspectiva técnica de que a ação deve respeitar a naturalidade do fenômeno dão o caráter “econômico” da intervenção. A população é uma entidade natural e social cujas regularidades imanentes – natalidade, doenças, deslocamentos, trabalho etc. –, tornam-se visíveis por meio de saberes como a estatística e a medicina social. O objetivo é trazer à luz a ordem que subjaz ao fenômeno. A ação governamental é “econômica” justamente na medida em que toma o objeto população na sua qualidade de fenômeno “quase” natural, ou seja, na medida em que o deixa desenvolver-se dentro de suas características, restringindo a intervenção ao meio ambiente onde o fenômeno se desenvolve e somente para mantê-lo dentro de limites “normais”.

No século XIX, a necessidade da segurança dos meios de produção, da gestão das massas de trabalhadores e pobres e da ordem pública colocou para o liberalismo uma série de problemas tipicamente “populacionais”, relativos à reprodução, morbidade, longevidade, trabalho etc. bem como os fenômenos do ócio, da revolta e da delinquência. A esse título, uma série heterogênea de saberes nascentes como a medicina e a criminologia é articulada com a ação governamental. A revolução capitalista deve ser pensada não apenas como a transformação da manufatura em fábrica e a acumulação de capital, mas no nível do Estado, na proliferação de seus meios voltados à condução dos indivíduos e das massas. Foucault estudou as formas de racionalidade envolvidas nas práticas institucionais e administrativas, judiciárias e médicas. Ele mostrou a fixação, no nível global do Estado, de formas de saber e de práticas como a caridade e o auxílio aos pobres, o exame, a punição e a medicina. Diante dos problemas da gestão das massas, da proteção à propriedade e da ordem pública, ele mostrou como o século XIX assistiu a um processo de “governamentalização”, ou seja, da transferência e consolidação dos saberes e práticas voltados à população para o âmbito do Estado. São saberes e práticas para os quais o objeto epistêmico população aparece para o pensamento liberal como a sociedade civil, como a *realidade de transação*, *interface* ou *superfície de transferência*⁸ da ação governamental.

⁸ Os três termos são de Foucault. Cf. NB, p. 404.

Situando a racionalidade política liberal neste referencial, Foucault se esforça em mostrar tanto sua complexidade, dando conta do feixe de saberes, discursos e práticas que aponta para o Estado, quanto seu jogo: “no final das contas, as práticas políticas assemelham-se às científicas: não é a ‘razão em geral’ que se aplica, mas sempre um tipo específico de racionalidade”⁹. A racionalidade política liberal aparece como adequação entre os princípios informados pela economia política e as técnicas e práticas oriundas de uma multiplicidade de saberes, sobretudo das ciências humanas. Essa referência indica a preocupação de Foucault em se afastar de uma teoria do Estado. Ele procura desenvolver a perspectiva do governo político e estatal a partir da descrição de racionalidades políticas contingentes e historicamente situáveis.

*

Segundo Foucault, a razão de Estado é autorreferida ao próprio Estado, ou seja, ao crescimento ilimitado de seu poder. No século XVIII, a crise de governamentalidade do despotismo absolutista marca o surgimento da arte liberal de governar os homens enquanto sujeitos “livres”, liberdade pensada não como a isenção de encargos, mas no seu sentido positivo, como capacidade de produção e circulação. Nesse contexto, a economia política surge enquanto técnica de governo. Sua concepção de uma ordem econômica espontânea e autorregulada com base na formação de preços “naturais” no mercado limita o campo de ação do soberano político e põe em questão a possibilidade de existir um soberano econômico capaz de regular os preços. A crítica fisiocrática à fixação autoritária dos preços dos cereais, sua defesa da liberdade de produção, circulação e trocas, da liberdade de fixar preços e empreender é uma crítica à soberania econômica. Por esse motivo Foucault afirmará que a economia política é a principal forma de saber da governamentalidade liberal que se coloca como crítica à razão política despótica. Como veremos no capítulo 2, se os fisiocratas defendiam a possibilidade de um conhecimento soberano do campo econômico por meio do *Quadro Econômico*, a tradição liberal dos economistas escoceses realiza uma mudança epistêmica ao postular a impossibilidade de um conhecimento sobranceiro do campo das trocas econômicas.

⁹ “‘*Omnes et singulatim*’: vers une critique de la raison politique”. DE II, n° 291, p. 969. Cf. BONNAFOUS-BOUCHER, M. *Le libéralisme dans la pensée de Michel Foucault*, p. 61.

Assim, o liberalismo nascente produz uma forma de crítica à razão despótica por meio do saber econômico.

A economia política introduz pela primeira vez na arte de governar a questão da verdade pela ordem natural autorregulada e o princípio de autolimitação do soberano. Doravante não se busca maximizar os poderes do Estado, mas governar segundo um princípio de utilidade da sua ação e da economia dos custos. Paradoxalmente, o recurso liberal à “segunda natureza” dos interesses e das trocas não significa deixá-la intocada, visto que é precisamente a “natureza” da população que abre ao governo possibilidades até então desconhecidas de intervenção, na forma da ação indireta. Os conceitos liberais de autonomia e liberdade ligados à nova figura política da população guardam semelhanças com o surgimento dos conceitos biológicos da vida como uma ordem que encerra princípios imanentes de autorregulação e autopreservação, bem como a ausência de um programa ou finalidade externos à ordem imanente.

O estudo da segurança em Foucault permite elucidar a relação entre o liberalismo e a liberdade. O liberalismo é uma forma de ajustar a política àquilo que está acontecendo na sociedade, à possibilidade do exercício da propriedade, da troca no mercado e da opinião. Ele possui uma relação com o comportamento dos indivíduos e grupos que não é determinada pela proibição nem por normas pré-estabelecidas, mas relegada à injunção “deixai fazer”, ou seja, ao comportamento arbitrário dos indivíduos que pode ser percebido como liberdade de agir. Esse ajuste não consiste no respeito à liberdade jurídica, mas à formulação segundo a qual o governo pode e deve organizar as condições para tal exercício de liberdade. Em outras palavras, o liberalismo não se limita a prover garantias das liberdades (de mercado, de propriedade e de expressão) que existiriam prévia e independentemente da prática governamental. Ele deve organizar as condições sob as quais os indivíduos devem ser livres e agir autonomamente. A liberdade não é um “recurso natural, mas sim um produto artificialmente arranjado e um instrumento de práticas governamentais [...]”. A liberdade liberal não é o direito (negativo) dos indivíduos de confrontar o poder, mas sim o efeito positivo da ação governamental¹⁰. Esse caráter inerente à racionalidade e à prática governamental liberal introduz um paradoxo: o processo que produz liberdade é o mesmo que a ameaça. É

¹⁰ LEMKE, T. *Foucault, governamentalidade e crítica*, pp. 65-6.

precisamente o “livre” jogo das forças de mercado que ameaça as liberdades de mercado: são os monopólios, os cartéis e o poder corporativo de grupos sociais, políticos e econômicos. Por esse motivo, o liberalismo introduz um “formidável jugo legislativo e regulador”¹¹. Ao mesmo tempo, ao estabelecer as condições da liberdade, o liberalismo incita os próprios atores a praticar o jogo da liberdade incorporando mecanismos de segurança: os indivíduos “são condicionados a experimentar sua situação, sua vida, seu presente, seu futuro como portadores de perigo”¹². Desde o século XIX surge esse incentivo ao medo do perigo, que é “de certo modo a condição, o correlato psicológico e cultural *interno* ao liberalismo. Não há liberalismo sem cultura do perigo”¹³, ou seja, o liberalismo não pode contar somente com um poder soberano e exterior ao jogo de mercado para produzir a liberdade. Há, portanto, uma relação de interioridade e necessidade entre a liberdade e a segurança no liberalismo, pois, segundo Foucault, “[...] o controle não é mais apenas, como no caso do panoptismo, o contrapeso necessário à liberdade. Ele é seu próprio princípio motor”¹⁴.

Para evitar os efeitos nocivos da concorrência, para mitigar o risco da agitação social decorrente do desemprego e da fome, é preciso intervir. Para introduzir um “a mais” de segurança social e de segurança nos negócios é preciso intervir, é preciso introduzir controles por meio da intervenção estatal. Trata-se da forma liberal de reagir às crises da economia de mercado.

A interpretação o liberalismo leva a análise de Foucault a dar um salto de dois séculos para se voltar para temas contemporâneos. Após a crise de 1929, percebeu-se não só as consequências econômicas, mas também as consequências políticas do *laissez-faire* praticado nos países capitalistas após a Primeira Guerra Mundial. Para evitar a perda extrema de liberdade representada pelo socialismo, pelo nazismo e fascismo, no curso dos anos 1930 a política de *welfare state* foi a solução liberal para garantir e produzir, numa situação perigosa de desemprego e agitação social, mais liberdade ao preço de intervenções estatais na sociedade e no mercado. Keynes e o *welfare* de Roosevelt são, para Foucault, a resposta liberal à crise: numa situação perigosa de

¹¹ NB, p. 87.

¹² NB, p. 90.

¹³ NB, p. 91. Grifo nosso.

¹⁴ NB, p. 92.

desemprego, produz-se mais liberdade de trabalho e de consumo, ao custo de mais intervenção governamental. Esse é o paradoxo que a arte liberal de governar introduz “por si mesma”: as “crises de governamentalidade”¹⁵ decorrentes do aumento do custo econômico, legislativo e normativo da produção de liberdade. Após o final da Segunda Guerra, essas medidas serão caracterizadas por pensadores liberais como uma ameaça de despotismo¹⁶, um perigo que impulsiona a difusão de um discurso neoliberal, que vinha se construindo desde os anos 1930 como uma autocrítica ao princípio clássico de não intervenção estatal na economia e que se volta para a reconstrução de uma arte de governar liberal purificada tanto do *laissez-faire* quanto do intervencionismo.

Diante do fracasso das respostas do liberalismo clássico à crise, tal análise neoliberal nega que as crises se devam a uma deficiência intrínseca do capitalismo. Para ela, deve-se imputar ao Estado a causa da crise, imputá-la à intervenção que produz seu agigantamento, a burocracia e a submissão do indivíduo à máquina, os quais, necessariamente, trarão a perda da liberdade. Visto que o Estado é o portador deste defeito intrínseco, visto que não é provado que a economia de mercado tenha tais defeitos, deve-se pedir ainda mais à economia de mercado, deve-se pedir-lhe para que ela mesma seja o princípio interno de regulação do Estado, de modo a evitar os efeitos deletérios que a intervenção estatal provoca na sociedade e na liberdade.

Estamos aqui diante de uma mutação fundamental com relação ao liberalismo clássico. Ao combater o despotismo do soberano, a economia política clássica recusava a possibilidade da existência do soberano econômico.¹⁷ Ela postulava a limitação da autoridade pública ao definir o mercado como um lugar de não intervenção do governo. Ora, o problema do neoliberalismo, segundo Foucault, “é, ao contrário, saber como se pode regular o exercício global do poder político com base nos princípios de uma economia de mercado”¹⁸. Este será o desafio, ele completa. Na verdade, este é o projeto político do neoliberalismo: fazer com que a economia política se transforme de princípio crítico para a limitação do poder soberano em princípio diretor e modelo do Estado. Os

¹⁵ NB, pp. 92-3. O tema da crise será tratado no Capítulo 1.

¹⁶ Cf. NB, p. 92. Esse tema será tratado no Capítulo 3.

¹⁷ Assim fazendo, recusava a si mesma a possibilidade de ser toda a “ciência do governo”. Esse aspecto será visto no Capítulo 2.

¹⁸ NB, p. 181.

neoliberais afirmam que o capitalismo não existe em sentido absoluto, como uma constante histórica. O que existe é uma evolução histórica de conjuntos econômico-institucionais que podem ser arranjados e corrigidos segundo o princípio da concorrência. A intervenção estatal não será limitada, porém arranjada de modo a generalizar a forma da concorrência nas instituições e nas leis. Trata-se de modelar a sociedade segundo o mesmo princípio e de filiar os indivíduos ao princípio da concorrência e da posse mercantil de si por meio da organização do trabalho, da saúde e do lazer, do controle dos corpos e da educação dos espíritos. Pensadores neoliberais como Hayek afirmam que o mercado não é, como queriam os liberais clássicos, uma naturalidade, mas sim uma ordem espontânea, ou seja, possui artífices, mas não visa a fins. Logo, toda ação finalista de grupos ou do Estado aparece para os neoliberais como uma perturbação na ordem da concorrência, que deve ser evitada. Assim, o neoliberalismo não apenas destitui o soberano econômico, porquanto põe em questão a existência mesma de um poder de tipo soberano. Nesse sentido, o papel do Estado é, de fato, rebaixado, na medida em que é reduzido ao papel de guardião do quadro legal que, além da tradicional garantia da propriedade, visa a por a todos em iguais condições de concorrer.

A liberdade e a segurança são elementos do governo liberal que requerem uma ação ativa e constante, mediante um mesmo mecanismo que lida com o risco por meio do processo de normalização de uma população, que se relaciona com curvas estatísticas de normalidade, as quais se busca estabilizar e manter. Nesse sentido, a governamentalidade liberal pesa fundamentalmente o risco, a probabilidade de um evento desfavorável ocorrer e o dano decorrente. O cálculo do risco é relativo à sua probabilidade, é baseado em regularidades estatísticas e visa a antecipar as consequências de um perigo. Assim, um discurso que afirma a liberdade dos governados deve executar uma forma complexa de controles que diz respeito a séries de eventos futuros, seu risco, sua frequência e os modos de guia-los na direção de regularidades situadas dentro de uma faixa de normalidade.

A concatenação de liberdade e segurança como requisitos da mesma tecnologia de poder (neo)liberal parece repelir a possibilidade do Estado autoritário. É preciso bem compreender as análises foucaultianas do Estado de segurança como uma tecnologia de poder que busca se manter por meio de um cálculo de riscos que intenta antecipar o

futuro para modelá-lo. A formação social capitalista e liberal só pode continuar a existir enquanto uma forma de normalização da sociedade que busca compensar os pequenos e grandes desvios, as turbulências e os imprevistos, balanceando-os de volta a uma certa “normalidade”. A formação do par segurança-liberdade requer não apenas a restrição da segurança, como também o incentivo à liberdade e à autonomia que aparece como uma estratégia de condução de condutas.

Esse diagnóstico não é confortável, pois está longe de significar estabilidade. Por um lado, a segurança não significa buscar um ponto quiescente entre liberdade e controle; afirmar que a normalização é capaz de lidar com os eventos anormais significa também tolerar de certo modo oscilações violentas entre os extremos da revolta e do autoritarismo. Por outro lado, essa aparente flexibilidade do diapasão não equivale a transformar a segurança liberal em uma forma insuperável de poder, capaz de acomodar, pacificando em seu proveito, extremos aparentemente inconciliáveis? É o que procuraremos responder a partir de agora. O projeto neoliberal de combate à forma welfarista, e “intervencionista”, apresenta muito vigor, sendo por isso fonte de preocupação. O diagnóstico da “crise” ou do “recuo” do Estado, bem como as ideologias do Estado mínimo, correspondem, na análise de Foucault, à fórmula neoliberal de aprofundar a governamentalidade nos seus próprios termos, ou seja, indicam a transferência de uma série de responsabilidade para os particulares, cuja dominante é a ideologia do empresário de si mesmo. A liberdade neoliberal não é uma franquia, ela é incentivo a ser livre, à empresa e à construção de si. Tal injunção à liberdade de gerir o próprio patrimônio genético, material e espiritual, a esse “a mais” de liberdade, afirma Foucault, implica mais segurança. Se assim for, os próprios indivíduos deverão se transformar em agentes e guardiões da segurança.

1 A atualidade política de Foucault e a crítica do liberalismo

Cada vez que tentei fazer um trabalho teórico foi a partir de elementos de minha própria experiência: sempre em relação com processos que via desenrolarem-se à volta de mim.

Foucault

Em minha opinião, o papel do intelectual hoje deve ser de restabelecer a imagem da revolução para que seja tão desejada quanto no século XIX. [...] Para isso é necessário inventar novos modos de relações humanas, novos modos de saber, de prazer e de vida sexual.

Foucault

Um contexto de crise é uma excelente oportunidade para buscar novas fontes de imaginação política. No final dos anos 1970, Foucault vincula sua análise do neoliberalismo ao diagnóstico de uma crise da governamentalidade liberal característica de sua época. Neste capítulo procuraremos buscar os sentidos dessa crise a partir três referências tratadas por ele durante a década de 1970: o Maio de 1968, a questão da revolução e o pacto de segurança entre o Estado e os governados.

A noção de governamentalidade é uma forma analítica de pensar o poder como um campo de relações estratégicas móveis, transformáveis e reversíveis nas quais o pensamento não pode deixar de considerar, nem teórica nem praticamente, o elemento de um sujeito definido pela relação consigo.¹⁹ Essa noção implica ainda recolocar o poder como um modo de ação singular sobre os outros que não caberia buscar na violência e na luta, nem no contrato e na aliança voluntária, mas em uma forma muito

¹⁹ Foucault, M. *A hermenêutica do sujeito. Curso dado no Collège de France (1981-1982)*. Trad. Salma T. Muchail e Márcio Alves da Fonseca. São Paulo: Martins Fontes, 2010, p. 225.

específica chamada governo. Governar consiste em estruturar o *eventual* campo de ação dos outros, ou seja, constituir um campo de possibilidade de ação estruturado por meio de técnicas refletidas e no qual sujeitos individuais ou coletivos podem agir.²⁰

Em 1976, a crítica de Foucault à concepção jurídica do poder e o abandono de sua própria hipótese belicosa do poder o levaram à noção de biopolítica. Esta noção é tratada somente no último capítulo de *A vontade de saber* e na última aula do curso *Em defesa da sociedade*. Nestas breves páginas, a biopolítica designa uma forma de poder sobre a vida que desde o século XVIII se exerce sobre o suporte aos processos biológicos de um “corpo-espécie” chamado população. A biopolítica diz respeito às intervenções indiretas sobre os processos gerais vitais de uma população por meio de mecanismos reguladores e securitários, caracterizando “um conjunto biológico e estatal: a biorregulação pelo Estado”²¹. Assim, em algumas poucas páginas, Foucault indica que sua analítica do poder, concentrada na perspectiva “microfísica”, é carente de uma abordagem tratando da perspectiva “macro” da população e do Estado. Na sequência de seu trabalho, esperava-se um desenvolvimento do tema da biopolítica, que o próprio Foucault afirmou no início do curso de 1978 (*Segurança, território, população*) ter deixado “um pouco no ar”²². Porém, o tema será diferido por duas vezes: este curso de 1978 será sobre a governamentalidade e o curso de 1979 (*Nascimento da biopolítica*) sobre o neoliberalismo. Foucault inscreve tanto a “microfísica” do poder quanto a biopolítica dentro questão mais geral da governamentalidade.

São questões teóricas internas que levam Foucault a fazer esse giro de perspectiva em 1978 e 1979. Como ele afirma em *Nascimento da biopolítica*, “somente depois que soubermos o que era esse regime governamental chamado liberalismo é que poderemos, parece-me, apreender o que é a biopolítica”²³. A recusa ao modelo do contrato e o afastamento do modelo belicoso em proveito da noção de governo corresponde à uma sua posição teórica, gestada a partir de sua perspectiva arqueológica, que recusa as ideias do tempo concebido como totalização, da história como atividade

²⁰ FOUCAULT, M. “O sujeito e o poder”. In: *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*, p. 288. O termo “eventual” pode ser lido como “em liberdade”. Grifo nosso.

²¹ DS, p. 210. Trad. mod.

²² STP, p. 4.

²³ NB, p. 30.

sintética do sujeito e da revolução como tomada de consciência²⁴, promessa de emancipação, ruptura total e surgimento de uma “consciência revolucionária”²⁵.

Mas a aproximação com o neoliberalismo tem também uma dimensão ligada à atualidade de Foucault. Na primeira metade dos anos 1970, a crise do petróleo e a crise econômica ligada ao esgotamento do modelo fordista de produção colocam fim aos anos de ouro do capitalismo das três décadas anteriores, pondo em crise os pactos sociais que lhe serviam de apoio. A crise impõe explorar alternativas ao keynesianismo. A política do governo do presidente francês Giscard D’Estaing indica uma aproximação com o neoliberalismo. Ao mesmo tempo, a inesperada derrota da frente de esquerda francesa comunista-socialista aumenta o debate acerca do socialismo real e das possibilidades abertas pelas demandas pós-68 por maior autonomia, novos modos de vida e processos de subjetivação que punham em crise categorias unitárias e universais de pensar a política. Esses temas eram bem recebidos nas fileiras Partido Socialista francês.

Procuramos a seguir buscar os sentidos da crise de governamentalidade a partir de três referências de que falamos: em primeiro lugar, o evento do Maio de 1968 como uma abertura para a multiplicidade de contracondutas que aparecem como *práticas de liberdade não-totalizáveis*. Em seguida, o abandono da perspectiva da revolução e sua ressignificação. Por fim, o diagnóstico de um pacto de segurança entre o Estado e os governados.

1.1 O Maio de 1968

Meio século nos separa do Maio de 1968, mas ainda hoje podemos identificar sua herança. Basta pensar nos movimentos sociais como os de gênero ou étnicos, com suas marcas características: são locais (suas agendas são diferentes conforme o contexto social), específicos (não são referidos a universais como a sociedade ou a humanidade, mas a grupos sociais delimitados) e transversais (podem representar diferentes grupos sociais). Ademais, sua agenda frequentemente não possui um saber dominante, como a

²⁴ Cf. “Sur l’archéologie des sciences. Réponse au Cercle d’épistémologie” [1968]. DE I, n° 59, p. 728.

²⁵ FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*, p. 218. Por outro lado, Foucault é capaz conceber a Revolução “burguesa” como uma tomada de consciência da burguesia: “A burguesia compreende perfeitamente que uma nova legislação ou uma nova Constituição não lhe serão suficientes para garantir sua hegemonia”. “L’oeuil du pouvoir” [1977]. DE II, n° 195, p. 198.

economia, um horizonte político unificado, como a revolução, um ator político por excelência, como o proletariado, nem um instrumento de análise crítico preponderante, como o marxismo.

Segundo Foucault, no período imediatamente anterior ao Maio de 1968 as referências e formas de luta predominantes eram outras. No imediato pós-Segunda Guerra na França, uma vertente do marxismo era a grande e hegemônica máquina para pensar os acontecimentos:

Respaldado pela Resistência, apoiado pela URSS, pelo “campo socialista” e detentor último da doutrina, o Partido Comunista exercia assim uma tripla legitimidade: histórica, política e teórica. Ele “exercia a lei” sobre tudo aquilo que pretendia ser de esquerda, colocando sob a sua lei ou tornando fora da lei. Ele magnetizava o campo político [...] impondo-lhe um sentido; só se podia ser a favor ou contra, aliado ou adversário.²⁶

Naquela época, um pensamento de esquerda que fugisse desse quadro tinha dificuldades para subsistir. A adesão à luta a partir da perspectiva de esquerda passava por uma “conversão à revolução pela adesão a um partido”²⁷. Ademais, devido à ortodoxia praticada pelo campo do PCF, durante os anos 1950 e 1960, temas como psiquiatria, educação, prisão, sexualidade, gênero e corpo, diante de questões de cunho econômico como a exploração dos trabalhadores e a melhoria das suas condições de trabalho, eram vistos como marginais e não-políticos pela esquerda marxista partidária, que os mantinha fora do grande debate político e institucional.²⁸ Para esse pensamento, o econômico era dominante e devia subordinar todas as outras questões.

Com relação ao campo teórico, Foucault recorda que antes de Maio de 1968 seus trabalhos acerca dos efeitos de poder da psiquiatria e do funcionamento político da medicina – *História da loucura* (1959) e *Nascimento da clínica* (1961) – colocavam questões consideradas por seus interlocutores “um problema politicamente sem importância e epistemologicamente sem nobreza”²⁹. No meio universitário francês, o campo intelectual marxista almejava renovar e substituir a tradição liberal e nacionalista. Saberes como a medicina e a psiquiatria não eram considerados “nobres”

²⁶ “Pour une morale de l’inconfort”. DE II, n° 266, pp. 784–5

²⁷ FOUCAULT, M. A hermenêutica do sujeito. Op. cit., p. 188.

²⁸ Cf. “Dialogue sur le pouvoir”. DE II, n° 221, p. 473.

²⁹ “Verdade e poder”. in: FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*, p. 36.

comparativamente à história das ciências, sendo, portanto, indignos da atenção dos intelectuais. Além disso, apesar das inumeráveis trocas entre universitários e marxistas, o discurso acerca da história das ciências sofria sob o peso do “velho positivismo” de raiz stalinista e pós-stalinista, impedindo abordagens novas. Foucault também suspeitava haver uma recusa por parte dos intelectuais do PCF em tratar dos problemas da reclusão, da utilização política da psiquiatria e do esquadramento disciplinar da sociedade, pois, embora nas décadas de 1950-60 poucos tivessem pleno conhecimento da amplitude dos *gulags*, “muitos a pressentiam, muitos tinham a sensação de que sobre essas coisas era melhor não falar”. Finalmente, ele lembra o poder que o PCF detinha nesta época (herdado das lutas contra a ocupação nazista na França). Por isso, “a direção do Partido, que não ignorava nada, podia lançar palavras de ordem” bloqueando a discussão de certos temas e promovendo outros, podendo, em larga medida, direcionar o debate e a agenda política.³⁰

Para o filósofo, foram os eventos do Maio de 1968 que propiciaram a *abertura para a política* de uma série de temas até então ausentes da agenda política tradicional, que os mantinha fora do grande debate político e institucional.³¹ A partir desses temas – feminismo, gênero, anti-psiquiatria, meio ambiente, vida cotidiana, autogestão etc. –, a questão do poder é recolocada em termos de lutas e de resistência. Ele diz: “Só se pode começar a fazer este trabalho depois de 1968, isto é, a partir das lutas cotidianas e realizadas na base com aqueles que tinham que se debater nas malhas mais finas da rede do poder. Foi aí que apareceu a concretude do poder e, ao mesmo tempo, a fecundidade possível dessas análises do poder”³².

Foucault caracteriza esta abertura como uma liberação de questões que puderam se colocar fora do quadro das doutrinas políticas tradicionais, seja a liberal, seja a marxista. Ele afirma que o Maio de 1968 apresentou dois aspectos contraditórios: por um lado, um grande esforço de colocar para a política questões antes recusadas pela política tradicional. Por outro lado, uma vontade de reinscrever todas essas questões no

³⁰ Ibid., p. 38.

³¹ Ibid., p. 37.

³² Ibid., p. 42. Observemos que Foucault restringe esse diagnóstico de época ao próprio universo. Movimentos como o operismo italiano, as lutas anticoloniais e a “antipsiquiatria” tratavam de temas como a disciplina, a sujeição dos saberes e a dessubjetivação já desde os anos 1950. Assim, devemos procurar compreender um recorte tão restrito como uma estratégia de inserção do autor no debate de então.

vocabulário de uma teoria ligada ao marxismo. Porém, os eventos não conduziram à retomada das questões pela doutrina marxista, mas apontaram uma sua incapacidade em lidar com elas, pois esse conjunto de movimentos heterogêneos não podia se apoiar em uma comunidade de interesses de classes. Assim, estava-se diante de interrogações endereçadas à política, mas que não haviam nascido no interior de uma doutrina política.³³ Nos termos de Foucault, os eventos de Maio 1968 relevam “um domínio de fatos, de práticas e de pensamentos” que colocam problemas para a política. Revelam a abertura de novo um campo de experiências possíveis na política de então.

1.2 As lutas e a revolução

Da perspectiva das lutas, Foucault caracteriza o Maio de 1968 segundo dois aspectos. Em primeiro lugar, como uma crise das disciplinas (justiça penal, criminologia, medicina e psiquiatria), abrindo a oportunidade para coloca-las em questão e vislumbrar novas abordagens, como os seus próprios trabalhos, desde *História da loucura*. A crise colocava em questão não apenas os limites dessas disciplinas dentro do campo do conhecimento, mas punha em questão as relações entre tais conhecimentos e as estruturas econômicas e políticas da sociedade, não no seu conteúdo epistêmico – “verdadeiro ou falso” –, mas nas suas “funções de poder-saber”. Crise, portanto, no sentido “histórico-político”³⁴.

Em segundo lugar, esse período foi marcado por aquilo que Foucault chama de *eficácia crítica* de “ofensivas dispersas e descontínuas”, período caracterizado por “imensa e prolífera criticabilidade das coisas, das instituições, das práticas e dos discursos; uma espécie de friabilidade geral dos solos, mesmo [...] os mais familiares, os mais sólidos e mais próximos de nós”. Trata-se, por exemplo, da anti-psiquiatria, dos ataques à moral sexual tradicional e ao sistema judiciário tradicional, ataques caracterizados como críticas “descontínuas”, “particulares” e “locais” cujo efeito, talvez imprevisto, tenha sido inibir e colocar em questão as “teorias totalitárias”, ou seja, tratava-se uma produção teórica que não tinha a necessidade de buscar sua validade

³³ “Polémique, politique et problématisations”. DE II, n° 342, p. 1414.

³⁴ Cf. “Le pouvoir psychiatrique” [resumo do curso *Le pouvoir psychiatrique*]. DE I, n° 143, p. 1543. Cf. DS, aula de 7 de janeiro de 1976.

referindo-se a sistemas ou correntes estabelecidos de pensamento.³⁵ Não que tais teorias globais como o marxismo e a psicanálise não tivessem ou não tenham mais aplicabilidade local, mas elas só puderam ter uso local ao preço de verem a sua unidade teórica suspensa, recortada e reapropriada pontualmente.³⁶ Daí uma primeira característica da crítica neste período: o seu *caráter local* e desvinculado de um “regime comum” de pensamento. A segunda característica é chamada por Foucault de *insurreição dos saberes sujeitados*, ou seja, de conteúdos históricos que só puderam vir à luz colocando em questão as teorias totalizantes. E, também, são aqueles saberes que estavam desqualificados, rebaixados, tidos como ingênuos e conceitualmente inferiores: o saber “do psiquiatrizado, o do doente, o do enfermeiro, o do médico, [...] o do delinquente etc.”³⁷

Dois outros aspectos dessas lutas merecem atenção. O primeiro é que, pelo seu caráter imediato – são lutas contra a instância de poder mais próxima e contra os efeitos de poder que se exercem mais imediatamente sobre os indivíduos –, tais lutas não tomam um grande inimigo, não se veem necessariamente inseridas dentro de uma rede complexa e total, nem visam um momento futuro que seria a revolução, a liberação ou a extinção de uma classe. O segundo é que, com relação a uma hierarquia teórica das explicações – a uma ordem revolucionária que polariza a história e ordena os momentos –, Foucault as considera como lutas “anárquicas”, pois “se inscrevem no interior de uma história que é imediata, que se aceita e se reconhece como indefinidamente aberta”³⁸. Para ele, é tarefa da filosofia política compreender a importância dessas lutas, valorizando seus aspectos, estratégias, objetivos e vocabulário teórico, prestando atenção no quanto são diferentes da revolução, na medida em que esta “designa uma luta global e unitária de uma nação, povo ou classe”, que promete revirar da base ao topo o poder estabelecido e, sendo uma “luta total”, deve suspender ou subordinar todas as outras.³⁹ Para Foucault, assiste-se talvez ao fim de um ciclo que, desde a Revolução Francesa, foi dominado pelo monopólio da revolução, com todas as consequências que conhecemos. Porém, ele recusa que as lutas locais e imediatas sejam reformistas, pois

³⁵ Foucault refere-se à fenomenologia, à psicanálise e o marxismo. Cf. DS, pp. 18-19, notas 1, 2 e 3.

³⁶ DS, p. 7.

³⁷ DS, pp. 8-9.

³⁸ “La philosophie analytique de la politique” [1978]. DE II, nº 232, p. 546.

³⁹ Ibid., p. 547.

não visam estabilizar um sistema de poder já dado ao cabo de certo número de aperfeiçoamentos, mas sim a “desestabilização, aparentemente sem fim, dos mecanismos de poder”⁴⁰. Assim, se o seu diagnóstico indica o abandono da perspectiva antagônica da revolução (e a teleologia da lógica revolucionária), a perspectiva das lutas não significa uma acomodação ao poder, mas sobretudo um agonismo e uma reinscrição permanente da luta em torno de uma questão: atualmente, quais são as formas da vontade de não aceitar o poder tal como ele se coloca?

Mais tarde, num texto de 1982, Foucault dirá que, genericamente, existem três tipos de lutas: contra a dominação (étnica, social e religiosa), contra a exploração (que separa o indivíduo daquilo que produz) e o assujeitamento ou submissão da subjetividade. Sua atualidade seria marcada, sobretudo, pela terceira forma (sem que as anteriores tenham desaparecido): não mais as lutas com uma perspectiva revolucionária e global, mas lutas locais, específicas e imediatas. Às vezes são lutas “transversais”: ocorrem simultaneamente em lugares e contextos diferentes. Elas “questionam o estatuto do indivíduo” e os efeitos de poder do Estado sobre os indivíduos. Seu objetivo não é tanto atacar instituições, grupos ou classes, mas uma forma específica de poder. Questionando o estatuto do indivíduo, são, sobretudo, “batalhas contra o governo da individualização”⁴¹.

1.2.1 A revolução e o presente

A revolução está presente em um grande número de textos, cursos e entrevistas de Foucault. Está além dos nossos objetivos tratá-lo em profundidade. Aqui pretendemos apenas mostrar como Foucault apresenta a revolução com evento fundador da política moderna. Em seguida, mostra que o impulso revolucionário perdeu a força que tinha no século XIX. Por fim, pondo em questão a unidade da noção de revolução, ele pergunta: se a revolução não é mais desejada, se a sua promessa teleológica não estiver no horizonte, como ainda assim é possível fazer a política?

Em uma entrevista concedida em 1977, afirma que, desde o século XIX, a filosofia não cessou de abordar a questão acerca da atualidade: “O que se passa

⁴⁰ Ibid., p. 547.

⁴¹ Cf. FOUCAULT, M. “O sujeito e o poder”. Op. cit., pp. 277-283.

atualmente, o que somos nós, nós que talvez não sejamos nada mais e nada além daquilo que acontece atualmente?”⁴². Esta questão, segundo ele, revestiria a filosofia de um caráter inteiramente histórico e político. Para Foucault, esta marca da atualidade que é o vínculo entre história e política teria sido aberta pela Revolução francesa, que fundou a própria possibilidade da política:

Todo o pensamento moderno, assim como toda a política, foi comandado pela questão da revolução [...] Se a política existe desde o século XIX, é porque houve a Revolução. Esta não é uma espécie, uma região daquela. É a política que, sempre, se situa com relação à revolução [...] O retorno da revolução, eis o nosso problema.⁴³

Porém, se a revolução é bem o pano de fundo de toda possibilidade da política, a questão que se coloca para Foucault é se este impulso para a revolução ainda existe e qual o seu significado. Em outras palavras, é a ideia, sempre presente no horizonte político de seus interlocutores, do retorno da revolução: “O retorno da revolução é exatamente este o nosso problema”⁴⁴. Porém, devemos ter em mente o seu caráter de promessa. Se, nos séculos XIX a revolução era desejada pelas massas, ela teria se revestido de um caráter de promessa e de necessidade. Foucault nota a existência de uma analogia entre a ideia cristã do tempo como espera e passagem à promessa e o retorno da revolução:

O que é este tempo que é o nosso? Como e quando se dará esse retorno de Deus que nos foi prometido? O que fazer com esse tempo que está como em excesso? E o que somos nós, nós que somos essa passagem? Poderíamos dizer que, nesta vertente da história, onde a revolução deve retornar, mas ainda não veio, nós colocamos a mesma questão: “o que somos nós, nós que estamos como que em excesso, nesse tempo no qual não acontece aquilo que deveria acontecer?”⁴⁵

Seu caráter de necessidade é um problema. Se a revolução não for mais desejada, tendo em vista o estalinismo e o partido, será o fim da política? Seria possível abrir um outro campo para a política, diferente daquele aberto pela Revolução que aconteceu e

⁴² “Non au sexe roi” [1977]. DE II, nº 200, p. 266.

⁴³ Cf. Ibid., p. 266.

⁴⁴ Ibid., p. 266.

⁴⁵ Ibid., p. 266.

pela revolução que é preciso retomar e terminar, pela revolução como promessa?

Foucault afirma que não tem a resposta, mas afirma que

Fazer a política sem ser um político é procurar saber com a maior honestidade possível se a revolução é desejável. É explorar esse terrível terreno movediço onde a política pode se enterrar. [...] Pois se é verdade que a política é um campo que foi aberto pela existência da revolução e se a questão da revolução não pode mais ser colocada nesses termos, então a política pode desaparecer.⁴⁶

Para Foucault, é preciso tornar possível uma política que se faça fora dos marcos da promessa, da necessidade e livre do pensamento teleológico: “A revolução se organiza segundo toda uma economia interior ao tempo: condições, promessas, necessidades; portanto ela aloja-se na história, faz aqui o seu leito e finalmente se deita”⁴⁷. Para ele, vive-se talvez “o fim de um período histórico que, a partir de 1789-1793, foi, ao menos para o Ocidente, dominado pelo monopólio da revolução”⁴⁸, e sobretudo o monopólio das lutas contra o poder econômico⁴⁹. Para ele, as lutas “anárquicas” e “imediatas” características de sua atualidade representam a ideia de uma revolução que permite pensar o presente fora do marco da finalidade, inscrevendo-se no interior de uma história “imediata” e “indefinidamente aberta”⁵⁰. Essas lutas são relativas a uma forma de governo que se desenvolveu no Ocidente a partir do século XVI. Por um lado, a uma forma de poder, “que não é exatamente nem um poder político ou jurídico, nem um poder econômico, nem um poder de dominação étnica”, uma forma de poder de individualização que visa “conduzir os indivíduos a uma certa maneira de se comportar”⁵¹, cuja origem remonta ao governo cristão das almas. Por outro lado, as lutas referem-se a um processo de governamentalização do Estado: a partir do século XVIII as sociedades capitalistas e as formas modernas de Estado liberal que as acompanharam implantam processos de individualização e controle, toda uma “máquina disciplinar” que se apoia nas ciências humanas como saberes que permitem conhecer o que são os

⁴⁶ Ibid., p. 267.

⁴⁷ “Vivre autrement le temps”. DE II, n° 268, p. 790.

⁴⁸ “La philosophie analytique de la politique”. DE II, n° 232, p. 547.

⁴⁹ “Aquilo que se chama, desde o século XIX, a Revolução, aquilo que os partidos e os movimentos que se chama de revolucionários, é essencialmente o que constitui o poder econômico”. “La philosophie analytique de la politique”. DE II, n° 232, p. 551. Foucault acredita que a revolução ainda seja de fato desejada em países onde se pratica “uma exploração ultrajante, como o Brasil e a Bolívia”.

⁵⁰ “La philosophie analytique de la politique”. DE II, n° 232, p. 546.

⁵¹ Ibid., p. 548.

indivíduos. A importância da estatística vem do fato de permitir mensurar quantitativamente os efeitos de massa dos comportamentos individuais, habilitando as formas modernas e estatais de assistência e de seguro, os processos de racionalização econômica e de estabilização política.⁵²

A partir de 1978, Foucault recoloca a interrogação aberta pela revolução acerca da condição da nossa atualidade (o que somos nós, nós que somos o nosso presente?) no marco de uma “atitude crítica” nascida no Ocidente em torno de uma questão desenvolvida ao longo desse processo de governamentalização: “como não ser governado, como não ser governado assim?”⁵³. Nessa atitude, que Foucault remete à *Aufklärung* kantiana, trata-se de repor em questão o presente na maneira como somos governados, desta e daquela maneira. Pensar o presente a partir da Revolução, na análise de Foucault, requer um fim, um retorno ou um acabamento de uma revolução. A crítica, por outro lado, refere-se à exortação kantiana de sair do estado atual e teria por função o desassujeitamento dos indivíduos. Desta forma, Foucault pode apresentar a relação entre a filosofia e as lutas como um jogo estratégico no qual estão em questão os processos de sujeição, as formas estatais de controle e as demandas por autonomia.

Foucault pondera que talvez o impulso da revolução foi arrefecido pelo estalinismo e pelo monopólio de sua verdade pelo partido. A subjetividade revolucionária (cujas histórias “será preciso um dia elaborar”) e o pertencimento à revolução foram talvez convertidos em adesão ao partido, e nossa experiência cotidiana convertida “à renúncia da revolução”.⁵⁴ Seja como for, doravante ele irá inscrever a política como crítica relativa a formas concretas de governo. Em 1982, bem depois de ministrar os dois cursos sobre a governamentalidade, Foucault resume claramente a sua elaboração crítica acerca da política:

[...] se considerarmos a questão do poder político situando-a na questão mais geral da governamentalidade – entendida a governamentalidade como um campo estratégico de relações de poder [...] e não meramente político, entendida pois como um campo estratégico de relações de poder no que elas têm de móvel, transformável e reversível –, então, a reflexão sobre a noção de

⁵² Cf. Ibid., p. 551.

⁵³ Cf. FOUCAULT, M. *Qu'est-ce que la critique?* Paris: Vrin, 2015.

⁵⁴ FOUCAULT, M. A hermenêutica do sujeito. Op. cit., p. 187.

governamentalidade, penso eu, não pode deixar de passar, teórica e praticamente, pelo âmbito de um sujeito que seria definido pela relação de si para consigo, [...] deve referir-se a uma ética do sujeito definido pela relação de si para consigo. Isso significa simplesmente que, no tipo de análise que desde algum tempo busco lhes propor, devemos considerar que relações de poder, governamentalidade/governo de si e dos outros, relação de si para consigo compõem uma cadeia, uma trama e que é em torno dessas noções que se pode, a meu ver, articular a questão da política e a questão da ética.⁵⁵

Como ele afirmou em *Nascimento da biopolítica*, tanto quanto o nazismo, o estalinismo não é um fenômeno de gigantismo do Estado, mas um problema político, aquele do poder do partido. Assim fazendo, ele se coloca tanto contra as profecias “um pouco ridículas” sobre o fim da era da revolução quanto busca repor o tema da fobia do Estado pela via da analítica do governo. Para ele, o Estado, como a política, são efeitos móveis das relações de poder e peripécias de governamentalidades múltiplas. Assim, podemos indicar que Foucault recoloca a questão de saber se a revolução é desejada com uma crítica às racionalidades governamentais vigentes que uma possível revolução desejaria repor. Este é um dos sentidos de sua análise da governamentalidade neoliberal, uma análise que deve, portanto, ser posta ao abrigo das simplificações que veem nela uma adesão de Foucault ao neoliberalismo.

1.2.2 O Estado e as racionalidades de governo

Não podemos deixar de apontar que o percurso de Foucault até a noção de governamentalidade não foi feito sem alguns percalços. No curso *Em defesa da sociedade* sua análise das “relações de poder” afirma que enquanto durou a sociedade de tipo feudal, os problemas de que tratava a teoria da soberania “cobriam efetivamente a mecânica geral do poder, o modo como ele se exercia, desde os níveis mais elevados até os mais baixos. Porém, “nova mecânica de poder” que surge nos séculos XVII e XVIII, exercida sobre os corpos dos indivíduos e sobre o que eles fazem não pode ser representada a partir da forma das “relações de soberania”⁵⁶. Sua análise corresponde ao problema colocado para a filosofia política desde o momento em que a arte de governar

⁵⁵ Ibid., p. 225.

⁵⁶ DS, p. 31.

os indivíduos e grupos aparece em primeiro plano na política europeia a partir do século XVI.

Em 1976, Foucault podem ter sido bem-sucedido ao apontar a bipolaridade soberania-governo, sublinhando uma incompatibilidade⁵⁷ entre as relações de soberania e a mecânica de poder centrada no corpo e na vida. Porém, ao rejeitar a concepção jurídica do poder, não faz mais do que substituir a lei e o contrato pela guerra e a conquista.⁵⁸ Ele pode ter sido bem-sucedido ao apontar que a violência do poder se esconde por detrás da paz do contrato, que o direito é bem-sucedido em dissolver o fato de a dominação na soberania e na obrigação legal da obediência, mas esta análise o reconduz para o fato do poder se concentrar no soberano, elidindo a existência de outros atores políticos. Em segundo lugar, as análises “micro”, locais e regionais do poder não conseguem explicar como as relações de poder, em muitos aspectos, são terminadas e centralizadas no Estado, nem como este desempenha o papel ao mesmo tempo estruturante e reprodutor das relações de poder. A microfísica do poder mostra-se insuficiente para criticar as análises de poder centradas no Estado, pois ela “deixa por inteiro o problema de saber como as relações de poder múltiplas e dispersas tomam uma forma ‘coerente’ ou ‘unificada’, como elas se traduzem em estratégias globais ou em hegemonias sociais que, por sua vez, podem agir sobre os micropoderes sociais”⁵⁹. Para alguns, após *Vigiar e punir*, Foucault teria permanecido fascinado pela descrição minuciosa e exaustiva dos lugares do poder e cativo de uma “filosofia do poder” que não logra sair da descrição de aparelhos de dominação mais e mais sofisticados da sociedade burguesa. Apesar de todas as suas declarações sobre a produtividade do poder, seu trabalho parecia preso no “dualismo entre poder e dominação”⁶⁰.

Se Foucault afirma em mais de uma ocasião que o tema da proliferação dos controles sociais somente entrou para o “grande fórum” após o Maio de 1968, colocava-

⁵⁷ A invenção da nova mecânica de poder que incide sobre os corpos “é absolutamente incompatível com as relações de soberania”. DS, p. 31.

⁵⁸ Interrogado em uma entrevista sobre o sentido da palavra “crise”, Foucault afirma que se recusa a pensá-la em termos de um processo total que, no seu desenvolvimento, chega a um ponto de contradição tal que não pode mais continuar. Para ele, a crise é uma situação estratégica de embate entre adversários e a política “é a continuação da guerra por outros meios”. Cf. “La politique est la guerre par d’autres moyens”. DE I, nº 148 [1975], p. 1572.

⁵⁹ LEMKE, T. “‘Marx sans Guillemets’. Foucault, gouvernementalité et la critique du néolibéralisme”. In: *Actuel Marx*, nº 36, 2004/2, p. 16.

⁶⁰ BONNAFOUS-BOUCHER, M. Le libéralisme dans la pensée de Michel Foucault, pp. 35-6.

se em questão o seu próprio diagnóstico de uma sociedade de controle. Em uma entrevista acerca de *Vigiar e punir* concedida em 1975, ele é levado pelo entrevistador a elucidar a sua posição sobre a natureza do controle nas democracias liberais: “dever-se-ia considerar que o poder, exclusivamente definido como o princípio da opressão social, se aperfeiçoa inelutavelmente há dois séculos, apesar do advento da democracia... É precisamente o que o seu livro quer demonstrar”⁶¹. A resposta de Foucault mostra com clareza que falta ao seu diagnóstico uma elaboração da perspectiva estatal fora do quadro disciplinar:

A partir do momento quando houve necessidade de um poder infinitamente menos brutal e menos dispendioso, menos visível e menos pesado do que a grande administração monárquica, concedeu-se a uma certa classe social, ao menos aos seus representantes, latitudes maiores na participação ao poder e na elaboração das decisões. Mas, ao mesmo tempo, e para compensar, desenvolveu-se todo um sistema de adestramento [*dressage*] voltado essencialmente para outras classes sociais [...] Para que um certo liberalismo burguês tenha sido possível no nível das instituições foi preciso, no nível daquilo que eu chamo os micropoderes, um investimento muito mais estreito dos indivíduos, foi preciso organizar um esquadrinhamento dos corpos e dos comportamentos. A disciplina é o inverso da democracia. [...] No início do século XIX, se quis que os operários economizassem apesar de seus baixos salários. O que estava em jogo era certamente mais a manutenção da ordem política do que a economia: tratava-se de inculcar à população, à força de instruções, um certo tipo de comportamento feito de ordem e de prudência”⁶².

Se Foucault coloca com bastante clareza a relação de necessidade entre o surgimento do liberalismo e o desenvolvimento dos aparelhos disciplinares que adquirem um caráter ao mesmo tempo político e econômico, falta-lhe elaborar como esta ortopedia social do pobre e do operário podia se dar da perspectiva estatal. Ele já trata desse problema ao menos desde 1974. Em uma conferência pronunciada no Rio de Janeiro, Foucault trata das disciplinas a partir perspectiva da “socialização” do corpo pelo capitalismo por meio de uma “medicina social” que surge como “uma estratégia biopolítica”⁶³, caracterizada por três elementos: o surgimento na Alemanha de uma ciência do Estado e da polícia médica estatal; a questão francesa da política da cidade: seu crescimento e as revoltas urbanas põem um problema cuja resposta pela medicina

⁶¹ “Sur la sellette” [1975]. DE I, nº 152, p. 1589.

⁶² Ibid., p. 1590.

⁶³ “O nascimento da medicina social” [1974]. In: FOUCAULT, *Microfísica do poder*. Op. cit., p. 144.

urbana foi o controle do meio; na Inglaterra no século XIX, trata-se da transposição, na legislação médica, “do grande problema político da burguesia nessa época: a que preço, em que condições e como assegurara sua segurança política”⁶⁴. Esta fórmula da medicina social inglesa ainda aparece para Foucault a partir de uma perspectiva estratégia que visa garantir a segurança de uma classe social. Se há instrumentos estatais na análise foucaultiana, eles aparecem como astúcia, instrumento e estratégia a serviço de uma classe social: “O sistema inglês [...] possibilitou [...] ligar três coisas: “assistência médica ao pobre, controle de saúde da força de trabalho e esquadramento geral da saúde pública, permitindo às classes mais ricas se protegerem dos perigos gerais”⁶⁵.

O Estado aparece aqui como um ponto de inscrição passivo de uma estratégia securitária da classe liberal capitalista semelhante à ideia de uma dominação de classe. Faltava a Foucault inscrever seu projeto crítico no quadro de uma filosofia política. Em 1976 ele ainda combatia as categorias clássicas da filosofia política com o vocabulário belicoso.⁶⁶ Em uma entrevista concedida mais adiante neste mesmo ano, Foucault nos dá conta da própria carência quando aponta as insuficiências da filosofia política em uma entrevista concedida em 1976:

O soberano, a lei, a interdição, tudo isso constituiu um sistema de representação do poder que foi em seguida transmitido pela teoria do direito: a teoria política permaneceu obsedada pelo personagem do soberano. Precisamos de uma filosofia política que não seja construída em torno da soberania, ou seja, da lei, logo, da proibição; é preciso cortar a cabeça do rei e ainda não o fizemos na teoria política. [...] Não quero dizer que o Estado não é importante; o que quero dizer é que as relações de poder, e por consequência a análise de delas deve-se fazer, devem ir além do quadro do Estado.⁶⁷

Embora indique a necessidade de uma “filosofia política”, em sua análise das “relações de poder” as técnicas disciplinares e a medicina social aparecem como instrumentos conectados a um obscuro projeto político da burguesia que consiste em manter a sua dominação. Ou seja, se Foucault indica o desenvolvimento nos séculos

⁶⁴ Ibid., p. 167.

⁶⁵ Ibid., p. 170.

⁶⁶ A ideia segundo a qual a guerra das constitui a trama ininterrupta da história, a guerra que se desenrola mesmo sob a ordem civil e sob a paz é uma forma de análise das relações de poder que “corta a cabeça do rei, que dispensa em todo caso o soberano e o denuncia”. DS, p. 50.

⁶⁷ “Entretien avec Michel Foucault” [1976]. DE II, n° 192, pp. 150-1.

XVII e XVIII de uma “nova tecnologia do exercício do poder”⁶⁸, mais importante do que “as reformas constitucionais ou as novas formas de governo” que se instituíram na Europa no final do século XVIII, se ele tinha claro a produtividade dessas tecnologias, que se exerciam “por meio da produção e da prestação [...] produtivas”⁶⁹, sua filosofia política, ao se recusar em conceber o poder como simples integração do direito na ordem do Estado, parecia impedi-lo colocar que a astúcia da burguesia se valia das estruturas estatais. Em outras palavras, essa análise de Foucault parecia temer associar Estado e soberania, aparentemente recusando o que ele mesmo já colocava, que o projeto da burguesia consistia justamente em por relações de poder no nível macro do Estado, ou seja, por em prática uma “bio-política”, que é conceito por meio do qual Foucault sintetizou esta nova tecnologia de poder situada no nível “micro” das instituições quanto no nível “macro” do Estado. A partir da perspectiva da biopolítica, Foucault torna mais complexa a problemática do poder. Não se trata, ele dirá mais tarde, simplesmente da apropriação produtiva do tempo dos indivíduos. Tampouco trata-se simplesmente, como ele parecia indicar, de controlar a massa de proletário para assegurar a estabilidade política do domínio burguês. Sua intuição fundamental é que a biopolítica diz respeito à uma “racionalidade política” cuja característica maior é a “integração dos indivíduos em uma comunidade ou uma totalidade que resulta de uma correlação permanente entre uma individualização ainda maior e a consolidação dessa totalidade”⁷⁰.

As elaborações de Foucault sob a perspectiva estrita da biopolítica são breves: a última aula do curso de 1976 *Em defesa da sociedade* e o último capítulo de *A vontade de saber*. A introdução o termo *biopolítica* é seguida pela introdução dos termos *governo* e *governamentalidade*. A questão do Estado aparece finalmente como o resultado de um processo de *governamentalização do Estado*. Em 1979, Foucault colocará a questão da biopolítica dentro de um quadro maior da análise do liberalismo. A astúcia burguesa aparecerá como a *racionalidade política liberal*, o projeto de instauração do liberalismo como racionalidade política. Assim, desenha-se o projeto de uma filosofia política que corresponde à uma crítica do presente: uma “análise histórica de nossa racionalidade política que é algo um pouco diferente das discussões acerca das teorias políticas. [...] O

⁶⁸ Ibid., p. 153.

⁶⁹ Ibid., p. 153.

⁷⁰ “La technologie politique des individus” [1982]. DE II, n° 364, p. 1646.

fracasso das grandes teorias políticas de hoje deve levar não a um modo de pensar não político, mas a uma enquete acerca do nosso modo de pensar o político ao longo deste século”⁷¹.

Da razão seiscentista que concebia o Estado como uma natureza à ideia do homem concebido como um ser vivo e elemento de uma população integrada a um meio físico e social, pode-se seguir a intervenção crescente do Estado na vida dos indivíduos. Se esta intervenção, no liberalismo, é indexada ao interesse dos indivíduos e grupos, ela não deixa de instaurar uma ordem que está em oposição ao sistema jurídico. Retornamos assim à questão inicial de Foucault: a “explosão” do problema da condução da conduta e da arte de governar a partir do século XVI não fez a soberania sair da cena do pensamento político. Se a economia política aparece a partir do século XVIII como uma arte de governo que tem como objetivo governar da melhor maneira possível a sorte da população, com máxima eficácia e mínimo de dispêndio de força, “o problema da soberania não é eliminado; ao contrário, é tornado mais agudo do que nunca”⁷². A escolha metodológica de Foucault desloca as noções da soberania “para detrás do problema, agora maior, das boas opções de governo”⁷³. Mas se Foucault opta por não analisar o poder a partir dos universais jurídicos, ele deixa claro que o problema colocado por Rousseau⁷⁴ permanece.

1.3 A fobia do Estado e o pacto de segurança

Diversos autores⁷⁵ sugerem que não se deve dissociar os cursos de Foucault sobre o poder de seus livros, intervenções e conferências, sob pena de não compreender seu alcance crítico. O seu diálogo com o campo de esquerda francês durante os anos 1970 foi constante. Senellart afirma que a sua referência mais importante para as suas elaborações acerca das artes de governar em 1978 e 1979 faz parte do desenvolvimento

⁷¹ “La technologie politique des individus”. DE II, n° 364, p. 1646.

⁷² STP, p. 142.

⁷³ STP, p. 143.

⁷⁴ Para Foucault, Rousseau põe o problema de saber como as noções da soberania (“natureza”, “contrato” e “vontade geral”) podem oferecer um princípio geral de governo que dará lugar tanto ao princípio jurídico da soberania quanto aos elementos de uma arte de governar. Cf. STP, p. 142.

⁷⁵ Cf., por exemplo, SENELLART, M. “Situação dos cursos”. In: STP: pp. 498-512; FONTANA, A. “Situação do curso”. In: DS, pp. 234-7. GROS, F. *Michel Foucault*. Paris, PUF, 1996, pp. 9-12.

de um pensamento chamado *segunda esquerda*.⁷⁶ Devemos acrescentar, em primeiro lugar, sua proximidade com a militância maoísta e com o marxismo, posições com as quais procurou manter um diálogo crítico, sobretudo durante a primeira metade da década. A surpreendente derrota da esquerda francesa em 1978, o aceno do governo de Giscard D'Estang ao neoliberalismo e a perspectiva de um governo socialista nas eleições de 1981 também moldaram as discussões de Foucault sobre o neoliberalismo.

O fenômeno da dissidência soviética surge com força durante a metade dos anos 1970, quando Foucault faz algumas intervenções em favor da dissidência política contra estados autoritários como a antiga União Soviética e a Espanha franquista. A atividade crítica e política de Foucault vai a par com uma questão que emerge no mesmo período: a discussão sobre o papel crescente que a violência política havia assumido nas ações de grupos radicais de esquerda e de direita. No centro deste debate estava o papel do Estado e a repressão ao terrorismo. Ao mesmo tempo, o contato de Foucault com as revoltas contra o xá do Irã o fazia refletir sobre o elo entre espiritualidade, política e resistência ao poder, e a diferença entre revolta e revolução. O elogio da sublevação que rompe a causalidade histórica e as revoltas de conduta serão tematizados por Foucault dentro da chave da governamentalidade a partir de 1978.

Em entrevista concedida em 1977, Foucault relata importantes aspectos do contexto político francês nos anos 1970 que julgamos pertinentes para compreender a sua aproximação com o neoliberalismo. Desse relato, destacamos dois temas interligados que apontam o contexto político francês desta época: a fobia do Estado e o pacto de segurança.

Com relação ao primeiro tema, se a miséria operária fez o pensamento político no século XIX girar em torno da economia e da necessidade de intervenção estatal para mitigar os extremos produzidos pela exploração capitalista, os fenômenos agudos de poder que marcaram o século XX – fascismo e stalinismo – trouxeram para o primeiro plano a questão da superprodução de poder pelo Estado, traduzida numa “inquietação política de nossas sociedades atuais”⁷⁷, motivada pelo fantasma do retorno das formas

⁷⁶ Cf. SENELLART, M. “Situação dos cursos”. In: STP: pp. 498-9.

⁷⁷ Cf. “Non au sexe roi”. DE II, nº 200, p. 264. A multiplicação dos relatos de dissidentes do Leste Europeu se traduzia num medo da disseminação dos *gulags* na sociedade disciplinar ocidental.

totalitárias, cuja semente se encontraria no planejamento centralizado e na intervenção estatal na economia visando a distribuição da riqueza na sociedade e a regulação da liberdade de mercado. Ao mesmo tempo, o campo da esquerda caracterizava a repressão às suas ações pelos governos liberais europeus como sinais do retorno de um Estado fascista.

Na entrevista, Foucault afirma que fenômenos como a dominação e a repressão não são problemas específicos das sociedades totalitárias. Eles surgiram tanto em regimes capitalistas quanto socialistas. Embora tenham sido fenômenos singulares, não podemos negar, diz Foucault, “que sob muitos pontos fascismo e stalinismo apenas prolongaram toda uma série de mecanismos que já existiam nos sistemas sociais e políticos do Ocidente”⁷⁸. Por este motivo,

As sociedades ocidentais, de um modo geral as sociedades industriais e desenvolvidas do fim deste século [XX], são sociedades atravessadas por esta surda inquietude, ou mesmo por movimentos de revolta francamente explícitos que questionam essa espécie de superprodução de poder que o stalinismo e o fascismo sem dúvida manifestaram em estado nu e monstruoso.⁷⁹

Desta forma, haveria entre as sociedades capitalistas liberais e os Estados totalitários uma relação que cabe investigar, pois o fascismo e o stalinismo utilizaram e ampliaram os mecanismos presentes nos sistemas sociais e políticos ocidentais desde o século XIX. Ou seja, apesar da sua loucura interna, utilizaram, em larga medida, as ideias e procedimentos políticos comuns a ambos.⁸⁰ As ações de exclusão e de extermínio do politicamente perigoso e do etnicamente impuro “são biopolíticas introduzidas já no século XVIII pelo policiamento médico e assumidas, no século XIX, pelo darwinismo social, pela eugenia, pelas teorias médico-legais da hereditariedade, da degenerescência e da raça.”⁸¹ Logo, Foucault pergunta: o que é tal concentração de poder estatal, sabendo que dispomos de poucos instrumentos conceituais para pensá-lo, ou ao menos, estando claro que a explicação pela economia é insuficiente?⁸²

⁷⁸ “La philosophie analytique de la politique”. DE II, n° 232, p. 535.

⁷⁹ Ibid., p. 536.

⁸⁰ Ibid., p. 536.

⁸¹ Cf. DS, aula de 17 de março, onde Foucault analisa a utilização da biopolítica de viés racista pelo nazismo.

⁸² “Pouvoir e savoir”. DE II, n° 216, pp. 401-2.

Nesta época, havia uma real discussão acerca do crescimento do poder do Estado. A partir de 1976, Foucault participa de manifestações de apoio ao movimento soviético de dissidência, advogando contra os governos autoritários em nome da defesa do “direito dos governados”. Tanto à direita quanto à esquerda diagnosticava-se o crescimento desmesurado do Estado. No terceiro capítulo descrevemos o diagnóstico vindo da direita liberal e mostramos que, para eles, a intervenção do Estado na economia, seja para minorar os efeitos desagregadores da concorrência no tecido social, seja visando reduzir as desigualdades econômicas.

À esquerda, o caso da extradição do advogado Klaus Croissant atrai bastante a atenção de Foucault. Advogado de militantes extremistas alemães, Croissant pede asilo político na França, mas, contra as disposições da lei de asilo, é preso e condenado à extradição, requerida pelo governo da então Alemanha Ocidental, que alegava que o advogado colaborava com terroristas. Foucault se posiciona contra a extradição, alegando que a perseguição ao advogado configurava uma situação nova e preocupante, na qual se tolhia o direito de defesa perante a justiça e apelando para este “direito dos governados, [...] mais preciso e mais historicamente determinado do que os direitos humanos”⁸³, tendo em vista que a perseguição a Croissant ganha os contornos de um pacto entre Estados soberanos democráticos, cujo status de Estados de direito estaria falhando em proteger um cidadão contra os abusos do Estado. Tal situação releva o recuo da prática legal estabelecida na Europa Ocidental de dar abrigo à indispensável emigração política e põe a nu as motivações políticas dos Estados, a saber, a de colocar a própria segurança acima das leis. Foucault afirmará em outra intervenção acerca de Croissant que “doravante, a segurança está acima das leis”⁸⁴.

Para Foucault trata-se de uma situação nova que cabe investigar. Ele afirma que se trata de uma situação na qual o Estado pratica uma *isenção legal*, revivendo a prerrogativa da soberania clássica de colocar-se acima das leis por meios legais, praticando atos de exceção que se justificam pelo caráter excepcional da ação terrorista. Foucault sugere que essa forma de segurança não significa um recuo à forma de Estado soberano fronteiro: “antigamente o Estado podia dizer ‘eu vou lhes dar um território’

⁸³ “Va-t-on extraditer Klaus Croissant?” [1977]. DE II, n° 210, p. 362.

⁸⁴ “Michel Foucault: ‘désormais, la sécurité est au-dessus de la loi’” [1977]. DE II, n° 211, p. 366.

[...] Era o pacto territorial, e a garantia das fronteiras era a grande função do Estado”⁸⁵. Hoje, ele prossegue, o problema das fronteiras já não se coloca. O Estado estabelece um “pacto de segurança” com os governados que visa o futuro e o incerto: “vocês estarão garantidos” contra a incerteza, o acidente, o dano e o risco. Para oferecer esta “solicitude onipresente”⁸⁶, o Estado não pode ser do mesmo tipo que o sistema de legalidade que impunha a punição ao desvio e deixava a liberdade em todos os outros casos. Estado que garante a segurança é aquele obrigado a intervir em todos os casos onde a trama da vida cotidiana é perfurada “por um evento singular, excepcional”⁸⁷.

O diagnóstico de Foucault é um “poder de tipo novo”. As democracias capitalistas ocidentais estariam, mais e mais, atribuindo-se o papel de proteger a população contra riscos e perigos tais como a violência social, e terrorismo e as guerras por meio de dispositivos estatais e de caráter securitário, cuja especificidade é atuar para além do marco jurídico. Para garantir a segurança, o Estado é obrigado a intervir na vida quotidiana de modo a lidar com eventos excepcionais e singulares para os quais a lei não é adaptada, o que exige intervenções extraleais. Paradoxalmente, da perspectiva do governo, este caráter extralegal não deve ser visto como de arbítrio nem de excesso de poder, mas em continuidade com a solicitude onipresente. Desta forma, segundo Foucault, o desenvolvimento das sociedades de segurança não se faz sem uma dose de excesso com relação ao aparato jurídico, ora mostrando sua ineficiência, ora ultrapassando-o em nome da segurança.⁸⁸ Assim, a base dessa nova política não é o contrato social, mas o pacto de segurança que delineia as possibilidades de o Estado exercer intervenções que não são definidas legalmente.

Foucault chama a atenção para a ruptura que o evento do terrorismo provoca na garantia de segurança implícita no pacto: “o que absolutamente choca no terrorismo, o que suscita a cólera real e sincera do governante, é que o terrorismo o ataca precisamente no plano onde ele afirmou a possibilidade de garantir às pessoas que nada lhes

⁸⁵ “Michel Foucault. La sécurité de l’État” [1977]. DE II, nº 213, p. 385.

⁸⁶ Ibid., pp. 385-6.

⁸⁷ Ibid., p. 385.

⁸⁸ Cf. “Désormais, la sécurité est au-dessus des lois”. DE II, nº 211, p. 367. Sobre a busca de um novo direito contra o poder disciplinar, cf. DS, pp. 34-5. Acerca da necessidade de um “direito novo” nas sociedades securitárias, cf. FONSECA, M. A., *Michel Foucault e o direito*. São Paulo: Saraiva, 2012, capítulo IV.

acontecerá”⁸⁹. Esta ruptura “insecuriza” não apenas a vida dos indivíduos, mas sua relação com o Estado, produzindo angústia nos indivíduos e exigindo do governante um aumento das medidas de segurança que, paradoxalmente, não devem aparecer como sinal do arbitrário e do excepcional, mas como a resposta necessária. O argumento de Foucault é que tais medidas excepcionais irão se inscrever dentro da lógica assistencialista de prevenção do acidente perigoso. Assim, acopladas à ideia da solicitude do Estado, configura-se uma ação contínua e preventiva visando eliminar os comportamentos perigosos, desviantes e acidentais e agindo sobre os valores e afetos dos governados. Assim, o caso Croissant dá a Foucault a intuição, essencial para se compreender a relação atual entre neoliberalismo e segurança, de que esta pode ser entendida não apenas como aquilo que compreende as questões mundanas e “biopolíticas” ligadas à circulação de coisas e indivíduos, mas também o tratamento das ameaças ligadas a eventos excepcionais. É o que procuraremos mostrar nos capítulos 3 e 4.

Ao mesmo tempo, este “jogo do medo” praticado pelo Estado atinge diretamente certos direitos dos governados, como se defender contra o Estado com base na lei, e não na segurança, opondo resistência e exercendo a dissidência política. Ainda no contexto do caso Croissant, Foucault interroga em 1977 os líderes da esquerda acerca de sua posição contra uma consequência deste jogo, que produz um “*medo do medo* que é uma das condições de funcionamento dos Estados de segurança”⁹⁰.

Contra a “fobia do Estado”, ou seja, a alegação de que toda intervenção governamental leva necessariamente ao totalitarismo, Foucault recusa a ver esta escalada de medidas como um retorno do Estado totalitário. Ao menos analiticamente é preciso, ele diz, diferenciar o atual Estado de segurança neoliberal alemão da Alemanha fascista, compreender que o totalitarismo foi um fenômeno muito específico no qual o partido político, os aparelhos do Estado, os sistemas institucionais e a ideologia incorporam uma espécie de unidade controlada de alto a baixo cuja vocação é recusar as lacunas e as fissuras. Para ele, as sociedades de segurança que estavam surgindo são caracterizadas por tolerar

⁸⁹ “Michel Foucault. La sécurité de l’État”. DE II, nº 213, p. 386.

⁹⁰ “Lettre à quelques leaders de la gauche” [1977]. DE II, nº 214, p. 390. Grifo nosso.

toda uma série de comportamentos diferentes, variados, no limite desviantes e mesmo antagonistas uns com relação aos outros, à condição, é verdade, que eles se encontrem dentro de um certo invólucro [envelope] que eliminará coisas, pessoas e comportamentos considerados acidentais e perigosos. Esta delimitação do “acidente perigoso” pertence efetivamente ao poder.⁹¹

Foucault sugere que este caráter extralegal da segurança marca na sociedade liberal a possibilidade de atravessar o marco do Estado de direito por um sistema que não seria antiliberal, pois “nesse invólucro, há uma margem de manobra e um pluralismo tolerado infinitamente maior do que nos totalitarismos. É um poder mais hábil, mais sutil do que o do totalitarismo”⁹². Foucault inscreve as medidas antiterror dentro de um jogo segurança-liberdade que é inerente à tecnologia liberal de governo. Aos olhos de Foucault, o liberalismo requer manter determinado controle sobre coisas e pessoas para assegurar a sua liberdade de movimento. Nesta relação, o liberalismo aparece como uma forma de governo construtivista na medida em que precisa construir e moldar a realidade que procura governar. O termo *realidade* é importante. Foucault dirá que o liberalismo é uma arte de governo que aceita a realidade, querendo dizer com isso que seu modelo não é o édito que emana da autoridade, mas de uma série de mecanismos de controle (de segurança) que emergem da realidade já existente e que não busca, portanto, produzir, mas regular. No limite tratar-se-ia somente de reconhecer as coisas como elas são, sem querer introduzir nenhuma realidade vinda do exterior. Sendo assim, o liberalismo é aquele que diz que governa um mínimo, esquivando-se, no limite, a toda coerção de tipo soberano-legal, na medida em que uma norma não é obrigatória, na medida em que deixa agir e fazer, mesmo que dentro de certos limites, e à qual se pede adesão sem obrigar. É o que veremos no próximo capítulo.

⁹¹ “Michel Foucault. La sécurité de l’État”. DE II, n° 213, p. 386.

⁹² “Michel Foucault. La sécurité de l’État”. DE II, n° 213, p. 386. Embora se reconheça o esforço de Foucault em elucidar o caráter novo e específico do Estado de segurança, recusando-se, como vimos, a empregar o termo “totalitarismo”, suas colocações levaram alguns a afirmar corretamente que Foucault minorou o impacto da segurança no próprio código legal. Por exemplo, quando a Alemanha Ocidental criminalizou o protesto e a dissidência na década de 1970 e passou a discriminar indivíduos vinculados a “organizações anticonstitucionais”. Diante desses fatos, realmente a sua apresentação do ordoliberalismo no curso de 1979 se esquece das medidas extralegais como instrumento do Estado liberal. Ademais, o caso Croissant está ausente do curso deste 1979, exceto pelas notas de seu editor. Cf. HANNAH, M. “Foucault’s ‘German Moment’: Genealogy of a Disjuncture. In: *Foucault Studies*, n° 13, pp. 116-137, 2012. Cit., p. 120.

2 Soberania, segurança e liberalismo

A passagem de um regime dominado pelas estruturas de soberania a um regime dominado pelas técnicas do governo se faz no século XVIII em torno da população e, por conseguinte, em torno do nascimento da economia política. [...] A soberania não é de forma alguma eliminada pelo surgimento de uma nova arte de governar [...] O problema da soberania não é eliminado; ao contrário, é tornado mais agudo do que nunca.

Foucault, STP, pp. 141-2.

Pura potência negativa, limite inferior do pensamento do político, ponto de ancoragem e ponto de partida para o direito, talvez a astúcia da soberania seja justamente saber manter a simplicidade de sua estrutura negativa e a capacidade de manter-se como fundamento e ponto de fuga para toda passagem à positividade do político. O trabalho de Foucault atesta como a monarquia jurídica persiste no pensamento político contemporâneo. Quando o filósofo analisa o poder a partir dos dispositivos disciplinares e de segurança, o elemento que está presente, em geral sob crítica, é justamente o poder soberano.

Um dos sentidos da monarquia jurídica é o Estado democrático de direito. Essa noção ganha importância na primeira metade do século XX no interior das lutas contra os Estados totalitários, quando surge como a forma desejável do Estado liberal, este fundado no respeito aos direitos individuais e na submissão incondicional da autoridade pública à lei. Nos nossos dias, a noção ganhou uma nova atualidade quando as democracias liberais do Ocidente elegeram as situações de exceção como componentes necessários da “guerra contra o terror”. Em nome da “defesa da sociedade” contra a ameaça sem rosto do terrorismo, doravante o Estado pode, de forma indefinida, aplicar

medidas de caráter securitário e editar leis que se chocam com os direitos individuais nos quais se funda a razão de ser do Estado de direito. Nesse ponto de tensão, a análise do poder de Foucault é muito atual: ele critica as concepções de poder calcadas nas noções de lei e de direitos, e propõe uma abordagem dos mecanismos de segurança, abrindo um importante campo de análise crítica das sociedades liberais.⁹³ Já em 1977, Foucault diagnostica “um poder de novo tipo”: um “pacto de segurança” que o Estado propõe aos cidadãos visando garanti-los de perigos e acidentes, e cuja contrapartida são medidas de caráter excepcional que colocam o Estado acima das leis. É preciso compreender este pacto também no seu sentido securitário – no sentido do termo francês *assuranciel* –, no qual o Estado se propõe a oferecer garantias “contra tudo o que pode significar incerteza, acidente, dano, risco”⁹⁴. Nos dois casos, trata-se “de instalar mecanismos de segurança em torno desse aleatório que é inerente a uma população de seres vivos”⁹⁵, de otimizar um estado de vida pelo poder estatal.

*

No curso de 1979, Foucault levanta a hipótese de o liberalismo ser a mais importante racionalidade política moderna devido à ausência de uma governamentalidade socialista autônoma. O seu argumento é que o socialismo, como a história mostrou, não desenvolveu uma razão governamental própria, pois ele empregou efetivamente formas de poder semelhantes ao Estado de polícia hiperadministrativo. Daí o socialismo não ser, para Foucault, uma alternativa para o liberalismo.⁹⁶ Foucault pergunta, então, qual seria a governamentalidade adequada ao socialismo, uma governamentalidade “estritamente, intrinsecamente, autonomamente socialista”⁹⁷.

O objetivo estabelecido por Foucault neste curso é descrever como se apresenta na sua atualidade a programação neoliberal de governo. Para compreendê-la é preciso estudar a perspectiva foucaultiana de um processo de “governamentalização” do Estado. Foucault recusa explicitamente apresentar uma teoria do Estado liberal. Para ele, a

⁹³ Cf. SENELLART, M. “La question du État de droit chez Foucault”. In: J. Guilhaumou, J-L. Fournel (ed). *Libertés et libéralismes*. Lyon: ENS Éditions, 2012 p. 298.

⁹⁴ Cf. “Michel Foucault: ‘Désormais, la sécurité est au-dessus des lois’”. DE II, n° 211, pp. 366-8 e “Michel Foucault: la sécurité et l’État” [1977]. DE II, n° 213, pp. 385-6.

⁹⁵ DS, p. 207. Trad. mod.

⁹⁶ Cf. NB, p. 124.

⁹⁷ NB, p. 126.

autoridade política vai além da abordagem formal do Estado, de sua estrutura e funções. Inserida na problemática política da sua atualidade, esta abordagem lhe permite desenvolver uma estratégia múltipla: trata-se da crítica às posições antiestatais, da denúncia das insuficiências de certo socialismo apegado à figura técnico-administrativa do Estado, e da crítica da teoria do Estado de direito forte, na linha de pensadores neoliberais como Hayek. Foucault propõe pensar o Estado liberal como *resultado* de um processo de governamentalização, da implementação de técnicas de governo múltiplas e complexas, que se movem em planos diferentes como o direito, a economia e o próprio Estado. O filósofo trata o liberalismo como uma forma histórica de racionalidade política moderna – cuja gênese e desenvolvimento correspondem ao processo de governamentalização – que surge no momento em que o mercado aparece como princípio limitativo na prática governamental, cujo saber é a economia política e cujo objeto é a população. O campo de análise deste processo de governamentalização é demarcado por três elementos: soberania, disciplina e governo. Neste movimento, realiza-se uma “duplicação”, onde sujeitos de direito, sobre os quais se exerce a soberania política, aparecem como seres viventes.⁹⁸

Foucault não pensa o neoliberalismo da perspectiva das lutas contra a desigualdade. Seu diagnóstico – parcial e muito específico às sociedades capitalistas avançadas – é de que a exigência de igualdade deixou de ser uma demanda social forte. Neste contexto, as lutas contra as formas de sujeição ganham importância. O interesse de Foucault está nas relações entre o governo político e os sujeitos, e sua atenção se volta para o maquinário neoliberal de programação de condutas que, segundo ele, consiste em generalizar a forma do mercado, em induzir relações empresariais entre indivíduos capitalizados, em incitar a autonomia dos indivíduos em um espaço móvel de escolhas individuais e de desigualdades, para então responsabilizar os indivíduos pela própria capitalização fazendo-os enfrentar sozinhos os riscos desse empreendimento.

No curso de 1978, Foucault introduz e descreve a problemática do governo das sociedades capitalistas ocidentais e emprega pela primeira vez a chave analítica da governamentalidade. É um momento decisivo de sua produção intelectual. Após ter tratado, em cursos e livros, de várias hipóteses sobre o funcionamento do poder, ele

⁹⁸ Cf. NB, pp. 29-30, nota.

começa a dar forma à sua própria posição a respeito. A partir das noções de governo e governamentalidade, Foucault se destaca de três outras concepções do poder: a hipótese repressiva ou *freudo-marxista*, que trata das lutas pela eliminação de um poder que reprime; a *hipótese Nietzsche*, que descreve o poder como configurações instáveis cujas origens se busca na guerra e na luta; a *hipótese liberal*, cuja raiz remonta a Hobbes, na qual o poder se dá por meio do contrato que estabelece a soberania e a lei.⁹⁹

O surgimento das noções de governo e de governamentalidade foram precedidos, tanto no curso de 1976 quanto no primeiro volume de *História da sexualidade*, por uma forte crítica à hipótese Hobbes, ou seja, às descrições do poder que Foucault chamou de “teoria da soberania”¹⁰⁰, ou ainda de “sistema Soberano-Lei”¹⁰¹. Tal crítica pode levar a pensar que Foucault simplesmente recusa a forma real de poder soberano, o que tornaria irreal a sua análise, dada a presença preponderante da forma de poder estatal. Em seguida, essa crítica poderia levar a pensar que a sua recusa de uma teoria do Estado significa não reconhecer a efetividade desta forma de autoridade política. Na verdade, acreditamos que os escritos de Foucault mantêm uma relação importante e recorrente com a problemática da soberania. Se ele recusa a teoria da soberania e as narrativas da fundação do poder a partir do contrato, é para melhor elucidar as formas concretas de exercício de poder, em particular o liberalismo. Sua estratégia de renunciar a uma teoria do Estado parte da hipótese de que o Estado não tem essência, que o Estado, bem como sua necessária forma jurídica, é a resultante de processos históricos e de relações de poder pré-existentes, cuja genealogia cabe elucidar. Em uma entrevista concedida em 1976, Foucault esclarece essa posição:

Não quero dizer que o Estado não é importante; o que quero dizer é que as relações de poder e, por consequência, as análises que delas devemos fazer, precisam ir para além do quadro do Estado. Isso em dois sentidos: primeiro, porque o Estado, compreendido na sua onipresença e com os seus aparelhos, está longe de recobrir todo o campo real das relações de poder; em segundo lugar, porque o Estado não pode funcionar senão na base de relações de poder preexistentes.¹⁰²

⁹⁹ Cabe precisar que ele corrige e supera, já no final do curso de 1976, suas próprias hipóteses de uma sociedade normalizadora e disciplinar.

¹⁰⁰ DS, p. 37.

¹⁰¹ HS I, p. 92.

¹⁰² “Entretien avec Michel Foucault” [1976]. DE II, n° 192, p. 151.

Tendo em vista essas precauções, apresentaremos no próximo item a relação que Foucault mantém com a ideia de poder soberano usando como ponto partida sua crítica à “teoria da soberania”, e como ponto de chegada o que ele chamou de *processo de governamentalização* do Estado no Ocidente, processo no qual, desde o século XVI, a forma estatal – que inicialmente se representava bastante bem no modelo soberano-lei – foi, pouco a pouco “governamentalizada” por elementos – disciplina e biopoder – que lhe eram estranhos e heterogêneos. A tese de Foucault é que esse conceito de poder “jurídico-discursivo”¹⁰³ concebe a soberania como estando acima ou fora dos conflitos, capaz de prover um ponto de vista único e global do poder e de tratar as questões políticas em termos de legitimidade e legalidade. Esta “é uma forma histórica bem particular à nossa história: a monarquia jurídica”¹⁰⁴, que não representa os mecanismos de poder – disciplina e biopoder – que desde o século XVIII tomaram em mãos a vida do homem como corpo vivo.¹⁰⁵

2.1 Soberania, disciplina e biopoder

Para Foucault, a soberania é, em primeiro lugar, uma certa maneira de exercer o poder pelo confisco e pela lei característica da monarquia feudal. Essa prática se reflete, mais tarde, em uma teoria da soberania que será usada tanto para codificar a lei quanto para justificar o poder monárquico e fixar a unidade estatal. Essa teoria também data da Idade Média, da reativação do direito romano. Ela constituiu-se em torno do problema da monarquia e do monarca. Segundo Foucault, a teoria da soberania desempenhou quatro papéis. Em primeiro lugar, ela se referiu ao poder efetivo da monarquia feudal. Em seguida, serviu de instrumento e de justificação para a constituição das grandes monarquias administrativas. Depois, a partir do século XVI e sobretudo no século XVII, foi usada tanto para limitar quanto para fortalecer o poder régio. Enfim, no século XVIII,

¹⁰³ HS I, p. 80. Como veremos, as formas liberais, sociais e neoliberais de governo devem ser compreendidas como aspectos historicamente localizáveis dessa trajetória de governamentalização do Estado. Do mesmo modo são as formas de problematização dos mecanismos de governo.

¹⁰⁴ HS1, p. 86.

¹⁰⁵ No capítulo 3 veremos que, se o jurídico aparece como “absolutamente heterogêneo” aos novos mecanismos de poder, o aspecto jurídico-discursivo parece não ter perdido a sua força. Afinal, de que se trata, senão da soberania, quando um pensador neoliberal como Hayek propõe uma teoria do poder político na qual todos os atores – inclusive o Estado – são nivelados e submetidos à *rule of law* que se apresenta como guardião do princípio da concorrência econômica?

em Rousseau e em seus contemporâneos, procurou-se constitui-la em modelo para as democracias parlamentares.¹⁰⁶

Segundo Foucault, enquanto durou a sociedade feudal, os problemas de que a teoria da soberania tratava e aos quais se referia “cobriam efetivamente a mecânica geral do poder”¹⁰⁷. Posteriormente, tanto a prática da soberania, quanto a sua teoria serão influenciadas e modificadas por outras formas de poder e de saber; por exemplo, à necessidade da regulação das coisas e súditos no âmbito da consolidação dos Estados nacionais europeus correspondeu uma inflexão da teoria da soberania, que teve que conviver com elementos que lhe eram estranhos. A partir do século XVI, o poder soberano reconheceu um certo número de tarefas que vão lastrear o seu desempenho, precisamente a “condução das almas” e das coisas. Nas palavras de Foucault, “com o século XVI, entramos na era das condutas, na era das direções, na era dos governos”.¹⁰⁸ Assim, distingue-se uma oposição entre as problemáticas da soberania e do governo, a primeira centrada no Estado e no direito, a segunda, nas relações efetivas de poder e, é claro, nos seus choques e heterogeneidades.

A noção de soberania ocupou um lugar de destaque nos cursos que Foucault ministrou no Collège de France na década de 1970 e no material sobre o qual essa dissertação detém a sua atenção. Não pretendemos aqui fazer um exame exaustivo da presença da soberania nesse material. Porém, é necessário tratar do tema pelos seguintes motivos: a frequência com que ele aparece em Foucault, sobretudo nos cursos de 1976 a 1979, onde muitas vezes se emprega a noção em sentidos diferentes; a necessidade de acompanhar a oposição feita por Foucault entre a soberania e o governo, sabendo-se que essa oposição é, na verdade, um convívio problemático marcado por interferências mútuas e justaposições; por fim, salientamos que é geralmente em oposição a uma forma de poder soberano ou a uma “teoria” soberana que Foucault desenvolve suas análises da arte de governar os homens, arte apresentada, paradoxalmente, como “exercício da soberania política”¹⁰⁹.

¹⁰⁶ DS, p. 31.

¹⁰⁷ DS, p. 31.

¹⁰⁸ Cf. por exemplo, STP, p. 309.

¹⁰⁹ NB, p. 3.

No curso de 1973, *La société punitive*, Foucault apresenta um autor do final do século XVIII para quem os verdadeiros objetivos da punição seriam a moralidade e a virtude, cuja falta acarreta a violação da “fidelidade devida ao soberano”, de modo que ambas seriam essenciais à salvação do Estado e ao exercício de sua soberania. Assiste-se ao que Foucault chama de “sobrecodificação ético-penal”, na qual o código legal aparece como insuficiente para governar as classes baixas e os trabalhadores. É preciso “agir positivamente sobre os indivíduos, transformá-los moralmente, obter uma correção”¹¹⁰ por meio da prisão. A partir deste exemplo, vemos como a forma de poder encarnada no soberano e codificada na lei não descreve adequadamente as relações de poder. Foucault nos mostra como, a partir do início do século XIX, dois conjuntos heterogêneos irão se articular, mesmo mantendo a sua especificidade. Por um lado, o conjunto penal caracterizado pelo interdito e a sanção, a lei, e cujo fundamento é a teoria da defesa do soberano contra a hostilidade dos súditos. Por outro lado, uma prática, cuja origem está na penitência religiosa, transforma-se em prática penitenciária, sendo apropriada pelo capitalismo como forma de coerção. O trabalho do genealogista, diz Foucault, está em apontar como estes dois conjuntos – discurso e prática – vieram a se agregar e funcionar no interior de uma mesma tática.¹¹¹

A tese de Foucault é que o modelo soberano do poder não permite dar conta do poder disciplinar que surge nos séculos XVII e XVIII. Segundo ele, o que tornou a coerção disciplinar aceitável foi o fato de o código jurídico da soberania (mais tarde tornada popular) ter recoberto os mecanismos da disciplina. Os saberes apropriados pelo poder disciplinar (medicina, psiquiatria etc.), pelo seu caráter científico, puderam colonizar as práticas jurídicas por se tratar de um conhecimento cuja “sacralização científica tornaria neutros”¹¹².

Ainda em 1976, Foucault salienta o ponto em comum entre a concepção jurídica e liberal do poder político que encontraríamos nos filósofos do século XVIII e em certa concepção do marxismo: o “economismo”. No primeiro caso, o poder é considerado um direito do qual se seria possuidor como um bem que se poderia, portanto, transferir ou

¹¹⁰ FOUCAULT, M. *La société punitive. Cours au Collège de France (1972-1973)*. Paris: Hautes Études, Gallimard, Seuil, 2013, pp. 112-3.

¹¹¹ Ibid., pp. 114-5.

¹¹² DS, p. 34.

alienar, de forma total ou parcial, mediante um ato jurídico ou um ato fundador do direito. Trata-se de um poder político que encontra seu modelo formal na troca, no contrato, na economia e na circulação de bens. No outro caso, o poder político igualmente encontra na economia seu princípio de funcionamento na medida em que o papel essencial do poder “seria manter relações de produção e, ao mesmo tempo, reconduzir uma dominação de classe” cujo desenvolvimento e modalidades próprias decorrem do desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, encontra-se subordinado à economia. Assim, o poder político “encontraria na economia sua razão de ser histórica”. Foucault então pergunta: o poder está sempre numa posição secundária em relação à economia? É sempre finalizado e como que funcionalizado pela economia, tendo essencialmente como razão de ser e como finalidade servir à economia? O poder deve ser modelado com base na mercadoria?¹¹³ Entre o liberalismo e o marxismo, Foucault afirma que é necessária uma terceira via: fazer uma análise não econômica do poder. Para isso, porém, a filosofia política disporia “de muito pouca coisa”, somente da afirmação de que o poder não se dá, não se troca, nem é tão somente a recondução das relações econômicas, pois é “primariamente, uma relação de forças”.¹¹⁴ A análise do poder como relação de forças o concebe como uma rede multifocal, onde operam múltiplas estratégias e mecanismos de poder e resistências. O método consiste em analisar a “positividade efetiva” do poder, sua riqueza estratégica e sua racionalidade imanente.

Em seguida, trata-se de repensar a questão do Estado. Segundo Foucault, há “um princípio geral no que se refere às relações entre o direito e o poder; parece-me que há um fato que não se pode esquecer: nas sociedades ocidentais, e isso desde a Idade Média, a elaboração do poder jurídico se fez essencialmente em torno do poder régio”¹¹⁵. Foi a pedido do poder régio e em seu proveito, como meio de justificar a obediência ao rei, que se elaborou o edifício jurídico em nossas sociedades. Quando esse edifício jurídico, nos séculos seguintes, volta-se contra o rei, para limitar o seu poder, de todo modo, diz Foucault, o personagem central ainda é o rei: “que os juristas tenham sido os servidores

¹¹³ Cf. DS, pp. 13-14. Sobre essa “metáfora da propriedade”, cf. FOUCAULT, M. *Vigiar e punir*. Op. cit., pp. 29-30.

¹¹⁴ DS, pp. 14-15.

¹¹⁵ DS, p. 23.

do rei ou seus adversários, de qualquer modo sempre se trata do poder régio”¹¹⁶. E esse direito tratou do poder régio de duas maneiras: seja para justificá-lo, para mostrar a sua adequação ao papel da soberania, a sua adequação ao direito fundamental, seja, ao contrário, para mostrar como se devia limitar esse poder do soberano. De todo modo, prossegue Foucault, quando se trata de saber como se forma uma unidade chamada Estado a partir da multiplicidade dos indivíduos e das vontades, todos os juristas irão se lembrar do *Leviatã*.

Ora, Foucault aponta as limitações desse modelo e seu papel estratégico, o qual teria tido a função de pacificar as relações de dominação na figura do soberano:

O soberano, a lei, a interdição, tudo isso constituiu um sistema de representação do poder que foi em seguida transmitido pelas teorias do direito: a teoria política permaneceu obsedada pelo personagem do soberano. Todas essas teorias ainda recolocam o problema do soberano. Precisamos de uma filosofia política que não seja construída em torno do problema da soberania, logo, da lei, logo, da interdição; é preciso cortar a cabeça do rei, mas ainda não o fizemos na teoria política.¹¹⁷

Trata-se, portanto, de recusar esses dois elementos – analisar o poder em termos de direito e tomar o Estado como a perspectiva capaz de recobrir o campo real das relações de poder –, apontando suas insuficiências. Isso não significa simplesmente negar a existência deles ou esquecê-los. Para Foucault, trata-se de inverter a perspectiva da representação do poder no modelo do direito: deixar aparecer o fato da dominação, mostrar que o direito é uma pluralidade de aparelhos e instituições sociais constituem múltiplas formas de subordinação. A sua perspectiva é a de um poder relacional, da pluralidade dos focos de poder e da irredutibilidade do conflito na sociedade. Recusando a concepção monista e pacificadora do poder¹¹⁸, Foucault tem diante de si o desafio de fazer a analítica do poder que recusa a efetividade do discurso filosófico-jurídico, que desempenha a função de rebaixar a legitimidade do conflito e a possibilidade dos indivíduos ou grupos se autogovernarem.

¹¹⁶ DS, pp. 23-4.

¹¹⁷ “Entretien avec Michel Foucault” [1976]. DE II, nº 192, p. 150.

¹¹⁸ Daí o interesse de Foucault pela perspectiva que analisa a sociedade em termos de guerra e conquista, que ele analisou longamente no curso de 1976. Esse discurso histórico-político é um discurso “crítico” à colonização e à pacificação do conflito social pela filosofia e pelo direito. Cf. DS, pp. 49-50.

A forma jurídica do poder e sua representação no Estado permanecerão um tema importante nas análises de Foucault. Em primeiro lugar, como veremos, a regulação dos fenômenos vitais da população supõe uma forma de poder centrada, pelo menos parcialmente, no Estado soberano; esse é o objeto da última aula do curso de 1976, que coloca a problemática da regulação da população, que é um objeto estranho à teoria do direito. Em seguida, ao tratar do liberalismo, ainda será o caso de considerar a forma jurídica:

[...] na nova razão governamental criada no século XVIII, o sistema de governo frugal ou o sistema da razão de Estado mínimo implicava [...] uma limitação interna [...] Mas não se deve crer que seja uma limitação de natureza totalmente diferente do direito. É uma limitação que é sempre e apesar de tudo uma limitação jurídica.¹¹⁹

A economia política aparece com a forma de saber que irá informar o governante acerca do princípio de *limitação interna* da razão governamental.¹²⁰ Na razão de Estado, a intervenção governamental no mercado podia ser indefinida, limitada apenas por critérios *externos* como a justiça, externos pois fixados externa e previamente com relação à realidade mesma das trocas. Ora, a economia política mostra que o mercado não é o lugar onde a prática é referida à norma externa e anterior da justiça (o preço justo, a ausência de fraudes), mas à prática mesma da troca, no sentido de que a norma advém de características internas ou “naturais” do fenômeno: o “normal” vem antes e a norma é deduzida dele.¹²¹ Ou seja, o campo normativo ou regulador da prática econômica é informado por outro saber, não mais a justiça, mas o saber acerca da naturalidade dos fenômenos econômicos:

Autores como Adam Smith, David Hume e Adam Ferguson assumem que existe uma natureza que é peculiar às práticas governamentais, e que os governos devem respeitar essa natureza em suas operações. [...] Por esse motivo, o princípio do governo se desloca da congruência externa para a regulação interna. As coordenadas da ação governamental não são mais legitimidade ou ilegitimidade, mas sim sucesso ou fracasso; a reflexão não foca no abuso ou arrogância do

¹¹⁹ NB, pp. 51-2.

¹²⁰ NB, p. 41.

¹²¹ Em outras palavras, tem-se, primeiro, uma apreensão do “normal” e do “anormal”, a saber, uma apreensão dos diferentes comportamentos. A ação governamental consistirá em fazer jogar os diferentes comportamentos uns com relação aos outros, eventualmente conduzindo os “mais desfavoráveis” para um estado que seja mais favorável, mas sempre com relação à própria realidade dos fenômenos. Cf. FONSECA, M.A. *Michel Foucault e o direito. Op. cit.*, p. 209. Este princípio de regulação da ação governamental conforme a naturalidade das coisas é o próprio princípio da segurança.

poder, mas sim na ignorância quanto a seu uso. A economia política introduz a questão da verdade e o princípio da autolimitação pela primeira vez na arte do governo. Consequentemente, não mais é importante saber se o soberano governa de acordo com leis divinas, naturais ou morais; antes, é necessário investigar a “ordem natural das coisas” que define tanto as fundações quanto os limites da ação governamental. A nova arte de governo [...] não mais busca maximizar os poderes do Estado. Ao contrário, ela mobiliza o raciocínio “econômico” para avaliar se uma ação governamental é necessária e útil ou supérflua e até mesmo prejudicial.¹²²

A partir da instituição do mercado (e não de justiça) como lugar privilegiado de verdade, verdade oriunda da sua naturalidade e que limita de fato e internamente a ação do governo, o problema da razão governamental passa a efetivamente a ser: “como vai ser possível formular em direito essa autolimitação?”¹²³

Ainda em 1976, Foucault aponta uma transformação “maciça” do direito político desde o século XVII. O “velho direito de soberania” modifica-se a partir do surgimento de um “novo direito” acerca de “um poder de ‘fazer’ viver e ‘deixar’ morrer”¹²⁴. Sob a ótica do pensamento político, passa-se a questionar: se a vida do súdito faz parte do direito soberano – visto que foi justamente pela necessidade de protegê-la dos perigos que os indivíduos se reuniram para constituir um soberano – este pode reclamar para si o direito de exercer poder de vida e morte? A vida não deve ficar fora do contrato? Tradicionalmente codificou-se o discurso sobre a isenção da vida a partir de elementos oriundos do direito, dos costumes e da religião. Foucault, porém, segue essa transformação não no nível da teoria política, mas no nível dos mecanismos, das técnicas, das tecnologias de poder:

A partir da época clássica, o Ocidente conheceu uma transformação muito profunda desses mecanismos de poder. O “confisco” [*prélèvement*] tendeu a não ser mais sua forma principal, mas somente uma peça, entre outras, com funções de incitação, de reforço, de controle, de vigilância, de majoração e de organização das forças que lhe são submetidas: um poder destinado a produzir forças, a fazê-las crescer e a ordená-las, mais do que a barrá-las, dobrá-las ou destruí-las.¹²⁵

¹²² LEMKE, T. Foucault, governamentalidade e crítica. Op. cit., p. 43.

¹²³ NB, p. 52.

¹²⁴ DS, p. 202. Trad. mod.

¹²⁵ HS, p. 128.

Os mecanismos disciplinares remontam à Antiguidade. A escravidão, as legiões romanas e os monastérios cristãos constituem exemplos de poder disciplinar. Foucault afirma que até os séculos XVII e XVIII, esses mecanismos apareciam isolados e fragmentados. Quando o poder disciplinar se aperfeiçoa e torna-se uma tecnologia generalizada, traz consigo uma nova maneira de *governar os homens*. No espaço de trabalho, o corpo dos indivíduos e o tempo de suas atividades passam a ser alvos privilegiados da ação disciplinar baseada no adestramento, controle e vigilância dos indivíduos e visando o sequestro de seu tempo e de suas forças para fins econômicos. Trata-se ao mesmo tempo de formas de racionalização e de economia de um poder que deve se exercer da forma menos custosa possível, por um sistema de organização do tempo e do espaço de trabalho, de hierarquização do comando, de exame e vigilância dos gestos, de registros e relatórios: toda essa tecnologia que Foucault chama de “tecnologia disciplinar do trabalho”¹²⁶.

A disciplina tenderá a deslocar o direito de vida e morte do soberano. Esse direito irá se orientar como o reverso do direito do corpo social de garantir sua própria vida, de mantê-la e desenvolvê-la, pois o poder sobre a morte tenderá a se subordinar a um poder sobre a vida que considera os indivíduos como seres viventes, e não como sujeitos políticos. Toda uma série de técnicas – vigilância, estatística, adestramento e educação, identificação e correção de comportamentos e posturas – deve ser incorporada por um “direito novo”. São, por exemplo, as ideias do exame e os gestos de reeducação dos faltosos que passarão a integrar a estruturação dos discursos, cálculos e técnicas político-legais.

Esse novo poder sobre a vida se exerce “por baixo” da lei soberana, no detalhe sobre os corpos, lá onde a lei deixava escapar demasiadas coisas. E, ao mesmo tempo, operam “por cima”, no nível da massa, dos mecanismos globais relativos à vida de toda a população de homens e mulheres, em um nível macro ligado a fenômenos biológicos que pouco têm a ver com as proibições legais. Por fim, seus mecanismos diferem da sanção legal, pois visam à “norma”, tanto disciplinar – aquilo que regulamenta a ação sobre os corpos – quanto relativa à população – ações globais visando à saúde, à previdência, ao saneamento das cidades, ao movimento de pessoas e coisas.

¹²⁶ IDS, p. 215.

Uma das grandes invenções da sociedade burguesa e instrumento fundamental da implantação do capitalismo industrial e da sociedade que lhe é correlativa, poder “indescritível” e “injustificável” nos termos da teoria da soberania, a tecnologia disciplinar “deveria normalmente levar ao próprio desaparecimento do edifício jurídico da teoria da soberania”¹²⁷. Ora, a soberania não apenas continuou a existir como “ideologia do direito”, mas continuou a organizar os códigos jurídicos. Foucault evoca dois motivos para isso: por um lado, a teoria da soberania foi, nos séculos XVIII e XIX, um instrumento de crítica e limitação contra o poder absoluto da monarquia. Por outro lado, invocado pelo direito público, tornou-se discurso estratégico que visava mascarar, sob um sistema de direitos universais, o que existia de dominação nas técnicas disciplinares.¹²⁸

Assim, Foucault conclui, nas sociedades modernas o poder se exerce no jogo de uma heterogeneidade; a disciplina é um conjunto de saberes, práticas e aparelhos codificados sob um modo “alheio ao da lei”:

[...] as disciplinas vão, portanto, trazer um discurso que será o da regra; não o da regra jurídica derivada da soberania, mas o da regra natural, isto é, da norma. Elas definirão um código que não será o da lei, mas da normalização [*normalisation*], e elas se referirão necessariamente a um horizonte teórico que não será o edifício do direito, mas o campo das ciências humanas. E sua jurisprudência será aquela de um saber clínico.¹²⁹

O objeto das disciplinas não é a lei nem o sujeito, mas o indivíduo. Ela não se projeta a partir do ponto unitário do soberano nem do ponto central do Estado, mas em instituições e práticas múltiplas. As ciências humanas nascentes no século XIX serão o campo de saber por excelência que, unido aos discursos e práticas jurídicas, formam o conjunto tecnológico disciplinar que permitiu ao capitalismo ajustar a acumulação de capital aos processos de regulação dos viventes em um domínio de valor e utilidade. Nesta segunda aula do curso de 1976, Foucault se refere a uma “sociedade de normalização”¹³⁰ para tratar da normalização disciplinar. Neste ponto, não faz nenhuma

¹²⁷ DS, p. 32.

¹²⁸ DS, p. 32.

¹²⁹ DS, p. 33. Aqui, a partir da referência à clínica, entende-se “normal” em oposição ao patológico, e a normalização como extinção da conduta desviante com relação ao código disciplinar.

¹³⁰ Cf. DS, p. 34. Segundo Edgardo Castro, é a primeira vez que essa expressão aparece nos trabalhos de Foucault. Cf. CASTRO, E. *Lecturas Foucaulteanas*. Buenos Aires: UNIPe, 2016, p. 55.

menção ao biopoder nem à biopolítica. As sociedades de normalização são aqui somente sociedades disciplinares. Mais adiante, na quarta lição do curso, quando o tema da pureza da raça toma o lugar da luta das raças, quando surge o racismo moderno, estatal e biológico, quando a soberania do Estado o transformou no imperativo de proteção biológica da raça, Foucault se refere à soberania cujo brilho e vigor são assegurados não por mecanismos jurídicos, “mas por técnicas médico-normalizadoras”¹³¹. Porém, até este ponto, o conceito de biopoder está ausente, pois, para tratar do biopoder, é necessário levar em conta um novo objeto, a população.

2.1.1 Biopoder e população

Na última aula do curso, Foucault alarga o conceito de normalização, empregando-o tanto para a disciplina quanto para o biopoder agindo sobre uma população:

a norma é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regularizar [*régulariser*]. A sociedade de normalização não é, pois, nessas condições, uma espécie de sociedade disciplinar generalizada cujas instituições tenham se disseminado ao ponto de recobrir todo o espaço – essa é somente uma primeira interpretação, e insuficiente, da ideia de sociedade de normalização. A sociedade de normalização é uma sociedade onde se cruzam, segundo uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulação.¹³²

A população surge como um problema novo tanto para a teoria do direito (que conhece somente o indivíduo e a sociedade) quanto para as disciplinas (que lidam com os indivíduos no nível do detalhe do corpo). Ela não coincide exatamente nem com a sociedade nem com o corpo social tal como o definem os juristas. A população não é sinônimo de povo, mas refere-se a uma multiplicidade numerável¹³³, acessível à

¹³¹ DS, p. 68.

¹³² IDS, p. 225. Não é razoável pensar que Foucault só tenha descoberto este alargamento do conceito de norma no final do curso, nem que o conceito de população lhe fosse estranho, pois já em *Arqueologia do saber* (1969), Foucault tratou de uma medicina da população como esforço que o Estado devia assumir e supervisionar: “[...] para manter o nível de saúde de uma população. [... estes campos] tais como são constituídos pela massa da população administrativamente enquadrada e fiscalizada, avaliada segundo certas normas de vida e de saúde, analisada segundo formas de registro documental e estatístico [...]”. *Arqueologia do saber*, p. 184. O que lhe faltava em 1969 era elaborar a problemática da população a partir da perspectiva do governo e da economia política.

¹³³ “Ela é essencialmente o que se conta. Deste fato, ela é duplamente objetivada: enquanto dado quantificável e relativa a um espaço particular”. SENELLART, M. “La population comme signe du bon

estatística (e mais tarde à seguridade). A população apresenta fenômenos novos, fenômenos aleatórios que só aparecem em seus efeitos econômicos e políticos, e que se desenvolvem essencialmente na duração. São fenômenos cujo tratamento exige mecanismos de poder diferentes dos disciplinares. Trata-se de “mecanismos reguladores [régulateurs]”, de “mecanismos de segurança” que, tomando os eventos aleatórios da massa populacional, “vão poder fixar um equilíbrio, manter uma média, estabelecer uma espécie de homeostase, assegurar compensações” com o objetivo de otimizar “um estado de vida” por meio de uma “regularização” [régularisation] cujo alvo não é o homem-corpo, mas o homem-espécie.¹³⁴

No curso de 1976, Foucault refere-se a *duas* tecnologias, caracterizadas por mecanismos e racionalidades diferentes: uma emprega mecanismos de regulação (de correção visando à *norma*) outra, mecanismos de regularização (condução do fenômeno para o *normal* segundo sua própria naturalidade):

Eu gostaria agora de retomar a comparação entre a tecnologia regulamentadora da vida e a tecnologia disciplinar dos corpos. [...] Duas tecnologias que são introduzidas com certa defasagem cronológica e que são sobrepostas. Uma técnica [...] centrada no corpo, produz efeitos individualizantes, manipula o corpo como lugar de forças que é preciso tornar ao mesmo tempo úteis e dóceis. E, de outro lado, temos uma tecnologia [...] centrada não no corpo, mas na vida; uma tecnologia que agrupa os efeitos de massas próprios de uma população.¹³⁵

Sua complementaridade se dá justamente porque eles não se dão no mesmo nível. A primeira trata do espaço, da coerção e da visibilidade. É sua tarefa, sobretudo, assinalar a cada indivíduo o seu espaço, unificar uma multiplicidade de corpos por meio do confinamento. O esquadrinhamento, o recorte do espaço é, ao mesmo tempo, um exame minucioso e a colocação dos indivíduos em visibilidade, cujo fim é a “normalização das condutas” [normalisation des conduites]¹³⁶. É proibido tudo o que

gouvernement”. In: CHARRAK, A. SALEM, J. (dir.). *Rousseau et la philosophie*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2004, p. 194.

¹³⁴ IDS, pp. 218-20. Notemos a oscilação terminológica. Em *História da Sexualidade I*, Foucault se refere a ambas as “técnicas de poder” como “controles reguladores” [contrôles régulateurs]. Cf. HS I, p. 131. Em uma conferência proferida em 1976, ele emprega o termo “regulação” quando se refere a “duas grandes revoluções na tecnologia do poder: a descoberta da disciplina e a descoberta da regulação [régulation], o aperfeiçoamento de uma anatomo-política e o aperfeiçoamento de uma bio-política”. “Les mailles du pouvoir”. DE II, nº 297, p. 1013.

¹³⁵ Cf. IDS, p. 224 e p. 222.

¹³⁶ IDS, pp. 223-4.

foge à norma da disciplina, cujo ideal é seu próprio desaparecimento quando todas as condutas forem conformes à norma. A segunda, quase ao contrário, tem as marcas do tempo, da solicitude, da previdência, da abertura à mobilidade dentro do meio e o fato de se regular pela natureza do fenômeno. Entretanto, em *História da Sexualidade I*, as duas modalidades aparecem unidas em uma “grande tecnologia de duas faces”¹³⁷, provavelmente para dar mais força à oposição entre a tecnologia de poder “de vida” e o poder “de morte” do soberano.

Com relação à oscilação no uso dos termos *biopoder* e *biopolítica* em Foucault, devemos entender que ambos são sinônimos. Ambos se referem à mesma problemática, situada no “cruzamento do corpo e da população” que compreende duas tecnologias que são complementares.

*

Em resumo, tanto no curso de 1976 quanto em *História da Sexualidade I*, a genealogia do poder sobre a vida, os conceitos de biopoder ou biopolítica são postos em oposição ao modelo de poder soberano. Seu diagnóstico é de um poder capaz de “investir sobre a vida, de cima a baixo”¹³⁸, na medida em que ele “conseguiu cobrir toda a superfície que se estende do orgânico ao biológico, do corpo à população, mediante o jogo duplo das tecnologias de disciplina, de uma parte, e das tecnologias de regulamentação, de outra”¹³⁹. Ao mesmo tempo, Foucault procura se afastar do modelo da sociedade disciplinar. Disciplina e biopoder são tecnologias que sucedem ao poder soberano – sem, contudo, suplantá-lo ou eliminá-lo. A concepção foucaultiana do poder como estratégia mostra que, muitas vezes, as tecnologias se acoplam estrategicamente, realizando incorporações e combinações. Dentro de um quadro de expansão demográfica, de industrialização e de subordinação dos indivíduos às novas demandas da produção e do trabalho, são exigidas formas novas de apropriação do tempo e de controle dos corpos. Exige-se ainda uma nova forma de compreensão do espaço urbano como local privilegiado onde se cruzam os fenômenos da população, as novas formas de produção e as novas exigências das trocas e da circulação.

¹³⁷ HS1, p. 131.

¹³⁸ HS1, p. 131.

¹³⁹ IDS, pp. 225-6.

Será somente após uma pausa de dois anos que Foucault empreenderá a analítica do governo da população. Nenhuma das hipóteses acerca do funcionamento do poder – repressão, soberania-lei, guerra e luta – parecia-lhe adequada para descrever as formas com que os indivíduos são governados nas sociedades ocidentais capitalistas avançadas. Tampouco o seu diagnóstico anterior – uma sociedade disciplinar generalizada – parece-lhe adequado para descrever os fenômenos de normalização. Lembremo-nos do caráter exploratório dos cursos de Foucault para melhor compreender que não se trata para ele de recusar absolutamente estas hipóteses acerca do poder, mas, sobretudo, de testar novas hipóteses, pontos de visada e formas de intervenção no debate da sua atualidade.

Ao mesmo tempo, lembremos que se trata para ele da análise de uma forma de poder específico – o liberalismo –, que não pode ser empreendida sem a sua “ciência” principal: a economia política. Ausente nos cursos anteriores a 1978¹⁴⁰, a economia política é o elemento analítico que permitirá a Foucault relacionar a forma liberal de gestão da população por meio dos mecanismos de segurança, permitindo-lhe assim examinar a hipótese do pacto de segurança unindo Estado e indivíduos, que ele mesmo lançara. Foucault permanece fiel à sua prática de fazer a genealogia da multiplicidade de elementos que compõe a realidade que chamada Estado. Assim como ele fez, por exemplo, a genealogia do *Estado judiciário* no curso de 1972 e do *Estado prisional* no ano seguinte, trata-se de apresentar aos ouvintes dos cursos de 1978 e 1979 duas hipóteses acerca do funcionamento do poder: a dimensão pastoral do poder e da sua retomada na forma do Estado de bem-estar e a genealogia do *Estado de governo* liberal cuja forma é a *economia* política, elemento analítico essencial para o que se apresenta, na sua hipótese, como um *Estado de segurança*.

Neste ponto, cabe fazer uma observação acerca da relação de Foucault com o Estado e com as teorias do Estado. Para alguns autores, sua principal contribuição para o pensamento político foi ter descentrado as análises do poder da questão do Estado, dando relevo a uma série de temas e de lutas considerados infrapolíticos, como sexualidade, loucura e gênero. Ademais, seu trabalho teria igualmente ficado restrito a “microfísica

¹⁴⁰ A esse respeito, é notável a ausência dos termos “economia” e “economia política”. Eles não aparecem no índice dos *Dits et écrits*. Nos cursos anteriores a 1978, a economia política aparece em *La société punitive* em uma análise subordinada àquilo que Foucault chama de “instrumentos políticos do capitalismo”.

do poder”. Chega-se mesmo a afirmar que “o elemento central de seu programa teórico é a vontade de conceitualizar o poder sem referência ao Estado”.¹⁴¹ É fato que Foucault põe em questão o que chama de “supervalorização da questão do Estado”¹⁴² e afirma que havia se recusado a fazer “a economia de uma teoria do Estado”¹⁴³, assim como “podemos e devemos renunciar a um almoço indigesto”¹⁴⁴. Porém, logo em seguida a essa última afirmação, ele diz que “o problema da estatização está no cerne das questões que procurei colocar”¹⁴⁵.

Na verdade, Foucault critica a perspectiva que confere ao Estado uma unidade e individualidade rigorosas, afirmando que devemos toma-lo como uma “realidade compósita”¹⁴⁶. A analítica de Foucault combina a “microfísica do poder” – centrada nas questões da disciplina e da normalização, com o “nível do macropoder”, dando conta de como as relações de poder “foram concentradas historicamente na forma do Estado, sem jamais serem redutíveis a ele”¹⁴⁷. Foucault vê o Estado como “o efeito móvel de um regime de governamentalidades múltiplas”¹⁴⁸. O conjunto dos poderes que são exercidos no interior de uma sociedade e que asseguram a hegemonia de uma classe, elite ou casta, ele afirma, “não se resume inteiramente ao sistema do Estado”. O Estado, “com seus grandes aparelhos judiciários, militares etc.”, representa somente a garantia, a armadura de toda uma rede de poderes que passa por outros canais, diferentes dessas vias principais”¹⁴⁹. Ele afirma que precisamos “de uma nova economia das relações poder”¹⁵⁰. Assim, não se trata de analisar o poder arrancando do Estado o seu segredo entranhado, mas “passar para o lado de fora [...] e investigar o problema do Estado a partir das práticas de governamentalidade”¹⁵¹. Quando, a partir do curso de 1978, Foucault volta a

¹⁴¹ BEHERENT, M. “Le libéralisme sans humanisme: Michel Foucault et la philosophie du livre marché”. Apud SKORNICKI, A. *La grande soif de l'État. Michel Foucault avec les sciences sociales*. Paris: les Prairies Ordinaires, 2015, p. 247, n. 1.

¹⁴² STP, p. 144.

¹⁴³ NB, p. 105. Trad. mod.

¹⁴⁴ NB, p. 105.

¹⁴⁵ Ibid. loc cit.

¹⁴⁶ STP, p. 144.

¹⁴⁷ Cf. LEMKE, T. *Foucault, governamentalidade e crítica*. Op. cit., p. 56. Cf. STP, p. 144.

¹⁴⁸ NB, p. 106.

¹⁴⁹ “Michel Foucault. Les réponses du philosophe” (1975). DE I, n° 163, p. 1680.

¹⁵⁰ “Le sujet et le pouvoir” (1982). DEII, n° 306, p. 1044.

¹⁵¹ NB, p. 106.

sua atenção para os processos históricos de “governamentalização do Estado”¹⁵². Se o Estado existe tal como ele existe agora, diz Foucault, talvez seja

precisamente graças a essa governamentalidade que é ao mesmo tempo exterior e interior ao Estado, já que são as táticas de governo que, a cada instante, permitem definir o que deve ser do âmbito do Estado e o que não deve, o que é público e o que é privado, o que é estatal e o que é não-estatal. Portanto, se quiserem, o Estado em sua sobrevivência e o Estado em seus limites só devem ser compreendidos a partir das táticas gerais da governamentalidade.¹⁵³

O Estado é ao mesmo tempo resultado histórico e material de formas múltiplas de governo. É o resultado de diversas estratégias de classes e grupos que, de forma contingente, encontram nele certa estabilização – produz-se uma “estatização contínua das relações de poder”¹⁵⁴ – e, ao mesmo tempo, passam a se realizar na forma do exercício do governo do Estado. Ao referir-se a esse sentido restrito da palavra “governo”, Foucault quer dizer que as relações de poder foram “progressivamente governamentalizadas, ou seja, elaboradas, racionalizadas e centralizadas na forma ou sob a caução das instituições do Estado”¹⁵⁵.

Foucault refere-se ao termo “estratégia de poder” para designar o conjunto de meios operados para fazer funcionar ou para manter um dispositivo de poder. Assim, devemos entender o processo histórico de governamentalização do Estado como o resultado de estratégias em confronto. Toda relação de poder implica lutas e resistências, insubmissão e a prevalência de “mecanismos estáveis” por meio dos quais uma parte pode conduzir “de maneira bastante constante e com suficiente certeza a conduta dos outros”¹⁵⁶. Assim, essa abordagem estratégica vai muito além da concepção jurídica do Estado. O Estado não é resultado do contrato social, este último é o resultado de uma articulação estratégica. Assim, a segurança pode ser vista, ao mesmo tempo, como a implantação de uma estratégia securitária no nível macro do Estado¹⁵⁷, cujo “instrumento

¹⁵² STP, p. 145.

¹⁵³ STP, p. 145.

¹⁵⁴ FOUCAULT, M. “O sujeito e o poder”. In: *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. Op. cit., p. 292.

¹⁵⁵ Ibid., loc. cit.

¹⁵⁶ Ibid., p. 294.

¹⁵⁷ E também no nível “micro” das condutas individuais, como veremos nos capítulos 3 e 4.

técnico essencial”¹⁵⁸ são os dispositivos de segurança e o resultado socialmente perceptível de uma ação de governo sob a ótica ou lógica da segurança. É o que abordaremos em seguida.

2.2 Governamentalidade

Como vimos, na última aula do curso de 1976 Foucault tratou de duas novas “tecnologias de poder”¹⁵⁹ que se dirigem à multiplicidade de seres vivos¹⁶⁰. Em 1978, ele inicia o curso *Segurança, Território, População*, aparentemente retomando as análises anteriores acerca da regulação das populações. Afirma que deseja retomar o estudo do *biopoder*.¹⁶¹ Porém, já na primeira aula, o filósofo indica que a análise do biopoder requer um marco mais amplo unindo lei, anatomo-política e bio-política. Este novo marco se construirá a partir da noção de segurança:

A segurança é uma certa maneira de acrescentar, de fazer funcionar, além dos mecanismos propriamente de segurança, as velhas estruturas da lei e da disciplina. [...] Trata-se da emergência de tecnologias de segurança no interior seja de mecanismos que são propriamente de controle social, como no caso da penalidade, seja dos mecanismos que têm por função modificar em algo o destino biológico da espécie.¹⁶²

Ao mesmo tempo, faz uma indicação que torna o quadro mais complexo e que indica a sua real preocupação com a segurança:

Então, e é essa a *questão central* do que eu gostaria de analisar, poderíamos dizer que em nossas sociedades a economia geral de poder está se tornando da ordem da segurança? Eu gostaria, portanto, de fazer aqui uma espécie de história das tecnologias de segurança e tentar ver se podemos efetivamente falar de uma sociedade de segurança.¹⁶³

¹⁵⁸ STP, p. 143.

¹⁵⁹ “De que se trata nessa nova tecnologia do poder, nessa biopolítica, nesse biopoder que está se instalando?”. DS, p. 204.

¹⁶⁰ “Depois da anátomo-política do corpo humano, instaurada no decorrer do século XVIII, vemos aparecer, no fim do mesmo século, algo que já não é uma anátomo-política do corpo humano, mas que eu chamaria de uma ‘biopolítica’ da espécie humana”. DS, p. 204.

¹⁶¹ “Eu gostaria de começar o estudo de algo que eu havia chamado, um pouco no ar, de biopoder, isto é, o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características fundamentais, vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder”. STP, p. 3.

¹⁶² STP, pp. 14-15.

¹⁶³ STP, p. 15. Grifo nosso. Essa questão é central nas análises do neoliberalismo que surgiram no final da década de 1970. Retornaremos a ela no terceiro capítulo da dissertação.

Logo, a retomada das análises do poder a partir da perspectiva do biopoder tal como foi tratada na última aula do curso de 1976 é apenas aparente. Em um plano, há dois deslocamentos: nas primeiras páginas o tema do biopoder dá lugar à análise dos dispositivos de segurança; em seguida, a partir da quarta aula, trata-se de uma história da governamentalidade¹⁶⁴. Noutro plano, aparece uma série de acréscimos: além de uma descrição minuciosa dos dispositivos de segurança, Foucault faz uma análise do que chamou de processo de *governamentalização* do Estado no Ocidente, processo cuja elucidação requer colocar em cena três racionalidades de governo: a razão de Estado, o liberalismo e o pastorado. Por fim, já no curso de 1979, Foucault recoloca de maneira surpreendente a maneira com que articula a biopolítica e o liberalismo. A biopolítica não é mais simplesmente descrita como um evento maior dentro da história do capitalismo, momento no qual, a partir do século XVIII, a vida entrou no campo das técnicas políticas. A biopolítica é recolocada no interior de uma mutação mais profunda, o nascimento da razão governamental liberal.

Foucault concebe o “liberalismo como quadro geral da biopolítica”¹⁶⁵, pois, para ele, é o liberalismo que põe pela primeira vez o problema de governar indivíduos que são ao mesmo tempo sujeitos de direito e seres vivos. O liberalismo aparece para ele como uma arte de governar seres humanos cujo alvo é a figura epistêmica da população. Para a ciência que informa o liberalismo – a economia política –, a natureza não é uma região reservada e originária sobre a qual o poder não deve intervir, mas “um correlato perpétuo”¹⁶⁶. Assim, no centro da reflexão liberal há uma “natureza até então desconhecida, o resultado histórico das relações de vida e de produção radicalmente transformadas: a ‘segunda natureza’ da sociedade civil em desenvolvimento”¹⁶⁷. Em outras palavras, para o pensamento liberal, há uma natureza própria dos objetos da ação governamental, há uma natureza própria da população. Por esse motivo, Foucault coloca a questão da biopolítica dentro do quadro de análise do liberalismo:

¹⁶⁴ Doravante, ele diz, “vivemos na era da governamentalidade que foi descoberta no século XVIII”; não mais, como havia dito em 1976 em *História da Sexualidade I*, que vivemos “na era do biopoder”. HS1, p. 132.

¹⁶⁵ NB, p. 30, nota.

¹⁶⁶ NB, p. 22.

¹⁶⁷ LEMKE, T. Foucault, governamentalidade e crítica. Op. cit., pp. 42-3.

Procurei lhes mostrar como todos os problemas que procuro identificar atualmente [...] têm como núcleo central, claro, esse algo que se chama população. Por conseguinte, é a partir daí que algo como a biopolítica poderá se formar. Parece-me, contudo, que a análise da biopolítica só poderá ser feita quando se compreender o regime geral dessa razão governamental de que falo. [...] Só depois que soubermos o que era esse regime governamental chamado liberalismo é que poderemos, parece-me, apreender o que é a biopolítica.¹⁶⁸

O projeto de criticar a concepção jurídica do Estado vai de par com um alargamento de seu interesse anterior acerca do “nascimento” do biopoder: qual é a racionalidade política específica que toma para si o problema do destino biológico das populações e quais são os mecanismos que essa racionalidade põe em marcha visando governar esse destino? E ainda, qual é a história das diferentes racionalidades políticas que, no Ocidente, desde o século XVII, nas suas modificações, atualizações e desvios, trouxe o problema do destino da população para o centro de suas reflexões e ações, história que mostra que se trata de racionalidades políticas no plural?

Mais precisamente, trata-se para Foucault de explicitar uma *arte de governo* dos homens tomando o conjunto constituído pelas “instituições, procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e táticas que permitem exercer uma forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber, a economia política e por instrumento técnico essencial, os dispositivos de segurança”. Em seguida, uma *tendência dominante* no ocidente, da implantação de um tipo de poder chamado “governo” sobre todos os outros modelos – soberania, disciplina e relações de dominação instituídas pela via belicosa – vinculado ao desenvolvimento de toda uma série de saberes e de aparelhos específicos de governo. Finalmente, *um processo* pelo qual formas anteriores de compreensão e de organização do poder estatal – Estado de justiça e razão de Estado – foram, do século XVI até hoje, “governamentalizadas”.¹⁶⁹

Notemos como Foucault põe as noções de biopolítica e governamentalidade em momentos muito próximos de seu empreendimento crítico do poder e como, para isso, foi-lhe necessária uma passagem à abordagem das práticas políticas que regulam decisões acerca de fenômenos “macro” ou “globais” ligados à população. Foucault toma

¹⁶⁸ NB, p. 30.

¹⁶⁹ STP, pp. 141-2.

a população como um conjunto de forças, de fenômenos e de eventos somente prováveis. Dessa forma, governar sempre traz em si um cálculo de oportunidade e de risco que enseja buscar a medida própria da ação. Tal “vontade” de domínio sobre um conjunto de fenômenos continuamente cambiantes e somente prováveis requer lançar mão de um conjunto de conhecimentos e de técnicas de ordem estratégica, técnicas que constituirão um feixe de forças que atuam para produzir um equilíbrio visando a fins, mesmo que esse equilíbrio nunca se efetive. Assim, Foucault colocará, nesse mesmo ano, a temática do governo ou da arte de governo político, dos saberes e técnicas regidos por determinadas regras – daí a ideia da medida – que produzem um conhecimento com pretensão de “verdade” acerca do governo da população. Podemos tomar um exemplo: a partir do momento em que se passou, no século XVII europeu, da rivalidade entre os príncipes e das alianças dinásticas à concorrência e ao enfrentamento entre os Estados, põe-se a noção fundamental de força, do jogo das forças estatais em alianças políticas e provisórias. É esse jogo de forças, segundo Foucault, que será “a matéria prima, o objeto e o princípio de inteligibilidade da *razão política*”¹⁷⁰. Para atacar esse problema da manutenção ou do desenvolvimento de uma dinâmica de forças, para pôr em ação essa racionalidade política, o Ocidente criou o que Foucault chama de conjuntos tecnológicos ou simplesmente *tecnologias*: o dispositivo ou técnica diplomático-militar e o dispositivo da polícia. Essa manutenção das relações de forças Estatais e esse desenvolvimento das forças intraestatais serão, na sua junção, “precisamente isso que mais tarde vai ser chamado de mecanismo de segurança”.¹⁷¹

Contra algumas afirmações de que as elaborações de Foucault acerca do poder teriam se tornado “pacificadas” – pois o poder é da ordem da condução de condutas –, vemos como Foucault reitera sua intuição fundamental do poder como relações de forças múltiplas e instáveis. Vemos também que as recoloca em outra escala ao mostrar como seu “suporte real” se dá na articulação de dispositivos que visam às decisões e à disposição de “coisas” no âmbito amplo ou “global” da população e do Estado.

A governamentalidade deve, portanto, ser compreendida na sua complexidade e pluralidade, no que podemos chamar de tripla semântica do termo: *arte* de governar,

¹⁷⁰ STP, p. 396. Grifo nosso.

¹⁷¹ STP, pp. 397-8.

governo e processo de *governamentalização*. A governamentalidade é a descrição de um campo tático e estratégico. Ela é uma forma de saber político que coloca no centro das suas preocupações a noção de população e os mecanismos de segurança capazes de assegurar sua regulação. Ademais, essa forma de análise concerne ao liberalismo pois a economia política aparece como a forma de saber principal e na medida em que se trata de um poder político cuja análise é feita a partir da noção de condução de conduta, conduta que supõe certa liberdade de quem é conduzido. Por fim, trata-se de uma forma de análise que Foucault afirma ser válida tanto para o nível “micro” do poder quanto para o marco global de um Estado:

Trata-se, portanto, de testar essa noção de governamentalidade [...] Podemos supor que ela é válida quando se trata de analisar a maneira como se conduz a conduta dos loucos, dos doentes, dos delinquentes, das crianças [... como também] quando se trata de abordar fenômenos de outra escala, como por exemplo uma política econômica, como a gestão de todo um corpo social.¹⁷²

Diante da extensão do projeto, compreende-se melhor por que o curso de 1978 é marcado desde o início por sucessivos “giros” de perspectiva e pela introdução de novos elementos visando a abrir mais focos de análise em torno da problemática geral da gestão política das populações.

Na chave da governamentalidade, Foucault não opõe soberania e biopolítica, mas soberania e governo. Uma série de pequenos giros leva a análise para um marco teórico que, por um lado, afasta-se do modelo guerreiro de poder esboçado em 1976 e, por outro, recoloca a biopolítica no quadro de análise das condições de formação das populações como campo de intervenção do governo liberal. Por meio de acréscimos de focos de análise, Foucault nos conduz à forma de poder político da sua atualidade – o neoliberalismo –, cuja problematização requer a criação de ferramentas analíticas visando a expor – no duplo sentido do termo: fazer surgir e descrever – adequadamente seus objetos, em uma exposição que irá prosseguir no curso do ano seguinte. Talvez em nenhum outro momento Foucault tenha mostrado tanta necessidade de criá-las.¹⁷³

¹⁷² NB, p. 258.

¹⁷³ Em uma entrevista concedida pouco antes do curso, no final de 1977, ele afirma: “São as relações verdade-poder, saber-poder que me preocupam [...] Não disponho de teoria geral nem de instrumento seguro. Eu tateio, eu fabrico como posso instrumentos que são destinados a fazer aparecer objetos”. In: “Pouvoir et savoir”. DE II, nº 216, p. 404.

Em resumo, a problemática da governamentalidade redireciona a analítica do poder de Foucault para a forma da “conduta”, que significa tanto orientar-se num campo de possibilidades quanto “conduzir” os outros, estruturar o modo de ação dos outros. A partir desse remanejamento, tanto o consenso quanto a coerção, tanto o modelo jurídico quanto o guerreiro, são elementos ou instrumentos de governo, e não a sua fundação.¹⁷⁴ Concretamente, a “condução” se dá por meio de racionalidades e programas de governo que Foucault chama tanto de técnicas quanto de tecnologias para se referir a esse acoplamento entre uma racionalidade e programas.¹⁷⁵ Mais tarde Foucault elucidará que a condução de condutas se dá em um “jogo estratégico entre liberdades” no qual concorre um grande número de elementos, dentre os quais as “tecnologias governamentais”¹⁷⁶.

Para abordar a governamentalidade liberal, apresentaremos a seguir os elementos que a compõem, segundo Foucault. Em primeiro lugar, um *processo* de governamentalização do Estado na sua forma liberal. Em seguida, o surgimento de sua forma de saber principal, a economia política e, por fim, os dispositivos de segurança.

Na conclusão do capítulo abordaremos a questão da gestão liberal das liberdades pois este é o elemento que nos permitirá mostrar, já no capítulo 3, que o caráter distintivo do neoliberalismo é a produção de formas de subjetividade a partir da gestão da liberdade.

2.3 Governamentalização e nascimento do liberalismo

A resposta às questões colocadas pela dupla recusa de que falamos (analisar o poder em termos de direito e tomar o Estado como a perspectiva capaz de recobrir o campo real das relações de poder) virá no curso *Nascimento da biopolítica*. No prolongamento das análises do governo e da população que empreendera no ano

¹⁷⁴ Cf. FOUCAULT, M. “O sujeito e o poder”. In: *Michel Foucault: uma trajetória filosófica*. Op. cit., p. 288.

¹⁷⁵ No capítulo 3 estudamos como Foucault analisa a tecnologia neoliberal estadunidense a partir de dois exemplos: primeiro a “racionalidade” econômica que propõe a extensão do cálculo da alocação de recursos escassos para fins concorrentes para forma sociais não econômicas. Segundo, os programas de combate ao crime segundo a ótica de seu custo contra os benefícios, abandonando o caráter moral e corretivo desse tipo de ação.

¹⁷⁶ “L’éthique du souci de soi comme pratique de la liberté”. DE II, nº 356, p. 1547.

anterior, Foucault aborda a arte liberal de governar, pensando o termo *governo* na perspectiva restrita do exercício da soberania política, e a arte de governar como a reflexão sobre a melhor maneira possível de governar apreendendo a “instância da reflexão” na própria prática de governo. Por reflexão devemos compreender a maneira como, dentro e fora da atividade governamental, tentou-se conceituar a prática de governar. Seu projeto consiste em estudar a racionalização do exercício da soberania política no liberalismo. Essa colocação ajuda a esclarecer a perspectiva crítica adotada em 1976: não se trata de recusar o fato da soberania política nem de recusar o fato de o Estado ser uma grande concentração de poder. Foucault procura elucidar a emergência das racionalidades políticas de governo (na sua forma estatal) dentro de certo marco histórico: “o que eu havia tentado identificar [no marco da razão de Estado] era a emergência de um certo tipo de racionalidade que permitiria regravar a maneira de governar com base em algo que se chama Estado”¹⁷⁷. O Estado não é visto como unidade ou individualidade, muito menos como uma pessoa dotada, portanto, de vontade à qual se podem opor princípios jurídicos, morais ou religiosos. O Estado é uma realidade compósita, é uma resultante, o correlato de certa maneira de governar cuja inscrição e desenvolvimento histórico trata-se de compreender. O problema está, justamente, “em saber como se desenvolve essa maneira de governar, qual a sua história, como ela ganha, como ela encolhe, como ela se estende a determinado domínio, como ela inventa, forma, desenvolve novas práticas”¹⁷⁸.

A perspectiva da soberania política é relevante porque o liberalismo será tratado por Foucault dentro de um quadro geral caracterizado como uma *transformação fundamental* nas relações entre direito e prática governamental: a emergência de um novo princípio de limitação da arte de governar que não se orienta por uma limitação externa pelo direito, mas sim por uma limitação interna, caracterizada, por um lado, pela naturalidade das coisas a governar, e, por outro, pela utilidade da ação governamental. Nas palavras de Foucault, surge um “instrumento intelectual”, uma “forma de cálculo e de racionalidade” que possibilitou a autolimitação da razão governamental como auto regulação de fato, geral, intrínseca às próprias operações de governo”¹⁷⁹: a *economia*

¹⁷⁷ NB, p. 6.

¹⁷⁸ NB, p. 9.

¹⁷⁹ NB, p. 18.

política, um princípio de autolimitação com base na naturalidade das coisas e a partir da *verdade* do mercado. A arte de governar liberal é a possibilidade de autolimitação segundo um critério de “verdade”: o sucesso ou o fracasso, o útil ou o não útil, e não tanto a demarcação que separa o legítimo do ilegítimo.

Para estudar essa transformação, lembremos sucintamente como Foucault apresenta a razão de Estado como racionalidade de governo que reorganiza o exercício do poder soberano no século XVII.

2.3.1 Razão de Estado

Foucault considera o Tratado de Vestefália (1648) como o marco de uma nova razão política, quando se procura pôr fim às hostilidades entre os Estados europeus estabelecendo princípios de relação, princípios que não seguem a linha jurídica prescrita pelas leis, tradições, direitos de herança, do soberano e do vencedor, mas que se orientam segundo certa “física dos Estados”, ou seja, as relações de forças entre os Estados com base na materialidade dos territórios. Segundo Foucault, o Tratado de Vestefália é a primeira manifestação completa e consciente de uma política de equilíbrio entre os Estados contra as ambições de anexação e crescimento desmedido.¹⁸⁰

O que é governar segundo o princípio da razão de Estado? É fazer com que o Estado possa se tornar sólido e permanente, rico e forte em meio à pluralidade dos Estados nacionais europeus em concorrência. Este princípio diz que o Estado é uma realidade específica e autônoma. Ele não é mais a extensão do reino divino na Terra, não é uma etapa na realização do *imperium* milenar, pois “só existe para si mesmo e em relação a si mesmo”. O problema de sua gestão deve se referir a uma multiplicidade de fatores dos quais depende o seu poderio e riqueza. Não se trata mais somente de assegurar o monopólio sobre um território nem do súdito reconhecer sua submissão ao poder único do soberano, mas de o Estado se impor como uma força econômica e política face às potências rivais. Nesse contexto, o mercantilismo surge como uma forma de governo, de organização da produção e dos circuitos comerciais visando o fortalecimento do Estado.¹⁸¹ Ao mesmo tempo, toma corpo a *polícia*, um conjunto de

¹⁸⁰ Cf. STP, pp. 405-7.

¹⁸¹ NB, p. 8.

saberes, instituições e aparatos de gestão interna do Estado cujo objetivo geral é o aumento de suas forças e de sua ordem interna. A política visa à “regulamentação indefinida do país”, e seu modelo é a forma de governo da família, chamado justamente de “economia”.¹⁸² Tomada como um princípio de intervenção ordenadora e irrestrita em tudo o que concerne o esplendor do Estado, a polícia, segundo Foucault, é de fato “a inteira arte de governar. Arte de governar e exercer a polícia são, para Turquet de Mayerne, a mesma coisa”¹⁸³. Um Estado administrado segundo esse princípio é um “Estado de polícia”¹⁸⁴.

O problema da arte de governo que aparece com base no modelo da família é justamente como introduzir a economia, a maneira de administrar corretamente a casa, os indivíduos, os bens e as riquezas cujo modelo é a atenção meticulosa do bom pai de família no seio do exercício político da gestão do Estado. Bem governar um Estado é, portanto, aplicar uma economia no nível de todo o Estado, exercendo sobre as riquezas, os habitantes e a conduta dos homens a forma de vigilância e de controle do pai de família. Logo, a *economia* é a forma de governar e ser governado surgida no século XVI a partir do modelo da família.

No plano das relações exteriores, admite-se que cada Estado tem seus interesses, que cada Estado deve defende-los absolutamente, iniciar guerras limitadas e fazer a paz, trocar territórios, portos e cidades sem, contudo, almejar reconstruir o império global. Para esse fim, cada Estado deve se dotar de um corpo diplomático-militar permanente para se proteger da ameaça sempre presente da anexação. Ao mesmo tempo, deve-se fortalecer o Estado ao máximo, maximizar sua riqueza interna. No plano interno, a polícia atende a esse objetivo ilimitado de crescimento do poder Estatal. Esta ilimitação significa que a ação sobre os indivíduos não possui um limite de fato, ligado à realidade com a qual a razão de Estado deve lidar. Isso não quer dizer que não se tenha procurado

¹⁸² Cf. STP, pp. 126-7.

¹⁸³ STP, p. 429.

¹⁸⁴ STP, pp. 428-9. “A ciência da polícia, ou ‘Cameratismo’ também é, em conjunção com os conhecimentos do mercantilismo e do cálculo político, o primeiro sistema moderno de *soberania econômica*”. GORDON, C. “Governmental rationality: an introduction”. In: BURCHELL, G., GORDON, C. (ed.). *The Foucault effect: studies in governmentality*. Chicago: University of Chicago Press, 1991, p. 11.

limitar essa ação indefinida do soberano sobre os súditos. Houve, é claro, a teologia e os costumes. Mas Foucault insiste sobre outro princípio: o direito.

Durante a Idade Média, o crescimento do poder real se fez com o auxílio das instituições judiciárias. Pouco a pouco o rei constrói um Estado de justiça contra os poderes feudais, valendo-se do direito para impor-se como o legítimo soberano. Ora, nos séculos XVI e XVII, quando se desenvolve a racionalidade governamental da razão de Estado, o direito vai servir, ao contrário, como ponto de apoio para limitar a extensão indefinida do Estado de polícia. Assim, vai-se valer do direito primitivo da nação, anterior ao Estado, do direito natural ou divino para opor-se pela via jurídica à tendência ilimitada da razão de Estado. O direito aparece assim como princípio dessa limitação.¹⁸⁵ Assim, “o direito e as instituições judiciárias que haviam sido intrínsecas ao desenvolvimento do poder real ora se tornam de certo modo exteriores e como que exorbitantes em relação ao exercício de um governo segundo a razão de Estado”¹⁸⁶. Ou seja, nessa época, o direito público seria, por assim dizer, de oposição. Mas, Foucault sublinha, “trata-se de uma limitação externa”¹⁸⁷. Ou seja, por si mesma, na relação com os elementos que governa, a racionalidade governamental da razão de Estado não encontra um princípio de limitação. O direito é um limite extrínseco, pois, no fundo, “só se objetará o direito à razão de Estado quando [...ela] houver ultrapassado esses limites de direito” referência, ou seja, ultrapassado os limites da lei que, no fundo, o próprio soberano deu a si. Não tendo outra finalidade senão aumentar a sua potência, sendo a finalidade da razão de Estado, de certa forma, tautológica – seu fim no plano interno é reforçar a si mesma, indefinidamente, o soberano não tendo outro objetivo senão reforçar a própria soberania –, a razão de Estado se autoriza, em nome da urgência, da própria salvação do Estado, a transgredir as leis morais, divinas, naturais ou positivas.¹⁸⁸ É o golpe de Estado. O Estado identifica-se com a noção de necessidade: “Essa necessidade do Estado em relação a si mesmo é que vai, em certo momento, levar a razão de Estado a varrer as leis civis, morais e naturais que ela houve por bem reconhecer

¹⁸⁵ NB, pp. 11-12.

¹⁸⁶ NB, p. 13.

¹⁸⁷ NB, p. 14.

¹⁸⁸ Cf. STP, p. 350. “Naudé dirá: o golpe de Estado não obedece à ‘justiça natural, universal, nobre e filosófica’ [...], obedece a ‘uma justiça artificial, particular, política, [...] relacionada à necessidade do Estado’”. Idem, p. 351.

e cujo jogo até então ela havia jogado”¹⁸⁹. Trata-se, em suma, de um poder ilimitado do seu interior.

Em sua análise do Estado na Idade Clássica, Foucault não reconhece a possibilidade de uma limitação interna da razão governamental referida no crescimento indefinido, na riqueza e na felicidade do próprio Estado. Qual a finalidade do Estado? É o próprio Estado, na medida em que ele deve ser feliz e próspero. É sobretudo a partir da perspectiva da manutenção indefinida do Estado que os outros elementos – a população, o respeito à lei, a manutenção da paz – serão considerados nas práticas de governo. Devido a essa autorreferência, a população está, ao mesmo tempo, presente e ausente. Quando se fala que o Estado deve ser próspero e feliz, pode-se dizer que a população é visada como objeto da felicidade. Quando se fala da obediência do súdito, do povo que não deve entrar em sedição, está-se esboçando a noção de população. Porém, não se trata ainda de um exercício refletido sobre a população, essa noção “não é operatória”¹⁹⁰ para a racionalidade política do mercantilismo. O problema é a riqueza do Estado, não a da população. A razão de Estado “é uma relação do Estado consigo mesmo, uma auto manifestação na qual o elemento população está esboçado, mas não presente, esboçado, mas não refletido”¹⁹¹. Assim, segundo Foucault, quando Bacon trata do descontentamento e das sedições “nunca considera a população como constituída de sujeitos econômicos capazes de ter um comportamento autônomo”.¹⁹²

Se a diplomacia, o exército e os tratados entre as nações europeias consistiam elementos de limitação da razão de Estado no plano externo, essa limitação nas relações internacionais tem por correlato a *ilimitação* do exercício do Estado de polícia durante os séculos XVI e XVII.

Situando-se agora no meado do século XVIII europeu, Foucault aponta uma transformação importante que vai, a seu ver, marcar de modo geral “o que poderíamos caracterizar de arte de governar moderna”, ou seja, o liberalismo, transformação que consiste “na instauração de um princípio de limitação da arte de governar que já não lhe

¹⁸⁹ STP, p. 350. Foucault acrescenta ainda a violência e a teatralidade. Necessidade, violência e teatralidade são características do golpe de Estado.

¹⁹⁰ STP, p. 370.

¹⁹¹ STP, p. 370.

¹⁹² STP, p. 370.

seja extrínseco, [...mas] que vai ser intrínseco a ela”.¹⁹³ Essa “limitação interna da racionalidade governamental” deve responder a vários critérios. Em primeiro lugar, é uma limitação de fato, e não de direito, ou seja, se o governo a transgredir, não será por isso considerado ilegítimo, mas incompetente, não será ilegítimo, usurpador, mas “um governo inábil, inadequado, que não faz o que convém”. Em segundo lugar, ela consiste em princípios válidos em todas as circunstâncias, ou seja, em geral. O problema será “precisamente definir esse limite, ao mesmo tempo geral e de fato, que o governo deverá impor a si mesmo”.¹⁹⁴

Em terceiro lugar, o princípio da limitação não deverá ser buscado fora dos objetivos do governo – no direito natural, na Escritura, nem na vontade dos súditos unidos em sociedade, mas no que é interno à prática governamental. Em outras palavras, a limitação da ação governamental será justamente um meio para atingir os seus fins. Para atingir seus objetivos, a razão governamental “deverá respeitar esses limites na medida em que pode calculá-los por conta própria em função dos seus objetivos e como o melhor meio para alcançá-los”.¹⁹⁵

Em quarto lugar, essa limitação de fato e geral vai estabelecer uma demarcação entre o que deve e o que não deve fazer. Tal demarcação não irá estabelecer seu perímetro de ação a partir dos direitos dos súditos, a parte que lhes cabe em obediência e a parte em liberdade que lhes é definitivamente reservada. Ou seja, o problema da liberdade ou da delimitação da esfera de intervenção da ação do governo “não está onde estão os direitos fundamentais” e em como tais direitos dividem o domínio da governamentalidade possível e o domínio da liberdade fundamental. Trata-se, diz Foucault a partir de Bentham, de uma demarcação que se dá em termos de *agenda* e *non agenda*.¹⁹⁶

Em quinto lugar, a limitação não divide os súditos, mas “as coisas a fazer”. Em decorrência, e na medida em que o governo dos homens é uma prática que não é imposta pelos que governam, mas “uma prática que fixa a definição e a posição respectiva dos governados e dos governantes uns diante dos outros e em relação aos outros”, tal

¹⁹³ NB, p. 14.

¹⁹⁴ NB, p. 15.

¹⁹⁵ NB, pp. 15-16.

¹⁹⁶ NB, pp. 16-17.

regulação não é imposta exatamente nem por uma parte nem por outra mas, sobretudo, “por toda uma série de conflitos, de acordos, de discussões, de concessões recíprocas [...] que tem por efeito estabelecer [...] uma demarcação de fato, uma demarcação geral, uma demarcação racional entre o que é para fazer e o que é para não fazer”.¹⁹⁷

Em resumo, Foucault aponta uma transformação fundamental nas relações entre direito e prática governamental. Antes, o princípio de direito contrabalançava a razão de Estado com um princípio externo. A descoberta da limitação intrínseca da arte de governar no século XVIII significa uma era “da razão governamental crítica”, uma crítica interna que não gira em torno do direito, da usurpação do poder nem da legitimidade do soberano. Não vai haver mais essa “espécie de aparência penal que o direito público tinha ainda nos séculos XVI e XVII”¹⁹⁸ perante o Estado. O Estado não é, doravante, uma individualidade, uma pessoa dotada de uma vontade própria e, portanto, capaz de se dobrar à exigência da lei. Como Foucault afirma em diversas ocasiões, o Estado é uma realidade compósita, uma realidade formada por uma pluralidade de práticas de governo.

2.4 Economia política

Foucault mostra que a economia política é o instrumento intelectual e princípio que orienta a autolimitação das práticas governamentais. Alguns autores consideram a economia política uma análise estrita e limitada da produção e da circulação de riquezas. Smith a define de modo mais amplo como um ramo da ciência do homem de Estado ou do legislador. A esse título, a economia política propõe dois objetivos: permitir aos indivíduos prover renda e subsistência para si mesmos e suprir o Estado com uma renda suficiente para os serviços públicos.¹⁹⁹ Foucault mostra que Rousseau define “Economia Política” na *Enciclopédia* como “uma espécie de reflexão geral sobre a organização, a distribuição e a limitação dos poderes numa sociedade”²⁰⁰. A partir dessas definições, a ideia de um “governo econômico” assume um triplo sentido: um governo informado pela análise da produção e da circulação das riquezas; um governo que economiza nos

¹⁹⁷ NB, p. 17

¹⁹⁸ NB, p. 18.

¹⁹⁹ SMITH, A. “Introduction”. In: *Wealth of Nations*. Oxford: Clarendon Press, 1979, L. IV, G.ed. p428.

²⁰⁰ NB, p. 19.

seus custos visando fazer mais exercendo menos força e autoridade; um governo que procura limitar o campo de exercício do seu poder.

Em todos esses sentidos, na sua evolução – como veremos adiante –, a economia política apresenta-se como um esforço em orientar o exercício do poder soberano e mostrar os seus limites, exercendo o papel de desqualificação da possibilidade de um soberano econômico. A consequência é: diferentemente da tecnologia de polícia, que, como vimos, podia ambicionar ser a “inteira arte de governar”²⁰¹, a economia política se coloca como uma “ciência lateral” à arte de governar liberal, ela não se apresenta como devendo ser a “programação completa”²⁰² da racionalidade liberal. Ou, noutros termos, a economia política aparece como uma acepção do pensamento crítico, aparece como crítica do despotismo pelo viés econômico.

A razão de Estado, tal qual funcionava sob o mercantilismo e o cameralismo, era uma ambição e um esforço para constituir um soberano que já não seria um soberano do direito, mas um soberano econômico capaz de administrar os processos econômicos que se desenrolam entre os indivíduos, os grupos e os Estados.²⁰³ Foucault mostra como, diferentemente do pensamento jurídico dos séculos XVI e XVII com o qual se buscava limitar o poder soberano, a “primeira” economia política, aquela dos fisiocratas, não se origina fora da razão de Estado, ainda não se põe contra a razão de Estado nem visa limitá-la. Nesta sua primeira forma, a economia política tem como objetivos o crescimento ajustado das riquezas do Estado, o crescimento da população e de seus meios de subsistência.

A análise econômica fisiocrática conclui que o poder político deve ser despótico, ou seja, sem limitação externa, sem limites, exceto aqueles que ele punha a si mesmo a partir da evidência propiciada pela economia, e que o soberano pode perfeitamente conhecer. O *Quadro Econômico* de Quesnay é o instrumento técnico que permite ao soberano ter esta visão abrangente do que está ocorrendo na economia. É justamente essa condição que lhe permite conferir liberdade de ação para os sujeitos econômicos sem prejuízo da posição soberana. Os fisiocratas defendem um naturalismo extremo, a

²⁰¹ STP, p. 429.

²⁰² NB, p. 389.

²⁰³ NB, p. 386.

evidência econômica – de onde deriva o princípio do *laissez faire* –, e sustentam que a própria organização política deve se conformar a uma ordem física imutável, devido à necessária subordinação das ordens às leis naturais.²⁰⁴

Os fisiocratas advogam que os reinos político, moral e econômico são governados por leis fundamentais estabelecidas pelo Todo-poderoso para melhor promover o bem da humanidade. Em termos da boa governança, as leis positivas não podiam ser nada mais do que meras instâncias das leis naturais fundamentais²⁰⁵. Por esse motivo, eles não veem a necessidade de uma legislatura, pois a legislação positiva não deve se estender sobre o domínio das leis naturais e evidentes, mas estar em exata conformidade com estas. Eles preconizavam um executivo unificado – o *despotismo legal* – que meramente implemente as leis naturais. Dessa concepção decorre que o governo que desobedece às leis naturais produz desordem ao invés de ordem, mostrando-se incompetente ao não se curvar à evidência. Trata-se da crença em uma “física” da economia e da população com base no princípio da homeostase, cuja efetivação deve ser promovida pelo governante quando este concede certa forma de liberdade, requisito para que surja a “naturalidade” do comportamento dos indivíduos, para que eles possam agir segundo sua “natureza”, sua vontade, seus apetites, seus desejos e seus projetos.

Para Quesnay, as leis naturais são uma luz impressa no coração dos homens. Adquirida pela razão, essa luz só pode ser enfraquecida por paixões desregradadas. Assim, para uma nação ser próspera, basta “cultivar a terra da melhor maneira e manter a sociedade em segurança contra os ladrões e os maus. A primeira parte é governada pelo interesse, a segunda é garantida pelo governo civil”²⁰⁶. Colocando a troca econômica fora da sanção penal e partindo da propriedade privada, os fisiocratas preveem um sistema de liberdade no domínio econômico, e de garantias (*sûreté*) pelo processo penal,

²⁰⁴ É por esses motivos que, para eles, a riqueza vem da produção agrícola devido ao poder da natureza de multiplicar o trabalho que o homem despende no cultivo da terra. A partir desse princípio (e ao de Adam Smith), as outras atividades humanas – comércio, manufatura e governo – deduzem a riqueza original que se produziu na terra.

²⁰⁵ Cf. HARCOURT, B. *The Illusion of Free Markets*. Cambridge (MA): Harvard University Press, 2012, p. 93 e p. 96. Harcourt refere-se à obra *Despotisme de la Chine* de Quesnay.

²⁰⁶ QUESNAY, F. *Despotisme de la Chine* (1767). In: Ibid. *Oeuvres économiques complètes et autres textes François Quesnay*. Paris: INED, 2005Cap. VIII-6.

estabelecendo a dualidade entre a economia política e a punição, uma liberdade da troca aliada ao despotismo da autoridade pública.²⁰⁷

Para os fisiocratas, a economia, enquanto uma quase-naturalidade, é um elemento que pode e deve ser conhecido na sua totalidade pelo soberano. O Quadro Econômico de Quesnay é o instrumento técnico paradigmático:

A existência, dizem os fisiocratas, de um Quadro Econômico que possibilita acompanhar com exatidão o circuito da produção e da circulação da renda dá ao soberano a possibilidade de conhecer exatamente tudo o que acontece no interior do seu país e o poder, por conseguinte, de controlar os processos econômicos.²⁰⁸

A posição dos fisiocratas é paradoxal. Por um lado, eles provam que o soberano não deve de forma alguma intervir na mecânica dos interesses, no princípio do *laissez-faire*.²⁰⁹ Por outro lado, mostram que o soberano tem o poder e o dever de conhecer os processos econômicos, de forma que o bom governo é aquele bem informado acerca das leis fundamentais da economia e que compartilha tal conhecimento com os agentes econômicos. Logo, há uma espécie de adequação entre o soberano e os súditos por meio da evidência das leis, e uma espécie de sobreposição transparente do político e do econômico²¹⁰, uma adequação nos eixos do saber e do poder, visto que o campo econômico, assim o prova o *Quadro* de Quesnay, não é opaco ao olhar do soberano.

Assim, a economia política retoma exatamente os objetivos da razão de Estado e do mercantilismo naquilo que eles tinham de comum: um soberano político e econômico. Por um lado, o *laissez-faire*, a liberdade para os agentes econômicos, por outro lado, a visão econômica sobranceira.

²⁰⁷ HARCOURT, B. The Illusion of Free Markets. Op. cit., p. 97 e p. 102.

²⁰⁸ NB, p. 387. Quesnay concebia o mecanismo de circulação da seguinte forma: toda a renda líquida provinha da agricultura. Os proprietários recebiam esse produto líquido, já subtraído o pagamento dos cultivadores e o seu sustento, as chamadas “despesas produtivas”. Em seguida, empregavam a outra parte do seu produto líquido na compra de objetos manufaturados. Manufatureiros, industriais e comerciantes retiravam então recursos desse produto líquido. Donde a conclusão tirada por Quesnay e pela sua escola de que somente o produto da classe produtiva constituía a produção anual de riquezas de uma nação. Cf. *François Quesnay: economia*. KUNTZ, R. (org.). São Paulo: Editora Ática, 1984, p. 131.

²⁰⁹ Para Quesnay, a autoridade soberana não é instituída para fazer leis, pois as leis foram feitas por Aquele que criou os direitos e os deveres. Ao soberano cabe declarar essa ordem primeira por meio de leis positivas visando a conservação da propriedade e a liberdade. Assim, a obediência deriva do respeito à evidência das leis descobertas pela ciência econômica.

²¹⁰ Cf. NB, pp. 386-8.

No registro da economia política, a reflexão acerca da retidão da prática governamental não mais se funda em termos de legitimidade, mas em função dos seus efeitos reais ao cabo do seu exercício. É por esse motivo que, doravante, a economia ocupa um lugar no interior da própria reflexão e da prática governamental.

A economia política caracteriza a prática governamental como uma naturalidade,

[...] é uma certa naturalidade própria da prática mesma do governo. Há uma natureza própria dos objetos da ação governamental. Há uma natureza própria dessa ação governamental mesma, e é isso que a economia política vai estudar. Essa noção de natureza vai mudar inteiramente com o aparecimento da economia política. A natureza não é, para a economia política, uma região reservada e originária sobre a qual o exercício do poder não deveria ter influência, a não ser ilegítima. A natureza é algo que corre sob, através, no próprio exercício da governamentalidade.²¹¹

Doravante, uma natureza aparece como o correlato, sempre presente, da prática governamental, que “não poderá fazer o que tem de fazer a não ser respeitando essa natureza”²¹². É por esse motivo, segundo Foucault, que a economia política pode se apresentar como forma primeira da nova *ratio* governamental autolimitativa.

A economia política considera a existência de fenômenos, de processos e de regularidades que se produzem necessariamente em função de mecanismos inteligíveis. Estes podem ser perturbados, contrariados e obscurecidos, mas como de todo modo não será possível evitá-los, eles repercutirão sobre a prática governamental. Assim, por exemplo, “é uma lei da natureza, explicarão os economistas, a de que a população se desloca para os salários mais elevados”²¹³.

Essa natureza é uma nova concepção das relações entre o vivente e a produção de riquezas, uma “segunda natureza da sociedade”. Se a prática governamental atropelar essa natureza, vai haver consequências, vai haver fracasso. Assim, se o príncipe viola a natureza das coisas e dos homens, o que entra em questão não é sua moral, mas sua ignorância: ele desconhece as regras, leis, mecanismos e efeitos da natureza. Logo, surge também uma questão relativa à verdade. Os prudentes conselheiros do príncipe são substituídos por especialistas econômicos cuja tarefa é dizer em verdade a um governo

²¹¹ NB, p. 22.

²¹² NB, p. 22.

²¹³ NB, p. 22.

quais são os mecanismos naturais que ele manipula. Assim, a questão da autolimitação pelo princípio da verdade, segundo Foucault, introduzirá uma “formidável cunha” na pretensão do Estado de polícia de governar indefinidamente para maximizar o poder do Estado.²¹⁴

*

Adam Smith foi um leitor atento do pensamento dos fisiocratas e teria desejado dedicar *A riqueza das nações* a François Quesnay. Por meio de seu *sistema da liberdade natural* (*system of natural liberty*), Adam Smith afirma que tanto o mercantilismo (cujo defeito é dirigir o destino de “certa porção do capital da sociedade”) quanto o sistema agrícola dos fisiocratas (que impõe restrições à manufatura e ao comércio exterior), são sistemas que – por meio de restrições ou incentivos extraordinários – forçam o fluxo de capitais para tipos de atividade particulares, o que retarda, ao invés de incentivar, o progresso da sociedade na direção da real riqueza e grandeza. Ele rejeita todo esse sistema de preferências e restrições, cujo defeito é a intervenção nos negócios privados e cujo resultado é o decréscimo, e não o aumento da riqueza. Assim, “o óbvio e simples sistema da liberdade natural se estabelece”. Nesse sistema,

[...] cada homem é deixado perfeitamente livre para perseguir seus próprios interesses do seu próprio jeito [...] O soberano é completamente desobrigado de uma tarefa que, se ele tentasse executá-la, estaria sempre exposto a inúmeras decepções, e cujo desempenho nenhuma sabedoria humana ou conhecimento não pode jamais ser suficiente, a saber, a tarefa de supervisionar a indústria dos indivíduos privados e direcioná-la para os fins mais adequados ao interesse da sociedade. De acordo com o sistema da liberdade natural, o soberano tem somente três tarefas a se dedicar; primeira: proteger a sociedade da violência e da invasão de outras sociedades independentes; em segundo lugar: proteger [...] cada membro da sociedade da injustiça ou opressão de cada outro membro [...]; terceiro, erigir e manter certos trabalhos públicos e certas instituições públicas que não podem jamais ser de interesse de nenhum indivíduo.²¹⁵

O argumento de Smith a favor da restrição da intervenção governamental advém da sua natural simplicidade – quanto mais simples a dedução da lei natural, mais conforme à própria natureza. Smith radicaliza a posição naturalista e rompe com os fisiocratas, acusando o sistema fisiocrata de intervencionismo e negando a possibilidade

²¹⁴ NB, p. 24.

²¹⁵ Cf. SMITH, A. *Wealth of Nations*. Op. cit. L. IV, cap. IX, G.ed.p687 e G.ed.p688.

do soberano econômico. A teoria da mão invisível de Adam Smith postula justamente que não é possível haver uma visão soberana da economia: “que o soberano seja, que o soberano possa, que o soberano deva ser ignorante, é o que Adam Smith diz no capítulo 9 do livro IV de *A Riqueza das nações*”²¹⁶. Não pode haver despotismo econômico no sentido fisiocrático do termo, porque não há evidência econômica. A economia, entendida como prática ou como forma de ação de Estado ou do soberano, ensina que é impossível para o soberano possuir um olhar total e globalizante da economia.

A economia política de Smith provoca uma ruptura epistemológica: doravante é impossível a unidade imediata entre o saber econômico e um cálculo abrangente de regulação por parte do Estado. Na razão de Estado a economia aparece como um domínio específico, mas não autônomo, pois ela é continuamente operada e visada pelo Estado. A economia política liberal, por outro lado, aparece como uma ciência econômica autônoma. Na visão de Smith, nenhuma das atribuições do governante concerne à economia. Ao contrário, o governante deve ser ignorante a esse respeito.²¹⁷ O conhecimento econômico é de caráter científico, é indispensável ao governo sem, contudo, estar inteiramente ao alcance do saber do governo, tampouco poderia dele derivar.

Mas, quer se trate da “evidência” fisiocrática acerca da análise das riquezas, quer se trate de uma análise “que supõe a invisibilidade intrínseca do vínculo entre a busca do ganho individual e o crescimento da riqueza coletiva”, a economia mostra a incompatibilidade de princípio entre o desenrolar ótimo do processo econômico e uma maximização dos procedimentos governamentais. Os economistas franceses e ingleses do século XVIII fizeram a reflexão sobre a prática econômica englobar a ideia de um “governo econômico” nos três sentidos que vimos acima.

A partir desses elementos, pudemos caracterizar o liberalismo como uma *crítica à razão de Estado*, como uma doutrina da limitação pela evidência (oriunda da ciência econômica) do poder soberano e uma forma de pedagogia para os homens de Estado,²¹⁸

²¹⁶ NB, p. 382.

²¹⁷ Por outro lado, não se deve pensar Smith como alguém que rebaixe a importância do Estado. Sua obra também deve ser considerada como um conjunto de reflexões e recomendações específicas ao estadista. Cf. GORDON, C. “Governmental rationality: an introduction”. In: *The Foucault Effect. Op. cit.*, p. 16.

²¹⁸ Ibid., p. 15.

limitação por aquilo que é possível conhecer, pela existência de domínios “quase” naturais, como a população e as trocas. Veremos a seguir que esse princípio de limitação interna da arte de governar pela ciência econômica introduz um paradoxo: a economia política não pode fundar por completo a arte de governar liberal.

2.4.1 O princípio limitativo liberal e a arte liberal de governar

Há um segundo limite à ação governamental. Ele concerne à natureza dos governados, que são, ao mesmo tempo, sujeitos de direito e sujeitos econômicos movidos pela busca de seus interesses. Este segundo limite desvela um problema fundamental: como fundar uma arte de governar liberal que mantenha o caráter global do soberano, se os mesmos indivíduos que pactuaram para constituir o soberano são sujeitos econômicos, cuja liberdade e cujos interesses são, como acabamos de ver, não-totalizáveis em um soberano econômico?²¹⁹ Para Foucault, o liberalismo na sua feição atual surge a partir desse problema:

O liberalismo, em sua consistência moderna, começou quando, precisamente, foi formulada essa incompatibilidade essencial entre, por um lado, a multiplicidade não-totalizável dos sujeitos de interesse, dos sujeitos econômicos e, por outro lado, a unidade totalizante do soberano jurídico.²²⁰

Assim, o mundo político-jurídico e o mundo econômico aparecem, desde o século XVIII “como mundos econômicos e incompatíveis. A ideia de uma ciência econômico-jurídica é rigorosamente impossível”²²¹. De seu lado, a economia não se propõe a resolver essa incompatibilidade, pois

[...] a ciência econômica nunca se apresentou como devendo ser a linha de conduta, a programação completa do que poderia ser a racionalidade governamental. A economia política é de fato um saber, um conhecimento que os governantes deverão levar em conta, mas ela mesma “não pode ser a ciência

²¹⁹ A esse problema vem se somar esta questão: com o surgimento da razão governamental autolimitada, o liberalismo surge como um *ethos* crítico com relação ao governo: será que se governa dentro dos limites, será que não se governa demais? Nas palavras de Foucault, com o liberalismo entramos na época de um governo que se pretende frugal, no sentido de que não parou de ser assediado pela questão do demais e do pouco demais. Cf. NB, p. 40.

²²⁰ NB, p. 384.

²²¹ NB, p. 384.

do governo [...] A economia é uma ciência lateral em relação à arte de governar.²²²

Se a economia política não pode ser toda a ciência do governo, como pode a arte de governar liberal se exercer em um espaço de soberania – definido pelo próprio Estado de direito – povoado por sujeitos econômicos? Como ela pode se exercer se nem a economia nem o direito podem trazer as respostas? Em outras palavras, como a governamentalidade pode “conservar seu caráter global sobre o conjunto do espaço de soberania” mantendo sua “especificidade e sua autonomia em relação a uma ciência econômica”²²³? Essa é a conjugação paradoxal do liberalismo e da economia política: ao mesmo tempo em que surge como forma de limitação da arte de governar, ela não se coloca como a própria arte de governar, embora saibamos que, no contexto em que nasceu, existia uma efetiva subordinação dos governos dos Estados nacionais aos interesses da burguesia nascente. O que significa que o liberalismo nunca ambicionou ser toda a ciência política, embora apareça de fato como instrumento de governo de uma classe.²²⁴ como podemos ver no exemplo da crítica da “bioeconomia” inglesa à lei dos pobres.²²⁵

Se a economia política pensa exatamente acerca dos limites da ação governamental em função das evidências da natureza, a arte de governar não pode se contentar em reconhecer as leis naturais, pois as determinações puramente naturais não lhe fornecem um princípio positivo de governo²²⁶. O que está em questão é como

²²² NB, pp. 388-9.

²²³ NB, p. 402.

²²⁴ Como podemos ver no exemplo da crítica da “bioeconomia” inglesa à lei dos pobres Cf. STP, pp. 100-1. No início do século XIX, a crítica malthusiana à Lei dos Pobres afirma que prover demasiada assistência para homens capazes reduz sua responsabilidade natural, levando-os a procriar sem a devida responsabilidade. Neste exemplo, a economia política coloca o problema de fundo do crescimento da população para além dos meios de subsistência como uma questão de segurança e a bioeconomia aparece como a superfície de transferência da ação governamental sem, contudo, pretender ser toda essa ação.

²²⁵ Cf. STP, pp. 100-1. No início do século XIX, a crítica malthusiana à Lei dos Pobres afirma que prover demasiada assistência para homens capazes reduz sua responsabilidade natural, levando-os a procriar sem a devida responsabilidade. Neste exemplo, a economia política coloca o problema de fundo do crescimento da população para além dos meios de subsistência como uma questão de segurança e a bioeconomia aparece como a superfície de transferência da ação governamental sem, contudo, pretender ser toda essa ação.

²²⁶ Não se deve pensar que o liberalismo desconheça a existência de esferas “não-políticas” (no sentido de estarem fora da operação da autoridade do soberano) nem que ele desconheça que a gestão da liberdade de desenvolvimento destes processos “não-políticos” é necessária para os fins do governo. É inegável,

modelar o governo pelo comportamento racional dos governados, “dos que são governados como sujeitos econômicos e, de modo mais geral, como sujeitos de interesses no sentido mais geral do termo, [...] na medida em que, para satisfazer a esses interesses no sentido geral do termo, eles utilizam certo número de meios e os utilizam como querem”. É essa racionalidade dos governados que deve servir de princípio diretor para a racionalidade de governo. Tendo isso em vista, Foucault afirma, no final do curso de 1978:

Com que o Estado deve se preocupar? O que ele deve tomar a seu encargo? O que ele deve conhecer? O que ele deve, se não regulamentar, pelo menos *regular*, ou de que ele deve respeitar as *regulações* naturais? [...] O Estado tem a[o] seu encargo uma sociedade, a sociedade civil, e é a gestão dessa sociedade civil que o Estado deve assegurar.²²⁷

Ele retoma essa colocação um ano depois, no final do curso de 1979. Em virtude da existência simultânea de, por um lado, uma tecnologia política centrada no modelo do soberano e dos sujeitos de direito e, por outro lado, uma nascente arte do governo mínimo centrada na economia e nos interesses individuais, surge a questão sobre como manter a unidade da arte de governar:

[...] para que a governamentalidade possa conservar seu caráter global sobre o conjunto do espaço de soberania, para que ela não tenha tampouco de se submeter a uma razão científica e econômica que faria que o soberano tivesse de ser, ou um geômetra da economia, ou um funcionário da ciência econômica, para que tampouco se tenha de cindir a arte de governar em dois ramos, a arte de governar economicamente e a arte de governar juridicamente, em suma, para manter ao mesmo tempo a unidade da arte de governar, sua generalidade sobre o conjunto da soberania, [...] é preciso dar à arte de governar uma referência, um espaço de referência, um campo de referência, uma realidade nova sobre a qual se exercerá a arte de governar, e esse campo de referência novo é, creio eu, a sociedade civil.²²⁸

Em outras palavras, será preciso dar à arte de governar um novo plano de referência que não seja nem o sujeito de direito nem o comerciante. Embora os indivíduos sejam, ao mesmo tempo, sujeitos de direito e sujeitos econômicos, eles não

por exemplo, que se tentou estabelecer um princípio positivo para a arte de governar a partir da reativação, em um sentido liberal, de um discurso sobre os direitos do indivíduo.

²²⁷ STP, p. 470. Grifo nosso. A ideia de uma ação governamental reguladora, a ideia da regulação, está por trás dos vínculos entre liberalismo, biopolítica e Estado de direito, conforme veremos mais adiante.

²²⁸ NB, p. 402.

serão governáveis nem a um título nem a outro. Foucault diz que eles somente serão governáveis na medida em que se definir “um novo conjunto que os envolverá, ao mesmo tempo a título de sujeitos de direito e de sujeitos econômicos”²²⁹ sem ser meramente a ligação ou a combinação desses elementos. Em suma, a sociedade civil surge no discurso liberal como uma tentativa de responder a esses problemas de como governar de acordo com as regras de direito um espaço de soberania povoado por sujeitos econômicos e de como limitar a arte de governar sem submetê-la nem ao elemento econômico, nem ao elemento jurídico.

Para pensadores como Locke, a sociedade civil é sinônimo de sociedade política, é sempre o conjunto de indivíduos ligados por um vínculo jurídico e político. Mas, na segunda metade do século XVIII, esse termo aparece com um significado diferente. Foucault toma a obra *História da sociedade civil* (1767) de Adam Ferguson como o texto paradigmático e um trabalho próximo e complementar à *Riqueza das nações* de Smith. Aquilo que Smith procurou descrever em termos econômicos – a prosperidade pública e o progresso social a partir dos interesses econômicos privados – é estendido por Ferguson para toda a sociedade civil. Para Ferguson, os vínculos sociais se desenvolvem segundo uma evolução universal²³⁰. Não há ato fundador, a sociedade se constrói a si ao longo da história. Grupos de homens possuem a capacidade de se auto organizarem e dividirem o trabalho, incluindo o trabalho do comando político, atribuído para os mais talhados para isso. Cada elemento da sociedade é apreciado pelo bem que vai produzir para o todo e, inversamente, o valor do todo deve ser referido ao bem de cada um. O que liga os indivíduos são interesses homólogos aos da multiplicação do lucro: é um vínculo de multiplicação imediata e de não renúncia a direitos. Mas seu modo é mais amplo: o que liga os indivíduos não é somente o egoísmo, mas também todo um jogo de interesses não egoístas, de sentimento de comunidade e de benevolência para os mais próximos, para a tribo, a comunidade e até mesmo a nação. Tal vínculo, porém, não abrange a humanidade em geral, ao contrário do jogo do mercado, que é de ordem planetária.²³¹

²²⁹ NB, p. 401.

²³⁰ Reencontramos aqui a teoria dos três estágios sociais: caça, agricultura e comércio.

²³¹ NB, p. 410.

O vínculo social, dando-se na *forma* do interesse, permite que a sociedade civil seja, formalmente, o veículo do vínculo econômico. Porém, sendo o jogo econômico sem território nem localização, o sujeito econômico, não hesitando em ir lucrar no outro lado do mundo, aparece isolado e solitário. Assim, quanto mais se vai no sentido de um estado econômico, mais se desfaz o vínculo benévolo da sociedade civil e mais o homem é isolado.²³² Portanto, a sociedade civil liberal é caracterizada por esses dois movimentos: uma síntese espontânea no interior da qual o vínculo econômico encontra seu lugar, e uma ameaça incessante;²³³ duas forças, uma centrípeta, outra centrífuga.

Portanto, a sociedade civil não deve ser pensada como uma natureza autóctone e rebelde em face da vontade do governo, mas sim como o instrumento conceitual e como o correlato da uma tecnologia de governo liberal cuja medida racional deve se indexar juridicamente a uma economia mercantil. Ela aparece como o conjunto concreto, denso e pleno no interior do qual é preciso recolocar o *homo oeconomicus* “abstrato, ideal e puramente econômico”²³⁴ de Smith. Ela surge como elemento de disputa, como “realidade de transação”, como “superfície de transferência”²³⁵ no jogo das relações de poder, na “interface” entre governantes e governados. Para Foucault, a teoria da sociedade civil de Adam Ferguson ilumina a história do liberalismo, sua preocupação em conjugar dois campos heterogêneos, a economia política e o “social”: é uma forma de invenção do social, a invenção de uma política irreduzível tanto à economia quanto ao jurídico. Como afirma Colin Gordon, “o século XIX é atormentado pela busca de um *governo social*, um governo que pode desencadear por si mesmo [...] uma vocação e uma funcionalidade ancoradas no elemento problemático do social”²³⁶.

²³² NB, pp. 411-2.

²³³ NB, p. 412.

²³⁴ NB, p. 403.

²³⁵ NB, p. 404.

²³⁶ GORDON, C. Op. cit., p. 23. Giovanna Procacci mostra como a economia política nascente no século XVIII ignorava a pobreza, exceto pelo aspecto do trabalho. A partir do século XIX, fica claro para os “economistas sociais” e filantropos que a condição das massas operárias e pobres representava uma “anti-sociedade”, uma parte importante da população que precisava ser recolonizada produtivamente. A gestão de insanos, mendigos, pobres, criminosos, mulheres, crianças etc. surge como um saber que realiza o intercâmbio entre o nível analítico-programático das “ciências” e as exigências da intervenção social. Cf. PROCACCI, G. “Social economy and the government of poverty”. In: *The Foucault Effect. Op. cit.*, pp. 156-7.

Não é nosso objetivo descrever os problemas dessa análise da sociedade civil de Ferguson. O próprio Foucault observa que esta é apenas uma das muitas teorias sociais presentes na época de Ferguson e que a sua importância deriva do fato de ela descartar o problema teórico e jurídico da constituição originária da sociedade. Ele descarta a ideia da oposição entre sociedade civil e Estado. Os economistas liberais que a propuseram no fim do século XVIII tinham o intuito de limitar a esfera de ação, concebendo a sociedade civil como um processo econômico autônomo.²³⁷

Interessa-nos sublinhar como a sociedade aparece como um jogo de forças múltiplas e de iniciativas cegas, de “interesses egoístas e de cálculos que os indivíduos não fazem mais que referir a si próprios”²³⁸. O argumento é que os vínculos gerais entre os indivíduos – inclusive os econômicos – constituem unidades coletivas e políticas, sem por isso serem vínculos puramente econômicos nem puramente jurídico-contratuais. Pelo que vimos, a análise de Foucault da governamentalização do Estado o toma como instrumento e efeito das práticas de governo.

Ressaltamos ainda que a análise de Foucault nos conduz para a descrição de uma sociedade liberal atravessada por uma série de forças. Surgem, a partir dos séculos XVI-XVII, duas formas de indexar, de conformar o poder político. Por um lado, pela racionalidade do Estado, entendido como individualidade soberana. Por outro lado, pela racionalidade dos que são governados. Nesse último sentido, trata-se, diz Foucault, do princípio de uma arte de governar baseada no comportamento racional dos governados, indivíduos que se utilizam de determinados meios para satisfazer seus interesses e aquilo que desejam e fazem para si, constituindo-se assim como sujeitos políticos e morais de suas condutas.²³⁹

A estatização da disciplina, da segurança, da previdência e da prevenção do risco são elementos do processo de governamentalização que ilustram os modos pelos quais se convoca os indivíduos a se tornarem sujeitos de sua própria conduta, induzindo a formação de subjetividade. Esse é o tema de nosso capítulo 3: a economia política

²³⁷ “Os economistas liberais propuseram [a ideia da sociedade civil] no final do século XVIII no intuito de limitar a esfera de ação do Estado, concebendo-a como o lugar de um processo econômico autônomo. Era uma concepção quase polêmica, oposta às opções administrativas dos Estados da época para fazer triunfar um certo liberalismo”. “Un système fini face à une demande infinie”. DE II, n° 325, p. 1193.

²³⁸ NB, p. 416-7.

²³⁹ NB, p. 423.

aparece como formadora de subjetividade, nos modos do sujeito providente, do modelo-empresa e do capital humano.

A inovação de Foucault no estudo do liberalismo como racionalidade de governo não está na ênfase nos direitos e nas liberdades dos governados. Ao invés disso, a “liberdade”, ou seja, as escolhas racionais e interessadas de indivíduos e grupos aparecem como elemento de intervenção da arte de governar. Assim, o liberalismo interroga-se constantemente sobre a melhor maneira fundar e fazer evoluir o governo dos indivíduos, de seus interesses e de seus fenômenos globais e biológicos. O que caracteriza a racionalidade liberal é procurar fundar uma arte de governar que reconhece não somente limites para o papel do Estado, mas também que aquilo que está fora da esfera estatal é igualmente necessário para os fins do governo. É o que veremos a seguir.

2.5 Mecanismos de segurança

Foucault toma o problema da criminalidade para mostrar as diferenças entre os mecanismos jurídicos, disciplinares e de segurança. A forma de tratamento do crime por meio dos mecanismos jurídicos consiste em criar uma lei e estabelecer uma punição para os que a infringirem. O sistema do código legal opera uma divisão binária entre o permitido e o proibido e define a relação entre a ação proibida e a punição correspondente. No mecanismo disciplinar, de dentro desse esquema binário surge um terceiro elemento que é o culpado. Para além do código, para além do ato legislativo que cria a lei e do ato judicial que pune o culpado, lança-se mão de toda uma série de técnicas adjacentes, policiais, médicas e psicológicas visando, por um lado, prevenir as condutas criminais (por meio da vigilância e do saneamento dos espaços etc.) e, por outro lado, punir (por meio do encarceramento, do trabalho, do aconselhamento, do tratamento psicológico etc.) e eventualmente transformar o criminoso (corrigir, reeducar etc.).²⁴⁰ Trata-se, portanto, ainda de uma forma de partição binária definida não mais em termos de proibido e permitido, mas em termos de normal e anormal, fora e dentro da norma.

Com os dispositivos de segurança não se trata de codificar uma lei contra o crime em si, ou praticar o encarceramento e a correção (embora se continue codificando leis, encarcerando e corrigindo). Trata-se, primeiro, de inserir o fenômeno do crime dentro

²⁴⁰ STP, pp. 8-9.

de uma série de acontecimentos prováveis, cuja intensidade e frequência são os eventos significativos. Em seguida, a reação do poder a esse fenômeno se dá com base em um cálculo de custo e benefício. Enfim, trata-se não mais de operar a divisão binária, mas sim de estabelecer “uma média considerada ótima”²⁴¹ e de instituir em torno desse valor os limites aceitáveis dentro dos quais a intensidade do fenômeno poderá oscilar. Trata-se de deixar o fenômeno oscilar em função de suas características e de pensar a intervenção com o objetivo de manter essa intensidade dentro dos limites estabelecidos e aceitáveis.²⁴² Assim, esse dispositivo lançará mão de um novo conjunto de técnicas – medições, estatísticas, intervenções urbanas, criação de postos de trabalho etc. – estranhas às tecnologias jurídica e disciplinar, podendo valer-se, ao mesmo tempo, dessas últimas. Aqui não se trata tanto de “combater” o crime nem o criminoso, mas sobretudo de gerir taxas de criminalidade dentro de limites que sejam social e economicamente aceitáveis. Não se trata, portanto, de derrotar o crime, mas de gerir indiretamente a criminalidade agindo no ambiente onde ela se desenvolve.

Foucault nos previne acerca da crença de que teríamos assistido a uma evolução do jurídico para o disciplinar e do disciplinar para o securitário, ou seja, do arcaico para o moderno e deste para o contemporâneo. Segundo ele, perde-se o essencial pensando assim. Em primeiro lugar porque, no sistema jurídico que dominava até o século XVIII, o aspecto disciplinar estava longe de estar ausente, visto que a punição não deixava de ter um caráter corretivo – no ato da prisão do faltoso – e educativo, pelo exemplo dado à população na exibição pública da execução do faltoso. Em segundo lugar, mesmo a punição de pequenos delitos como os roubos domésticos visava a um crime que só era importante por sua *probabilidade*, podendo, portanto, ser considerada um mecanismo de segurança.²⁴³ Logo,

[...] os mecanismos disciplinares não apareceram simplesmente a partir do século XVIII, eles já estão presentes no interior do código jurídico-legal. Os mecanismos de segurança são antiquíssimos como mecanismos. [...] Ao tomarmos os mecanismos de segurança tais como se tenta desenvolvê-los na época contemporânea, é absolutamente evidente que isso não constitui de

²⁴¹ STP, p. 8.

²⁴² STP, p. 9.

²⁴³ STP, p. 10.

maneira nenhuma uma colocação entre parênteses ou uma anulação das estruturas jurídico-legais ou dos mecanismos disciplinares.²⁴⁴

Assim, não há uma série na qual os elementos vão se suceder. Na verdade, para além da série de dispositivos cujas próprias técnicas vão se aperfeiçoar ou se complicar, o que muda, principalmente, é a “dominante ou, mais exatamente, o sistema de correlações”²⁴⁵ entre os tipos de dispositivos. Não é que os dispositivos jurídicos ou disciplinares tenham sido rebaixados ou abandonados. O que está em jogo não é tanto essa ou aquela técnica, esse ou aquele dispositivo (jurídico, disciplinar ou securitário), mas a tática empregada. Por exemplo, o uso da gestão securitária, muito mais do que a disciplinar, para melhor atingir determinados fins. Um dispositivo é o elemento que põe em relação elementos heterogêneos, o dispositivo literalmente *dispõe* os elementos visando a um fim específico. Segundo Foucault, o que deve ser considerado é a posição do dispositivo dentro de um conjunto que é “decididamente heterogêneo”²⁴⁶. Assim, o que é relevante é a racionalidade deste conjunto, que é composto *ad hoc*, por assim dizer, de acordo com os objetivos e estratégias da tecnologia. A tecnologia compõe a “dominante” ou o “sistema de correlação” entre os diversos mecanismos, atualizando assim a compreensão, as funções e potencialidades dos mecanismos. Foucault diz que se pode fazer a história das técnicas propriamente ditas (dos discursos, instituições, leis etc.) como, por exemplo, da técnica celular empregada nos monastérios desde a Idade Média. Mas seu propósito aqui é diferente: trata-se de fazer a “história das tecnologias de segurança”, uma história mais global das correlações e dos sistemas dominantes que fazem com que, numa dada época e sociedade, se instale uma “tecnologia de segurança” que faz funcionar no interior de sua tática própria elementos jurídicos e disciplinares, muitas vezes multiplicando-os. Em resumo, a segurança é uma “certa maneira de fazer

²⁴⁴ STP, p. 10.

²⁴⁵ STP, p. 11.

²⁴⁶ O dispositivo é a rede que se pode estabelecer a partir de um conjunto “decididamente heterogêneo, comportando discursos, instituições, instalações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas”. “Le jeu de Michel Foucault” [1977]. DE II, nº 206, p. 299. Cf. MUCHAIL, S. T., *Simplemente Foucault*. São Paulo: São Paulo: Loyola, 2004, p. 15.

funcionar, além dos mecanismos propriamente de segurança, as velhas estruturas da lei e da disciplina”²⁴⁷.

A questão de Foucault, como vimos, é se podemos dizer que em nossas sociedades a economia geral de poder está se tornando da ordem da segurança, onde prevaleceria uma racionalidade cujo instrumento de controle paradigmático são os dispositivos de segurança. A questão é tratada nas três primeiras aulas de 1978 a partir de três exemplos tomados da história europeia dos séculos XVII e XVIII: os espaços de segurança, o tratamento do aleatório e a normalização da segurança. Vamos tratá-las em detalhes a seguir.

2.5.1 Espaços de segurança

Em primeiro lugar, Foucault nos alerta contra o esquema simplista segundo o qual a soberania corresponde à gestão do espaço (do território), a disciplina, à gestão dos corpos dos indivíduos e a segurança, à gestão das populações. Para ele, os três conjuntos tecnológicos têm em comum a gestão do espaço onde se desenvolve uma multiplicidade de indivíduos. Mesmo que a soberania possa se exercer sobre um espaço desabitado, o fato é que seu exercício efetivo indica sempre uma multiplicidade de sujeitos ou a multiplicidade de um povo. Do mesmo modo, a disciplina “só existe na medida em que há uma multiplicidade e um fim, ou um objetivo, ou um resultado a obter a partir dessa multiplicidade”. Embora ela se exerça, é claro, sobre o corpo do indivíduo, para a disciplina, o indivíduo é mais uma “maneira de recortar a multiplicidade” do que seu objeto primeiro. Portanto, a soberania, a disciplina e, é claro, a segurança “só podem lidar com multiplicidades”²⁴⁸.

Por outro lado, os problemas do espaço são também comuns aos três dispositivos. Para diferenciar o modo como tratam o ordenamento espacial, Foucault toma o problema das cidades. A cidade apresentava-se ainda no século XVIII como uma especificidade jurídica e administrativa que permitia diferenciá-la de outros espaços

²⁴⁷ STP, p. 14.

²⁴⁸ STP, p. 16. Deleuze faz a seguinte consideração: na disciplina, a multiplicidade considerada deve ser reduzida, tomada num espaço restrito, e a imposição de uma conduta se faz através da repartição no espaço-tempo. Na gestão da vida, por outro lado, “a multiplicidade qualquer é numerosa, num espaço aberto”. Cf. DELEUZE, G. *Foucault*. Trad. Claudia Martins. São Paulo: Brasiliense, 2005, p. 43.

dentro do território. A cidade era também um espaço circunscrito dotado de funções militares e econômicas específicas. Por fim, ela se caracterizava por uma heterogeneidade econômica e social maior do que a do campo. Nos séculos XVII e XVIII, ela é um problema, um enclave jurídico, administrativo e econômico. O desenvolvimento do comércio, o crescimento econômico e populacional tornou necessário “desenclavar”, ressituar a cidade num espaço de circulação.²⁴⁹

*

Para mostrar as diferenças entre soberania, disciplina e segurança no tratamento dos espaços de segurança, Foucault usa três exemplos que são três projetos de cidades. Todos foram concebidos entre os séculos XVII e XVIII, justamente o período no qual surgem os problemas da população e do governo econômico.

O primeiro exemplo é um texto de 1682, escrito por Alexandre Le Maître chamado *La Métropolitée*. O problema tratado pelo livro é: um país deve ter uma capital? Em que ela deve consistir? A cidade proposta é, portanto, a capital do país onde se localiza. Ela deve, idealmente, exercer uma série de funções que a diferenciam do restante do território. Deve ter uma relação geométrica com o resto do território, situando-se no centro do país para que nenhum canto do reino escape da rede geral de leis e decretos, aumentando a eficácia do controle soberano. A capital deve também exercer uma função simbólica e moral. Deve dar o exemplo dos bons costumes e ser a sede do saber e das artes. Finalmente deve exercer um papel econômico, atraindo as mercadorias vindas do estrangeiro e agindo como ponto de redistribuição pelo comércio.²⁵⁰ Trata-se, diz Foucault, de uma definição da cidade a partir do modelo da soberania em função das relações de soberania que se exercem sobre um território e da forma ótima do exercício daquela sobre este: “o sonho de Le Maître é conectar a eficácia política da soberania a uma distribuição espacial”²⁵¹. No centro estariam o soberano e

²⁴⁹ STP, p. 17. Nesse ponto, Foucault remete o leitor a uma tese de Jean-Claude Perrot. Publicada em 1974, *Genèse d'une ville moderne, Caen au XVIIIème siècle* mostra a cidade como lugar de circulação e meio onde a população se desenvolve, sobretudo pelo viés do “pensamento bio-urbano da Luzes”. Segundo F. Taylan, essa obra teria mudado o modo como Foucault pensava o espaço urbano (como um prolongamento das disciplinas), concepção que teria entrado em conflito com a pesquisa histórica mais recente. Cf. TAYLAN, F. “Discipline/sécurité”. In: *Michel Foucault: un héritage critique*. Paris: CNRS Éditions, 2014, pp. 138-9.

²⁵⁰ STP, p. 19.

²⁵¹ STP, p. 20.

seus oficiais exercendo o poder. No restante do território, no campo e nas pequenas vilas, os camponeses e artesãos que asseguram a produção.

Um bom soberano é aquele que está bem situado no interior de um território que obedece ao soberano é aquele que tem uma boa disposição espacial. Essa ideia da eficácia política está ligada à boa circulação das ideias, das vontades e das ordens, circulação comercial também. Trata-se, então, do problema técnico: como construir uma cidade para a circulação de mercadorias, melhor dizendo, para as circulações em geral, a partir de uma ordem organizada a partir do ponto de vista hierárquico em cujo centro – espacial, mas também simbólico – está o soberano, e de onde emana o poder em direção à periferia? Trata-se, segundo Foucault, da ideia de superpor o Estado de soberania, o Estado territorial e o Estado comercial, ideia compatível com o desenvolvimento do mercantilismo – este que estava no auge no século XVII – e com uma ciência administrativa das finanças e da administração que nascia então, o cameralismo. O último se desenvolvia nas “câmaras” dos príncipes, órgãos de planejamento e de controle burocrático, cujo problema central era justamente o Estado: como assegurar o bem-estar do Estado, como assegurar um Estado bem capitalizado por meio do comércio? O cameralismo via no bem-estar do Estado a fonte de todo outro bem-estar.²⁵²

Se o projeto de Le Maître pensa a cidade a partir da categoria mais global do território, onde o problema da gestão do Estado se dava pelo “jogo entre o macrocosmo e o microcosmo” – o território e a soberania –, o segundo projeto analisado por Foucault pensa a cidade “não a partir do maior do que ela, o território, mas a partir do menor do que ela”²⁵³: a figura geométrica; não mais o círculo e seu centro, e sim o quadrado, o retângulo e suas subdivisões como módulos arquitetônicos básicos. Trata-se da cidadezinha chamada Richelieu, construída na França no século XVII a partir do projeto do arquiteto Lemercier cujo modelo era o acampamento romano, pois desde o fim do século XVI reativa-se a forma militar romana como instrumento fundamental de disciplina. A cidade foi construída como nos campos militares bem organizados. As

²⁵² STP, p. 20. O cameralismo desenvolveu-se na Prússia a partir do século XVII nas “câmaras” dos príncipes, órgãos burocráticos de finanças e de administração. Em 1727 essa disciplina entrou nas universidades para instruir os futuros funcionários do Estado. Cf. STP, p. 34, nº 25.

²⁵³ STP, p. 21.

quadras têm tamanhos diferentes visando à melhor forma de executar sua função – residência, comércio ou manufatura. Cada função é precisamente localizada, fixando cada indivíduo aos seus locais de trabalho e de habitação. A largura das ruas é concebida para melhorar a circulação que contemplam: mercadorias e pessoas. A altura e a localização das residências – um ou mais andares – é função das diferenças de status social. Neste esquema, segundo Foucault, encontramos exatamente o tratamento disciplinar das multiplicidades no espaço, isto é, “a constituição de um espaço vazio e fechado, no interior do qual vão ser construídas *multiplicidades artificiais* organizadas de acordo com o tríplice princípio da hierarquização, da comunicação exata das relações de poder e dos efeitos funcionais específicos dessa distribuição”.²⁵⁴

No projeto de Le Maître, tratava-se de “capitalizar” – de submeter à capital – um território visando à riqueza do Estado. Nele, produção e circulação se dão num espaço distribuído hierarquicamente (capital, vilas e campo). A solução para o problema técnico da produção e do fluxo se dá pela *codificação* dos elementos econômicos por meio do dispositivo jurídico, de leis e decretos. No caso de Richelieu, o tratamento da multiplicidade – produção, circulação e pessoas – é fixado e concentrado na cidade por meio de uma distribuição funcional e hierárquica dos espaços. Seu objetivo não é tanto codificar o espaço na lei, mas otimizar tanto a produção quanto o fluxo, tornando os espaços mais especializados e úteis.

O terceiro exemplo é um projeto do século XVIII de reurbanização da cidade de Nantes apresentado pelo arquiteto Vigné de Vigny. Trata-se, em primeiro lugar, de estabelecer eixos e de abrir ruas largas com quatro objetivos: aumentar a higiene e o arejamento para eliminar doenças e reduzir o adensamento; garantir o comércio interior da cidade; articular a rede de ruas com estradas para propiciar o comércio, garantindo ao mesmo tempo o controle aduaneiro; garantir a vigilância, pois o desenvolvimento do comércio acarretara a destruição das muralhas da cidade.²⁵⁵ É preciso também organizar a circulação de coisas e de pessoas, de modo a separar o elemento perigoso, eliminando,

²⁵⁴ Cf. STP, pp. 21-3. Grifo nosso.

²⁵⁵ Na aula seguinte, Foucault lembra o leitor de que nenhuma destas funções estruturantes é coisa nova no século XVIII. O importante é interrogar-se acerca do seu uso específico, no interior de qual “economia geral de poder” elas se situam e qual a função que exercem: “Trata-se de disciplinar súditos e fazê-los produzir riquezas ou trata-se de constituir para uma população algo que seja um meio de vida, de existência, de trabalho?”. STP, pp. 40-1.

assim, a má circulação. Por fim, percebe-se que é preciso contemplar o desenvolvimento e antecipar eventos que não se conhece com exatidão, eventos somente prováveis.²⁵⁶ O importante é que este tipo de planejamento não quer construir uma cidade disciplinar num espaço vazio; ele pensa a partir de uma cidade existente, de um problema existente e na forma de certo número de dados ambientais existentes: o escoamento das águas, as ilhas, o ar etc. Em seguida, não se trata de reconstruir o que é dado para atingir um ponto de perfeição. Trata-se de “maximizar os elementos positivos, de poder circular da melhor maneira possível e de minimizar, ao contrário, o que é risco e inconveniente, como o roubo, as doenças, sabendo perfeitamente que nunca serão suprimidos”²⁵⁷. Depois, trabalha-se com dados naturais, mas também com quantidades que sejam modificáveis dentro de certos limites. A cidade tem funções positivas e negativas, a rua é local tanto de circulação quanto de motins. Por fim, trabalha-se com o futuro, que não é exatamente controlável nem mensurável, mas somente calculável, de modo que o bom planejamento da cidade deve levar em conta o que pode acontecer, havendo risco na ação que tenta se antecipar ao evento provável. Trata-se, segundo Foucault, “de uma técnica que se vincula essencialmente ao problema da segurança, isto é, no fundo, ao problema da série”²⁵⁸. Série aberta e indefinida de elementos que se deslocam e que se sucedem no tempo: quantidade de carroças e de passantes, quantidade de roubos, de doenças, de mercadorias que chegam e que partem. São também quantidades heterogêneas que se acumulam. É a gestão dessas séries abertas, que remetem ao temporal e ao aleatório, e que só podem ser controladas por uma estimativa de probabilidades, que caracteriza o mecanismo de segurança.²⁵⁹ Este considera certo número de fenômenos ligados ao meio onde se desenvolve a multiplicidade de indivíduos. O meio é tanto um conjunto de dados naturais – rios, morros, pântanos e clima – quanto artificiais – aglomerações de indivíduos e de casas. O meio é tomado numa circularidade de causas e efeitos: quanto mais pântanos, mais doenças. Quanto mais se morre, mais haverá miasmas.

²⁵⁶ STP, pp. 24-5.

²⁵⁷ STP, p. 26.

²⁵⁸ STP, p. 26

²⁵⁹ Cf. STP, pp. 26-7.

O meio é o campo de intervenção governamental indireta, fruto de uma ação à distância:

[...] em vez de atingir os indivíduos como um conjunto de sujeitos de direito capazes de ações voluntárias – o que acontecia no caso da soberania –, em vez de atingi-los como uma multiplicidade de organismos, de corpos capazes de desempenhos, e de desempenhos requeridos, como na disciplina, vai-se procurar atingir, precisamente, uma *população*. Ou seja, uma multiplicidade de indivíduos que são e que só existem profunda, essencial, biologicamente ligados à materialidade dentro da qual existem.²⁶⁰

Assim, com esse problema técnico colocado pela cidade surge a questão da interação entre as séries de acontecimentos que esses indivíduos e grupos produzem e a série de acontecimentos “de tipo quase natural” do meio material onde se desenvolvem e agem.

A conclusão de Foucault é que voltamos a encontrar aqui o problema do soberano, mas este agora “é algo que se relaciona com uma natureza”, na perpétua articulação do meio físico com a espécie humana. Logo, será por meio de uma “técnica política que se dirigirá ao meio”²⁶¹ que o soberano poderá intervir se ele quiser mudar o destino da população, se quiser mudar suas condições de existência. Com o exemplo do problema técnico colocado pela cidade surge o problema da “naturalidade”, da atividade e da positividade da espécie humana. Não mais o povo compreendido como necessidade, insuficiência, fraqueza ou ameaça ao príncipe, mas os homens como fator de riqueza do Estado.

2.5.2 Tratamento do aleatório

Na aula seguinte do curso, em 18 de janeiro de 1978, Foucault descreve o modo como opera a técnica política do dispositivo de segurança por meio de mais um exemplo: o tratamento da escassez. Agora, a análise dos dispositivos de segurança não concerne à relação com o espaço e o meio, mas à “relação do governo com o acontecimento. Problema do acontecimento [*événement*]”²⁶². O acontecimento ao qual Foucault se refere é a escassez de cereais que acarreta a carestia e pode levar às revoltas populares.

²⁶⁰ STP, p. 28. Grifo nosso.

²⁶¹ STP, p. 30.

²⁶² STP, p. 40.

Antes da emergência dos dispositivos de segurança, a escassez era atribuída à má fortuna que aflige tanto o povo quanto o soberano, cuja causa era a má natureza do homem: quando há escassez, os preços sobem, a avidez e o egoísmo fazem o homem estocar e reter a mercadoria para fazer os preços subirem ainda mais. Natureza má que será punida com o castigo. Assim, a escassez era um conceito cosmológico-político e um acontecimento da ordem jurídico-moral.²⁶³

A escassez sempre apareceu como aquilo que o soberano deve tratar para evitar o perigo da revolta, sobretudo urbana. Do início do século XVII até o início do XVIII, um princípio político do mercantilismo preconizava que a escassez devia ser prevenida de modo que não ocorresse de forma alguma, estabelecendo-se contra ela todo um sistema jurídico e disciplinar de intervenções estatais – limitações, pressões, proibições e vigilância permanente – sobre o fluxo de produção, comércio e distribuição, um sistema que intervinha diretamente na disponibilidade e no preço. Proibia-se, por exemplo, a exportação e o estoque de mercadorias para forçar a sua disponibilidade imediata. Exigia-se que se semeasse uma quantidade mínima, proibia-se o cultivo disso e daquilo. Assim, tratava-se de prevenir o acontecimento, por meio de uma combinação de dispositivos jurídicos e disciplinares. Essa forma de regulação, completa Foucault, foi o grande princípio político desenvolvido pelo mercantilismo. Para esse pensamento intervencionista, a escassez não era um dado da realidade, mas um problema político. Trata-se de evitar uma virtualidade por meio de ações que, curiosamente, visam igualmente a outra virtualidade, a ausência total da carestia, a satisfação plena de todas as necessidades. Funcionado bem ou mal, este sistema intervencionista antiescassez se apresentava como um mecanismo de segurança cuja forma de ligação com o evento da escassez é jurídica e disciplinar.

Na metade século XVIII, alegando o fracasso do sistema intervencionista, o pensamento dos fisiocratas defende o princípio da liberdade de produção, estocagem e de circulação ilimitada de grãos como solução para o problema da escassez.²⁶⁴ O princípio fisiocrata da ordem natural do domínio econômico significa que o comércio

²⁶³ STP, pp. 41-2.

²⁶⁴ Este princípio é central no pensamento de Quesnay em *Maximes du gouvernement économique*, de 1767. Cf. STP, p. 66, n. 5. Antes dos fisiocratas, no fim do século XVII, o parlamento inglês adotara medidas em favor da liberdade de circulação de cereais.

constitui um sistema dotado de leis próprias que garantem a sua autorregulação e não requer intervenção externa.

Em que consiste o argumento fisiocrata? Em primeiro lugar, desqualifica-se os argumentos morais. Em si mesma, a escassez é um fenômeno natural. Logo, em segundo lugar, em si mesma ela não é boa nem ruim. Em terceiro lugar, por ser natural, ela não é um fenômeno que se deva evitar por meio de intervenções no mercado e no preço. Deve-se recuar um passo e considerar todo o ciclo na sua naturalidade – terreno, clima, plantios, comercialização. Doravante o acontecimento será “muito mais a naturalidade do cereal do que o medo da escassez”²⁶⁵. É nessa realidade que se vai “tentar enxertar”²⁶⁶ um dispositivo de segurança graças ao qual as oscilações não serão impedidas de antemão como no modo jurídico e disciplinar. O novo dispositivo de segurança é conectado na realidade complexa do fenômeno: não somente a escassez, mas as oscilações de preços, a abundância, os fatores inerentes ao comércio, o natural egoísmo e os interesses dos particulares etc. Assim, segundo Foucault, o princípio da livre circulação dos cereais insere uma mutação na forma como a segurança é encarada: não mais segurança jurídica do soberano – pois é disso que se trata, da sedição causada pela fome e pela carestia que ameaçam o poder –, mas outro tipo de dispositivo cuja base teórica não é jurídica, e sim econômica. Essa mutação pode ser lida tanto como inovação no campo teórico quanto como “um episódio na *mutação das tecnologias de poder* e como um episódio na implantação dessa técnica dos dispositivos de segurança [...], uma das características das sociedades modernas”²⁶⁷.

Em que vai consistir esse dispositivo que aceita a realidade da oscilação e que se conecta a ela para regulá-la? Em primeiro lugar, não se deve forçar o menor preço, deve-se deixar os preços oscilarem e subirem, suprimir as proibições de estocagem, de exportação. Os preços subindo, haverá maior plantio e, num segundo momento, maior oferta, o que pressionará os preços para baixo. Mas não necessariamente, porque pode-se estocar ou exportar. Ao mesmo tempo, havendo bom preço, haverá interesse em importar, aumentando a oferta, ou regulando-a tendo em vista a concorrência dos

²⁶⁵ STP, p. 48.

²⁶⁶ STP, p. 49.

²⁶⁷ STP, p. 45. Grifo nosso. Foucault precisa que na Inglaterra esta liberalização ocorreu já no final do século XVII.

estoques.²⁶⁸ No caso oposto, como os fisiocratas encaram a escassez? No fundo, nunca é a ausência pura e simples, a ausência total dos meios de subsistência da população, pois neste caso ela simplesmente morreria ao cabo de alguns dias, e nunca se viu uma população inteira perecer por falta de comida. Logo, eles concluem, a escassez alimentar “é uma quimera”²⁶⁹. Nunca há escassez absoluta, nem abundância absoluta, pois seria necessário não haver consumo. Haverá certa escassez, que provocará, ao fim de alguns meses, alguns fenômenos de oscilação. E, imediatamente, a elevação dos preços. E deixe-se esta alta se dar, dizem os fisiocratas. Havendo importação, quem estoca terá interesse em vender, antecipando uma baixa de preços devido à importação. Do lado dos exportadores dos países estrangeiros se dá o mesmo: eles irão aproveitar a alta imediata dos preços para lançar os seus produtos no mercado, e com isso o trigo vai afluir na medida mesma de sua escassez e na medida do interesse dos comerciantes.²⁷⁰

Ao se deixar os comportamentos oscilarem, eles poderão variar em torno do nível ótimo. Por exemplo, não se espera que o comerciante venda todo o seu estoque em decorrência da carestia, mas que ele venda uma parte do estoque; espera-se que ele reaja à alta dos preços causada pela escassez. Ou seja, a prática securitária cunha outro sentido para a liberdade. Não é exatamente liberdade, é mais uma modulação que, dinamicamente, tanto integra novos elementos quanto afasta e torna difícil o desenvolvimento de outros. Não é tanto no plano do permitido/proibido disciplinar, nem do prescrito/anormal da disciplina, mas sim do que é desejado dentro de uma realidade efetiva:

[...] sem proibir nem prescrever, mas dando-se evidentemente alguns instrumentos de proibição e de prescrição, a segurança tem essencialmente por função responder a uma realidade de maneira que a resposta anule essa realidade a que ela responde – anule, ou limite, ou freie, ou regule. Essa regulação no elemento da realidade é que é, creio eu, fundamental nos dispositivos de segurança.²⁷¹

²⁶⁸ Cf. STP, p. 50.

²⁶⁹ STP, p. 51.

²⁷⁰ Cf. STP, p. 52. Foucault se refere ao texto de L-P. Abeille, *Lettre d'un négociant sur la nature du commerce des grains* (1763).

²⁷¹ STP, p. 61.

Portanto, a ação do dispositivo de segurança se dá fundamentalmente no tempo e no elemento do acontecimento, na sua realidade, ao passo que a lei trabalha imaginando todas as coisas que podem e não podem ser feitas, e a disciplina trabalha no complemento da realidade, visando a tudo o que possivelmente não queira se dobrar ao estipulado. De modo que se chega, acrescenta Foucault,

[...] a um ponto essencial e com o qual, ao mesmo tempo, todo o pensamento e toda a organização das sociedades políticas modernas se encontram comprometidos: a ideia de que a política [...] tem que agir no elemento de uma realidade que os fisiocratas chamam precisamente de a física. [...] Quando dizem isso [...] visam na verdade a essa realidade que é o único dado sobre o qual a política deve agir e com o qual ela deve agir.²⁷²

Essa concepção dos mecanismos de mercado não é simplesmente a análise do que acontece, mas igualmente uma programação do que deve acontecer. Com relação ao mecanismo disciplinar de segurança, ela é consideravelmente ampliada do lado da produção, considerando todo o seu ciclo. Ela é ampliada do lado do comércio, pois considera o mercado mundial, não apenas a França. Ampliação também do lado dos protagonistas. Ao invés de lhes impor regras, vai-se procurar identificar e conhecer como eles pensam, qual cálculo fazem, como agem quando sabem que há liberdade. Tudo isso, segundo Foucault, configura “esse elemento do comportamento plenamente concreto do *homo oeconomicus*, que deve ser levado igualmente em consideração”²⁷³.

A vitória do dispositivo de saber-poder representado por fisiocratas como Abeille significou a “supressão da forma jurídico-disciplinar que enquadrava o comércio de cereais”²⁷⁴. Para Abeille, era o jugo jurídico, que não considerava a naturalidade da oscilação abundância-escassez que causava a carestia. Nas palavras de Foucault, esta freada da escassez alimentar “é obtida por um certo ‘*laissez faire*’, por um certo ‘*laissez passer*’”, no sentido de “deixar as coisas andarem”. Quando os preços subirem, vai-se deixar que esse fenômeno se desenvolva, neste ou naquele mercado, pois será isto, essa realidade mesma à qual se deu a liberdade de se desenvolver, é esse fenômeno que vai acarretar justamente sua autofrenagem e sua autorregulação. Já não haverá escassez geral nem fome geral. Algumas pessoas morrerão, “mas é deixando essas pessoas morrerem de fome que se poderá fazer da escassez alimentar uma quimera e impedir

²⁷² STP, p. 62.

²⁷³ STP, p. 54.

²⁷⁴ STP, p. 54.

que ela se produza com aquele caráter maciço de flagelo que a caracterizava nos sistemas precedentes”²⁷⁵. Essa reviravolta significa considerar, é claro, que a fome pode existir, que alguns indivíduos podem passar fome e até mesmo morrer durante o ciclo de escassez. Mas de todo modo, não há escassez absoluta que venha a ameaçar toda a população, de modo que se introduz um recorte no pensamento que separa o nível do indivíduo do nível geral da população. Em outras palavras, o dispositivo de segurança que a vitória fisiocrática põe em prática recorta uma realidade, um domínio de ação ou um objeto da ação governamental, a população.

Essa cesura traz consequência importantíssimas para a nova racionalidade política que se desenha. Em primeiro lugar, para o Estado de polícia, a população aparecia somente como um numerário. Necessita-se de muitos braços para prover a riqueza e engrandecer o brilho e a segurança do Estado. Nunca ela era o bastante. Com os economistas surge uma maneira completamente diferente de ver a população como objeto de governo. Em si, a população não é considerada um bem. A sua quantidade absoluta não é o mais importante, mas sim a quantidade ótima, o número desejável de gente num território dado, e esse número “varia em função tanto dos recursos, como do trabalho possível, quanto do consumo necessário e suficiente para sustentar os preços e, de modo geral, a economia”²⁷⁶. Não se deve forçar o povoamento, como no sistema da polícia. Na verdade, o número de pessoas vai se ajustar por si próprio. É natural que as pessoas se desloquem para onde há melhores salários e mais trabalho, e não se deve tentar impedi-las, diz Quesnay²⁷⁷. Assim, a população como coleção de súditos é substituída pela população como conjunto de fenômenos naturais. A assunção da população pelo Estado como conjunto de fenômenos internos de regulação dará ensejo para o desenvolvimento de uma série de ciências, ou de práticas ligadas a essa naturalidade, tais como a medicina social e a demografia, cujo sentido não é regulamentar, mas suscitar, deixar se desenvolver. Os mecanismos de segurança serão a forma de intervenção do Estado cuja função será essencialmente “garantir a segurança desses fenômenos naturais”²⁷⁸ ligados à economia e à população.

²⁷⁵ STP, p. 55.

²⁷⁶ STP, p. 464.

²⁷⁷ Cf. STP, p. 487, n. 26.

²⁷⁸ STP, p. 474.

Em segundo lugar, a população aparece como “sujeito político”, “como novo sujeito coletivo absolutamente alheio ao pensamento jurídico e político dos séculos precedentes”. Ela aparece tanto como objeto quanto como sujeito cuja conduta se deve dirigir, cuja conduta precisa ser dirigida, “já que é a ela que se pede para se comportar deste ou daquele jeito”²⁷⁹. É a ela que se pede para suportar a escassez-carestia à espera de tempos melhores, é do comerciante que se espera que venda seu trigo no devido momento. Porém, sempre haverá aqueles que se comportam “como se não fizessem parte desse sujeito-objeto coletivo que é a população, como se se pusesse fora dela” e cuja recusa a ser população irá desajustar o sistema.²⁸⁰ Temos aqui, segundo Foucault, uma partição, promovida pela tecnologia da segurança, que está em certa simetria com o pensamento jurídico que diz que todo indivíduo deve aceitar o contrato social de seu país, e quem viola as leis coloca-se fora deste sujeito coletivo. Do mesmo modo, nesta tecnologia “vemos estabelecer-se uma divisória na qual o ‘povo’ aparece como sendo, de uma maneira geral, aquele que resiste à regulação, que tenta escapar do dispositivo pelo qual a população existe, se mantém, subsiste, e subsiste num *nível ótimo*”²⁸¹. É também uma forma “securitária” de identificação do indivíduo perigoso. Não é, porém, uma divisão binária proibido/permitido, normal/anormal. Trata-se de uma modulação de tipo econômico do espaço onde pode se desenvolver o jogo dos interesses e que, sendo aberta, permite incorporar novos elementos que porventura surjam a partir do desenvolvimento temporal do acontecimento. Vai-se deixar agir a concorrência entre os particulares, a busca por si do lucro máximo. É isso que permite que o Estado, a coletividade ou toda a população colham o ganho dessa conduta dos particulares. A felicidade do conjunto não mais depende da intervenção autoritária da polícia, que regulamentava o espaço e a população visando o bem do Estado. O Estado não é, portanto, “o princípio do bem de cada um”. O Estado deve limitar-se a regular “um jogo fundamental e natural, que é o jogo dos interesses particulares”²⁸².

Foucault conclui que esse postulado ou princípio fundamental de que a técnica política nunca deve se descolar do jogo da realidade “é profundamente ligado ao

²⁷⁹ STP, p. 56.

²⁸⁰ STP, pp. 56-7.

²⁸¹ STP, p. 58. Grifo nosso.

²⁸² STP, p. 466.

princípio geral do que se chama liberalismo. O liberalismo, o jogo: deixar as pessoas fazerem, as pessoas passarem, as coisas andarem”²⁸³. *Laissez faire* significa: deixar de fazer, deixar de agir. A ação governamental deve se autolimitar, e, assim, deixar que a realidade se desenvolva na medida em que possui uma natureza, na medida em que se pode observar, apreender e agir com essa natureza, de acordo com leis, princípios e mecanismos próprios.²⁸⁴ Por um lado, deve-se supor a liberdade de ação dos atores. Por outro lado, o *laissez faire* também possui um sentido positivo de prover as regulações necessárias para que as coisas andem e se desenvolvam. Deixar fazer também significa: suscitar, facilitar, incentivar. Desta forma, o pensamento liberal não negligencia os métodos de governo e a natureza do governo, pois exige uma problematização constante que se apresenta como fonte de invenção política.

Para melhor compreender esse *modus operandi* da segurança, como ele se destaca da forma jurídico-disciplinar, precisamos analisar outra diferença que Foucault estabelece na aula seguinte, a diferença entre normação (*normation*) e normalização (*normalisation*).

No primeiro exemplo de funcionamento dos dispositivos de segurança, Foucault insiste nas diferenças entre lei, disciplina e segurança no tratamento das disposições espaciais. No segundo, trata essas diferenças com relação aos eventos aleatórios, os acontecimentos. Agora – terceiro exemplo – será o caso da diferença entre normação e normalização. Diz-se que a lei guarda uma relação intrínseca com a norma, que seu papel seria justamente codificá-la, mas que essa norma intrínseca à lei não deve ser confundida com os procedimentos (ou “técnicas” ou “processos”) de normalização disciplinar, pois estes possuem a sua especificidade. A normalização disciplinar consiste em colocar um modelo ótimo construído em função de certo resultado esperado. O procedimento de normalização disciplinar consiste em tornar os indivíduos e seus atos conformes ao modelo. O normal é quem é capaz de se conformar ao modelo, o anormal quem não o é. Na normalização disciplinar, a norma é primeira e fundamental. Em outros termos, o que é fundamental na normalização disciplinar não é o normal nem o anormal, e sim a norma. Ela se dá previamente ao ato de normalizar. Ou seja, a norma tem um caráter

²⁸³STP, pp. 62-3.

²⁸⁴ STP, pp. 62-3.

primitivamente prescritivo. E como é a partir da norma previamente estabelecida que se dá a partição normal/anormal, e como tal partição é secundária com relação à norma, Foucault prefere dizer que se trata muito mais de uma *normação* disciplinar do que de uma *normalização*,²⁸⁵ termo que ele emprega doravante para designar somente os dispositivos de segurança. Enquanto na disciplina a norma é externa e anterior ao processo, no caso da segurança, a norma incorpora o próprio elemento a ser normalizado.

2.5.3 Normalização da segurança

Com relação à segurança, como se normaliza? Para descrevê-la, Foucault toma o exemplo das campanhas de combate às epidemias de varíola no século XVIII. A técnica de inoculação era estranha à racionalidade da medicina da época, que não sabia explicar a relação entre esta e a imunização, de modo que a técnica só se impõe devido ao seu sucesso inquestionável. Beneficiada pela evidência do cálculo estatístico, essa ruptura na ordem do saber médico provocou uma mudança na ordem das práticas da chamada “polícia médica”.

Essas práticas beneficiaram-se também do fato de se integrarem logicamente aos mecanismos de segurança como o da escassez alimentar, mecanismos que não procuravam erradicar a escassez, mas sim apoiar-se justamente na realidade do fenômeno, fazê-lo funcionar de modo que ele se anulasse. A variolização não buscava impedir a existência do vírus, mas, ao contrário, deixá-lo agir, deixar fazer agir o seu efeito de maneira controlada e disseminada em toda a população, ou seja, fazê-lo circular de modo permanente, substituindo a epidemia por um processo de endemia permanente. Logo, aparece aqui uma “dupla integração no interior das diferentes tecnologias de segurança, no interior da racionalização do acaso e das probabilidades”²⁸⁶, integração que fazia a técnica *aceitável* para as autoridades, para a polícia médica e, finalmente, para a própria população. Porém, este *deixar agir* precisa ser acompanhado de uma série de medidas de regulação e vigilância que consideram, em primeiro lugar, a distribuição do número de casos em dada população, fenômeno que pode ser circunscrito no espaço

²⁸⁵ STP, pp. 74-5.

²⁸⁶ STP, p. 79. Sobre a técnica de endemia permanente, cf. STP, p. 106, n. 8.

e no tempo.²⁸⁷ Surge, portanto, a noção de *caso*, noção que não concerne mais ao indivíduo, mas à população. Em segundo lugar, visto que o aleatório da doença foi racionalizado, é possível estimar sua periculosidade tanto para diferentes tipos de grupo (crianças, adultos etc.), local e época, e calcular o *risco* entre inocular e deixar contrair a doença. Como no caso da escassez alimentar, a noção de risco é central, e dela deriva a de periculosidade: quão perigoso é para o governo deixar a escassez se implantar? Quão perigoso é não inocular determinada cidade, que apresenta um número reduzido de casos? Ora, a partir do cálculo dos riscos identifica-se o que é perigoso. Assim, em terceiro lugar, surge a noção de *perigo*. Qual o perigo de uma revolta popular diante das mortes devido à inoculação? Por fim, a noção de *crise*, isto é, a disparada em espiral de um fenômeno natural (como as epidemias) ou de opinião, fenômeno que só pode ser controlado por um mecanismo natural e superior, que poderia freá-lo, ou por uma intervenção artificial.²⁸⁸

Desses elementos, podemos afirmar que o risco se refere ao evento desfavorável, provável e tornado objeto da segurança por meio de saberes específicos como a estatística e o seguro. Em segundo lugar, o risco se refere ao tratamento específico de certos eventos que podem ocorrer em certos grupos e, sobretudo, aos valores e capitais possuídos. Seu caráter provável é fundamental: “em si, nada é um risco, não há risco na realidade. [...] Tudo pode ser um risco; tudo depende da maneira como se analisa o perigo, considerado o evento [*événement*]”²⁸⁹. O risco caracteriza-se pela probabilidade de ocorrer e pelo dano correlativo. O cálculo do risco é relativo à sua probabilidade e é baseado em regularidades estatísticas e na antecipação das consequências, bem como na gestão das ansiedades relativas à possibilidade do perigo futuro. Ewald afirma que a atividade do segurador é ativa pois inventa riscos, os faz aparecer onde ninguém imaginava. Nesse sentido, o seguro é a prática de um tipo de racionalidade que tem o poder de mudar a vida dos indivíduos e de uma população.²⁹⁰ Em terceiro lugar, o risco define uma forma de solidariedade (socializa-se os riscos) ou, mais recentemente, uma

²⁸⁷ STP, pp. 79-80.

²⁸⁸ STP, pp. 80-1.

²⁸⁹ EWALD, F. *L'État providence*. Paris: Seuil, 1986, p. 286.

²⁹⁰ Ibid., p. 288.

forma de responsabilidade individual. Em quarto lugar, o risco é objeto da ação governamental, da ação normalizadora.

Na forma disciplinar do tratamento da doença, é relevante identificar sãos e doentes, e praticar o isolamento dos últimos. Os dispositivos de variolização e de vacinação não consideram a partição doentes e não-doentes, mas o coeficiente provável de mortalidade na população, isto é, o que é *normalmente* esperado em dada população. Surge então a ideia de uma mortalidade “normal”. Logo, nesse caso, o normal deduz-se do fenômeno real (e também em função das intervenções artificiais) e a norma se deduz do normal, pois este é uma distribuição: tem-se a distribuição normal segundo o lugar, faixa etária, época etc. A ação procurará “reduzir as normalidades mais desfavoráveis, mais desviantes em relação à curva normal, geral, reduzi-la a essa curva normal, geral”²⁹¹. O fundamental, portanto, é que essa racionalidade, essa economia de poder, não opera uma partição, mas uma “identificação do normal e do anormal”, a sua aproximação, a sua *integração* dentro de diferentes curvas, e a operação de normalização “vai consistir em fazer essas diferentes distribuições de normalidade funcionarem umas em relação às outras”, as diferentes distribuições servindo de norma.²⁹² Temos, portanto, um sistema que é o inverso da disciplina. Nesta, parte-se da norma para executar o procedimento que marca o normal e o anormal. Na segurança, parte-se do próprio normal, de modo que a norma faz parte do jogo, e para normalizar aplicam-se elementos da própria naturalidade (as distribuições normais) dos diversos fenômenos envolvidos. Assim, a segurança e a gestão do risco referem-se à possibilidade da normalização.

No contexto da regulação da população, quando se estabelece a segurança por meio da regulação estatística, estabelecendo as diversas curvas de normalidade, o que se produz são diversas “populações” resultantes de distribuições e classificações. Assim, é possível pensar em segurança como aquilo relativo à maioria, e a insegurança como aquilo que é desviante, não em relação à norma, mais ao processo dinâmico de normalização. Em outras palavras, a “segurança” torna-se uma categoria da maioria o “inseguro” torna-se uma categoria do desviante.

²⁹¹ STP, p. 81.

²⁹² STP, pp. 82-3. No exemplo da variolização, tem-se a curva (favorável) da distribuição das mortes devido à vacina contra a curva (desfavorável) dos casos de varíola.

*

Os três diferentes dispositivos de segurança que aparecem no meado do século XVIII – o tratamento dos espaços, o aleatório e a normalização – são denominados, no seu conjunto, de “tecnologia das seguranças”²⁹³. Em primeiro lugar, deve-se considerar que o problema da cidade está no âmago desses diferentes exemplos de mecanismos de segurança. A cidade-mercado, a cidade como foco da revolta e da doença, colocava problemas econômicos e políticos, problemas de técnicas de governo novos e específicos. Dentro do sistema de poder feudal, territorial, a cidade sempre foi uma exceção, ela representava um espaço de autonomia com relação às grandes organizações de poder. Foucault afirma que foi o fato de ela ter se tornado o problema maior com relação ao território, o problema da integração da cidade aos mecanismos de poder que solicitou o estabelecimento da “tecnologia das seguranças” de que falamos. No fundo, segundo Foucault, “foi necessário reconciliar o fato da cidade com a legitimidade da soberania. Como exercer a soberania sobre a cidade?”²⁹⁴. Em segundo lugar, surge o problema da circulação entendida como troca, contato, dispersão, distribuição. Como as coisas devem circular ou não circular? O problema da soberania era quase o inverso: como fixar as coisas para que o príncipe seguisse em frente? Como demarcar um território, fixá-lo, protegê-lo e eventualmente ampliá-lo? Este era o problema de Maquiavel, segundo Foucault. Agora, o problema não é mais a segurança do príncipe e de seu território, “mas a segurança da população e, por conseguinte, dos que a governam”.²⁹⁵ Em terceiro lugar, na urbanística, nas maneiras de impedir a escassez e prevenir as epidemias, em todos esses mecanismos tem-se o seguinte: “eles tentam fazer uns e outros agirem”, mas sem que se trate, primordialmente, de relação de obediência entre a vontade superior do soberano, e as vontades submetidas. Não vigora o eixo da submissão total a uma vontade externa, pois trata-se de processos que os fisiocratas chamavam de físicos ou de naturais, no sentido de fazer jogar o que Foucault chama de “elementos da realidade” uns em relação aos outros, de modo que esses mecanismos

²⁹³ STP, p. 83.

²⁹⁴ STP, p. 84.

²⁹⁵ STP, p. 85.

procuram a anulação (ou a normalização) dos fenômenos, e não a sua proibição. Trata-se “de delimitá-los em marcos aceitáveis, em vez de impor-lhes uma lei”.²⁹⁶

O último ponto é o central. Estes mecanismos recusam o modelo do panóptico, usado por Foucault como paradigma ou imagem do seu diagnóstico da atualidade segundo a visão de uma sociedade eminentemente disciplinar. Aqui, o panóptico é posto como o correlativo do poder soberano²⁹⁷. O que vemos surgir, diz Foucault, não é a ideia de uma forma de vigilância exaustiva dos indivíduos, não é uma forma de submissão exaustiva alcançada pela repercussão da vontade de um sobre os outros. Busca-se

[...] fazer surgir certo nível em que a ação dos que governam é *necessária e suficiente*. Esse nível de pertinência para a ação de um governo não é a totalidade efetiva e ponto por ponto dos súditos, é a população com seus fenômenos e seus processos próprios.²⁹⁸

A população surge como o elemento pertinente para a ação governamental, surge aos olhos de quem governa como um conjunto de processos que variam ao longo do tempo. Logo, não é o olho do soberano,

[...] mas o conjunto de mecanismos que vão tornar pertinentes, para o governo e para os que governam, fenômenos bem específicos, que não são os fenômenos individuais [...] se bem que os indivíduos figurem aí de certo modo, e os processos de individualização sejam aí bem específicos.²⁹⁹

Trata-se de mecanismos que não atuam no eixo indivíduo-proibição-norma, mas no eixo da multiplicidade e da liberdade, por meio de cálculos de risco e tendo em vista os mecanismos de normalização. Foucault ensina que a ação sobre o indivíduo, a individualização, é também ela recolocada sob a ótica da normalização securitária, ou seja, a tecnologia do governo das populações é uma “economia de poder” que difere da disciplina e da soberania também quando se trata de governar os comportamentos individuais. Do que vimos, conclui-se que a segurança não resulta de uma lógica da exceção, de um momento excepcional no qual a normalidade é suspensa. A

²⁹⁶ STP, p. 86.

²⁹⁷ O olhar é o princípio de vigilância do panóptico. Colocado num lugar central de vigilância, nada escaparia a ele, ou seja, nenhum dos súditos do soberano escaparia ao seu olhar e gestos, e nenhum súdito lhe seria desconhecido.

²⁹⁸ STP, p. 86. Grifo nosso.

²⁹⁹ STP, p. 87.

normalização é uma garantia no contínuo com base no evento provável e cuja ação é a normalização (e seu correlato, a “anormalização”), sempre dentro da multiplicidade e da flexibilidade. A normalização não segue o princípio da divisão, mas da distribuição estatística, criando uma espécie de “interior” normalizado sobre o qual não há ação, mas “liberdade” de movimento e de ação. A normalização trabalha sobretudo com a gestão das margens, da borda da “saia” da curva estocástica, e menos com o controle coercitivo do modelo soberano. A segurança diz respeito sobretudo à mobilidade segundo perfis e margens. Não é exatamente o dentro e o fora, mas o normalizado e o marginalizado.

*

Sintetizando o percurso feito até aqui, vemos que Foucault completa um ciclo que está em continuidade com as análises dos mecanismos de governo da multiplicidade os quais, na última aula do curso de 1976, giravam em torno do que o filósofo chamava de “tecnologia de controle” da população. Essa tecnologia recebe o nome de biopoder ou biopolítica. As três primeiras aulas do curso de 1978 correspondem às análises feitas em 1976. A escolha do título *Segurança, território, população* é compatível com o posicionamento antitético – para usar uma expressão de Senellart – entre a ideia do governo soberano de um território por meio dos dispositivos legais e a ideia do governo securitário de uma população³⁰⁰. Ao dispor lado a lado, a partir de três exemplos, as tecnologias de poder jurídica, disciplinar e securitária, Foucault revê e alarga seu diagnóstico. A segurança é o elemento técnico que permite a um governo, que deve se autolimitar, exercer a gestão da liberdade dos indivíduos. A análise da biopolítica aparece agora vinculada a dispositivos que levam em conta essa liberdade. Ao mesmo tempo, a população assume um sentido mais positivo tanto como objeto (ou seja, da perspectiva das tecnologias governamentais) quanto como personagem político. A tese das tecnologias de poder dá conta de explicar como se pode governar uma população que recusa certos modos de governo e certos objetivos deste, esta que não pode ser, portanto, governada à margem dos seus próprios interesses, desejos e opiniões.

³⁰⁰ No projeto apresentado em 1976, “Foucault distinguia então três grandes domínios de intervenção da biopolítica no fim do século XVIII e no início do século XIX”: os processos vitais de natalidade e morbilidade; os acidentes, velhice e doenças que incapacitam; a relação entre o homem como ser vivo e seu meio ambiente. A grande diferença entre esse esquema e os três exemplos escolhidos em 1978 reside na ausência do problema dos cereais. Cf. SENELLART, M. “Situação dos cursos”. In: STP, p. 516.

Vimos como a cidade criou problemas cujas respostas deram origem a novas tecnologias de poder que encontram na população sua “superfície de contato” e que requerem, para funcionar, uma série de saberes e de instituições que se desenvolverão no nível do Estado. Estas funções se *estatizam*, se *governamentalizam*, ou seja, tornam-se objeto de preocupação do governo, o que equivale a dizer que o Estado irá crescer e que nele haverá uma concentração de poder para implementar estratégias voltadas ao governo da população: na habitação, nos transportes, na educação, no saneamento, na segurança etc. Segundo Foucault, esta não é uma forma de governo exaustivamente coercitiva nem disciplinar, embora também possa utilizar – e de fato utiliza – esses dois dispositivos. O governo deve considerar a publicidade, as opiniões, as crenças e os interesses. Deve considerar a liberdade dos governados, ou seja, aquilo que desejam fazer, aquilo que lhes interessa fazer. Estará no centro dessa problemática, sobretudo, a questão de conduzir este móvel do desejo, do interesse e das opiniões por meio de estratégias múltiplas, dentre as quais se destacam os dispositivos de segurança. Por isso, Foucault apresenta a tendência, desde o século XVII até hoje, de “governamentalização” do Estado, a qual permite compreendê-lo para além das teorias tradicionais ancoradas na noção de soberania.

*

Como conclusão, seria fácil apontar uma oscilação no papel que Foucault atribui à fisiocracia na constituição da economia política comparando o que ele afirma em 1966 (“Certamente, a fisiocracia não tem a importância que lhe atribuíram os economistas na primeira metade do século XIX, quando nela buscaram o ato de fundação da economia política”³⁰¹) com o modo pelo qual aborda o tema em 1978:

Todo o mundo sabe, e dou fé de que é exato, que foi do interior de uma nova concepção da economia, talvez até do interior desse ato fundador do pensamento econômico e da análise econômica que é a doutrina fisiocrática, que se começou a colocar como princípio fundamental de governo econômico o princípio da liberdade de comércio e de circulação de grãos.³⁰²

De fato, trata-se de duas análises do mesmo objeto, mas com objetivos diferentes. Em 1966, Foucault não estava interessado em mostrar uma ciência do governo. Seu

³⁰¹ PC, p. 265.

³⁰² STP, pp. 44-5. Trad. mod.

interesse, como ele mesmo afirma, não é opor as posições de grupos sociais diferentes – fisiocratas contra “utilitaristas”, proprietários rurais contra comerciantes –, mas apontar uma série histórica que determina as condições a partir das quais coexistiram duas posições liberais opostas e coerentes acerca do valor e da renda.³⁰³ Já em 1978, Foucault retoma a análise dos fisiocratas com objetivos diferentes. Ele diz que, mais uma vez, poderíamos retomar este pensamento a partir de uma análise teórica, valendo-nos de conceitos e teorias, tais como a teoria da renda líquida. Mas o que lhe interessa agora é apontar as racionalidades que emergem reivindicando uma forma específica de poder que procura limitar a ação do governo a partir da liberdade dos agentes econômicos: “Não, portanto, como no interior de uma arqueologia do saber, mas na linha de uma genealogia das tecnologias de poder”³⁰⁴. Agora, trata-se de reconstituir o funcionamento do texto “em função não das regras de formação desses conceitos, mas dos objetivos, das estratégias a que ele obedece e das programações de ação política que sugere”.³⁰⁵ A estratégia à qual Foucault se refere, que resultou em uma “vitória dos fisiocratas”³⁰⁶, são os éditos franceses de 1763 e 1764 que estabelecem a liberdade quase total de comércio dos cereais. Este acontecimento tem para Foucault o valor de papel fundador do pensamento econômico liberal. Descrivê-lo nos permitiu mostrar como Foucault caracteriza o surgimento da população como um correlato (não exatamente um sujeito, nem somente objeto) dos dispositivos de segurança. O que equivale a dizer que a população surge como o correlato de uma estratégia sem estrategista que reivindica uma certa forma de liberdade, postulando um saber econômico que intenta estabelecer leis regulares equacionando o comportamento dos grãos, da escassez e dos preços, e não exatamente a melhoria da vida da população. Ao mesmo tempo, a vitória dos fisiocratas provocou, como vimos, uma modificação profunda na forma de governar. Doravante, governa-se a partir do princípio da liberdade, cuja evidência se dá a partir da natureza dos fenômenos com os quais o governante deve lidar.

Foucault reconfigura neste passo a questão da biopolítica. Ele se coloca noutra perspectiva com relação ao seu próprio pensamento. Na análise que apresentamos, a população não é o elemento biológico que surge a partir de uma analítica da finitude,

³⁰³ Cf. PC, pp. 277-8.

³⁰⁴ STP, p. 47.

³⁰⁵ CTP, p. 48.

³⁰⁶ STP, p.

como em 1966, ou seja, do homem tomado como ser vivo que precisa trabalhar para viver, e da raridade dos meios para a sua sobrevivência. Agora, a população aparece como o correlato dos dispositivos de segurança liberais, como sujeito e objeto de governo. Ela surge na conjugação de um saber econômico que reivindica o status de ciência³⁰⁷ e cuja estratégia, que logrou maior liberdade de comércio, acarretou uma profunda mudança na forma de gerir a segurança. Em outras palavras, a população surge como objeto epistêmico a partir de uma forma de cálculo regulador geral que Foucault chama de dispositivos de segurança.

Agora podemos compreender melhor a presença das duas séries históricas, bastante heterogêneas na sua duração, em cujo encontro a genealogia posiciona o nascimento da população. Por um lado, a série longa caracterizada pelo nascimento do Estado moderno e pela sua governamentalização. Por outro, o acontecimento, situado por Foucault precisamente no ano de 1763, que deu a vitória aos fisiocratas no debate pela liberalização da produção e comércio de cereais.³⁰⁸

No item anterior vimos que a economia liberal não pode ser toda a arte de governar. A arte de governar liberal compreende que é necessário, para os fins de governo, agir sobre aquilo que está fora da esfera estatal, a ação, as escolhas racionais e os interesses “egoístas” de sujeitos, os quais se utilizam de determinados meios para satisfazer seus interesses, constituindo-se assim como sujeitos políticos e morais de suas condutas. No item atual, vimos que a ação governamental se dá sobretudo por meio dos mecanismos de segurança, caracterizando uma forma bastante específica de liberdade. É o que procuramos estudar no próximo item.

2.6 A gestão liberal das liberdades

Como vimos, o liberalismo não é fundado na ideia de um vínculo contratual. Entretanto, na busca de uma tecnologia liberal de governo,

veio à luz que a regulação pela forma jurídica constituía um instrumento muito mais eficaz do que a sabedoria ou a moderação do governante [...] Foi na ‘lei’

³⁰⁷ “É somente por este livre exercício da razão que os homens podem fazer progressos na ciência econômica, que é uma grande ciência e a própria ciência que constitui o governo das sociedades”. Quesnay, *Despotisme de la Chine*. Op. cit., VII-6.

³⁰⁸ Em outro plano de análise, pode-se ver Foucault colocar a sua genealogia governo a serviço do debate em torno da fobia do Estado.

que o liberalismo buscou essa regulação, não por um juridicismo que lhe seria natural, mas porque a lei define *formas gerais de intervenção* que excluem medidas particulares, individuais e excepcionais.³⁰⁹

Assim, o Estado de direito e a democracia são formas convenientes de referir o quadro jurídico à participação dos governados, bem como uma forma eficiente – ou seja, genérica e universal – de relacionar governantes e governados. O argumento de Foucault é que, assim como a economia política utilizada de início para limitar o excesso de governamentalidade não era liberal – pois reconhecia o despotismo político – assim também “a democracia e o Estado de direito não foram necessariamente liberais, nem o liberalismo foi “necessariamente democrático ou apegado às formas do direito”³¹⁰. O direito não é um valor absoluto. É antes um veículo para o governo liberal, na medida em que ele é instrumentalizado para, por exemplo, produzir consenso ou gerir as liberdades que estão na base da economia política. Nesta medida, a lei aparece como a forma técnica adequada à ação governamental, o que determina a importância da *Rule of law*³¹¹ para o liberalismo.

Foucault nos ensinou que, dentre as “formas gerais de intervenção”, destaca-se a segurança. Como vimos, a forma liberal de intervenção governamental consiste em enquadrar os fenômenos naturais de modo que eles não se desviem nem que uma intervenção inadequada os faça desviar. Os mecanismos de segurança aparecem como forma de intervenção do Estado que visa a garantir o desenvolvimento dos fenômenos na sua naturalidade, ou seja, em “liberdade”. Para Foucault, a forma mais econômica de codificar essa precaução é a lei. Assim, a forma securitária de garantir a naturalidade dos fenômenos alia-se, por intermédio da lei, ao que se convencionou chamar de liberdade. Segundo o filósofo, deve-se compreender

[...] a inscrição da liberdade não apenas como direito dos indivíduos legitimamente opostos ao poder, às usurpações, aos abusos do soberano, mas da *liberdade que se tornou um elemento indispensável à própria governamentalidade*. Agora só se pode governar bem se, efetivamente, a liberdade ou certo número de *formas de liberdade* forem respeitados.³¹²

³⁰⁹ NB, p. 436. Grifo nosso.

³¹⁰ NB, p. 436.

³¹¹ Expressão empregada por Foucault. Cf. NB, p. 436.

³¹² STP, pp. 474-5. Grifo nosso.

Ora, desrespeitar a liberdade não é somente um abuso do soberano, mas um sinal de ignorância, pois a integração da liberdade que garante os fenômenos naturais – tanto os processos propriamente econômicos quanto os outros processos intrínsecos à população – torna-se agora um imperativo.³¹³ Logo, o liberalismo não promove a liberdade a partir de um princípio ético nem devido a uma prática constituinte que lhe seria própria. Mas, mesmo assim, o indivíduo e os direitos individuais devem estar no centro da reflexão liberal. A arte de governo liberal só faz aquilo que deve fazer, só evita os abusos contra processos cujo desenvolvimento deve resguardar, produzindo liberdade. Assim, a liberdade não representa tanto o direito do indivíduo de se opor legitimamente ao poder quanto um instrumento essencial à arte de governar. Assim sendo, diz Foucault, o liberalismo, “consome” liberdade pois ela é um requisito do governo “econômico”. Por essa razão, o liberalismo difere das formas anteriores de exercício de poder. Sendo a sua liberdade epistemologicamente essencial, ele dispõe de um instrumento que lhe permite recorrer com menos intensidade à coerção e à violência.

Entretanto, se a segurança é um modo específico de produzir a liberdade que o liberalismo necessita para funcionar, a liberdade dos indivíduos não significa a ausência de regulação. Ao contrário, o liberalismo organiza o modo sob o qual os indivíduos podem ser livres. É por esse motivo que Foucault caracteriza a liberdade como uma ação governamental que tende a indexar a conduta dos governados:

A liberdade nunca é outra coisa – mas já é bastante – senão uma relação atual entre governantes e governados, uma relação na qual a medida do ‘muito pouco’ de liberdade que existe é dada pelo “mais ainda” de liberdade que é pedido. De modo que, quando digo “liberal”, não tenho em mira, por conseguinte, uma forma de governamentalidade que deixaria mais espaço para a liberdade.³¹⁴

Assim, a liberdade se caracteriza como um jogo entre a ação reguladora governamental e os interesses individuais, de modo que a concepção do sujeito portador de direitos políticos terá que dividir espaço com a ideia do indivíduo “governado”, isto é, posto em uma relação atual com práticas de governo.

³¹³ STP, p. 475.

³¹⁴ FOUCAULT, M. *Naissance de la biopolitique. Cours au Collège de France (1978-1979)*. Paris: Hautes Études, Gallimard, Seuil, 2004, pp. 64-65. Cf. NB, p. 86.

A partir desta definição da liberdade, a questão da vontade, ou, se preferirmos, da decisão individual, deve ser colocada não somente em termos de uma coleção de sujeitos que dispõem de seus direitos na relação com o Estado, mas na relação com as técnicas postas em marcha pela arte de governar liberal. Daí Foucault afirmar que “a relação de um Estado com a população se dá essencialmente sob a forma do que se poderia chamar o ‘pacto de segurança’”³¹⁵. Este pacto não configura o Estado de direito, mas o Estado devotado a controlar o aleatório, obrigado a intervir na trama da vida quotidiana, esta que é atravessada por eventos excepcionais e singulares. Logo, se a lei é inadequada, dando ensejo ao caráter “excepcional” e “extralegal” da intervenção governamental, isso, entretanto, “não deverá de modo algum aparecer como sinal do arbitrário nem de um excesso de poder, mas, ao contrário, como sinal de uma solicitude”³¹⁶. Por isso,

a liberdade não vai ser concebida como exercício de certo número de direitos fundamentais, ela vai ser percebida conforme a via radical-utilitarista, como a independência dos governados em relação aos governantes. A liberdade se torna elemento imanente às práticas de governo, elemento correlativo da implantação dos dispositivos de segurança.³¹⁷

Foucault aponta, no cerne desta prática liberal, uma relação problemática entre a produção da liberdade e aquilo que, produzindo-a, pode vir a limitá-la e a destruí-la. Ou seja, o imperativo de produzir liberdade, produz, necessariamente, perigos a essa liberdade. Foucault dá o exemplo da liberdade de comércio. Para que haja essa liberdade, é preciso estabelecer limitações, controles, coerções e obrigações visando a evitar monopólios e concentrações que a ameaçariam:

É preciso haver liberdade de comércio, claro, mas como poderá ela efetivamente se exercer se não se controla, se não se limita, se não se organiza toda uma série de coisas, de medidas, de prevenções, etc. que evitarão os efeitos de hegemonia de um país sobre os outros, hegemonia essa que teria precisamente por efeito limitar e demarcar [*borner*] a liberdade de comércio?³¹⁸

³¹⁵ “Michel Foucault: la sécurité et l’État”. DE II, n° 213, p. 385.

³¹⁶ Ibid., p. 385.

³¹⁷ STP, p. 63.

³¹⁸ NB, p. 87.

Outro exemplo: é preciso que haja liberdade no mercado de trabalho, liberdade para contratar, mas também para demitir. Mas o paradoxo é que tal liberdade pode produzir o desemprego, o qual traz consigo os perigos da pobreza e da agitação social. Em suma, o liberalismo, segundo Foucault, não é simplesmente aquele que aceita a liberdade, pois precisa fabricá-la a cada instante e arcar com os custos dessa produção.

O princípio de cálculo dos custos dessa fabricação “é, evidentemente, o que se chama de segurança”³¹⁹. É um problema de segurança. O problema do governo liberal é ter que propiciar a busca dos interesses por indivíduos e grupos, e, ao mesmo tempo, estabelecer um formidável quadro de controle visando a evitar que o interesse geral seja ameaçado pelo perigo do monopólio, dos abusos dos interesses individuais ou coletivos, perigo dos acidentes pessoais que afetam a produção e que oneram a previdência, perigo de a liberdade dos trabalhadores afetar as empresas etc.

Da necessidade da segurança, contrapartida da produção de liberdade, por aquela ser o próprio princípio de gestão dos perigos, decorre que a economia liberal requer uma “formidável quantidade de intervenções governamentais”³²⁰, isto é, um quadro político e legal para garantir tal segurança e prevenir os perigos, os abusos, as consequências do exercício da liberdade, os efeitos nefastos próprios ao jogo econômico, como a pobreza e a sedição. Logo, é incorreta a concepção que simplesmente separa a economia da política, isto é, mercado e Estado. Essa forma de poder é, na verdade, uma articulação necessária entre economia e poder político. Assim, trata-se de compreender como o liberalismo precisa pôr em prática uma articulação entre o direito e a segurança.

Visto que a liberdade e a segurança não se opõem, pois constituem parte da estratégia liberal de governar, Foucault conclui que o liberalismo exige “viver perigosamente”, ou seja, nele os indivíduos são condicionados a experimentar a sua situação, a sua vida, presente e futura, como portadoras de perigo. Ele afirma que uma educação e uma cultura do perigo aparecem no século XIX. Há uma invasão dos perigos cotidianos perpetuamente animados, atualizados e postos em circulação pelo imperativo da segurança. Naquela época, nascem campanhas relativas à necessidade de poupar nas caixas econômicas, de se precaver com respeito à doença e à higiene, e isso se expressa

³¹⁹ NB, pp. 88-9.

³²⁰ NB, p. 88.

em campanhas sobre os perigos das relações sexuais, da degeneração do indivíduo, da família, da raça e da espécie humana. São perigos ligados à produção, às trocas e à circulação, em estreita relação com a vida biológica e produtiva.³²¹ Por trás da metáfora do contrato está a ideia de que os homens impõem obrigações mútuas para se defenderem de um mal. A segurança traz a ideia de que o mal deve ser constantemente atualizado e compartilhado socialmente na forma do risco.³²²

Se o liberalismo se nutre promovendo a oportunidade individual de iniciativa – promovendo “liberdade” –, os riscos e os perigos inerentes ao consumo desta liberdade produzem, como correlato moral, um permanente medo do fracasso. Quer dizer, o liberalismo, o qual produz a liberdade de aceitar riscos e tomar iniciativas, produz também uma cultura da prevenção, da prudência e do medo constante. Medo, por exemplo, da doença incapacitante ou não assegurável, medo do desemprego, medo da mão-de-obra imigrante, medo do novo grupo social que ascende ao mercado de trabalho. Ademais, a cultura da segurança promove a divisão da sociedade em espaços e grupos constituídos em torno da assunção da não-periculosidade e da necessidade de apontar e marcar indivíduos portadores de periculosidade.³²³

Na chave liberal, a gestão governamental da liberdade de iniciativa deve levar em conta os riscos inerentes à ação livre. Tanto a liberdade quanto a gestão de riscos devem ser administradas por meio de mecanismos de segurança. As análises de Foucault mostram como os mecanismos de segurança instituem uma ordem normativa própria ao regime liberal que constitui formas produtivas de individualidades. Esse diagnóstico enfatiza que o funcionamento da economia liberal requer, além do necessário aparato legal, mecanismos que regulam, compensam e minimizam o risco oriundo do “mau

³²¹ NB, pp. 90-1.

³²² Até o início do século XIX a noção de risco expressava a ocorrência singular de um mal dentro de uma ordem natural, ou seja, dentro de uma ordem neutra com relação à conduta individual. O surgimento da “tecnologia de seguro [*assurance*]” faz com que o risco se torne uma categoria social generalizada. Nesse momento, as técnicas de seguro substituem as técnicas de responsabilidade jurídica. Cf. EWALD, F. *L'État providence*. *Op. cit.*, pp. 19-21.

³²³ É importante notar que, em Foucault, a expansão da lógica da segurança não se traduz no projeto de uma sociedade da obediência exaustivamente disciplinar. O que temos é mais “a imagem ou a ideia ou o tema-programa de uma sociedade na qual haveria *otimização dos sistemas de diferença*, em que o terreno ficaria livre para os processos oscilatórios, em que haveria uma tolerância concedida aos indivíduos e às práticas minoritárias, na qual haveria uma ação, não sobre os jogadores do jogo, mas sobre as regras do jogo, e, enfim, na qual haveria uma intervenção que não seria do tipo da sujeição interna dos indivíduos, mas uma intervenção de tipo ambiental”. NB, pp. 354-355. Grifo nosso.

funcionamento” do social, como o desemprego, as doenças, as reivindicações sociais e as ações de grupos contrários à lógica de mercado (por meio de ações policiais e até mesmo, no limite, de uma legislação “antiterror”). Logo, tal analítica de poder é contrária à concepção do neoliberalismo como mera expansão da economia sobre a política. A análise de Foucault aponta que as condições de possibilidade de uma economia neoliberal encontram sua base na gestão da liberdade e do risco por meio da segurança. Para Foucault, não estamos na época das tecnologias disciplinares, mas, sobretudo, na “era de uma racionalidade dividida, fendida de certo modo por dentro: cada vez mais totalizante, mas incessantemente confrontada com o intotalizável. (este é o paradoxo liberal)”³²⁴. O dispositivo liberal da segurança é marcado por uma contradição: por um lado, as liberdades devem ser estimuladas e os indivíduos incitados a correr riscos. Por outro lado, a experiência da liberdade – a reivindicação burguesa do “exercício” da liberdade – é submetida ao controle, à normalidade e o cálculo dos eventos. Dentro desse processo, há espaço para a oscilação, podendo chegar aos extremos do autoritarismo ou da revolta: nos termos de Foucault, são crises da governamentalidade liberal. É nesse espaço que se instalam as novas formas de luta e as contracondutas.

2.7 Conclusão

A perspectiva foucaultiana opõe-se ao que ele chama de dupla subjetivação [*subjectivisation*]: por um lado, o “grande sujeito absoluto”, real, imaginário ou puramente jurídico, que articula o interdito, por outro lado, o sujeito que é objeto do interdito.³²⁵ Isso implica não pensar as articulações entre saber e experiência a partir modelo de uma consciência individual ou coletiva com sua temporalidade autônoma, pressupondo uma identidade, um Mesmo afetado pela experiência. Trata-se de pensar o poder em termos de constituição, desarticulação e rearticulação da individualidade a partir da experiência dos corpos e dos conjuntos de viventes tomados como alvo de tecnologias de poder. Essa perspectiva supõe o reconhecimento da forma estratégica da

³²⁴ SENELLART, M. “A crítica da razão governamental em Michel Foucault”. Trad. Maria das Graças de Souza do Nascimento. In: *Tempo Social*; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 7(1-2): 1-14, out. 1995, p. 12.

³²⁵ Cf. “Pouvoirs et stratégies”. DE II, nº 218, p. 423.

qual se revestem os processos de sujeição, bem como de luta e de resistência. Nesse sentido, Foucault estende o significado da noção de governamentalidade para o campo estratégico das relações de poder naquilo elas têm de móvel, transformável e reversível.³²⁶ À questão “quais formas a vontade de não ser governado assume na atualidade?” deve corresponder uma análise das identidades que se estabelecem, provisória e precariamente, dentro de um campo de forças. Assim, a governamentalidade aparece como um ponto de vista de análise histórica das práticas de governo (dos outros e de si mesmo), práticas cuja racionalidade, ou cujas tecnologias cabe analisar.

No próximo capítulo abordaremos a questão das crises de governamentalidade a partir do imperativo de produção de liberdade e de seu correlativo, os dispositivos de segurança. No quadro que procuramos montar no presente capítulo, a liberdade aparece como uma relação em ato entre governantes e governados onde a segurança é o dispositivo principal. Sob a norma securitária, a liberdade é vista como um objetivo que somente pode ser atingido sobre as bases de um estado de segurança. Nessas condições, a liberdade torna-se um fim sempre adiado. As estratégias que a normalização securitária implementa são autorreferentes, ou seja, os elementos aos quais ela se refere dizem respeito ao sistema de equivalências entre indivíduos e à relação entre os indivíduos e o meio, e não a um código ou norma pré-existente ou a um projeto, finalidade ou bem que se possa chamar de “liberdade”.

³²⁶ Na década de 1980, Foucault procurará vincular esse aspecto estratégico da resistência ao poder à questão de “como governar a si mesmo?”, ou seja, à questão do sujeito, definido como relação do indivíduo de si para consigo: “não há outro ponto, primeiro e último, de resistência ao poder político senão na relação de si para consigo”. Cf. FOUCAULT, M. *A hermenêutica do sujeito*. *Op. cit.*, p. 225.

3 Neoliberalismo e segurança

Vivemos em sociedades onde o governo passa pela repressão, é certo, mas também, mais comumente, pela formação de *éthoi* nos quais os indivíduos se constituem como sujeitos morais de suas condutas. Sem sujeito, não há docilidade nem servidão voluntária; mas também – sobretudo para Foucault – não há arte da “indocilidade refletida” nem “arte da inservidão voluntária”.

Fabienne Brion e Bernard E. Harcourt

3.1 Introdução: a crise da governamentalidade liberal

No capítulo anterior vimos que Foucault caracterizou o liberalismo como uma arte de governar que não se restringe a garantir liberdades (sobretudo dos agentes econômicos e da propriedade, também dos fluxos e da expressão) que existiriam independentemente das práticas governamentais. O liberalismo organiza as condições de exercício das liberdades, que aparecem como o efeito positivo da ação governamental e como um recurso do qual o governo lança mão.

O problema do governo liberal é que o exercício da liberdade por indivíduos e grupos não se dá sem que ela seja ameaçada: são os monopólios, as hegemonias políticas ou econômicas, os interesses particulares postos acima do interesse comum etc. Assim, a liberdade não pode ser exercida de maneira ilimitada, pois deve ser regulada segundo um princípio de cálculo: a segurança e o controle são a outra face do governo liberal e a sua condição de existência. A manipulação dos fluxos e dos interesses não pode se dar sem o governo liberal ser, ao mesmo tempo, um gestor dos perigos decorrentes da dinâmica dos comportamentos e da produção, exercidos em “liberdade”. Por esse motivo, o governo assume o papel de um gestor da cópula liberdade-segurança. Aparecem, nessa nova arte de governar, “mecanismos que têm por função produzir, insuflar, ampliar as liberdades, introduzir um ‘a mais’ de liberdade por meio de um ‘a

mais’ de controle e de intervenção”³²⁷. Assim, no processo mesmo de produção da liberdade o liberalismo a ameaça. Por esse motivo, pode-se afirmar que o liberalismo produz liberdade e cultiva o perigo, ele sujeita o perigo a um cálculo econômico, pesando suas desvantagens em relação a certos custos.

O controle, segundo Foucault, torna-se o princípio motor da gestão liberal das liberdades. É nesse sentido que ele interpreta a política do *Welfare* implantada por Roosevelt na década de 1930: diante de uma “situação perigosa de desemprego” que se traduz em agitação social e produz o risco da revolução, tratou-se de introduzir mais liberdade de trabalho e de consumo, ao preço de toda uma série de intervenções governamentais artificiais e voluntaristas diretamente no mercado.³²⁸ Ou seja, as liberdades políticas, as liberdades democráticas, foram asseguradas por um intervencionismo econômico, de modo que essa forma liberal de governar introduziu “crises de governamentalidade”³²⁹. Trata-se de um circuito no qual o governo faz atuar dois elementos contraditórios, mas interdependentes: para prover um “a mais” de segurança política, ele deve prover um “a mais” de segurança social.³³⁰

Contra os perigos representados pelo desemprego, carestia e fome, para evitar esse “a menos” de liberdade que viria na passagem ao socialismo, ao fascismo, ao nacional-socialismo, instalaram-se mecanismos de intervenção econômica. Ora, pergunta Foucault, esses mecanismos de intervenção não introduzem um modo de intervenção governamental iliberal?

Esses mecanismos de intervenção econômica acaso não introduzem subrepticamente tipos de intervenção, acaso não introduzem modos de ação que são, eles próprios, pelo menos tão comprometedores para a liberdade quanto essas formas política visíveis e manifesta que se quer evitar? Em outras palavras, as intervenções de tipo Keynes [...] em torno da política econômica

³²⁷ NB, p. 92.

³²⁸ NB, p. 92.

³²⁹ NB, p. 93.

³³⁰ Assim, o diagnóstico de Foucault, de que vivemos em uma “sociedade de segurança” significa que, em algum grau, nas sociedades liberais modernas o “social” aparece como o campo da segurança para o governo: por um lado, como a “interface” onde se registram as práticas de segurança, por outro, como o próprio campo de problemas de segurança para o governo. A racionalidade securitária que vemos crescer diante dos nossos olhos não possui apenas a sua face funcional – calcular os eventos possíveis ou prováveis e implantar mais controle –, mas é também um campo de problematização. O tratamento do crime segundo o cálculo de custo/benefício (e não pelo viés moral) é um exemplo disso. Cf. aula de 21 de março de 1979.

intervencionista que foi elaborada entre os anos 1930 e 1960 [...] levaram a algo que podemos chamar de crise do liberalismo.³³¹

A crise é o resultado do paradoxo com que se depara a arte de governar liberal: ao mesmo tempo em que se apoia na liberdade dos fluxos, comportamentos e do mercado, ela precisa produzir um jugo regulador e legislativo visando promover e garantir essas liberdades. Isso acarreta duas potenciais crises: por um lado, o aumento do custo econômico da produção das liberdades. Por outro, o jugo regulador será experimentado pelos parceiros do mercado como um novo despotismo, como um excesso de intervenções e de coerções.

É este o mecanismo da “crise atual [na década de 1970] do liberalismo”³³² ao qual Foucault se refere. O conjunto desses mecanismos que, desde os anos 1925-1930, tentou propor fórmulas econômicas e políticas que garantissem os Estados dos perigos do desemprego, da pobreza e da agitação social, o modelo do *Welfare* com suas pesadas e numerosas imposições às liberdades, tudo isso entra em crise. Esse momento da arte de governar liberal, cujo maior expoente é Keynes, e que marcou o fim do *laissez-faire*, será o alvo privilegiado dos neoliberais. Mas não devemos esquecer que o keynesianismo e o neoliberalismo tiveram em comum a preocupação de salvar o liberalismo do desvio dogmático da ilusão referente à livre concorrência e à não-intervenção governamental. Esta preocupação se traduziu na questão: “sobre quais fundamentos repensar a intervenção governamental?”³³³, sabendo-se que a resposta não podia ser exatamente aquela dos fundadores da economia liberal.

O intento de Foucault no curso de 1979 é estudar a crise do “dispositivo geral de governamentalidade” instaurado no século XVIII em torno da ideia do “excesso de governo”. Como diz Foucault, se na sua atualidade “é experimentada, vivida, praticada, formulada a crise do dispositivo de governamentalidade”³³⁴, se o debate entre keynesianismo, welfarismo, neoliberalismo e socialismo pode atravessar o século XX, é porque retornam as questões: quanta segurança deve-se produzir para garantir as

³³¹ NB, p. 94.

³³² NB, p. 93.

³³³ DARDOT, P. LAVAL, C. *La Nouvelle raison du monde. Essai sur la société néolibérale*. Paris: La découverte, 2009-2010., p. 142.

³³⁴ NB, p. 95.

liberdades, quanto de liberdade deve-se produzir para garantir a segurança e quanto de segurança é necessário tolerar para garantir estas mesmas liberdades? O trabalho de Foucault será mostrar, a partir dos economistas neoliberais, a “possibilidade de uma governamentalidade neoliberal”³³⁵ que supere esta crise de governamentalidade. É uma resposta que já aparece como paradoxal, tendo em vista, como vimos, que a ciência econômica liberal “clássica” não ambicionava ser toda a ciência de governo, a sua programação completa. Mas esta será justamente a ambição do neoliberalismo alemão: repensar uma nova relação entre economia e política, repensar toda a arte de governar.³³⁶

Após o final da Segunda Guerra, a partir de 1948 na Alemanha ocupada, o neoliberalismo alemão foi uma espécie de modelo ou de teste para a governamentalidade neoliberal como um todo, após o impasse do capitalismo em crise, após o desvio nacional-socialista e o desafio do modelo soviético de economia planificada e política dirigista. Ademais, dentro do próprio campo capitalista, nos países centrais, vigoravam o plano Beveridge inglês de Estado de bem-estar, o modelo francês de intervencionismo estatal e as políticas desenvolvimentistas norte-americanas que se prolongaram desde Truman no imediato pós-Segunda Guerra até Kennedy e Johnson na década de 1960.

Este ponto de ancoragem no neoliberalismo alemão no imediato pós-guerra é importante. Foucault não ignora que durante todo o século XIX e início do XX assistimos a um certo número de fenômenos que podemos chamar de “crises do capitalismo”. Porém, para ele, a “crise do liberalismo não é a projeção pura e simples, a projeção direta dessas crises do capitalismo na esfera política”³³⁷. Suas análises do liberalismo se apoiam no “método nominalista em história”³³⁸. O filósofo evita as sobredeterminações argumentando que se pode encontrar as crises do liberalismo “em defasagem cronológica”³³⁹ com relação às crises do capitalismo. Suas análises, embora aparentemente se concentrem – como veremos – no funcionamento do mercado, na verdade consideram “as interpenetrações entre economia e política, sem procurar sobredeterminações nessa relação”³⁴⁰, focando no par estratégico economia e poder que

³³⁵ NB, p. 265.

³³⁶ Cf. NB, p. 128, nota.

³³⁷ NB, p. 94.

³³⁸ FOUCAULT, M. “Resumo do Curso”. In: NB, p. 432.

³³⁹ NB, p. 95.

³⁴⁰ SANTOS, Eduardo A. C. “A economia do poder e o poder da economia. Neoliberalismo e governamentalidade em Foucault”. Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 2013, p. 133.

buscou resolver os “impasses políticos do capitalismo [...] e os becos sem saída econômicos colocados à época”³⁴¹. Isso se traduz, como veremos, na arte de governar neoliberal.

O pensamento neoliberal não parte do governo como um meio para alcançar o Estado como um fim, mas da sociedade, da sociedade na sua relação complexa de interioridade e de exterioridade com o Estado.³⁴² Por esse motivo, o liberalismo pode aparecer tanto como “esquema regulador da prática governamental” quanto como “tema de oposição às vezes radical”³⁴³. A esse duplo título, o mercado como realidade e a economia política como teoria desempenham um “papel de teste”³⁴⁴ e de experiência privilegiada onde se podem identificar os excessos da governamentalidade sem, contudo, ambicionar que o mercado e a economia sejam todo o fundamento do liberalismo. Aqui, novamente, Foucault evita o esquema explicativo da sobredeterminação. Se o liberalismo não é a ideia de uma sociedade política fundada no vínculo contratual que lhe deu origem, entretanto “na busca de uma tecnologia liberal de governo”, veio à luz que a regulação pela forma jurídica constituía um instrumento eficaz, pois a lei define formas gerais que excluem medidas particulares e inclui a participação dos governados na sua elaboração. É neste sentido da constituição de uma tecnologia de governo que o Estado ganha significado, pois para Foucault o “‘Estado de direito’, o *Rechtsstaat*, o *Rule of Law*” e o sistema parlamentar representativo estiveram estreitamente ligados ao liberalismo sem que o último tenha sido necessariamente democrático ou apegado às formas de direito.³⁴⁵

3.1.1 Soberania e o liberalismo intervencionista

O liberalismo intervencionista de cuja crise falamos tem uma história que não podemos refazer aqui senão por meio de um breve resumo. Seu interesse para nós reside em mostrar como a segurança e a gestão do risco possuem uma inscrição histórica no século XIX nos países onde o capitalismo se desenvolvia, e que o “sentido” da gestão

³⁴¹ Ibid.

³⁴² FOUCAULT, M. Op. cit., p. 433-4.

³⁴³ FOUCAULT, M. Op. cit., p. 434.

³⁴⁴ NB, p. 435. Desde os fisiocratas, “a economia política mostra uma incompatibilidade de princípio entre o desenrolar ótimo dos processos econômicos e uma maximização dos procedimentos governamentais”. NB, p. 435.

³⁴⁵ FOUCAULT, M. “Resumo do Curso”. In: NB, p. 436.

do risco passa a obedecer ao princípio da solidariedade: o risco é definido como uma forma de solidariedade, e seus perigos são mutualizados, ou seja, o risco individual torna-se “social”. Ao mesmo tempo, a “solidariedade” aparece como um mecanismo de intervenção estatal, mecanismo que está na raiz de boa parte da ideologia neoliberal que analisaremos neste capítulo.³⁴⁶

A revolução industrial dependeu da colocação do trabalho humano dentro de um sistema de trocas. Para se desenvolver, foi preciso que a natureza e o trabalho se tornassem mercadorias, de modo que as relações entre os homens se caracterizassem mais e mais pela forma do mercado. Para que este grande sistema pudesse funcionar, foi preciso uma intervenção maciça do Estado, não apenas para proteger a propriedade e o contrato pela lei, mas também para instaurar na sociedade regras visando o bom funcionamento do mercado e da concorrência.

A gestão da classe trabalhadora em desenvolvimento não é estranha às preocupações dos governos liberais no século XIX. O desafio de tornar *socialmente* possível uma economia industrial de mercado e a impossibilidade de deixar por si a massa de trabalhadores e pobres resultaram em políticas de segurança na forma da incorporação dessa população ao corpo social³⁴⁷ e político. O Estado vê-se então desafiado pelo indivíduo-cidadão demandando benefícios em nome dos direitos e ameaçando exercer o direito à revolta, pois a custódia do contrato social pelo Estado poderia ser revogada pelo povo. Com a guerra civil francesa de 1848 o problema da revolução coloca-se com toda a força. Este quadro “rousseauista” precisou ser debelado pelos juristas da Terceira República: doravante a lei torna-se a emanção histórica e expressão da sociedade civil. Ao mesmo tempo, tanto a teoria legal quanto as ciências humanas questionam o fundamento do estatuto jurídico da vontade individual autônoma. Em terceiro lugar, promovem-se “corpos intermediários” visando a apagar a polarização

³⁴⁶ Como veremos, o neoliberalismo opõe o princípio da responsabilidade individual ao princípio da solidariedade.

³⁴⁷ Os comportamentos “pré-industriais”, antieconômicos dos indivíduos e a recusa em passar da penúria para o bem-estar eram ignorados pela economia política clássica. No século XIX, a “economia social” torna os pobres um objeto científico, um problema de governo. Trata-se de um problema de segurança: extrair, da “classe perigosa” algo mais do que um homem econômico: o cidadão socializado. Cf. PROCACCI, G. “Social Economy and the Government of Poverty”. In: *The Foucault Effect*. Op. cit., p. 155. A pobreza, a loucura e o crime aparecem como perigos para a defesa social. Cf. GORDON, C. “Governmental rationality: an introduction”. In: Idem, p. 38.

entre indivíduo e Estado: as instituições – familiares, comerciais, profissionais, políticas e religiosas – compõem a textura empírica da sociedade civil. Cada uma é fonte parcial de direitos, de autoridade e de consenso estabelecido *a priori*.³⁴⁸

O problema para os republicanos progressistas consiste em fazer o Estado exercer uma influência corretiva na sociedade para conter a ameaça de tomada do poder pelos proletários por meio do voto, alimentada pelo evidente contraste entre sua condição formal de igualdade de direitos e a real sujeição nas fábricas. A solução foi encontrada na noção de solidariedade, que a burguesia procura usar para contrapor àquela de soberania popular.³⁴⁹

A categoria lockeana da propriedade como prerrogativa irredutível dá lugar à ideia fergusoniana do interesse. O direito social adquire o sentido da resultante do embate social. Perde força a ideia da sociedade civil como entidade autônoma em relação ao Estado. Não porque foi absorvida por um novo Estado de polícia, mas porque as atividades do governo começam a ser vistas na sua complexidade e relacionadas aos objetos liberais clássicos: a sociedade comercial e o mercado.³⁵⁰ Ao mesmo tempo, o conceito de *solidariedade* ganha um quadro e um corpo na intervenção estatal, que administra as “formas do vínculo social”. A solidariedade adquire também um valor instrumental, tornando-se um elemento da “interface” móvel entre governantes e governados, enquanto o “social” designa agora um campo de ação governamental.³⁵¹ Como mostra F. Ewald, tais medidas são um “seguro contra a revolução”. A defesa social contra os pobres, loucos e delinquentes tem como corolário a *segurança social*, o correlativo dos riscos inerentes ao empreendimento comum chamado sociedade.³⁵²

O mercado autorregulado aparece como o produto de uma ação intensiva do Estado: “Entre 1830 e 1850, não se vê apenas uma explosão de leis revogando regulamentos restritivos, mas também um enorme crescimento das funções

³⁴⁸ Cf. GORDON, Loc. Cit., pp. 31-2.

³⁴⁹ Cf. DONZELOT, J. “The mobilization of society”. In: *The Foucault Effect. Op. cit.*, pp. 171-2.

³⁵⁰ Cf. GORDON, C. Id., pp. 33-4.

³⁵¹ Ibid., p. 34. “O ‘social’ designa um campo da ação governamental operando sempre e nas discrepâncias entre economia e sociedade, princípios que se veem mutuamente como um potencial prejuízo, de modo que as políticas de prosperidade (Keynes e Beveridge) concentram seus esforços em estabelecer feedbacks positivos para a sua correção recíproca”. Ibid.

³⁵² Ibid., pp. 40-1.

administrativas do Estado, que é agora dotado de uma burocracia central”³⁵³. É o Estado regulador e administrador da economia e da sociedade de mercado. Segundo Polanyi, o Estado tem uma dupla e contraditória função: a de “*criador do mercado*”, e a de restringir a ação do mercado de modo a “*proteger a sociedade*”³⁵⁴.

Se a segunda metade do século XIX viu crescer a adesão a essas medidas protecionistas, após a Primeira Guerra Mundial houve uma última tentativa do pensamento liberal de reestabelecer o mercado auto regulador, “eliminando todas as políticas intervencionistas que comprometiam a liberdade dos mercados da terra, do trabalho e da moeda”³⁵⁵. Sobreveio a crise liberal de 1929. A reação foi violenta e o fascismo aparece como um sintoma desse movimento de ressocialização da economia. Visando a “defesa da sociedade”, ele buscou remover “do mercado concorrencial as regras de fixação dos preços do trabalho, da terra e da moeda”³⁵⁶. Ao mesmo tempo, o liberalismo assiste à consolidação do modelo soviético que abolira o próprio modelo concorrencial.

Após a crise de 1929 e após a consolidação dos totalitarismos, o modelo liberal está destruído. Surgem então duas respostas: um “novo” liberalismo, cuja maior expressão é Keynes, o qual põe em questão tanto a confiança na capacidade do mercado de se autorregular quanto a fé na justiça dos contratos entre indivíduos considerados iguais. É preciso se valer de mecanismos estranhos à lógica do mercado, fixar o valor do trabalho e instituir a seguridade social obrigatória.³⁵⁷ A segunda resposta, o neoliberalismo, vem logo em seguida e coloca-se em disputa com Keynes. Mesmo admitindo a intervenção do Estado, os neoliberais rejeitam medidas estatais de interferência direta na concorrência entre os agentes econômicos. A sua resposta consiste em fazer do Estado o promotor e o defensor da concorrência. Ou seja, “trata-se não de limitar o mercado por uma ação corretiva e compensatória do Estado, mas de

³⁵³ K. Polanyi, *La grande transformation*. Apud DARDOT, P. LAVAL, C., *La nouvelle raison du monde*. Op. cit., p. 148.

³⁵⁴ DARDOT, P. LAVAL, C. *La nouvelle raison du monde*, pp. 148-50.

³⁵⁵ Polanyi, *La grande transformation*. Apud DARDOT, P. LAVAL, C., *La nouvelle raison du monde*, p.149.

³⁵⁶ DARDOT, P. LAVAL, C. *Loc. Cit.*, p. 150

³⁵⁷ *Ibid.*, p. 153.

desenvolver e purificar o mercado concorrencial por meio de um quadro jurídico cuidadosamente adaptado”³⁵⁸.

³⁵⁸ Ibid, 153.

3.2 O ordoliberalismo como a possibilidade de uma governamentalidade neoliberal

Depois de analisar a primeira governamentalidade liberal que aparece no meado do século XVIII, Foucault, dando “um pulo de dois séculos”, concentra o seu objeto “na maneira como se programa a governamentalidade liberal atualmente”³⁵⁹. Ele procurou estudar um dos planos de análise possíveis do liberalismo – o da razão governamental – a partir de dois exemplos que formaram o liberalismo contemporâneo, ou neoliberalismo: o liberalismo austro-alemão dos anos 1948-1962 (cujas raízes remontam à década de 1930) e o liberalismo norte-americano da Escola de Chicago. Em seu contexto específico, cada um se apresenta como uma crítica à irracionalidade própria do excesso de governo e propõe um “retorno a uma tecnologia de governo frugal”³⁶⁰.

Na Alemanha, este excesso foi, sem dúvida, a grande concentração estatal, o dirigismo e a economia planificada cuja origem remonta à Primeira Guerra Mundial, ao nazismo, ao socialismo soviético, bem como os exemplos de planejamento estatal oriundos da Itália e do Japão.³⁶¹ Nos Estados Unidos, a reação da Escola de Chicago ao “excesso de governo” visava a política do *New Deal*, a planificação de guerra e os grandes programas econômicos, do período pós-Segunda Guerra aos anos de 1970. De um modo geral, as duas correntes de pensamento neoliberal têm um inimigo doutrinal comum – Keynes –, e seus temas teóricos e práticos configuram uma crítica em nome do liberalismo econômico, insistindo no perigo que representariam o dirigismo e o intervencionismo econômico, os quais acarretariam o inchaço dos aparelhos estatais, a burocracia e o enrijecimento dos mecanismos de poder, elementos que produzem novas distorções econômicas, produtoras de novas intervenções.³⁶²

³⁵⁹ NB, p. 106.

³⁶⁰ FOUCAULT, M. “Resumo do Curso”. In: NB, p. 437. Na aula de 7 de março de 1979, Foucault também analisa alguns pontos específicos do neoliberalismo francês.

³⁶¹ Cf. HAYEK, F. *O caminho da servidão*. Trad: Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Moraes Ribeiro. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010, p. 14.

³⁶² FOUCAULT, M. Op. cit., p. 436. Há nuances que veremos mais adiante. Para Hayek, há que distinguir entre o planejamento “totalitário” – que “subordina todos os desejos e todas as preferências individuais às exigências do Estado” e que emprega métodos de coerção sobre o indivíduo – do “democrático”, que conduz o planejamento econômico de modo a preservar a liberdade de escolha de cada cidadão. Cf. HAYEK, F. Op. cit., pp. 18-19.

Se Foucault procura estudar o neoliberalismo alemão que nasceu no imediato pós Segunda Guerra, é porque muitas de suas características aparecerão em política econômica praticadas na sua atualidade, no final da década de 1970, não somente na Alemanha, mas também na França e nos Estados Unidos. Para ele, a racionalidade neoliberal deve ser explicada a partir de uma corrente de pensamento que teve origem justamente a partir da constatação das crises da governamentalidade liberais que engendraram, segundo os pensadores alemães, tanto o nazismo quanto o socialismo:

se eu fiz todas essas análises para vocês não foi simplesmente pelo prazer de fazer um pouco de história contemporânea; foi para tentar lhes mostrar como esse modelo alemão pôde se difundir, por um lado, na política econômica francesa contemporânea e, por outro lado, também num certo número de problemas, de teorias e de utopias liberais, tais como vemos se desenvolver nos Estados Unidos.³⁶³

Foucault desenvolve a genealogia de duas formas principais de programação neoliberal de sua época: o primeiro ponto de ancoragem é austro-alemão e referido à república de Weimar, à sua crise e à ascensão do nazismo. O segundo é norte-americano e se desenvolve sobretudo no pós-Segunda Guerra em contraposição às políticas intervencionistas de Truman, Kennedy e Lyndon Johnson.

Foucault refere-se ao termo ordoliberalismo para designar o grupo de teóricos do neoliberalismo alemão que se formou nos anos 1930 em Friburgo pela aproximação do economista Walter Eucken, posteriormente fundador da revista *Ordo* em 1948 (o nome da revista passou a identificar o grupo), dos juristas Franz Böhm e Hans Grossman-Doerth.³⁶⁴ Após a guerra, Böhm, Eucken e o historiador da economia chamado Müller-Armack irão compor um Conselho Científico formado junto à administração alemã da economia da zona ocupada anglo-americana.³⁶⁵ Foucault se refere ainda a dois outros economistas que não fizeram parte do Conselho Científico mas que tiveram um papel importante nesta nova arte de governar liberal: Wilhelm

³⁶³ NB, pp. 245-6.

³⁶⁴ Foucault aponta ainda para outro ponto de onde se irradiaram as propostas específica e próprias do neoliberalismo: ainda antes da Segunda Guerra, em 1939, o Colóquio Walter Lippmann reuniu um certo número de neoliberais alemães (como Röpke e Rüstow) e austríacos, como Hayek e Von Mises, que serão os intermediários entre o ordoliberalismo alemão e o neoliberalismo americano da Escola de Chicago. Cf. NB, p. 183 e pp. 222-3.

³⁶⁵ Cf. DARDOT, P. LAVAL, C. *Op. cit.*, p. 187. Cf. NB, pp. 141-3. Das obras destes autores, Foucault destaca: *Os fundamentos da economia política* de Eucken, *Genealogia do estilo econômico* de Müller-Armack e *Grundlagen der Nationalökonomie* de Röpke.

Röpke e Alexander Rüstow.³⁶⁶

Foucault também agrupa estas biografias intelectuais e políticas em torno de três objetivos comuns: refundar e articular a legitimidade do Estado alemão a partir da liberdade dos parceiros econômicos; definir o inimigo conceitual e programático comum contra o qual se bater; definir a estratégia conceitual que permitirá superar o inimigo.³⁶⁷

Com relação a esses objetivos, os ordoliberais destacam quatro elementos da lógica global dos inimigos teóricos a combater. O primeiro é uma crítica de cunho protecionista ao liberalismo que remonta à primeira metade do século XIX alemão.³⁶⁸ Em seguida, o socialismo de Estado de Bismark e sua preocupação com a unidade nacional. Em terceiro lugar, devido à guerra, o desenvolvimento de uma cultura da economia planificada que se manteve após o conflito. Por fim, a difusão do dirigismo de tipo keynesiano.³⁶⁹ Segundo Foucault, o “*coup de force*” dos ordoliberais não foi atacar este ou aquele aspecto, mas mostrar que cada um conduz necessariamente aos outros três, apontando uma invariante econômica iliberal entre eles: o intervencionismo econômico. Seu problema não era o socialismo, mas a diferença “entre uma política liberal e qualquer outra forma de intervencionismo econômico”, quer na sua forma branda keynesiana, quer na sua forma autárquica nazista.³⁷⁰ O segundo problema é que o planismo exigia um crescimento indefinido do poder do Estado e a corrosão da regra universal devido à discriminação inerente ao dirigismo. O terceiro é a massificação, a uniformização e a normalização da sociedade quando o mercado não desempenha o seu papel e “a administração estatal ou paraestatal assume a responsabilidade pela existência quotidiana dos indivíduos”³⁷¹.

Centrando sua crítica no crescimento do Estado, valendo-se do trauma

³⁶⁶ O “ramo” austríaco do pensamento neoliberal é representado por von Mises e Friedrich von Hayek, que recebeu forte influência do primeiro.

³⁶⁷ NB, p. 146.

³⁶⁸ NB, p. 147.

³⁶⁹ NB, p. 148.

³⁷⁰ NB, p. 151.

³⁷¹ NB, p. 155. Hayek afirma que o planismo inglês da década de 1940 submerge a esfera da escolha individual em um cipoal de regras cultivado por um despotismo exercido por uma burocracia conscienciosa e honesta que escapa, na prática, ao controle parlamentar e cujo resultado “é o crescimento da coerção administrativa arbitrária e a progressiva destruição do estado de Direito”. HAYEK, F. Op. cit., p. 22. Para ele, o rebaixamento do “espírito da livre iniciativa” decorre dessa rede de subordinação e tutela na qual os indivíduos se encontrariam presos, fazendo eco ao diagnóstico de Schumpeter, feito em 1942 em *Capitalismo, socialismo e democracia* acerca do “obsoletismo da função empresário” enquanto impulso para a iniciativa individual.

provocado pela concentração estatal nazistas, o golpe dos ordoliberais foi argumentar que não se deve atribuir a crise de governamentalidade aos “efeitos destruidores” tradicionalmente imputados à economia de mercado³⁷² mas, ao contrário, “como o nazismo mostra que não é à economia de mercado que se deve atribuí-los, [...] a responsabilidade por eles deve ser imputada ao Estado e, de certo modo, às defectibilidades intrínsecas do Estado e da sua racionalidade própria”³⁷³, de modo que nada prova que a economia de mercado tenha defeitos intrínsecos. Para os ordoliberais, desde o século XVIII, a sociedade teria ficado presa às ideias do Estado limitando os efeitos nocivos da economia de mercado e da economia de mercado como racionalidade que mostrava ao Estado quais os limites de sua intervenção. Ademais, visto que não é ao mercado, mas ao Estado que se deve imputar a causa da crise, visto que o Estado é o portador de defeitos intrínsecos e visto que não está provado que a economia de mercado tenha defeitos intrínsecos, deve-se pedir ainda mais à economia de mercado, deve-se pedir-lhe para que seja o princípio interno de regulação do Estado³⁷⁴ de modo a evitar os efeitos deletérios da ação estatal na economia. Assim, inverte-se o princípio liberal: não mais o mercado como um princípio de limitação do Estado, mas a liberdade de mercado como princípio organizador e regulador da forma de intervenção do Estado. Ou seja, os ordoliberais rompem a separação clássica mercado-Estado. O que eles pedem não é exatamente um recuo da intervenção do Estado, mas uma reformulação do modo de sua intervenção.

Em 1948, o governo alemão adota os princípios ordoliberais. A liberdade do mercado fundará o Estado e será o seu princípio de controle. A consequência não é somente uma reformulação, mesmo que profunda, da maneira de o Estado regular a economia de mercado. O pensamento ordoliberal, ao refundar a ordem social pela economia, propõe o descentramento do Estado como princípio de ordem da sociedade. Assim, o princípio do recém-criado Estado alemão não é o pacto entre indivíduos nem

³⁷² Segundo Henri Lepage, a economia de mercado é um “sistema social” no qual, idealmente, “todas as decisões concernindo os problemas de alocação de recursos seriam tomadas dentro do quadro de um sistema de trocas voluntárias e contratuais entre todos os agentes econômicos em questão”, tendo em vista que “a troca no mercado é o mecanismo de alocação de recursos mais eficaz para a sociedade”. LEPAGE, H. *Demain le capitalisme*. Paris : Ed. Le Livre de Poche, 1978, p. 30 e 31. Segundo a indicação de M. Senellart, Foucault teria em mente esse livro quando tratou da teoria do capital humano em *Nascimento da biopolítica*. Cf. NB, p. 322, n. 12.

³⁷³ NB, p. 158.

³⁷⁴ NB, p. 158.

a sociedade civil, mas a economia de mercado. Logo, o objeto do Estado deixa de ser, como havia surgido ao pensamento político do século XIX, a sociedade. A finalidade do Estado será a economia. Mas isso não significa esquecer o social. Como veremos, ao menos para o neoliberalismo alemão, é o espaço social que estará, profundamente implicado e deverá ser reformatado segundo a lógica empreendedora e concorrencial. Para Foucault, esse é o princípio que está por trás do “neoliberalismo atual”, inclusive “a forma americana do anarcoliberalismo”³⁷⁵: o liberalismo “vai efetivamente conseguir fazer passar o que é seu verdadeiro objetivo, isto é, uma formalização geral dos poderes do Estado e da organização da sociedade a partir de uma economia de mercado”³⁷⁶.

Estamos aqui diante de uma mutação fundamental com relação ao liberalismo clássico. Como vimos no capítulo anterior, a economia política clássica, recusando a possibilidade da existência de um soberano econômico, recusava a si mesma a possibilidade de abarcar toda a ciência do governo. Ora, “o problema do neoliberalismo”, segundo Foucault, “é, ao contrário, saber como se pode regular o exercício global do poder político com base nos princípios de uma economia de mercado”³⁷⁷. Este será o desafio. Na verdade, este é o projeto político do neoliberalismo. Fazer com que a economia política se transforme de princípio crítico para a limitação do poder soberano em princípio diretor e modelo do Estado. Os neoliberais afirmam que o capitalismo não existe em sentido absoluto, de modo que não se pode apontar aí uma contradição que provoque crises recorrentes. Para eles, o que existe é uma evolução histórica de conjuntos econômico-institucionais que podem ser arrançados e corrigidos segundo o princípio da concorrência. A intervenção estatal não será limitada, mas será arranjada de modo a generalizar a forma da concorrência nas instituições e nas leis. Trata-se de modelar a sociedade segundo o mesmo princípio, filiando os indivíduos ao princípio da concorrência e da posse comercial de si mesmo por meio da organização do trabalho, da saúde e do lazer, do controle dos corpos e da educação dos espíritos.³⁷⁸

A partir dessas indicações, podemos apontar quatro *diferenças fundamentais* entre o liberalismo clássico e o neoliberalismo alemão: **i.** a reforma do Estado pelo

³⁷⁵ NB, p. 159.

³⁷⁶ NB, p. 160.

³⁷⁷ NB, p. 181.

³⁷⁸ Cf. DARDOT, P. LAVAL, C. Op. cit., p. 407.

modelo da concorrência; **ii.** a refundação da soberania pela economia; **iii.** a reforma do Estado de direito a partir da necessidade da inscrição das propriedades formais da concorrência no quadro legal de modo a garantir conformidade e igualdade de acesso à forma concorrencial. **iv.** a organização da sociedade a partir da forma concorrencial e do modelo-empresa. Abordamos a seguir cada uma dessas diferenças.

3.2.1 A reforma do Estado pelo modelo da concorrência

Para “reformatar o Estado e enformar a sociedade” segundo o modelo da empresa, os neoliberais fizeram um certo número de deslocamentos. Em primeiro lugar, do princípio de mercado da troca para a concorrência, ou seja, não mais a troca e a equivalência como princípio formador do preço, mas a desigualdade e a concorrência. Nisso eles retomam a evolução do pensamento liberal no século XIX e postulam que o essencial do mercado é a concorrência. É ela que assegura a racionalidade econômica, pois somente quando há concorrência plena e inteira pode-se medir, sem distorções, as grandezas econômicas e, por conseguinte, produzir o preço verdadeiro. A concorrência só pode existir se não houverem distorções provocadas pelo monopólio ou pelo controle.

Mas, em segundo lugar, para os neoliberais, o corolário da concorrência não é o *laissez-faire*³⁷⁹, que consideram uma “ingenuidade naturalista”: a concorrência não se produz espontaneamente. Ela é um jogo cujas regras devem ser produzidas. A partir de Eucken, afirma-se que a concorrência é um “princípio de formalização” que possui sua lógica e sua estrutura interna:

E, assim como para Husserl uma estrutura formal não se oferece à intuição sem um certo número de condições, assim também a concorrência como lógica econômica essencial só aparecerá e só produzirá seus efeitos sob certo número de condições cuidadosa e artificialmente preparadas.³⁸⁰

Assim, para os ordoliberais, o mercado é uma espécie de incumbência da ação governamental visando à construção e ao funcionamento deste. Por esse motivo, a concorrência deve ser vista como um objetivo histórico da arte de governar, e não um dado natural a ser respeitado, de modo que os ordoliberais procuraram articular história e economia quando da análise da concorrência. Trata-se de introduzir, ao lado da análise

³⁷⁹ NB, p. 162. Foucault afirma que o *laissez-faire* era a conclusão a que chegavam os marginalistas e neomarginalistas do século XIX e XX.

³⁸⁰ NB, pp. 163-4.

da concorrência como mecanismo formal, uma análise dos sistemas históricos reais que tornaram possível ou que bloquearam o funcionamento dos processos formais.

Em terceiro lugar, desaparece a separação clássica entre a esfera do mercado – deixado livre da intervenção governamental – e a da intervenção do Estado, precisamente porque a essência do mercado, a concorrência, só pode aparecer se for produzida artificialmente por uma governamentalidade ativa. Haverá, portanto,

uma espécie de justaposição total dos mecanismos de mercado indexados à concorrência e da política governamental. O governo deve acompanhar de ponta a ponta uma economia de mercado. A economia de mercado não subtrai algo do governo. Ao contrário, ela indica, ela constitui o indexador geral sob o qual se deve colocar a regra que vai definir todas as ações governamentais.³⁸¹

Assim, fica claro que não se trata nem de um recuo do Estado nem de sua elevação à potência máxima, nem da reativação de velhas teorias econômicas. A concorrência é uma “estrutural formal, ao mesmo tempo rigorosa em sua estrutura interna e frágil em sua existência histórica e real”³⁸², de modo que a atividade estatal é convocada para organizar de fato o espaço concreto para que a estrutura formal possa atuar.

3.2.2 A refundação da soberania pela economia

Voltando à influência dos pensadores ordoliberais, em 1948 o Conselho Científico alemão defende o princípio de que a função de direção do processo econômico deve ser assegurada pelo mecanismo dos preços e pede a liberação imediata destes, uma vez que até então eles eram controlados pelo governo.³⁸³ Ludwig Erhard é o responsável pela parte alemã da administração econômica do incipiente governo da zona ocupada pelas forças anglo-americanas. Neste mesmo ano, ele acata o princípio de liberdade dos preços e inicia a liberação progressiva dos controles com base nas considerações do Conselho Científico de que é preciso liberar a economia das injunções estatais,³⁸⁴ pois

³⁸¹ NB, p. 165.

³⁸² NB, p. 182. Trad. mod.

³⁸³ NB, p. 109. Em 1947, Eucken publica um artigo (“A miséria econômica alemã”) no qual deplora a economia dirigista que estaria sendo imposta pelos Aliados e sugere uma reforma monetária acoplada à liberalização dos preços. Outro pensador que muito influenciou o chanceler Erhard, Röpke, afirmou que o problema maior da economia alemã “é a perda da função dos preços como indicadores de raridade”. Cf. DARDOT, P. LAVAL, C. Op. cit., pp 194-5.

³⁸⁴ NB, p. 110. Notemos que esta decisão política de Erhard vai na contracorrente do clima dirigista e intervencionista que prevalecia nos Estados Unidos e na Europa, sobretudo devido à reconstrução.

somente um Estado que respeita as liberdades e responsabilidades dos cidadãos pode ser considerado legítimo, no sentido de ser representativo, de “falar em nome do povo”³⁸⁵. Assim fazendo, ao mesmo tempo em que ataca o Estado nacional-socialista que violava todas essas liberdades, Erhard propõe um marco de refundação econômica do Estado alemão, cuja soberania havia sido cassada pela ocupação, e cuja história recente a impedia de reivindicar o direito à autodeterminação em nome de um povo. Neste momento, não há vontade coletiva que possa se manifestar. Por isso, não se trata de fundar um poder jurídico a partir da soberania, mas de criar uma moldura institucional que não tenha por função exercer a soberania, exercer um poder jurídico de coerção, mas assegurar a liberdade de adesão a um certo modelo econômico. Portanto, segundo Foucault, “não coagir, mas simplesmente criar um espaço de liberdade, assegurar uma liberdade [...] precisamente no domínio econômico”³⁸⁶. O exercício dessa liberdade se dá por meio da simples possibilidade de exercê-la, e esse exercício significará a adesão voluntária dos indivíduos, não a um contrato social, mas à moldura econômica. Em outras palavras, a fundação legitimadora do Estado se dá a partir da garantia de exercício da liberdade econômica, a partir da adesão voluntária a uma moldura institucional não coercitiva, moldura cujo objeto é a fundação do espaço aberto do mercado como um jogo guiado pela concorrência produzida e arranjada artificialmente.

Aqui está, segundo Foucault, uma das características fundamentais da governamentalidade alemã contemporânea, aquela na qual a atividade econômica não é apenas um ramo das atividades da nação. Na Alemanha, “a economia, o desenvolvimento econômico, o crescimento econômico produz soberania”, a economia produz legitimidade para o Estado, é seu maior avalista. Em outras palavras, a economia “é criadora de direito público”³⁸⁷. Ela também é produtora de consenso permanente, do consenso de todos os que podem aparecer como agentes dos processos econômicos, seja como investidores, operários, empresários ou sindicatos. Todos são “parceiros” da economia, gozando de igual estatuto. Na medida mesma em que aderem ao jogo econômico, produzem um consenso político.³⁸⁸ Ademais, completa Foucault, “deixando as pessoas agir, a instituição neoliberal alemã deixa-as falar, e as deixa agir em grande

³⁸⁵ NB, p. 111.

³⁸⁶ NB, p. 112.

³⁸⁷ NB, p. 114.

³⁸⁸ NB, pp. 114-115.

parte porque quer deixa-las falar”³⁸⁹, mas falar precisamente que estão livres para agir. Ou seja, a adesão a esse sistema liberal produz uma adesão global da população ao regime econômico e ao seu sistema. Numa alusão à Weber, Foucault afirma que o enriquecimento cotidiano dos cidadãos é “sinal cotidiano da adesão dos indivíduos aos Estado”³⁹⁰, manifestação do consenso fundador e produtor de mecanismos e justificação do poder. Na Alemanha empobrecida pela guerra, onde a população carecia de praticamente tudo, a raiz do Estado, do consenso social e do quadro jurídico é estritamente econômica.³⁹¹

Para que os parceiros econômicos gozem de igual estatuto, para que adiram ao quadro, não basta, segundo os ordoliberais, um quadro jurídico estático, postado como superestrutura do econômico, abrindo espaço para uma liberdade de mercado no interior do Estado. E não basta, no outro extremo, como infraestrutura, entregue a si mesmo, o mercado como ordem espontânea e princípio de enriquecimento, de crescimento e de poder para o Estado. Esta era a resposta dada pelo liberalismo do século XVIII: dado que existe um Estado e que sua legitimidade não é posta em questão, como “alcançar mais Estado com menos governo”³⁹². O problema dos ordoliberais é outro: supondo um Estado que ainda não existe, como a liberdade econômica “pode ser ao mesmo tempo fundadora e limitadora, garantia e caução de um Estado”³⁹³.

3.2.3 O Estado de direito

Para os ordoliberais alemães (bem como para Rougier³⁹⁴), o jurídico não é da ordem da superestrutura. Situando-se não no nível das forças de produção, mas das relações de produção, eles veem a economia não como um processo mecânico ou natural, mas como um conjunto de processos, de atividades que devem, como toda atividade humana, ser regulados. Para eles, o sistema econômico-jurídico é um conjunto

³⁸⁹ NB, p. 115.

³⁹⁰ NB, p. 115.

³⁹¹ Foucault narra o gradual processo de adesão de partidos, sindicatos e líderes políticos ao consenso econômico-político do liberalismo alemão entre 1948 e 1963. Neste ano se dá a adesão da social-democracia e a consequente derrota do campo socialista em geral. Cf. NB, pp. 117-23.

³⁹² NB, p. 140.

³⁹³ NB, p. 140.

³⁹⁴ Epistemólogo francês e autor de textos econômicos e políticos, Louis Rougier afirma que o regime liberal não é apenas o resultado de uma ordem natural espontânea, mas é resultado de uma ordem legal que supõe um intervencionismo jurídico do Estado. Ele foi um dos participantes do Colóquio Lippmann.

complexo que compreende processos econômicos que “só existem realmente na história na medida em que uma moldura institucional e regras positivas lhes proporcionam suas condições de possibilidade”³⁹⁵. Noutras palavras, para os ordoliberais, nunca teria havido, na história do capitalismo, um processo de acumulação do capital que tivesse abalado as estruturas econômicas e jurídicas anteriores, mas uma “figura singular, em que os processos econômicos e a moldura institucional”³⁹⁶ se apoiam mutuamente. Para eles, não há o capitalismo regido pela lógica econômica singular do capital e da acumulação, nem os impasses históricos que ele manifestou. A história do capitalismo é necessariamente uma história econômico-institucional aberta, dando a possibilidade de se demonstrar que o capitalismo ainda é possível. Em primeiro lugar, mostrando que a lógica do mercado concorrencial é possível e não-contraditória³⁹⁷, em segundo lugar, que se pode “inventar um novo capitalismo”³⁹⁸ por meio de um intervencionismo jurídico.

Para os ordoliberais, não se trata de prover um quadro regulatório visando a compensar os efeitos nocivos da concorrência no mercado sobre a sociedade (como pensava o liberalismo clássico), mas de prevenir os efeitos anticompetitivos provocados pela sociedade.³⁹⁹ Este raciocínio visa o cerne da doutrina keynesiana. Coerentemente advogam que para proteger a concorrência é necessário fazer com que somente ela seja o princípio regulador econômico geral. Enquanto para o liberalismo do século XVIII o quadro jurídico era a forma da intervenção mínima, para os ordoliberais trata-se de promover o “mínimo de intervencionismo econômico” por meio do “máximo de intervencionismo jurídico. É necessário, diz Eucken [...] ‘passar a um direito econômico consciente’”⁴⁰⁰. Para tanto, será necessário reformar a noção de Estado de direito recebida da tradição liberal.

Segundo Foucault, a ideia da aplicação do Estado de direito à economia é uma

³⁹⁵ NB, p. 226.

³⁹⁶ NB, p. 226. Cf. DARDOT, P. LAVAL, C. Op. cit., p. 190.

³⁹⁷ NB, pp. 228-9. Conforme salienta Foucault, trata-se de um debate que incorpora, por um lado, a crítica marxista ao capitalismo “clássico”, à sua incapacidade em lidar com as dimensões legais e institucionais do mercado e, por outro lado, o problema weberiano de identificar um conjunto econômico-institucional “capaz de explicar tanto a singularidade do capitalismo” quanto sua patente “mescla de racionalidade e irracionalidade”. NB, p. 229.

³⁹⁸ NB, p. 230.

³⁹⁹ Cf. GORDON, C. Op. cit., p. 42.

⁴⁰⁰ NB, pp. 230-1.

ruptura produzida pelo pensamento ordoliberal, para o qual o princípio de regulação social pela concorrência não deve ser pensado pelo viés da teoria econômica – como fazia a teoria econômica da concorrência dos economistas neoclássicos – nem pela história sociológica da economia de Weber, mas sim pela teoria do direito.⁴⁰¹ Assim, seu problema, diz Foucault, torna-se o de como introduzir o conjunto de modificações institucionais visando constituir uma ordem social economicamente regulada com base na economia de mercado a partir da aplicação da *rule of law*.

Foucault esclarece que a noção de Estado de direito (*rule of law* ou *Rechtsstaat*) recebida da tradição alemã dos séculos XVIII e XIX significava oposição ao despotismo, mas também oposição ao Estado de polícia, isto é, à administração no sentido de um Estado-providência, ou de uma governamentalidade máxima e indefinida, na qual o poder coercitivo tanto das leis gerais quanto das decisões conjunturais, transitórias, locais, individuais do poder público originam-se do mesmo lugar: o poder soberano. O Estado de direito, ao contrário, é definido como um Estado “em que os atos do poder público não poderão adquirir valor se não forem enquadrados em leis que os limitam antecipadamente. O poder público age no âmbito da lei e não pode agir senão no âmbito da lei”⁴⁰². Isso significou na prática a distinção entre as leis universais como atos da soberania e as decisões particulares do poder público: um Estado de direito é aquele onde “são distinguidas, em seu princípio, em seus efeitos e em sua validade, as disposições legais, de um lado, expressão da soberania, e as medidas administrativas, de outro”⁴⁰³.

É a partir da moldura do Estado de direito que os ordoliberais pretendem salvar o capitalismo: introduzindo os princípios gerais do Estado de direito na legislação econômica. Eles admitem que, historicamente, o capitalismo não logrou dissociar-se das tendências monopolistas, ou seja, do crescimento do poder econômico que leva à incorporação da economia “a centros de decisão cada vez mais próximos da administração e do Estado”⁴⁰⁴, o que acarreta a passagem da sociedade a um sistema no

⁴⁰¹ NB, p. 231.

⁴⁰² NB, p. 233.

⁴⁰³ NB, p. 233. Mais tarde, na segunda metade do século XIX, desenvolveu-se um outro aspecto do Estado de direito como aquele no qual há a possibilidade de arbitragem judiciária entre os cidadãos e o poder público.

⁴⁰⁴ NB, p. 243.

qual uma autoridade central vai controlar os meios de produção e a própria produção. Ora, para os ordoliberais, tal tendência é uma fatalidade histórica vinculada ao social, e não uma contradição interna à lógica do capitalismo, de modo que se trata de fazer com que essa tendência seja corrigida por meio de uma intervenção social jurídica, uma “nova moldura institucional da economia protegida por uma legislação formal”⁴⁰⁵ que possibilita anular as tendências centralizadoras iminentes à sociedade capitalista.

Trata-se, no fundo, de construir uma forma-Estado na qual se impede que haja um soberano econômico, retomando a crítica econômica liberal clássica⁴⁰⁶, e que haja intervencionismo ativo do poder público; sobretudo, trata-se de proteger a concorrência do peso do ator econômico estatal. Doravante o poder público deve ser um ator como qualquer outro dentro da concorrência. Para que haja a concorrência, para que os preços sejam verdadeiros, nenhum ator pode ser grande demais nem poderoso demais. Nem mesmo o poder público. A economia, tanto para o Estado quando para os particulares, deve ser um jogo: um conjunto de atividades submetidas a regras que determinam de que modo cada um deve jogar; um jogo cujo desenlace ninguém conhece ou controla. Trata-se do quadro da lei que produz a ordem. Segundo Foucault, forma-se aqui “um sistema de leis como regra de jogo e um jogo que vai, pela espontaneidade dos seus processos econômicos, manifestar certa ordem concreta”⁴⁰⁷.

Ao mesmo tempo, no prolongamento desse raciocínio, é preciso que não haja nenhum ator pequeno demais, alijado do jogo, desinteressado ou incapaz de encontrar aí qualquer benefício. Esta é a condição de adesão: que cada indivíduo seja levado a participar da concorrência. Em outras palavras, que adira ao modelo da livre empresa. O princípio de regulação econômica como jogo tem como corolário o princípio de igualdade: todos os indivíduos são, de direito, iguais a partir do quadro legal que emoldura a ordem da concorrência. Com ela, a empresa não é simplesmente uma instituição, mas o agente econômico fundamental e a forma geral de comportamento na

⁴⁰⁵ NB, p. 245.

⁴⁰⁶ Esta crítica também é moderna. Em *O caminho da servidão*, Hayek opõe Estado de direito ao *plano*, ou seja, à planificação na qual o poder público estabelece finalidades e torna-se tomador de decisões econômicas (eventualmente no lugar dos particulares), o que exige do Estado uma capacidade de dominar o conjunto dos processos econômicos. Retorna, por conseguinte, a crítica ao “sujeito universal na ordem econômica” (cf. NB, pp. 236-7). O argumento de Hayek decorre da sua conhecida diferenciação entre a ordem natural que independe da vontade humana e a ordem artificial, que decorre da vontade. Cf. *infra*, item 3.3.

⁴⁰⁷ NB, p. 239.

sociedade quando o quadro “dá aos indivíduos a possibilidade de se comportar como querem na forma da livre empresa”⁴⁰⁸.

A forma empresa leva Foucault a concluir que “a revalorização da unidade empresa como agente econômico fundamental” não é pura e simplesmente o remédio para uma crise do capitalismo e sua projeção em uma certa ideologia. É algo mais penetrante, pois configura o nascimento ou a renovação de uma arte liberal de governar, aquela que não procura pensar a contradição na ordem da acumulação do capital. De um ponto de vista estritamente econômico, o capitalismo é perfeitamente viável, de modo que é preciso atacar o problema da penetração “irracional” da concentração no jogo econômico, preservar o jogo da concorrência e contar com que todos participem deles. Assim, a solução ordoliberal não é promover menos, mas mais capitalismo, no qual a empresa opera como a ponte que apaga as diferenças entre a sociedade e o mercado.

3.2.4 A organização da sociedade a partir da concorrência e o modelo empresa

Para os ordoliberais, manter a lógica do capital em sua pureza, fazendo funcionar seu caráter propriamente concorrencial e livre dos efeitos intervencionistas da autoridade pública e dos efeitos monopolistas oriundos do próprio jogo da acumulação, requer uma intervenção estatal talvez “tão grande quanto numa política planificadora”⁴⁰⁹, cuja natureza, porém, é diferente. Foucault mostra essas diferenças por meio de três exemplos. Em primeiro lugar, o combate ao monopólio e à crença de que este seria consequência incontornável da concorrência no regime capitalista. Por meio da história econômica, os neoliberais mostram que os monopólios resultaram da ação inadequada do poder público ou de carências no marco legal. Em segundo lugar, as “ações conformes”: por um lado “ações reguladoras” como, por exemplo, estabilizar os preços por meio do controle da inflação. Os preços, sendo a verdade mais sintética produzida pelo jogo econômico, devem ser preservados a todo custo, mesmo sacrificando o poder aquisitivo, o pleno emprego ou a balança de pagamentos.⁴¹⁰ Por outro lado, as “ações ordenadoras” visam a manter o princípio segundo o qual o mercado é um regulador econômico e social geral. Assim, trata-se de orientar a sociedade para o mercado:

⁴⁰⁸ NB, p. 240.

⁴⁰⁹ NB, p. 184.

⁴¹⁰ Cf. NB, pp. 190-1.

desestimular a agricultura familiar e de subsistência tornando os agricultores empresários, baixar as proteções aduaneiras que intimidam o jogo concorrencial, reverter o hábito da casa própria de modo que esse capital imóvel seja colocada no mercado etc.

Em terceiro lugar, a “política social”. No modo do Estado de bem-estar, no modo keynesiano, a política social visava a repartir o acesso de cada um aos bens de consumo. Ela era concebida como “contrapeso a processos econômicos selvagens” que induziam desigualdade e efeitos destruidores na sociedade. Em seguida, ela concebia a socialização de certos bens, como educação, saúde, cultura e lazer, assim como certos encargos inerentes à constituição de uma família e às vicissitudes da vida biológica humana. Por fim, a política social buscava redistribuir os frutos do crescimento.⁴¹¹ O ordoliberalismo põe em dúvida esses três princípios keynesianos. Em primeiro lugar, a política social não pode querer ser um contrapeso à política econômica, pois deve se integrar a esta última. Não pode haver uma política social de igualização num sistema em que o mecanismo de regulação dos preços se dá “por um jogo de diferenciações”⁴¹² concorrencial. Não se pensa em equalizar renda, consumo e acesso a serviços entre os indivíduos, mas em fomentar o jogo de diferenciações. Essa política deve “deixar a desigualdade agir”, pois deve haver quem trabalha e quem não trabalha, atividades bem pagas e mal pagas, preços que sobem e que descem, contrato justos e abusivos. Ou seja, é preciso deixar haver desigualdade. O jogo econômico, “com os efeitos desigualitários que ele comporta, é uma espécie de regulador geral da sociedade, a que, evidentemente, todos devem se prestar e se dobrar. Logo, nada de igualização e, por conseguinte, [...] nada de transferência de renda de uns para outros”⁴¹³.

Em segundo lugar, não se trata de socializar o consumo, a renda e o risco. Será, ao contrário, “uma privatização”: não se pede para toda a sociedade assumir os encargos e os riscos. Todo indivíduo ou grupo deverá, segundo a ideologia social ordoliberal, possuir renda suficiente para assumir privadamente os riscos, eventualmente constituindo uma reserva. Ou seja, trata-se não da transferência nem da equalização da renda, mas da “capitalização mais generalizada de todas as classes sociais” cujo

⁴¹¹ NB, p. 195.

⁴¹² NB, p. 195.

⁴¹³ NB, p. 196.

instrumento será o seguro privado individual ou em grupo e a propriedade privada de bens. Para os ordoliberais, não é “menos social propor uma política social individualista do que uma política social socialista”⁴¹⁴. Assim, não se trata de a sociedade assegurar aos indivíduos uma cobertura social dos riscos, mas de induzir a participação de cada um dentro de uma espécie de espaço econômico dentro do qual podem assumir e enfrentar os riscos. São, por exemplo, os programas de renda mínima, que não visam à solidariedade social, embora promovam a todos um mínimo de capital para participar como agentes do mercado. Logo, “só há uma política social verdadeira e fundamental: o crescimento econômico”⁴¹⁵. É ele que deverá permitir que todos os indivíduos alcançassem um nível de renda que lhes possibilite o seguro individual. Foi o que Müller-Armak, conselheiro de Erhard, chamou de “economia social de mercado”⁴¹⁶.

Foucault complementa a descrição do ordoliberalismo observando que este modelo nunca foi implantado completamente na Alemanha, pois conviveu com uma série de outros elementos socialistas ou keynesianos, a exemplo dos outros modelos de seguridade que funcionavam na Europa. É como se esse modelo tivesse permanecido em espera, aguardando o seu momento para prosperar. Mas, de todo modo, Foucault salienta sua importância lembrando que é a partir da recusa das políticas sociais “socialistas” ou keynesiana que o “anarcocapitalismo americano”⁴¹⁷ irá se desenvolver. Trata-se da difusão da forma-empresa que se observa nos países que adotam formas sociais neoliberais, a qual requer uma “capitalização” do grupo ou do indivíduo-empresa, a decorrente privatização dos mecanismos de seguro desse capital empreendedor e o recuo das funções do Estado de bem-estar. A ideia da capitalização individual traz como consequência uma formidável difusão na sociedade da ideia de prevenção privada do risco, de modo que esses três elementos – o modelo da empresa, a capitalização privada e a difusão da segurança entre os indivíduos –, segundo Foucault, devem caminhar juntos. Não há a cultura da empresa sem uma cultura da capitalização individual nem uma cultura do risco e da prevenção. Assim, se havíamos caracterizado, com Foucault, o liberalismo como o jogo da liberdade e da segurança promovido pelo governo, o que aparece, a partir da ponte estabelecida pelo modelo-empresa, é a

⁴¹⁴ NB, p. 215, nota. Citação de F. Bilger (*La pensée économique libérale*), obra consultada por Foucault.

⁴¹⁵ NB, p. 198.

⁴¹⁶ NB, p. 198. A expressão teria sido usada pela primeira vez em 1947, cf. NB, p. 251, n. 48.

⁴¹⁷ NB, p. 198.

assimilação individual do binômio liberdade-segurança. A ideia de um “eu” empreendedor promete múltiplas opções e oportunidades, mas requer o cálculo e a estimativa dos riscos, provocando assim o medo do fracasso:

Conforme notam Michael Hardt e Antonio Negri [em *Império*], as sociedades contemporâneas produzem “formas de desejo e prazer intimamente casadas ao medo” [...]. O medo realiza uma importante função moral no governo neoliberal. A ameaça constante de desemprego e de pobreza, e a ansiedade em relação ao futuro induzem a previdência e a prudência.⁴¹⁸

Em suma, o custo relativo ao risco deixa de ser um encargo da sociedade. Em decorrência, a segurança torna-se uma *commodity* na medida em que a prevenção do risco passa a ser um bem transacionado no mercado, e não mais um objetivo social como um todo. Mesmo a ordem pública deixa de ser um bem e um fim social e perde seu papel ordenador do pensamento legal.

3.2.5 A intervenção governamental

Retomando a afirmação de que a intervenção governamental neoliberal não é “menos densa, menos frequente, menos ativa, menos contínua do que num outro sistema”⁴¹⁹, Foucault procura discriminar a originalidade de tal intervenção, ou seja, o “ponto de aplicação”, a superfície de transferência da governamentalidade neoliberal. Como vimos, o governo não tem que intervir nos efeitos do mercado nem corrigir seus efeitos nocivos, mas na própria sociedade, para que os mecanismos concorrenciais tenham o efeito regulador esperado.⁴²⁰ É como se o próprio governo, ativamente, colocasse para a sociedade a questão do modelo concorrencial, definindo assim um certo espaço para a invenção, para a intervenção e para a imaginação dos governantes. Acompanhando esse impulso, é como se o próprio governo agisse como competidor do mercado, inventando modelos de ação de cunho empresarial válidos para a condução tanto dos indivíduos quanto de empresas e instituições, incorporando áreas de práticas sociais que antes se encontravam fora ou em antagonismo com a lógica econômica. Assim, não só o indivíduo, mas o Estado torna-se uma individualidade que deve se capitalizar, eventualmente vendendo partes dos seus “ativos”. Devido à crença na

⁴¹⁸ LEMKE, T. Foucault, governamentalidade e crítica. Op. cit., p. 71.

⁴¹⁹ NB, p. 199.

⁴²⁰ NB, p. 199.

universalidade da aplicação do modelo econômico-empresarial a todos os setores da vida social, o governo liberal tende a promover uma proliferação de ações neste sentido, voltadas às mais diversas áreas da sociedade. Educação, saúde, seguridade social e outras instituições características do Estado de bem-estar são pressionadas a se repensar numa lógica de mercado. Nesse sentido, instituições tradicionalmente autônomas como as universidades públicas são levadas a repensar tal autonomia segundo o modelo empresarial inerente à lógica da competição.⁴²¹

Trata-se, portanto, não de um governo econômico, isto é, aquele que tem apenas de reconhecer e observar as leis econômicas: “não é um governo econômico, é um governo de sociedade”⁴²². Este é, segundo Foucault, “o ponto de fratura”: o objeto da ação governamental é o que os alemães chamam de o ambiente social.⁴²³ Mas para garantir que o mercado seja possível e que ele desempenhe seu papel de regulador não será preciso retornar à sociedade mercantil cuja base é a troca. Procura-se voltar não à sociedade mercantil, mas “a uma espécie de ética da empresa”⁴²⁴. Portanto, o alvo não é somente a forma da propriedade privada, mas a propriedade privada como empresa. Não uma sociedade do espetáculo uniformizada, consumista e de massa, mas uma sociedade autoconsciente do valor mercantil da vida, apreendida então como forma concorrencial.⁴²⁵

Para o liberalismo clássico, governar adequadamente consiste em atrelar o princípio de racionalização da atividade governamental ao da racionalidade da conduta dos próprios indivíduos governados. Ou seja, a conduta racional do governo deve ser intrinsicamente ligada à conduta natural e motivada por interesses privados de indivíduos livres e mercadores, pois a racionalidade da conduta é, precisamente, aquilo que habilita o mercado a funcionar otimamente de acordo com a sua natureza. O governo

⁴²² NB, p. 199.

⁴²³ NB, p. 200.

⁴²⁴ NB, p. 201.

⁴²⁵ Cf. NB, pp. 156-7. Aqui, Foucault recusa tanto o “homem unidimensional” de Marcuse quanto a “sociedade do espetáculo” de Debord (cf. NB, p. 176, n. 43 e n. 46). Lembremos que a crítica destes dois autores configura um espectro do campo de esquerda crítico ao Estado de bem-estar, à sua inspiração corretiva e distributiva, que trazia consigo o aumento da burocracia (aproximando o Ocidente do modelo soviético) sem promover a emancipação dos indivíduos, pois estes continuavam a se ver como sujeitos de interesse que delegavam ao Estado a administração de suas vidas. Cf. FEHER, M. “Self-Appreciation; or, the Aspirations of Human Capital”. In: *Public Culture*, 21:1, 2009, p. 34.

não pode se sobrepor à conduta livre e racional dos indivíduos governados sem destruir as bases dos efeitos que ele próprio busca produzir. Por contraste, para o neoliberalismo, o princípio racional para regular e limitar a atividade governamental deve ser determinado com referência a formas artificialmente arranjadas ou projetadas da conduta livre, empreendedora e competitiva dos indivíduos econômico-racionais. Aqui, novamente a racionalidade do governo tem que ser atrelada a uma forma de auto conduta racional dos próprios governados, mas uma forma que não é tanto uma inclinação da natureza humana quanto um estilo de conduta consciente e artificialmente projetado. O *homo oeconomicus* não é um dado natural nem um “átomo de racionalidade”, mas aquele que se quer constituir como o “homem da empresa e da produção”⁴²⁶.

3.3 O Estado de direito de Hayek como crítica do ordoliberalismo

Neste item introduziremos a noção de Estado de direito em Hayek. Isso nos permitirá mostrar que, para ele, a aplicação do princípio de Estado de direito na economia significa, ao contrário do que preconiza o pensamento ordoliberal, a ausência de um *plano*, ou seja, a oposição a qualquer forma de organização da economia e da sociedade visando a fins gerais. Ademais, essa introdução é uma passagem para o neoliberalismo americano, que guarda semelhanças com o pensamento de Hayek no que diz respeito à maneira de reconfigurar ação social.

Alguns comentadores colocam os austríacos von Mises e Hayek junto ao grupo dos neoliberais norte-americanos, ao lado de membros da Escola de Chicago, tais como Simons, Schultz e Stigler.⁴²⁷ De fato, Hayek lecionou na universidade de Chicago durante dez anos. Embora compartilhe com os ordoliberais alemães a crítica ao *laissez-faire* e ao intervencionismo estatal, sua concepção do Estado de direito liberal é mais radical do que a ordoliberal por advogar um modelo de Estado de direito “purificado” de qualquer possibilidade de o marco jurídico contemplar fins. Hayek pretende fazer do Estado um ator econômico submetido, como todos os outros, ao direito privado. Além da recusa da possibilidade de um soberano econômico, o que diferencia seu pensamento dos ordoliberais é a recusa da possibilidade de existir um “plano”, ou seja, a

⁴²⁶ NB, p. 201.

⁴²⁷ Cf. LEMKE, T. Op. cit., p. 20.

possibilidade do Estado, das instituições e dos grupos fixarem objetivos que impliquem a condução da sociedade visando a fins. Por esse motivo, para Foucault, Hayek é representante de um “foco utópico” de pensamento econômico e sociológico representativo do liberalismo norte-americano, aquele que pretende reinventar o capitalismo. Hayek é aquele que, segundo Foucault, teria dito:

precisamos de um liberalismo que seja um pensamento vivo. O liberalismo sempre deixou por conta do socialismo o cuidado de fabricar utopias, e foi a essa atividade utópica ou utopizante que o socialismo deveu muito do seu vigor e do seu dinamismo histórico. Pois bem, o liberalismo também necessita de utopia. Cabe-nos fazer utopias liberais, cabe-nos pensar no modo do liberalismo, em vez de apresentar o liberalismo com uma alternativa técnica de governo. O liberalismo como estilo geral de pensamento, de análise e de imaginação.⁴²⁸

O ponto de ancoragem desse projeto de refundação do pensamento político (pois é disso que se trata, tendo em vista o papel do Estado) é a recusa da ideia (até então aceita pelos ordoliberais alemães e franceses) da existência de um compromisso entre o Estado e a sociedade. Para Hayek, o objeto ou fim do Estado não é a sociedade civil, mas a garantia de um ordenamento fundado na propriedade privada e garantido pelo Estado de direito. Assim, se para os ordoliberais a ideia da posse da propriedade privada, sobretudo da empresa, era vista como um meio, o mais adequado, para o enriquecimento e o bem-estar dos indivíduos, para Hayek ela é vista simplesmente como um fato, como o resultado de uma evolução histórica desprovida de fins e que deve guardar esse caráter. Assim, desenha-se um projeto político e social cuja finalidade é produzir uma ordem isenta de fins e garantidora da propriedade.⁴²⁹

No restante deste item vamos analisar a questão do Estado de direito em Hayek a partir do comentário de Dardot e Laval. Nos itens seguintes veremos como Foucault exemplifica a função analítica e a programação política desse projeto a partir de dois elementos que o colocam em evidência: a teoria do capital humano e a análise da criminalidade. Acreditamos que estes dois elementos, o Estado de direito neoliberal e a

⁴²⁸ NB, pp. 301-2. Na introdução de *The Constitution of Liberty*, Hayek afirma “Embora eu tenha iniciado esta obra a partir de uma preocupação original com problemas de política econômica, aos poucos fui levado à ambiciosa e talvez presunçosa tarefa de abordá-los mediante uma reformulação abrangente dos princípios básicos de uma filosofia da liberdade”. (pp. 49-50).

⁴²⁹ Como diz Lemke, o neoliberalismo é “um projeto político que se empenha em criar uma realidade social que ele sugere já existir”. LEMKE, T. *Op. cit.*, p. 8.

economia política neoliberal, compõem os dois pontos de apoio fundamentais ao projeto político neoliberal. Finalmente, analisaremos o pensamento dos neoliberais americanos e a sua crítica à economia política clássica.

3.3.1 Hayek e a pureza do Estado de direito

Antes da Segunda Guerra Mundial, Hayek combatia principalmente as ideias liberais que teriam conduzido o liberalismo à “deriva” socialista-planista. Em um artigo publicado em abril de 1938 durante seu exílio na Inglaterra, *Freedom and the Economic System*, ele faz uma crítica à tendência ao planejamento estatal da economia inglesa, classificando-a de "socialista". Neste artigo, além de estabelecer uma relação de necessidade entre capitalismo e democracia,⁴³⁰ Hayek advoga uma relação causal entre liberdade econômica e liberdade política, associando o planejamento e a intervenção estatal na economia com a restrição à liberdade individual, e usa o nazismo e o comunismo soviético como exemplos do destino fatal da tendência "socialista".

Sua tese, como veremos, é que o Estado deve intervir somente na *forma* da lei, nunca no *processo* econômico. Seu postulado fundamental é da igualdade formal de todos perante a lei. Esta igualdade formal conflita e “é de fato incompatível” com toda atividade do governo que vise a uma igualdade material intencional entre os diferentes indivíduos, pois isso significaria tratar de forma diferente indivíduos diferentes.⁴³¹

Entre 1940 e 1943, Hayek escreve *Caminho para a servidão*, dando maior substância ao seu “desgosto” com o desvio intervencionista de muitos liberais.⁴³² Nesta obra, Hayek deixa claro que a limitação à forma da lei não significa a “inação do Estado”:

A dicotomia entre a intervenção ou a não intervenção do Estado é inteiramente falsa, e o termo *laissez-faire* é uma definição bastante ambígua e ilusória dos

⁴³⁰ "Se 'capitalismo' significa uma sociedade competitiva com base no livre usufruto da propriedade privada, o fato de maior importância é que somente o capitalismo torna a democracia possível". HAYEK, F. *Freedom and Economic System*. Chicago: Chicago University Press, 1912, p. 12.

⁴³¹ HAYEK, F. *O caminho da servidão*. Op. cit., p. 94.

⁴³² Em tal desvio, ter-se-ia decidido “prescindir das forças que produziram resultados imprevistos e substituir o mecanismo anônimo e impessoal do mercado pela condução coletiva e ‘consciente’ de todas as forças sociais em direção a objetivos deliberadamente escolhidos”. HAYEK, F. *Loc. Cit.*, p. 44.

princípios em que se baseia uma política liberal. Está claro que todo Estado tem de agir, e toda ação do Estado implica intervir nisto ou naquilo.⁴³³

Assim, desde antes do Colóquio Lippmann, Hayek, sem deixar de criticar o *laissez-faire* do “velho” liberalismo, parece já ter ultrapassado o problema e tem em mente fazer a crítica do modo como deve se dar a intervenção. Os alvos de Hayek eram tanto o “socialismo radical”, um movimento estruturado que visava a tornar o Estado o principal proprietário dos meios de produção, quanto o “Estado previdenciário” que substituiu o socialismo como objetivo dos reformadores liberais.⁴³⁴

No pós-guerra, Hayek trava um debate com os ordoliberais. Para estes, promotores da “economia social de mercado”, a intervenção estatal se justifica pela preocupação com a justiça social. Hayek observa criticamente que o termo “social” priva de sentido os termos aos quais é associado. Assim “economia social de mercado” e “Estado social de direito”, distorcem as noções de “economia de mercado” e “Estado de direito”, tornando-as susceptíveis de designar qualquer coisa.⁴³⁵

A escolha dos termos “economia de mercado” e “Estado de direito” é astuta, pois permite a Hayek trazer o debate para o seu campo de interesse: o Estado de direito é a única forma legítima de intervenção estatal numa economia de mercado. Esse deslocamento aponta para a função estatal que aparece como indispensável e fundamental: propiciar um arcabouço jurídico para uma economia de mercado. Logo, a questão é como legitimar certo tipo de intervenção governamental rejeitando atribuir ao governo objetivos “sociais”, ou seja, a concepção artificialista segundo a qual a sociedade poderia ser conscientemente dirigida para fins coletivos susceptíveis de ser positivamente definidos. Desta forma, surge aí uma segunda diferença importante com relação aos ordoliberais: o mercado concorrencial não é uma ordem artificialmente construída.⁴³⁶

⁴³³ Ibid., p. 95.

⁴³⁴ Cf. Ibid., pp. 15-16. Lembremos que Hayek escreve durante a implantação do Plano Beveridge entre 1942 e 1944. Cf. NB, pp. 150-1.

⁴³⁵ Cf. DARDOT P., LAVAL, C. *A nova razão do mundo. Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 159.

⁴³⁶ Cf. Ibid., p. 160.

3.3.2 A ordem do mercado é “espontânea”

Assim como para os ordoliberais, para Hayek a ordem do mercado não é natural. Porém, para ele, o mercado é uma “ordem espontânea”, ou seja, é uma ordem que resulta da atividade humana, mas não de um ordenamento prévio visando a fins, visto que ela se desenvolve independentemente de qualquer objetivo particular. Entre a ordem *natural* (que independe da vontade humana) e ordem *artificial* ou *fabricada* (que procede da vontade), Hayek introduz esta categoria intermediária, que escapa à alternativa entre artificial e natural “na medida em que agrupa todos os fenômenos que resultam da ação humana, mas nem por isso são resultado de um desígnio (*design*) claramente estabelecido por um *plano* ou uma *organização*”⁴³⁷. O ganho conceitual obtido com essa tripartição é decisivo, dizem Dardot e Laval, pois permite elucidar a ordem específica que constitui o mercado. Hayek diferencia a ordem de mercado da economia, pois para ele uma *oeconomia* (um lar, uma fazenda, uma empresa etc.) é uma forma de organização, um “arranjo” deliberado de recursos visando a um fim.

Por isso, Hayek pode afirmar que a ordem do mercado é independente de qualquer objetivo em particular e por isso pode ser utilizada por diversos indivíduos para perseguirem diferentes objetivos individuais, ainda que conflitantes. Ora, a *coesão* da ordem de mercado é possibilitada por regras formais que valem precisamente por sua generalidade, pois, caso visassem a um fim particular, o qual eventualmente *prescrevesse uma conduta*, elas perturbariam a ordem de mercado e a própria ordem social. Ademais, tais regras têm valor somente negativo: elas consistem “unicamente em interdições de invasão do domínio protegido do outro”. Por fim, a própria *sociedade* deve ser compreendida como uma ordem espontânea, embora se encontre nela tanto ordens espontâneas (mercado, moeda) quanto construídas (família, empresas, instituições e o próprio governo).⁴³⁸

Hayek pensa no prolongamento de Ferguson, para quem a sociedade é o “motor do progresso histórico” e o princípio de toda ordem: “a sociedade civil é um dado além do qual não há nada a buscar” senão o pano de fundo do mito.⁴³⁹ No conjunto da

⁴³⁷ p. 160.

⁴³⁸ Cf. Ibid., p. 162.

⁴³⁹ NB, pp. 405-8.

sociedade, a ordem do mercado ocupa um lugar fundamental. Em primeiro lugar, por ter propiciado a expansão da sociedade para além da horda, do clã e da tribo, fazendo surgir o que Hayek chama de “Grande Sociedade” ou “Sociedade aberta”⁴⁴⁰. Em segundo lugar, porque “os laços que mantêm o conjunto de uma Grande Sociedade são puramente econômicos”: ainda que existam outras ordens, “é a ordem de mercado que possibilita a conciliação de projetos divergentes”, mesmo que estes persigam fins não econômicos, no sentido de que a ordem de mercado é a *ratio* empregada para distribuir (alocar) recursos escassos para fins que são concorrentes.⁴⁴¹ Logo, as relações mercantis se encontrariam na base do vínculo social.

A concepção da ordem do mercado como ordem espontânea é solidária de outra tese igualmente central para Hayek, a da *divisão do conhecimento*: os indivíduos possuem conhecimentos limitados e fragmentários, de modo que ninguém pode deter o conjunto de conhecimentos dispersos entre milhões de atores. No entanto, as práticas de mercado permitem combinar infinitamente estes fragmentos, gerando resultados em toda a sociedade que não poderiam ser produzidos de forma deliberada por uma direção consciente. É aqui que entra a teoria de que os preços desempenham esse papel de “vetores de transmissão de informação”⁴⁴². Assim, Hayek retoma nos seus próprios termos a metáfora da mão invisível de Smith. A realidade das relações recíprocas e espontâneas só se dá a conhecer *a posteriori*, ou seja, só se pode pensá-las como “fenômeno”, jamais como “coisa em si”.

Hayek dá o nome de “catalaxia” a essa ordem de mercado, o que significa “não só ‘trocar’ e ‘intercambiar’, como também ‘admitir na comunidade’ e ‘fazer de um inimigo um amigo’”, constituindo assim “uma ordem por ajuste mútuo das ações dos

⁴⁴⁰ DARDOT P., LAVAL, C. *Op. cit.*, p. 162.

⁴⁴¹ Cf. tb. NB, p. 306, onde Foucault analisa este mesmo princípio a partir do economista neoliberal norte-americano G. Becker.

⁴⁴² DARDOT P., LAVAL, C. *Op. cit.*, p. 160. Para Hayek, “num sistema no qual o conhecimento dos fatos relevantes está disperso entre muitas pessoas, os preços podem agir para coordenar suas diferentes ações”. O preço é um mecanismo simples na medida em que ele não demanda do indivíduo conhecer muito, mas somente dispor de certo número de informações práticas e empregar certo *savoir-faire*. Ou seja, os preços são formas de concentrar informações sintetizando a sua inter-relação. Por isso, ele opera uma “verdadeira economia de conhecimento”, pois é um símbolo que usamos sem se pensar na sua essência, mas somente no seu valor prático”. HAYEK, “the use of knowledge in society” (artigo publicado em 1945).

diferentes indivíduos”⁴⁴³. *Catalaxia* é uma teoria que compreende como o mercado fixa os preços e as taxas de troca em um ambiente de ordem espontânea, fixação que normalmente ocorre sem a necessidade de objetivos comuns ou previamente planejados entre os agentes econômicos. Tendo em vista que essa ordem é acidental, não há como garanti-la para além do presente. Seu objetivo é a análise de todas as ações baseadas em cálculos econômicos para rastrear a formação de preços até o ponto em que os agentes econômicos os determinam.⁴⁴⁴

3.3.3 A “esfera garantida de liberdade” e o direito individual

Para Hayek, a lei deve consistir apenas em regras impessoais e abstratas, isto é, *regras de conduta* válidas para todos e, sobretudo, independentes de fins e circunstâncias particulares. Para ele, as regras de conduta são tão antigas como as sociedades. São normas factuais, baseadas nos costumes e nos precedentes. Hayek as opõe àquelas resultantes de uma vontade que prescreve as leis. Com relação a elas, todo indivíduo, grupo e instituição, bem como o próprio Estado, são vistos em condição isonômica. Essas regras formais de conduta constituem o arcabouço do direito privado. Por esse motivo, Hayek critica o que se designa por *direito público*, que não é propriamente *direito*, ou seja, não pode prescrever regras de conduta, mas somente regras de organização de processos, visto que “toda regra de organização é ordenada para um fim”⁴⁴⁵.

Assim, Hayek demarca o que se deve entender por direito privado (no limite, por direito *tout court*): toda regra formal de conduta que não é ordenada para um fim. E aqui surge o modo da sua formação: as regras de conduta que possibilitam a formação de uma ordem espontânea do mercado são oriundas “não da vontade arbitrária de uns poucos homens, mas de um processo espontâneo de seleção que age em longo prazo”⁴⁴⁶. Se as regras abstratas ou de conduta não podem ser definidas previamente, Hayek só pode explicar seu fundamento numa ordem que se constitui pouco a pouco. Não é por acaso, segundo Dardot e Laval, que a referência aqui presente seja Darwin:

⁴⁴³ Ibid., p. 164.

⁴⁴⁴ Cf. Ibid.

⁴⁴⁵ p. 165.

⁴⁴⁶ p. 165.

Do modo como Hayek a compreende, a noção de evolução designa um “processo de adaptação contínua a acontecimentos imprevisíveis, a circunstâncias aleatórias que não poderiam ser previstas”. É essa ideia que permite a analogia entre a evolução biológica e a evolução das regras do direito na escala das sociedades humanas. Assim como o mecanismo de seleção natural assegura a sobrevivência das espécies mais adaptadas [...], a seleção inconsciente de regras de “conduta justa” (ou regras de direito privado) favorece a adaptação das sociedades a um ambiente com frequência hostil.⁴⁴⁷

O que está em questão é que a seleção das regras de conduta justa “está na base do progresso das sociedades”⁴⁴⁸. E o ponto fundamental, segundo Dardot e Laval, é que esse progresso não se deve à criação consciente do legislador criativo. É neste ponto que Hayek se opõe ao positivismo jurídico. Ao contrário de Hobbes e outros, para Hayek a lei não é o mandamento daquele que detém o poder legislativo, ou seja, não se remete o direito à vontade do legislador. Ao contrário, trata-se da anterioridade do direito sobre a legislação e a ideia da lei como o resultado de uma “longa evolução cultural”, na qual as regras de direito privado “foram incorporadas às tradições e aos costumes muito antes de serem codificadas pelos juízes, os quais, no fim das contas, apenas as *descobriram*, nunca tiveram de *fazê-las*”⁴⁴⁹. Ora, o reconhecimento da anterioridade da justiça em relação à legislação e a recusa do positivismo não significam uma adesão ao jusnaturalismo. As regras da justiça são “artificiais” (no sentido de que não são inatas), mas não “arbitrárias”, pois foram elaboradas progressivamente.

A partir de Hume, Hayek resume tais regras a três leis fundamentais: a estabilidade das posses, sua transferência mediante o consentimento e o cumprimento das promessas, o que constitui o essencial de todos os sistemas de direito privado. Esse núcleo comporta assim o domínio da liberdade individual, que coincide com a “esfera de decisão privada” da qual o indivíduo dispõe quando situa sua ação no quadro formal de regras. Novamente, nem naturalismo, nem voluntarismo.

Com relação à liberdade, Hayek afirma que ela é o resultado de uma longa evolução cultural que resultou no quadro das regras. Assim, “a única definição de liberdade aceitável para Hayek é ‘negativa’”: é a “ausência desse obstáculo muito

⁴⁴⁷ Ibid., pp. 165-6.

⁴⁴⁸ p. 166.

⁴⁴⁹ p. 166.

preciso que é a coerção exercida por outrem”, entendendo “coerção” por imposição que leva um indivíduo a não realizar o seu próprio plano.⁴⁵⁰ Dessa forma, o que se entende por propriedade estende-se para além da definição clássica, incluindo as esferas imateriais da segurança, dos interesses e das expectativas.

3.3.4 O domínio legítimo da intervenção governamental

A partir da definição negativa do quadro formal de regras, torna-se claro que há uma esfera individual protegida pela lei cuja invasão pelo Estado irá configurar um atentado aos direitos individuais. De fato, esse é o critério para discriminar as intervenções estatais legítimas e ilegítimas, lembrando que Hayek se preocupa sobretudo com a legitimidade ou não da intervenção governamental, e nem tanto com sua eficiência.⁴⁵¹ Este deverá, portanto, ser o critério primeiro para repartir *agenda/não-agenda* e, sobretudo, para estipular o critério para definir as *agenda*. Os argumentos acerca da eficácia da ação governamental tendem a obscurecer o critério fundamental da legitimidade. Desta forma, parece-nos que Hayek põe um outro critério de verificação da ação governamental. Não mais o critério lockeano que regulava a oportunidade e a medida da ação governamental pelo mercado, mas um "princípio geral de legitimidade"⁴⁵².

Para Hayek, a esfera da ação reservada ao indivíduo decorre inteira e exclusivamente da existência de regras gerais de conduta justa. Tudo o que fere tais regras é uma ameaça à liberdade individual. Nem mesmo a ação mais bem-intencionada do Estado pode fugir à regra. Logo, o próprio Estado está preso a essa forma geral que é a “sociedade de direito privado”. No limite, isso resulta no apagamento da diferença entre sociedade civil e instituições de governo, pois este tende a se tornar mais um dentre tantos atores individuais: “temos aqui, em certo sentido, a consequência jurídica da ideia de que a sociedade inteira repousa sobre ‘relações econômicas’ (uma vez que estas são estruturadas pelo direito privado)”⁴⁵³. Para Hayek, esse princípio de auto aplicação pelo Estado das regras de direito privado recebeu na Alemanha a denominação de “Estado de

⁴⁵⁰ Ibid., p. 168-9.

⁴⁵¹ p. 171.

⁴⁵² p. 172.

⁴⁵³ p. 172.

direito” (*Reichsstaat*), sendo esse princípio o critério de veridicção da ação governamental: “O Estado de direito é o critério que nos permite fazer a distinção entre as medidas que são compatíveis com um sistema de liberdade e as que não o são”⁴⁵⁴.

Com a ideia de submissão do Estado às mesmas regras de direito que valem para a pessoa privada, Hayek dá à noção de Estado de direito uma “amplidão inédita”, na medida em que este é anterior e superior à ação do legislador: “sendo o Estado de direito uma limitação de toda legislação, segue-se que ele não pode ser uma lei no mesmo sentido das leis feitas pelo legislador [...], mas uma regra que diz respeito ao que deveria ser a lei, uma regra metalegal ou um ideal político”⁴⁵⁵. Segue-se ainda que não é a vontade do soberano, mas a forma da lei que constitui o princípio de obrigação.⁴⁵⁶

Estabelece-se assim na esfera do direito três níveis rigorosamente hierarquizados: presidindo o conjunto, o *metalegal* que é o da regra do Estado de direito; em seguida, a legislação propriamente dita, entendida no sentido da determinação de *novas regras gerais de conduta*; em terceiro e último lugar, o nível governamental da promulgação de decretos e regulamentos específicos. Tal configuração, segundo Dardot e Laval, constitui “uma limitação dos poderes de todo governo, inclusive os poderes do legislador”⁴⁵⁷, pois toda lei existente deve se conformar ao princípio metalegal.

A primeira consequência dessa extensão do direito privado à “pessoa” do Estado é que este só pode exercer coerção – intervir na esfera privada do indivíduo – para “punir uma infração cometida contra uma regra promulgada”⁴⁵⁸, pois toda possibilidade de invasão da esfera imunizada “equivaleria a considerar a pessoa privada e sua

⁴⁵⁴ Hayek apud. DARDOT P., LAVAL, C. *Op. cit.*, p. 172. Trata-se da obra *The constitution of liberty*.

⁴⁵⁵ DARDOT P., LAVAL, C. *Op. cit.*, p. 171.

⁴⁵⁶ Portanto, apaga-se a ideia do legislador cujo corpo se identifica com os pactuantes. O que resulta dessa série de discursos de cunho “historicista” (não decorrem de princípio natural, teológico nem metafísico) é que, por meio do argumento evolucionista, pacifica-se um *status* resultante da vitória da classe dos proprietários. Uma vez admitido o “Estado de direito”, é a própria figura do corpo político que se apaga: ele tornou-se desnecessário, pois o soberano (compreendido agora como “uma regra metalegal ou um ideal político”) jamais teve um corpo, ele decorre de uma dedução histórica de cunho evolucionista cuja gênese perde-se no tempo da “longa evolução cultural” da qual decorrem as “regras da conduta justa”.

⁴⁵⁷ *Ibid.*, p. 175.

⁴⁵⁸ p. 177. Se em Hobbes somente um soberano absoluto pode proteger os homens de um poder despótico, para Hayek a regra metalegal promove tal garantia. Ao mesmo tempo, como essa regra está acima e fora do alcance do legislador, ela coloca-se na posição soberana de lugar de onde emana o princípio da lei. Sendo soberano sem corpo nem morada, doravante não pode ser atingido nem “decapitado”, estando assim em uma posição imunitária ideal.

propriedade como um simples meio à disposição do governo”⁴⁵⁹ Daí a necessidade de tribunais independentes, habilitados a proteger o indivíduo do arbítrio do governo.

O que está em jogo segundo Dardot e Laval é “exatamente a preservação da eficiência da ordem do mercado”⁴⁶⁰, já que o elemento decisivo reside na confiança no Estado garantir e respeitar as regras gerais. Assim, o quadro jurídico deve compensar a incerteza inerente à ordem concorrencial do mercado e à própria espontaneidade da ordem das ações humanas. Em última análise, “garantir a segurança dos agentes econômicos é a verdadeira justificação do monopólio do uso da coerção que se encontra nas mãos do Estado”.⁴⁶¹ Somente neste caso, e em nenhum outro, tal monopólio deve ser exercido.

A segunda consequência da necessária subordinação do governo ao princípio do Estado de direito é que, exceto pela limitação de suas atividades coercitivas, o campo de ação do governo para atividades não coercitivas é deixado livre. O importante para Hayek é a clara distinção entre os poderes de coerção do Estado e a *prestação de serviços* pelo Estado. De todos os serviços que o Estado pode prestar, os mais importantes são aqueles visando a manutenção de um sistema monetário eficaz, definição de pesos e medidas, o fornecimento de estatísticas e a organização da educação sob uma ou outra forma, bem como os serviços que são nitidamente desejáveis, mas que não se poderia fazer o usuário pagar (saneamento e saúde pública, estradas e equipamentos urbanos). Inversamente, não cabe ao Estado discriminar pessoas por meio de medidas “que têm por objetivo regular o acesso aos diversos negócios e profissões, os termos das transações e as quantidades produzidas ou comercializadas”⁴⁶². Do mesmo modo, o Estado deve se abster de intervir nos inevitáveis resultados do jogo da catalaxia, como praticar a justiça distributiva de renda, pois seria uma intervenção finalista que perturbaria a ordem espontânea do mercado devido à necessária introdução de leis visando à distribuição, ou seja, à discriminação. Contudo, Hayek não condena o fato de

⁴⁵⁹ p. 178.

⁴⁶⁰ p. 178.

⁴⁶¹ p. 178.

⁴⁶² p. 178. Assim, no limite, não caberia ao Estado controlar preços, atribuir status (diplomas ou certificações), restringir o acesso às profissões nem conceder direitos de exploração de riquezas e serviços. Da mesma forma, não caberia ao Estado gerir o patrimônio natural ou cultural da comunidade, exceto sob a forma concorrencial.

o Estado a assegurar, fora das regras de mercado, uma remuneração mínima garantida para os incapazes de ganhar seu sustento no mercado, desde que o valor da remuneração seja fixado pela sociedade, e não pelo Estado.⁴⁶³

3.3.5 Antes Estado forte do que democracia

Hayek não foi um defensor do *laissez-faire*. Ele advoga funções próprias para o Estado e um limite claro para a sua ação. Tampouco abraça as causas do Estado mínimo e dos radicais anarcocapitalistas que defendem a privatização de todas as funções do Estado (exército, polícia, justiça etc.). Entretanto, Hayek não é um “simples continuador”⁴⁶⁴ do liberalismo clássico. O que o separa de Locke, segundo Dardot e Laval, é seu profundo questionamento da democracia liberal. Para Locke, o governo pode se dar determinados fins (o “bem do povo” ou “bem comum”) que orientam positivamente sua ação. Em segundo lugar, Locke considera o Legislativo o “poder supremo” do governo, “entendido no seu sentido forte: cabe a ele fazer leis, o que não pode se resumir à ratificação das variações do ‘costume’”⁴⁶⁵ como quer Hayek. Por esse motivo, Hayek evita falar em democracia, pois considera que a soberania popular não limitada implica em “democracia ilimitada”, sempre suscetível de degenerar em coerção praticada pela maioria sobre a minoria. Em terceiro lugar, “Locke faz do consentimento da maioria do povo a regra a que estão submetidos todos os membros do corpo político”⁴⁶⁶, subsistindo no povo, portanto, um poder soberano. Hayek se recusa a conferir à maioria do povo o poder absoluto de obrigar a todos. Sendo ilimitada, a regra da soberania popular legitima uma “democracia ilimitada”, sempre suscetível de degenerar numa “democracia totalitária”, o que significa que a democracia não é um fim em si, mas um meio cujo valor é ser um método de seleção de dirigentes.⁴⁶⁷ Por isso, Hayek teria declarado preferir uma ditadura liberal a uma democracia em que não haja liberalismo. Seu objetivo é isentar as regras dos direitos privados de qualquer espécie de “vontade coletiva”, pois, neste caso, tais regras estariam sujeitas a uma crítica de seu valor, abrindo espaço para o exercício de “coerções” por parte de indivíduos e grupos.

⁴⁶³ p. 181.

⁴⁶⁴ p. 182.

⁴⁶⁵ p. 183.

⁴⁶⁶ p. 183.

⁴⁶⁷ p. 184.

Assim, não há aqui espaço para a vontade coletiva ou para qualquer poder constituinte, pois o Estado de direito assume a posição simbólica do soberano, situado acima do risco rousseauista representado pela democracia e garantidor do *status* aristocrático dos proprietários.

3.4 O neoliberalismo americano: a economia política neoliberal

Vimos que a economia social de mercado da Alemanha considera que a regulação dos preços de mercado é, por si mesma, tão frágil que precisa ser ordenada e sustentada por uma política ativa de intervenções sociais, tais como auxílio a desempregados e coberturas sociais, caracterizando-se como um governo da sociedade por meio da economia. Tais intervenções teriam por objetivo compensar o que viam como resultado da concorrência pura e dura, fazendo com que o indivíduo já não fosse “alienado em relação ao seu meio de trabalho, ao tempo da sua vida, ao seu casamento, à sua família, a seu meio natural”⁴⁶⁸, reconstruindo por meio da intervenção certos pontos de ancoragem em torno do indivíduo formando aquilo que Von Rüstow chamava de *Vitalpolitik*. Como Foucault aponta, a sociedade empresarial com que sonham os ordoliberais encerra uma contradição, pois é ao mesmo tempo uma sociedade *para* o mercado e uma sociedade *contra* o mercado na medida em que deve agir para compensar os efeitos desagregadores da concorrência.⁴⁶⁹ Para Röpke, sendo a concorrência um “princípio mais dissolvente do que unificante” é preciso “organizar um quadro político e moral” dotado de três características: um Estado colocado acima dos diferentes grupos concorrenciais, um quadro assegurando uma comunidade não desagregada e uma cooperação entre os homens “naturalmente enraizados e integrados”⁴⁷⁰.

Esses três pontos, sobretudo aquele que diz respeito à distinção do Estado no seio da concorrência, são rechaçados, como vimos, por Hayek. Diante dessa “ambiguidade” do neoliberalismo alemão, a versão americana se apresenta como mais radical e mais consistente. Nela, as questões morais deixam de ser elementos exógenos à análise econômica, na medida em que são incorporadas à análise microeconômica

⁴⁶⁸ NB, p. 332.

⁴⁶⁹ Cf. NB, p. 333. Cf. GORDON, C. Op. cit. p. 42.

⁴⁷⁰ Röpke apud FOUCAULT, In: NB, p. 333.

como insumos ou elementos concretos. Em outras palavras, o projeto de neoliberais americanos com Milton Friedman e Gary Becker propõe uma radical e global descrição do social como uma forma do econômico. Ao “fazer do lar e da família uma unidade de produção como a empresa clássica, *descobrem* que seus fundamentos analíticos são de fato idênticos aos da empresa”⁴⁷¹.

Foucault dedicou três aulas do curso *Nascimento da biopolítica* àquilo que chama de “neoliberalismo americano”, dando a entender que empresta esse termo do debate que se travava na França desde 1977 em torno da recepção das ideias neoliberais americanas.⁴⁷² Esta colocação do economista liberal francês Henri Lepage em *Demain le capitalisme* mostra como os liberais viam seus adversários:

Uma das grandes consequências da introdução na França das análises dessa nova esquerda [a *New Left* norte-americana] é ter retirado o pensamento marxista de seu gueto, favorecendo uma grande união “anticapitalista”. Enquanto o discurso liberal sofre a usura do tempo, este dos socialistas foi rejuvenescido pelo aporte de sangue novo. [...] O verdadeiro perigo vem menos dos discursos [...] de F. Mitterrand e de G. Marchais do que dessa intoxicação intelectual profunda que, pouco a pouco, habitua toda uma parte da *intelligentsia* e da opinião pública francesa a refletir [...] em termos “marxistas”.⁴⁷³

Influenciados por “marxistas europeus” (Marcuse, Althusser, Gorz) os radicais de esquerda americanos

⁴⁷¹ LEPAGE, H. *Demain le capitalisme*. Op. cit., p. 346. Grifo nosso. Este livro trata do movimento universitário norte-americano nascido quinze anos antes cujas ideias seriam portadoras de uma “revolução intelectual e científica” comparável à keynesiana. Nesse movimento, o ponto de partida é o aprofundamento e o alargamento das teorias microeconômicas neoclássicas, “não possui propriamente um nome. [...] Nós utilizaremos a expressão movimento ‘neoliberal’ americano para designá-lo”. Poderíamos igualmente designá-lo sob a etiqueta de ‘Escola de Chicago’”. Idem, p. 19. O destaque dado por Lepage a pensadores como Gary Becker (a quem dedica um capítulo intitulado “a revolução de Gary Becker”) ajuda a compreender os temas escolhidos por Foucault para abordar o neoliberalismo norte-americano, o capital humano e a punição.

⁴⁷² No início da aula de 14 de março Foucault afirma: “Hoje, gostaria de começar a lhes falar do que está se tornando, aliás, um lugar comum na França: o neoliberalismo americano” (NB, p. 297). Sobre esse debate, cf. NB, p. 321, n. 1, onde Senellart se refere à difusão francesa do pensamento de Gary Becker pelo livro do economista Henri Lepage, *Demain le capitalisme* (1977), publicação que suscitou “numerosos debates na imprensa”. Tendo em vista tal repercussão na França e o fato de Foucault retomar diversos pontos da análise do capital humano deste livro, apresentamos a partir dele as questões que o pensamento neoliberal se colocava. Lembramos ainda que Lepage é oportuno porque atualiza as elaborações de Schultz e Becker, sublinhando a ênfase – bastante atual – na apreciação do capital humano, e não tanto no retorno sobre o investimento. Em outras palavras, Lepage alinha a teoria do capital humano à recente governança corporativa, que se preocupa mais com o valor dos ativos do que com o lucro comercial.

⁴⁷³ LEPAGE, Op. cit., pp. 10-11.

acusam os conceitos de base da ciência econômica ortodoxa (abordagem individualista, conceito de *homo oeconomicus* que serve de base para a inteira análise “neoclássica”, teoria do marginalismo etc.) de serem tão-somente instrumentos utilizados pelas classes no poder para legitimar a manutenção de estruturas e instituições que eles acusam de perenizar uma ordem social fundamentalmente injusta e desigual.⁴⁷⁴

Ainda segundo Lepage, desde o início da década de 1970, uma nova “economia política” contestatória de esquerda agia no campo ético. Sobretudo, colocava em questão as bases científicas da ciência econômica liberal, pondo em perigo “os próprios fundamentos do sistema de pensamento (o ‘paradigma’) que serve de suporte científico à ideologia liberal”. Desta forma, “o conflito político e ideológico de que somos atualmente testemunhas e atores é inseparável do conflito doutrinal e científico que opõe os economistas ortodoxos e liberais aos economistas contestatórios marxistas ou neomarxistas”.⁴⁷⁵

Estas declarações de um liberal insuspeito, que nos anos seguintes publicará obras com títulos muito sugestivos (*Porque a propriedade e Amanhã o liberalismo*, este último dedicado à difusão de Hayek na França), mostra que o projeto neoliberal americano de defesa da sociedade liberal e da economia de mercado requeria uma verdadeira refundação do pensamento por meio da ciência econômica, procurando virar contra a esquerda o caráter científico das análises, combater a acusação de hiper consumismo e livrar o pensamento liberal da “má consciência” provocada pela ligação – “equivocada” – entre liberalismo e capitalismo.⁴⁷⁶ Não por outro motivo, para opor-se à coerência do programa econômico da *New Left* e da sua expressão francesa, o liberalismo necessitava de “um novo aprofundamento teórico e científico das próprias bases sua filosofia política”⁴⁷⁷. Tratava-se para eles da sobrevivência de um tipo de sociedade liberal que dependia da redescoberta do “interesse estratégico”⁴⁷⁸ da pesquisa econômica. Nessa busca de uma nova tecnologia liberal de governo, seu objetivo era

⁴⁷⁴ Ibid., p. 11.

⁴⁷⁵ p. 12. Um dos alvos de Lepage é a autogestão. Notemos que a referência a Marcuse e Gorz toca um outro campo de esquerda radical, aquele que floresceu nos anos 1960 e 1970 atacando o capitalismo por meio da luta contra a condição do trabalhador livre. Categorias como desejo e falta, solicitude, dependência, interesse de classe e disciplina eram postas para apontar o exercício do poder disciplinar e normativo característico tanto do Estado providência capitalista quanto do Estado burocrático do socialismo real.

⁴⁷⁶ p. 13.

⁴⁷⁷ p. 12.

⁴⁷⁸ p. 13.

difundir a emergência de uma renovação intelectual e científica que colocava em causa os dogmas econômicos e políticos sobre os quais as democracias ocidentais se apoiavam desde a última guerra. Trata-se de uma nova cultura econômica fundada não tanto sobre a macroeconomia, mas sobre as novas abordagens da microeconomia⁴⁷⁹ que Lepage não se furta a chamar de “uma revolução científica e ideológica”⁴⁸⁰.

Pois bem, essa revolução apresenta um certo número de mudanças com relação à economia clássica e ao ordoliberalismo. Em primeiro lugar, a abordagem neoliberal norte-americana busca expandir a racionalidade do mercado e seus esquemas de análise, bem como os critérios de decisão, a campos não exclusivamente ou não primordialmente econômicos.⁴⁸¹ A economia torna-se a abordagem capaz, em princípio, de endereçar a totalidade dos comportamentos humanos, abrindo a possibilidade de existir um método puramente econômico de análise e de programação do social. O “social” torna-se somente mais um objeto do campo de análise econômica. Desta forma, os americanos diferem dos alemães tanto na concepção do social (que não é mais um campo de problemas separado do econômico) quanto nas soluções políticas. Essa “revolução intelectual” é retomada por Foucault, que a denomina de “mutação epistemológica essencial”⁴⁸²: o econômico não é mais uma esfera do social como outras, com sua racionalidade própria e suas leis. O econômico é aplicável à totalidade da ação humana na medida em que concebe todo comportamento segundo a ideia de alocação de recursos escassos para fins alternativos e concorrentes. Desde Smith e até o início do século XX, a análise econômica tinha como objetos os mecanismos de produção, de troca, os fatos do consumo e as interações entre esses três. Assim como Hayek, os neoliberais redefinem o papel da economia para toda e qualquer decisão que envolva a alocação de recursos raros para fins conflitantes. Este é o justamente o tema do livro publicado em 1976 pelo economista de Chicago Gary Becker, citado tanto por Foucault quanto por Lepage, (*The economic approach to human behavior*), onde o autor afirma:

⁴⁷⁹ p. 15.

⁴⁸⁰ p. 17. Segundo Lepage, as teses de Becker acerca do consumo e do capital humano tratam de forma inédita os temas que constituem o núcleo “antieconômico” da crítica de esquerda – desemprego, desigualdade, passividade do consumidor, desperdício da sociedade de consumo –, constituindo uma “refutação científica, sistemática e rigorosa de todas as teses antieconômicas. Cf. idem, p. 324.

⁴⁸¹ NB, pp. 333-4 e pp. 438-9.

⁴⁸² NB, p. 306.

O que define a economia não é o caráter mercantil ou material do problema a tratar, mas a natureza mesma deste problema: toda questão que coloca um problema de alocação de recursos e de escolhas no quadro de uma situação de raridade caracterizada pelo conflito de finalidades concorrentes diz respeito à economia e pode ser tratado pela análise econômica.⁴⁸³

Com essa abordagem, toda uma nova geração de trabalhos surge na década de 1970 utilizando a análise econômica para atacar problemas não econômicos, tais como a criminalidade, a razão dos suicídios, os comportamentos altruístas e as interações sociais, as atitudes religiosas, os divórcios, os comportamentos políticos e mesmo uma “teoria econômica dos fenômenos revolucionários”⁴⁸⁴. Esse modelo de racionalidade econômica serve tanto como princípio de limitação da ação do governo (que adquire a forma de Hayek de uma empresa como outras e cuja finalidade é prover serviços) quanto define a sua tarefa de universalizar a concorrência e lançar no mercado sistemas e instituições que favoreçam a iniciativa individual e privada em uma gama de campos tais como a segurança, a saúde e a educação. A generalização dessa abordagem desempenha duas funções: primeiro, é um princípio de análise para examinar áreas e formas de ação não econômicas a partir de categorias econômicas, permitindo decifrar relações sociais e comportamentos individuais segundo o critério econômico.⁴⁸⁵ Depois, a grade econômica assume o caráter de um programa de avaliação crítica das práticas governamentais, uma crítica que não é simplesmente política ou jurídica, mas “mercantil”⁴⁸⁶. Foucault ilustra esses dois aspectos – analítico e programático – do neoliberalismo americano por meio de dois exemplos: a teoria do capital humano e a análise do crime.

O segundo aspecto dessa “revolução” concerne ao *homo oeconomicus*. Sua versão neoliberal é tanto a reativação quanto a inversão radical do agente econômico do liberalismo clássico. A reativação diz respeito a postular uma característica humana básica, a *escolha*, tendo como efeito dispensar categorias sociológicas e morais de análise dos comportamentos por meio do uso de categorias puramente econômicas, ou seja, as escolhas humanas são vistas, pela perspectiva governamental, como resultados

⁴⁸³ BECKER apud LEPAGE. In: *Demain le capitalisme*. *Op. cit.*, p. 26. Trata-se de uma comunicação (cujo título é idêntico ao do livro) apresentada por Becker em Paris em 1977.

⁴⁸⁴ LEPAGE, H. *Op. cit.*, p. 26.

⁴⁸⁵ Cf. NB, p. 334.

⁴⁸⁶ É o “cinismo de uma crítica mercantil oposta à ação do poder público”. NB, p. 338.

de cálculos de custo-benefício e aplicação de recursos preciosos (como a liberdade) em finalidades que visam a um ganho material ou simbólico. Para o liberalismo do século XVIII, o *homo oeconomicus* era aquele cujos móveis de atividade deviam permanecer intocados pela prática governamental. A inversão neoliberal americana consiste em afirmar que o *homo oeconomicus* é um homem manipulável indiretamente, tendo em vista que ele reage a modificações no ambiente, de modo que, em Becker, o pensamento econômico se aproxima do behaviorismo.⁴⁸⁷

O terceiro aspecto diz respeito à concepção neoliberal do trabalho e do capital humano. Como veremos a seguir, os neoliberais torcem a crítica segundo a qual as sociedades capitalistas avançadas atomizam e alienam o indivíduo, transformando-o em objeto passivo do consumo. Para eles, é necessário recusar a hipótese da cisão do *homo rationalis* (que se encontraria “*tronçonné, découpé*”), unificando a renda, o consumo e os comportamentos vis-à-vis do trabalho, da educação, da saúde e da família sob uma mesma análise econômica.

3.4.1 A teoria do capital humano

A teoria econômica liberal parte de um indivíduo racional, calculador e maximizador que auferir certa renda e é dotado de certas necessidades e desejos. A análise econômica tradicional considera as necessidades e os desejos como dados exógenos e deixa para a sociologia e a psicologia a tarefa de explicá-los; ela não se pergunta se existe uma relação entre a evolução da renda e o comportamento do indivíduo diante da educação, da saúde e do trabalho, que são considerados independentemente de suas atitudes e escolhas de consumidor. Seu único foco é “analisar como o aparelho de produção responde às modificações da estrutura das necessidades”⁴⁸⁸, de modo que este “*homo rationalis*” aparece como um ser dividido.

O ponto de partida da teoria do capital humano de Gary Becker é uma nova teoria do consumidor. Os novos economistas postulam que o consumidor não é passivo, pois faz cálculos antecipando os benefícios do consumo para sua renda futura. Dessa

⁴⁸⁷ É claro, devemos precisar: o *homo oeconomicus* responde até um certo ponto, pois o cálculo que dirige as modificações ambientais pode ser equivocado, o indivíduo pode simplesmente não responder ao estímulo nos termos esperados ou simplesmente fazer valer sua liberdade.

⁴⁸⁸ LEPAGE, H. Op. cit., p. 325.

perspectiva, são vistos por seu comportamento produtor no qual a compra não constitui um ato econômico final. O indivíduo que vai ao mercado é também produtor de satisfações das quais ele mesmo é o consumidor, e o consumo é visto como um insumo que afetará futuramente a sua renda (por exemplo, a aquisição de educação). Um dos seus *inputs* fundamentais é o tempo: ele é consumidor do próprio tempo, um recurso raro, acerca do qual, como qualquer outro agente econômico, ele exerce sua atividade produtiva tomando diariamente “uma multiplicidade de decisões individuais de alocação de recursos dos quais busca obter a combinação ótima, aquela que, dados os preços relativos de seus diferentes *inputs* [...] lhe permite contar com o volume mais elevado de satisfação”⁴⁸⁹. Desta forma, “todo ato individual é considerado como um ato econômico condicionado por dois limitantes: seu *budget* monetário e seu *budget-tempo*; a adição de um ao outro dá o montante global da *renda social* [*revenu social*] de que o consumidor dispõe para satisfazer suas finalidades”⁴⁹⁰. Essa teoria postula ainda que devido aos ganhos de produtividade o tempo torna-se um insumo cujo preço cresce relativamente ao de produtos e serviços, colocando o consumidor na situação de uma empresa que vê os preços relativos de seus fatores de produção se modificarem em permanência. Para tal teoria, o que muda não é a estrutura das necessidades, mas os meios para satisfazê-las.⁴⁹¹ Assim, conclui-se que “o conjunto dos comportamentos humanos e sociais” não se explica a partir de modificações exógenas entre necessidades e gostos, mas “por modificações relativas que afetam no tempo e no espaço os preços e as rendas domésticas”⁴⁹².

O aumento na quantidade de produtos de consumo não decorre necessariamente da proliferação das necessidades, mas da produtividade crescente que majora a diversidade de técnicas à disposição dos indivíduos para realizar suas preferências “fazendo o melhor uso possível dos recursos específicos dos quais dispõe em função de sua educação, de suas capacidades físicas e intelectuais, de seu gosto pelo trabalho ou de sua preferência pelo não-trabalho etc.”⁴⁹³ Nessa perspectiva, a “liberdade do consumidor” não é a possibilidade de realizar caprichos, mas de operar, no modo

⁴⁸⁹ p. 327-8.

⁴⁹⁰ p. 328.

⁴⁹¹ Cf. LEPAGE, H. Op. cit., p. 331.

⁴⁹² p. 332.

⁴⁹³ pp. 332-3.

empresa, o estoque de recursos de que dispõe. O próprio ato de consumir não pode ser reduzido à incitação ao consumo pela publicidade, já que é fundamentalmente uma decisão racional e econômica que deve ser tomada com tal pela ciência.

Essa abordagem neoliberal considera o lar [*ménage*] uma instituição econômica como outras, onde a vida requer a tomada de decisões análogas às do gestor da empresa. Ele é uma célula produtiva, cujos produtos são destinados a aumentar o volume e o valor do seu próprio capital produtivo e que, ao mesmo tempo, consome insumos tais como alimentos, roupas, amor, afeição, valores psicológicos etc. e, para isso, utiliza recursos de três tipos: a renda monetária de seus membros, o trabalho doméstico provido pelos esposos e o tempo de seus membros. Os diferentes mecanismos que determinam os comportamentos econômicos dos lares e a ligação desses mecanismos aos fenômenos macroeconômicos, é “este campo de estudos que forma o domínio do capital humano”⁴⁹⁴.

Tal perspectiva neoliberal alega ainda ser um enriquecimento decisivo na compreensão do trabalho pela economia. Afinal, a economia política tradicional foi incapaz de produzir uma análise qualitativa que pensasse o capital humano em termos analíticos concretos. Por isso a definição: “chamar-se-á ‘capital’ tudo o que pode proporcionar uma renda”⁴⁹⁵. O trabalho, do ponto de vista do trabalhador significa, para os neoliberais, obter ganhos que constituem a renda do capital humano.

Enumeremos algumas consequências dessa forma de pensar o trabalho. Em primeiro lugar, sendo o capital assim definido como uma renda futura, na forma de salário ou não, esse capital é indissociável de quem o detém. O aspecto ligado à finitude humana pode ser analisado pelas teorias microeconômicas do consumo e das escolhas individuais. Em seguida, sendo a aptidão ao trabalho uma “máquina” que produz fluxos de renda, ela se apreciará conforme os *inputs* que recebe e poderá se depreciar ao longo da vida. Logo, a análise considera um “capital-competência” cuja base de decifração é o modelo da empresa e não a análise sociológica da força de trabalho, da divisão do trabalho e do direito ao trabalho, este último transformando-se em uma categoria do

⁴⁹⁴ p. 334.

⁴⁹⁵ NB, p. 308. Porém, o capital humano não se destina necessariamente a produzir renda. A aquisição de bens materiais ou culturais pode servir simplesmente para a fruição e o aumento da autoestima.

direito à propriedade. No limite, a perda de importância do direito ao trabalho tornaria obsoletos tanto sua legislação quanto seus tribunais.

Em segundo lugar, a educação como um investimento em capital humano decorre do investimento da microeconomia no lar como unidade produtiva. Evidentemente, segundo os neoliberais, é “graças a esse investimento” que a produtividade da hora trabalhada aumenta. Assim, ao lado do investimento em capital físico, descobre-se que a inovação na produção e o aumento da produtividade não podem ser depositados somente na audácia do capitalista, pois deve-se considerar “o conjunto de investimentos que foram feitos no nível do próprio homem”⁴⁹⁶.

Em terceiro lugar, esse *homo oeconomicus* não é o indivíduo da troca, mas um empresário de si mesmo, alguém que “produz simplesmente sua própria satisfação”⁴⁹⁷ e cujo consumo é ressignificado segundo o conjunto dos insumos necessários para a autoprodução de si, levando alguns a diagnosticarem um “triunfo do auto consumismo narcisista”⁴⁹⁸ resultante da “gerenciamentaliação” da identidade pessoal e das relações interpessoais. Podemos ir mais longe, identificando a expansão de tal fenômeno para campos antes inexplorados como a religião.

Em terceiro lugar, na medida em que o equipamento genético herdado pelo indivíduo condiciona parcialmente seu desempenho, torna-se interessante a aplicação da genética das populações humanas para “reconhecer os indivíduos em risco e o tipo de risco que os indivíduos correm ao longo da vida”⁴⁹⁹. Em decorrência, o capital humano atual deve ser assegurado, cabendo tal decisão sobretudo ao indivíduo. Quanto melhor segurado (saúde, segurança pessoal, combate à obsolescência do próprio capital humano etc.), menor o risco e mais durável sua competência-máquina produtora. Desta forma, o indivíduo perigoso será sobretudo aquele incapaz de se manter como consumidor e produtor, impondo uma carga maior para o Estado, que, de seu lado, também fará cálculos para a aferir a viabilidade dessa máquina em permanecer no ciclo produtivo. E,

⁴⁹⁶ NB, p. 318.

⁴⁹⁷ NB, p. 311.

⁴⁹⁸ Cf. GORDON, C. Op. cit., p. 44.

⁴⁹⁹ NB, p. 313.

tendo em vista o mercado, pode-se considera-la obsoleta, o que determinará, por exemplo, a migração ou a inserção em programas de auxílio-desemprego.

Por fim, a crítica mercantil à ação do poder público. A forma geral do mercado torna-se um instrumento no debate com a administração. Sendo a ciência econômica, mais e mais, o único instrumento crível para aferir a ação do Estado, é de se esperar que este seja colocado como um outro com relação à sociedade. Ou, como diz Foucault, o mercado já não é o princípio de autolimitação do governo, mas “é o princípio que é virado contra ele”⁵⁰⁰, pois, se cada indivíduo é uma empresa, no limite toda a sociedade pode se explicar como um jogo (de conflitos, adesão, subordinação etc.) no mercado. Sendo assim, ou o Estado integra-se ao jogo, tornando-se precisamente um dentre tantos atores econômicos – como quer Hayek –, ou aparecerá como um elemento estranho, inadequado ou inoportuno, porquanto aparecerá aos olhos do cidadão obscurecido quanto aos fatos de sua fundação, de sua existência e de seu comando. Dado o papel de destaque da teoria do jogo e da noção de concorrência, é de se esperar a corrosão do jogo político na praça pública que funda o princípio republicano.

Foucault, porém, não vai até esse ponto. Retorna, pela perspectiva neoliberal, problemática de *Vigiar e punir*.⁵⁰¹ Ele mostra que os dois aspectos da racionalidade neoliberal – análise de comportamentos não econômicos por meio da economia e crítica e avaliação do poder público em termos de mercado – estão presentes na análise de certos neoliberais da criminalidade e da justiça penal.

3.4.2 A análise neoliberal da criminalidade e da justiça penal

O crime é analisado pelos neoliberais sob os dois aspectos que acabamos de citar: o criminoso é um sujeito racional que pesa tanto os benefícios da ação criminosa quanto seus custos em termos de liberdade e segurança pessoal, ou ainda, ele é um sujeito que investe a sua própria liberdade tendo em vista um ganho futuro obtido na ação criminosa. O combate ao crime é visto como uma ação pública ou privada no meio onde o crime se

⁵⁰⁰ NB, p. 339.

⁵⁰¹ O retorno a alguns aspectos da biopolítica é evidente. Não iremos nos deter neles, apenas chamamos a atenção sobre como questões próprias ao arquipélago carcerário – a vigilância, a punição e a correção de cunho moral e econômico dos corpos – são profundamente impactadas pela aplicação da analítica econômica neoliberal à programação governamental.

desenvolve. Sua avaliação crítica em termos de mercado pesa os custos da ação ambiental e os benefícios sociais da redução do crime.

Em princípio, diz Foucault, a resposta neoliberal ao crime parece um retorno ao século XVIII, quando a reforma da prisão foi menos uma questão de humanização da pena e do tratamento ao detento e mais uma questão de economia política, pois tratava-se de otimizar custos econômicos maximizando os resultados. A lei foi a solução considerada, na época, a mais econômica para punir devida e eficazmente. Uma vez estabelecida a lei, caracterizado o crime e prevista a gradação da punição, ao tribunal restava somente aplicar esses elementos ao crime. A aplicação da lei ao crime obedecendo ao princípio da economia caracteriza o *homo penalis*, no sentido estrito, como um *homo oeconomicus*.⁵⁰² A economia penal indexada ao ato da infração aparece marcada por um paradoxo, pois a punição não deve punir o crime, e sim o criminoso. Ao mesmo tempo, dado que se considerava que é o indivíduo que entrava em relação com o sistema penal, torna-se necessário e se desenvolve no século XIX uma série de saberes – antropologia, sociologia, psicologia etc. – visando à individualidade do criminoso, sua história, sua família e as questões psíquicas ligadas ao “desvio” que o levou ao crime, bem como as ações de cunho humanista visando a recoloca-lo no bom caminho. Logo, a questão penal sofre uma inflexão e uma inflação de saberes oriundos das ciências humanas nascentes.

O movimento de neoliberais como Becker é retomar o rigor do cálculo econômico sem reconduzi-lo à aplicação da lei jurídica, mas sim aplicando a lei econômica a partir dos dois aspectos que citamos acima, a análise e a programação neoliberal. Como consequência deles, o criminoso não é a mente desviante nem o degenerado biológico, aparecendo como um ser perfeitamente racional. Ele é caracterizado por Becker simplesmente como alguém que corre o risco de ser condenado a uma pena. Deslocamento, portanto, da perspectiva da lei para o ator, o mesmo realizado a propósito do capital humano e do trabalho: a perspectiva de quem toma a decisão, e sempre do ponto de vista do cálculo econômico, de alguém que corre o risco de uma pena visando a satisfação de uma necessidade ou desejo. Isso também quer dizer

⁵⁰² Cf. NB, pp. 340-1.

que o indivíduo é “governamentalizável”⁵⁰³ enquanto *homo oeconomicus*, ou seja, “a superfície de contato entre o indivíduo e o poder que se exerce sobre ele, por conseguinte, o princípio de regulação do poder sobre o indivíduo, vai ser essa espécie de grade do *homo oeconomicus*”⁵⁰⁴, a qual indexa a ação governamental. Como consequência dessa acepção do criminoso (alguém que aceita a realidade e age racionalmente), a punição não deve objetivar recuperar o infrator de seu engano ou desvio e permitir-lhe reparar o dano ou outra ação de cunho moral. O teor do enforço da lei [*law enforcement*] consiste em graduar o custo (do ponto de vista do indivíduo) do crime de modo a tornar o ato menos rentável ou quiçá um prejuízo, atuando, portanto, de forma econômica, na “oferta” de atos criminosos.⁵⁰⁵

A ação governamental a partir dessa grade econômica, por seu turno, não será direta. Embora vise ao indivíduo, o elemento pertinente não é este, mas o meio ambiente onde o crime se desenvolve ou, em outras palavras, o nível global de oferta de ilegalidade. O pensamento neoliberal não visa nem a corrigir o indivíduo nem ao desaparecimento total do crime. Trata-se de lançar mão de uma forma de mecanismo regulador que interfira no mercado do crime e em relação à oferta de crime e a certo custo que a sociedade está disposta a pagar tendo em vista a produção de comportamentos. Assim, a sociedade aparece como produtora e consumidora de comportamentos conformes,⁵⁰⁶ e a ideia de *ordem* deixa de ser um critério diretor do pensamento legal para ser pensada como um suprimento de comportamentos ligados à lei: quanta conformidade à lei a sociedade deseja pagar, tendo em vista o jogo entre liberdade e coerção? Quanta intervenção governamental, com seu peso e seus custos, a sociedade deseja pagar? Qual é o retorno (em termos de redução da oferta de ilegalidade) relativo ao investimento em combate ao crime?

Em consequência dessa análise, em primeiro lugar, o modelo neoliberal opera a “supressão antropológica do criminoso”⁵⁰⁷, ou seja, torna-se irrelevante caracterizar o

⁵⁰³ NB, p. 345

⁵⁰⁴ NB, pp. 345-6.

⁵⁰⁵ Cf. NB, pp. 347-8. Parece ter escapado a Foucault a cínica incoerência neoliberal, que dedica uma política estatal ativa e intervencionista no “mercado” (da punição) quando se tratam de indivíduos em risco, carentes ou simplesmente pobres. A forma de intervenção no mercado de drogas a partir de 1980 é um exemplo. Cf. NB, pp. 351-3.

⁵⁰⁶ Cf. NB, p. 350.

⁵⁰⁷ NB, p. 353.

criminoso, distinguir entre criminosos e não criminosos, recorrentes ou ocasionais. Coerentemente, as ações do governo perdem o caráter “terapêutico” que dava atenção aos fatores sociais que propiciavam o crime. Perde sentido igualmente toda correção do indivíduo desencaminhado, característica do Estado de bem-estar: se os indivíduos agem racionalmente, se são responsáveis por suas ações, nada há de errado com eles (exceto eventualmente sua matemática) que requeira uma correção de tipo disciplinar. Ou seja, a biopolítica enquanto forma de conduzir indiretamente uma população por meio de medidas governamentais sofre uma mutação com relação aos mecanismos tipicamente disciplinares-normativos na medida em que se trata de uma forma diferente de regulação, menos disciplinar e mais normalizadora (sem, contudo, deixar de lançar mão de outros mecanismos). Pois, em se tratando de uma governamentalidade cujo fundamento concorrencial universaliza um sistema de diferenças, inclusive devido ao recuo do Estado de bem-estar como agente que procura aplainar as diferenças, é de se esperar que os mecanismos estratégicos de controle possam ser modulados, indo de controles de tipo ambiental e *soft*, à exclusão do indivíduo ou grupo não-normalizável.

Em seguida, como vimos, a *ordem* é percebida como um bem coletivo que a sociedade adquire ou do qual se priva segundo o custo material ou simbólico envolvido, e o espaço ordenado aparece como uma *commodity* cujo preço é determinado segundo o nível da demanda social por segurança.⁵⁰⁸

Em terceiro lugar, considerando a forma securitária de tratamento do espaço, trata-se menos de definir fronteiras do que estabelecer margens dotadas de flexibilidade e considerando certa liberdade de fluxos. De fato, a gentrificação de espaços urbanos não age sempre pela expulsão, pois induz a migração voluntária de grupos para as margens. A própria tirania nacionalista pode ser relida economicamente como um processo no qual a maioria normalizada de uma classe da população sente-se segura independentemente de suas origens nacionais ou étnicas e torna-se o normal, ao passo que os demais contingentes – pobres, migrantes e refugiados – são movidos para a margem por infringir a ordem adquirida da maioria, tornando-se de fato infratores da ordem. O embate entre categorias de indivíduos e a discussão acerca da representação política se dão entre a maioria e a margem no próprio domínio ambiental, em termos de

⁵⁰⁸ Cf. GORDON, C. Op. cit., p. 43.

maior ou menor adesão ao jogo econômico. Como diz Foucault com certo amargor, aquele que adere ao jogo do mercado e da concorrência nunca está completamente pobre nem privado de liberdade, pois sempre dispõe do próprio capital humano e da liberdade de dispor dele, de modo que o desemprego significa simplesmente o não investimento atual deste capital em uma atividade rentável. Assim, a angústia da falta de renda, a ansiedade acerca do valor futuro do próprio capital e a incerteza acerca da sua preservação recaem sobre o indivíduo.

Essa é a paradoxal liberdade de dispor de si, de aderir voluntariamente a um quadro que promete a prosperidade e que nada exige senão uma formidável responsabilização por si, e cujo único requisito é o indivíduo romper os nexos causais que ligam sua história e seu destino aos dos outros. É também a formidável mobilidade das margens do reino sem soberano da normalização, cujo acesso é franqueado pela liberdade dos fluxos. Collin Gordon acredita que essa liberdade também teria encantado a Foucault:

Talvez [...] o que Foucault acha o mais fascinante e perturbador na história das práticas governamentais do Ocidente e suas racionalidades é a ideia de um tipo de poder que toma a própria liberdade e a “alma do cidadão”, a vida e a conduta da vida do sujeito eticamente livre como [...] o objeto correlativo de sua própria capacidade de persuasão.⁵⁰⁹

Para render justiça ao pensador francês, é fato que ele não parou de tentar transformar o sentido dessa liberdade e de trazer de volta à praça a alma e o corpo do cidadão. Esse será seu empenho a partir dos anos 1980: elaborar um ulterior desdobramento de sua crítica à sociedade ocidental e capitalista, crítica que muitos consideram aporética, com uma boa dose de razão. Não devemos esquecer que a este esforço, o último de sua vida, procuram fazer jus aqueles que passaram a escrever sobre a possibilidade mesma, no Ocidente, desse Comum.

Que a construção do Comum deva se dar sob o signo dos processos de subjetivação – em sua multiplicidade não totalizável –, fica evidente em Foucault a partir das análises que apresentamos.

⁵⁰⁹ p. 5.

4 Considerações finais

Provisoriamente não cantaremos o amor,
que se refugiou mais abaixo dos subterrâneos.
cantaremos o medo, que esteriliza os abraços,

cantaremos o medo dos ditadores, o medo

dos democratas,
cantaremos o medo da morte e o medo de

depois da morte.
Depois morreremos de medo
e sobre nossos túmulos nascerão flores

amarelas e medrosas.

c.d.a.

Ao longo de nosso percurso, analisamos a razão de Estado, isto é, a racionalidade que regulava o poder e emanava do próprio soberano, daquele que dizia “eu, o Estado”, esta que visava a maximizar o próprio poder e cuja legitimidade se assentava no contrato.⁵¹⁰ Mostramos que o liberalismo clássico abre no interior dessa razão um espaço desprovido de soberano econômico: o mercado, lugar onde se assegura a liberdade de troca e a realização dos interesses dos particulares. Foucault caracteriza o liberalismo a partir da questão: sabendo-se que o mercado é a melhor forma de assegurar a prosperidade da nação, como regular a arte de governar pela racionalidade dos que são governados, tendo em vista que é o cálculo espontâneo e naturalmente racional dos interesses individuais que produz o mercado? Assim, a proteção liberal da espontaneidade dos indivíduos contra as injunções governamentais visa a produzir o

⁵¹⁰ NB, p. 423.

necessário para que tal espontaneidade se dê sem entraves⁵¹¹ e otimize, assim, a riqueza de todos.

Porém, a regulação do governo segundo o comportamento racional dos indivíduos não quer dizer que a racionalidade do indivíduo soberano seja abandonada.⁵¹² O liberalismo rapidamente aprende que a mão invisível do mercado é frágil. Diante desse fato, o governo, ao mesmo tempo em que produz as condições para o exercício da liberdade de troca, precisa estabelecer limites. É preciso prevenir os riscos decorrentes da ação livre e interessada dos agentes econômicos. Por isso, desde o início, a arte de governo liberal orienta-se segundo um cálculo entre a produção das condições para os indivíduos desenvolverem a busca do seu interesse e a implantação de mecanismos de segurança visando restringir os abusos à liberdade fomentada. Ademais, torna-se claro que é preciso não apenas regular a esfera da produção, mas também a da reprodução material e social dos indivíduos por meio de ações governamentais tais como a moralização, a responsabilização individual, a disciplina e o seguro. Assim, a governamentalidade liberal possui três características: 1) uma forma de intervenção específica visando fomentar e regular as condições para o exercício desimpedido do empreendimento nos moldes capitalistas; 2) um conjunto de medidas, construído em torno da liberdade, visando a prevenir os excessos em seu exercício, ou seja, os excessos daquilo que a própria liberdade produz; 3) uma preocupação em moldar e reproduzir indivíduos capazes de uma atitude racional, calculadora e preventiva.

O liberalismo nascente caracteriza-se pela separação entre as esferas da produção e da reprodução. Nesta última, os indivíduos são postos perpetuamente diante dos perigos – da miséria, da doença, da velhice etc. – e incitados a agir preventivamente.⁵¹³

⁵¹¹ “Não é o ‘seja livre’ que o liberalismo formula”, mas as condições para que se “tenha a liberdade de ser livre”. NB, p. 87. Essa liberdade que aparece é “ao mesmo tempo ideologia e técnica de governo”. STP, p. 63. A liberdade não é (como, por exemplo, em Hobbes) o “outro” da segurança nem se reduz a ela. Foucault chama essa nova governamentalidade de “liberal” porque ela precisa dispor a liberdade em termos concretos (liberdade de mercado, de troca e de propriedade). Ao mesmo tempo, a liberdade é sobretudo uma condição da segurança, ela é o objeto do cálculo (probabilístico), da regulação (normalizadora) e da classificação de risco, aparecendo assim como aquilo que a segurança calcula e promove.

⁵¹² NB, pp. 423-4.

⁵¹³ Se o liberalismo propicia as condições da liberdade, não se trata de uma proteção vinda do exterior contra os perigos, como aquela oferecida pelo soberano no modelo hobbesiano. Ao dizer “vou fazer de tal modo que você tenha a liberdade de ser livre” (NB, p. 87), o liberalismo desloca para a esfera dos indivíduos e grupos o jogo entre liberdade e segurança. Isso significa incorporar mecanismos de segurança

Os serviços sociais, ao mesmo tempo em que expressam a solidariedade, a doação desinteressada e os vínculos familiares e comunitários, são os mecanismos de ação sobre a população. Desta forma, o liberalismo é marcado desde a sua constituição por uma necessidade construtivista interna à sua demanda de fomentar a liberdade e aplicar a segurança. Em outras palavras, o liberalismo é aquele que produz e molda a realidade que procura governar.

Segundo Foucault, esse caráter construtivista aparece com maior clareza no ideário dos pensadores ordoliberais. A virada ordoliberal consiste em negar que a competição se dê de forma natural uma vez que suas condições estejam desimpedidas. Para os ordoliberais, a concorrência é uma forma social que deve ser produzida e reproduzida artificialmente. A reprodução se dá por meio de uma política ativa para promover as condições da disseminação da forma-mercado. Trata-se de implantar uma *política social* inovadora que não busca a igualdade (afinal, sua promoção engendraria efeitos antieconômicos); pelo contrário, ela almeja a diferenciação (na forma da concorrência), o crescimento econômico e a capitalização generalizada dos indivíduos, esta última responsável por propiciar justamente o modo de vida capitalista e empreendedor, bem como a cobertura privada dos riscos. Em consequência, estimula-se uma forma de ascense competitiva que integra cada um no espaço da concorrência. Nesse ponto, surge um novo elemento em nosso percurso de análise, pois o Estado de direito aparece sobretudo como instância de arbitragem para os conflitos econômicos e regra do jogo econômico.

Assim, o neoliberalismo transforma a relação entre política e economia. O projeto ordoliberal de refundação do Estado a partir da economia significa a possibilidade de formação do consenso político a partir da adesão voluntária dos indivíduos ao princípio de garantia de exercício de liberdade econômica. Os ordoliberais não defendem a limitação da ação do Estado, mas algo mais radical: fazer existir um Estado a partir da liberdade econômica. Para Foucault, esse projeto indica um evento singular no qual a economia produz soberania política, pois o consenso em torno do soberano nasce do crescimento econômico e da possibilidade (ativamente fomentada)

na condição da liberdade. Por isso, o liberalismo exige encorajar os indivíduos a encarar sua vida, seu presente e futuro como aquilo que porta o perigo.

de todos os indivíduos buscarem a prosperidade. Esta é a aposta dos ordoliberais: a economia de mercado pode “servir de princípio, de forma e de modelo para um Estado”⁵¹⁴.

O neoliberalismo é um programa que promove um espaço para a diferenciação e a particularização dos indivíduos. Segundo Foucault, é errado ver o neoliberalismo como uma racionalidade política que produz nivelamento ou homogeneização social. O filósofo discorda dos diagnósticos baseados nos conceitos de “sociedade de massa”, de “homem unidimensional” e de sociedade capitalista uniforme de consumidores, onde todo valor social se converte em mercadoria. O princípio neoliberal da competição visa a produzir a multiplicação dos agentes e dos polos de relações diferenciais. Não se trata, portanto, de homogeneizar a todos conforme o molde da mercadoria, mas sim de transformá-los em empreendedores: cada indivíduo é livre para produzir a si a partir dos mais variados aspectos da vida, ou seja, o indivíduo não é materializado como mercadoria, pois aparece como um ativo produtor de subjetividade. Assim, a arte de governo neoliberal incide criativamente no campo das construções simbólicas e dos processos de subjetivação.⁵¹⁵ Ela incide sobre a responsabilidade individual e favorece os processos de incremento do capital humano. É preciso que haja uma rede crescente de empresas e a constante criação de mercados para que os indivíduos realmente tenham escolhas numerosas, e, ademais, para que não criem vínculos, por exemplo, uma rede proletária dentro de uma grande empresa, ou se ancorem nos serviços fornecidos pelo Estado providência.⁵¹⁶

4.1 *Neoliberalismo e subjetivação*

Os neoliberais americanos procuram romper com a ideia de que as esferas do mercado e da reprodução social obedecem a racionalidades diferentes ao postularem que o saber econômico é aplicável à totalidade da ação humana, o que permite construir uma nova matriz de interpretação social de acordo com a teoria do capital humano. Foucault

⁵¹⁴ NB, p. 159.

⁵¹⁵ A própria vida do indivíduo, “sua relação com sua propriedade privada, sua relação com sua família, com seu casamento, com os seus seguros, com sua aposentadoria [...] tem de fazer dele como que uma espécie de empresa permanente e de empresa múltipla”. NB, pp. 331-2.

⁵¹⁶ Em termos muito simples, é como se a intuição de Foucault indicasse uma proliferação dos processos de reificação a partir da injunção à gestão do capital de si e à adoção da forma empresa.

acentua a originalidade dessa perspectiva. No âmbito do trabalho, essa teoria rompe com a economia política clássica, que privilegiava o tempo e o preço da força de trabalho e a tomava como um componente referido à mercadoria da qual seria, por fim, um componente. A teoria do capital humano, ao contrário, incorpora à ciência econômica as decisões do trabalhador que concernem àquilo que é inseparável dele mesmo, pois considera que a atividade deste inclui fatores muito diversos como a educação, a saúde, o consumo, a posse de bens, a herança genética, a constelação das relações pessoais, os afetos e a própria imagem tal como é projetada no meio social. Todos esses elementos são concebidos na teoria microeconômica de Gary Becker como bens e serviços cuja aquisição se faz a partir de um cálculo racional visando a maximizar o capital humano. O valor deste relaciona-se com o trabalho (ou seja, com aquilo que o indivíduo transforma em renda), com fatores “íntimos” (autoestima e satisfação pessoal), mas abrange também o fenômeno propriamente especulativo de valorização inerente ao termo. Os neoliberais americanos, a partir da ideia da extensão da forma-mercado para todas as esferas da atividade humana, desafiam a existência de uma heterogeneidade entre as aspirações de um “eu autêntico” e as injunções necessárias para o exercício do interesse calculador nos negócios. Assim, domínios como saúde, educação e cultura não são mais vistos como condições externas para a reprodução do indivíduo, pois são apreendidos como insumos que concorrem para a valorização do capital humano individual. Essa mutação significa incorporar na análise econômica o *gap* entre as necessidades e os desejos, ou seja, tanto o trabalho quanto as formas de governar a si podem ser analisados pela mesma abordagem econômica em termos da apreciação de si por meio de um cálculo maximizador. Ademais, os neoliberais negam que os critérios de apreciação de si e de alocação das próprias disposições, competências e ideais sejam disposições naturais que devam ser preservadas da intervenção governamental. Ao contrário, para economistas como Schultz e Becker, a arte de governar deve trazer para si a análise econômica do jogo do capital humano no mercado e, mais profundamente, a questão da relação do indivíduo consigo mesmo.

Segundo Henri Lepage, nas sociedades modernas a produtividade não para de crescer, e com isso o valor da hora de salário. Para otimizar o uso desse recurso, o indivíduo torna-se mais econômico com o emprego do tempo, adquirindo meios para satisfazer suas necessidades e trabalhar com maior economia do tempo. Deste modo, o

consumo, “notadamente inúmeros objetos que se considera a priori como *gadgets*”⁵¹⁷, é ressignificado como uma política de economia de tempo e, de modo geral, “o conjunto dos comportamentos humanos e sociais”⁵¹⁸. O indivíduo é visto como o gestor racional e metódico da apreciação do próprio tempo, nascendo daqui uma nova forma de abordar o valor do tempo de trabalho. Essa relação inovadora concerne ao *homo oeconomicus* que busca sobretudo aumentar seu próprio valor. O neoliberalismo coloca em jogo a aspiração por uma livre relação com as próprias capacidades, com o trabalho autônomo sobre aquilo que pode conduzir a vida a um valor maior. Ele promove a rearticulação de valores centrais como a relação, a comunicação e os vínculos com os outros e consigo mesmo e com as formas de expressão de si. A esse título, sujeitos podem ser governados sendo incitados a expor ou a seguir certas condutas de valoração de si que podem ser apropriadas monetária ou simbolicamente. Neste sentido, o neoliberalismo é certamente um modo de constituição de subjetividades e, a esse título, plásticas, governáveis e normalizáveis.

Foucault indica claramente que a teoria do capital humano põe um novo tipo de *homo oeconomicus*, aquele que não é mais o “parceiro da troca”, mas um “empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor”⁵¹⁹. O termo *produtor*, ao nosso ver, é central. Foucault está indicando que o fundamental não é o sujeito possessivo, pois isso é tanto evidente quanto indiferente, na medida em que o indivíduo não pode se separar de seu capital humano. Por isso, Foucault (a partir de Becker) salienta o seguinte aspecto do indivíduo sob o neoliberalismo: ele é produtor de valor. O consumo, o estudo, a previdência e o cultivo dos vínculos pessoais são investimentos no próprio capital humano. Os frutos dessa empreitada são colhidos tanto por meio do trabalho (quando o salário aparece como a renda de um capital)⁵²⁰ quanto pela própria valorização especulativa do capital. Nesse sentido, Foucault alerta que é preciso compreender que a análise dos neoliberais releva “a maneira como se constitui

⁵¹⁷ LEPAGE, H. Op. cit., p. 330.

⁵¹⁸ p. 332.

⁵¹⁹ NB, p. 311.

⁵²⁰ “[...] o salário não é nada mais do que a remuneração, que a renda atribuída a certo capital, capital esse que vai ser chamado de capital humano”. NB, p. 311. Segundo Schultz, esse capital é *humano* porque está “incorporado no homem” e é *capital* porque é “fonte futura de satisfações ou ganhos futuros”. Cf. NB, p. 326, n. 33.

e se acumula esse capital humano”⁵²¹, o modo de considerar o indivíduo como um sujeito econômico ativo em uma análise que une aspectos da vida (educação, consumo, afetos, crenças etc.) que a análise econômica clássica – tanto do trabalhador livre quanto do empreendedor liberal possessivo –, teria mantido separados do trabalho. A análise de Becker visava originalmente mostrar que o indivíduo não é um consumidor passivo, que o consumo podia ser compreendido pela economia política como um fator de produção pela perspectiva de quem trabalha. No prolongamento dessa análise, não apenas o consumo, mas tudo o que o que se faz, não importa quão mundana seja a atividade, é um investimento no próprio capital humano na medida em que pode produzir dividendos atuais ou futuros das disposições e condutas existentes no seu portfólio. E, embora o indivíduo possa modificar ou diversificar os seus comportamentos e relações sociais, ele não pode, propriamente, vendê-los. Desta forma, a relação do indivíduo com o capital humano não é possessiva, mas, precisamente, *especulativa*.

Ao mesmo tempo, a autoestima é um elemento da governamentalidade. De fato, a preocupação em apreciar a si mesmo e a admissão da legitimidade dessa preocupação já fazem parte de certos programas sociais⁵²². Os programas de reciclagem, a ideia do “aprendizado contínuo”, do currículo vitae sempre atualizado e as atitudes como a pronta disponibilidade para o mercado são formas de induzir um governo de si que, longe de compreender apenas a autoestima, concernem aos aspectos elementares de sobrevivência material do indivíduo. Os discursos triunfalistas do capital humano, da motivação e da flexibilidade ocultam o sofrimento laboral e as patologias do trabalho ao darem ênfase à substituição da maquinaria disciplinar e normalizadora por espaços de realização pessoal, ocultando os efeitos reais das novas formas de flexibilização, do aumento da produtividade e da jornada de trabalho, bem como a precarização e a desvalorização das entidades e formas de ação coletivas. Destes elementos, a generalização da individualização (da remuneração, das relações de trabalho e da responsabilização) produz medo e destrói vínculos coletivos. Assim, não é de se espantar

⁵²¹ NB, p. 312.

⁵²² Tratava-se do slogan de um programa do governo Clinton. Cf. FEHER, M. “Self-Appreciation; or, the Aspirations of Human Capital”. Op. cit. p. 38. Thomas Lemke analisou programas sociais cujo objetivo era combater o modo “errado” de governo de si usando a autoestima como instrumento técnico e um vocabulário que inclui a “liberdade individual”, a “competição” e a “auto realização”. Cf. LEMKE, T. Op. cit., pp. 124-6.

o recurso massivo às técnicas de “crescimento” pessoal e a ansiedade com a segurança do capital-máquina individual. Por outro lado, a patente ambiguidade de um projeto político que apela à liberdade e promete autonomia, mas que ataca seu inimigo declarado – o Estado assistencial – não deixou de atrair e até de encantar Foucault, que em inúmeras vezes apontou os vínculos entre disciplina e seguridade social e procurou equacionar o balanço entre solidariedade coletiva e dependência. Essa questão nos permite voltar ao tema da segurança.

*

O diagnóstico do mundo globalizado é aquele das fronteiras descontínuas. De um lado, as ilhas de produção, circulação e logística interligadas por meio de fluxos de capitais, pessoas, informações e mercadorias identificados e securizados, onde a segurança garante o desenvolvimento normal de fluxos e processos. O controle de acesso a esse arquipélago interligado e securizado define não o seu exterior, mas uma espacialidade outra com pressupostos de segurança diferentes. Nestes espaços exteriores, ou melhor, marginais, trata-se sobretudo de ordenar uma população não integrada ou não aderente aos fluxos mundializados principais. São espaços nos quais as prerrogativas de produção – segundo o tipo de produto, a forma de exploração e as relações de trabalho – eventualmente exigem modelos de governo inflexíveis e arcaicos. Por esse motivo, não é que os dispositivos da soberania territorial tenham perdido sua utilidade. Eles podem ser apropriados produtivamente segundo o quadro da diferenciação. O que se observa é uma pluralização e commoditização da segurança, mais e mais dissociada do monopólio estatal da violência, sem que se reduza ou rebaixe as formas tradicionais e centralizadas de segurança. Ao contrário, os sistemas coletivos e privados de segurança estão se integrando e, com isso, ressignificando as tecnologias governamentais.

A partir de Foucault, vimos que a segurança não é resultado de uma lógica de exceção nem decorre de um momento excepcional onde a normalidade é suspensa. Ao contrário, eventos excepcionais como o 11 de Setembro dão ensejo, sobretudo, a mais segurança,⁵²³ na medida em que não se trata de originar a segurança em elementos

⁵²³ Ao mesmo tempo, a exceção propriamente dita (como manter presos sem acusação formal nem julgamento) restringe-se às margens do capitalismo.

externos, mas em classes de eventos majoritários, tratados estatisticamente: não há, em si mesmo, “maus” nem “bons” viajantes, migrantes etc. “Seguro” é simplesmente o comportamento ou a prática da maioria. Assim, a “insegurança” vem definida como o que é desviante, raro, resistente e marginal ao processo de classificação. Ao mesmo tempo, a *maioria* é aquela classe ou grupo da população que se sente em segurança. A ordem designa aquilo que está normalizado, ao passo que o desvio é anormalizado por infringir à ordem. A “anormalização” não passa pelo crivo da lei, mas é derivada sobretudo de estatísticas e regularidades – sempre em constituição e revisão – e de processos classificatórios que distribuem eventos e atitudes em categorias, tanto aquelas reconhecíveis por práticas, sistemas de conhecimento informatizados ou a própria burocracia do Estado. Da mesma forma, a coerção não é somente aquela do Estado soberano, pois pode aparecer no gerenciamento tanto do ambiente onde a maioria se desenvolve quanto naquilo que ficou às margens, sendo tratado pelas mesmas práticas, sistemas informatizados e burocracia. Sua forma de aplicação torna-se problemática onde se supõe aplicar a regra da lei, a qual nivela tanto a maioria da opinião política quanto as minorias ou oposições: como as lutas, as resistências ou as minorias podem existir sem ser classificadas como desviantes ao processo mesmo de classificação, cuja característica é sua abrangência?⁵²⁴ De um modo geral, em um sistema cuja regra é o jogo concorrencial, onde se espera que os indivíduos obedeçam a um padrão de comportamento racional, toda forma de vida antieconômica tende a ser identificada como anormal e a sofrer um processo coercitivo na direção da normalização. Ou seja, a segurança como forma de franquia da liberdade de circulação é também uma forma de inclusão que não expulsa, mas mantém à margem, que não isola, mas insere em lugares específicos em uma rede.

A segurança produz normalidade sem proibir. Ela não é o oposto da liberdade, pois é o resultado das liberdades, inclusive das formas “dissidentes” de vida. Sua “estratégia” segundo Foucault é “fazer jogar” as diversas liberdades de modo que elas se equilibrem, se alterem e/ou eventualmente se anulem. É por esse motivo que diversas formas de coação e de exclusão de grupos (torcedores de futebol, consumidores de drogas) ou de práticas desviantes (maus cuidados com a alimentação, saúde ou finanças)

⁵²⁴ Cf. BIGO, D. “Security. A field Left Fallow”. In: DILLON, M. NEAL, A. (ed.). *Foucault on Politics, Security and War*. New York: Palgrave, 2008, pp. 105-6.

não são vistos como danosas às liberdades quando a maioria dos cidadãos não se reconhece nestes grupos marginais, e aceita, portanto, a segurança em termos políticos como a segurança da maioria.⁵²⁵

4.2 Do governo social ao Estado de segurança

Giovanna Procacci afirmou que a economia política clássica do século XVIII se esquecera da economia social. Para habilitar os mecanismos de produção de riqueza, não bastava remover os antigos privilégios e as políticas restritivas do mercantilismo para proteger o espontaneísmo utilitarista e mercantil. Era necessário intervir nos circuitos de reprodução dos indivíduos. No século XIX a pobreza aparece como condição técnica de intervenção governamental.⁵²⁶ A *Sozialepolitik* alemã e a *économie sociale* francesa surgem em uma posição estratégica entre a vida pública e a privada e como um discurso autônomo e crítico à economia política clássica. A defesa do social contra o econômico adquire o seu argumento principal da questão do pauperismo, ou seja, a pobreza considerada como perigo social que ronda a ordem e os circuitos produtivos.⁵²⁷ Este termo indica tanto o limite ao discurso econômico quanto a oportunidade que abre para a economia política: por um lado, permite a esta última refinar seus instrumentos a partir das análises das crises. Por outro lado, é o instrumento por meio do qual um governo “econômico” pode ter acesso a toda uma série de situações com as quais a economia política sozinha não podia lidar.⁵²⁸ A *economia social* surge como um saber (*savoir*) que age como um intercâmbio (*échangeur*), como superfície de transferência entre o nível analítico-programático da economia e as exigências da intervenção social.

⁵²⁵ Id., pp. 104-5.

⁵²⁶ Como ela afirma, seguindo Polanyi, “a principal fonte intelectual da revolução industrial foi a invenção social, não a tecnológica”. Cf. “Social economy and the government of poverty”. In: *The Foucault Effect*. Op. cit., p. 152.

⁵²⁷ PROCACCI, G. Op. cit., p. 158. Procacci sublinha que não se trata de eliminar a pobreza que resulta da “natural” desigualdade impossível de destruir. Comparado com a pobreza, o pauperismo aparece como antinatural e antissocial, uma deformidade perante a ordem natural que o discurso sobre a riqueza – a economia política – procurava estabelecer. Em outras palavras, a pobreza era um dado fundamental, mas não administrável e a figura do pobre aparece somente enquanto o elemento virtuoso que adere aos valores da prosperidade. Cf. id., p. 159.

⁵²⁸ pp. 153-4.

A partir do século XIX, a economia política e a economia social articulam-se em torno da relação entre o “bem-estar moral, ou ordem, e o bem-estar material”⁵²⁹. O verdadeiro objeto da economia social é a ordem. A sociedade liberal descobre que a ordem condiciona a liberdade. No seu desenvolvimento, o liberalismo descobriu que o combate ao pauperismo aparece como dupla solução: afastar o fantasma da revolução e atuar como campo de aplicação de uma variedade de tecnologias governamentais (segurança, saúde, reprodução etc.) visando a moldar o social como comportamento. O campo social aparece então como um elemento que precisa ser securizado a partir da percepção da pobreza como perigo e como resistência à livre circulação de trabalho e à injunção da busca pela prosperidade. Em outras palavras, a pura lógica da economia pareceu insuficiente para transformar o pobre em *homo oeconomicus*, em “cidadão social”⁵³⁰. Assim, o projeto da economia social aparece não como eliminação da desigualdade, mas das “diferentes formas de conduta” inacessíveis ao projeto de socialização liberal,⁵³¹ o qual requeria certa disposição para a imobilidade, a subordinação e a adesão a formas calculadas e previdentes de administração do próprio tempo de vida. O que Procacci procura mostrar é que a pobreza aparece como objeto de intervenção real e sistemática e como elemento que irá iluminar aspectos fundamentais da natureza e da ordem do governo da sociedade.

Na chave do neoliberalismo, a injunção ao governo de si como sujeito-empresa mostra que a reinvenção do social continua vigorosa. Permanece o desafio de integrar a gestão da pobreza à economia política. Produzir a personalidade e a mentalidade do homem econômico requer a tecnologia de governo neoliberal cuja especificidade analisamos no capítulo anterior, a saber, o abandono do Estado de bem-estar em proveito da ação privada como provedora de segurança social em primeira instância. Tal persistência aparece como oportunidade para a implantação de um grande número de instrumentos de controle dos pobres. A esse título, como vimos, não é o caso de erradicar a pobreza (já que ricos e pobres são iguais participantes no jogo econômico), mas de

⁵²⁹ p. 157.

⁵³⁰ Cf. GORDON, C. Op. cit., p. 38.

⁵³¹ PROCACCI, G. Op. cit., p. 158.

produzir novos instrumentos de controle e coerção, que surgem necessariamente⁵³² devido ao apelo à participação no jogo concorrencial, jogo que deve ser regulado pela segurança. Em outras palavras, a gestão da pobreza produz segurança, esse mesmo elemento que é requerido, como vimos, para o funcionamento do liberalismo. Dupla ironia, a economia política neoliberal é desigualitária por vocação teórica e por necessidade instrumental.

Vimos também que a ordem é uma *commodity*. Nesse sentido, as formas mercantis de oferta e procura por tal *commodity* são aceleradores de desigualdade, aparecendo como um marcador social forte. Sendo assim, não nos causa espanto as formidáveis diferenças entre os indicadores de violência e homicídios dos bairros securizados privadamente e daqueles entregues à segurança pública. O Brasil certamente é um *case* na expressão desse fenômeno. A *commodity* da ordem não é simplesmente um bem transacionável, mas aquilo que media a relação entre os indivíduos. Assim, o possuidor deste bem assume, coerentemente, o papel de seu defensor, além de eventualmente deter o poder de determinar os critérios de periculosidade de outros grupos sociais. Se podemos pensar assim, o sonho liberal da não intervenção direta propiciada pela segurança ganha um aliado: o proprietário da segurança. Sendo uma mercadoria, a segurança está sujeita às oscilações de mercado, à oferta e procura, à raridade, à diferenciação e, evidentemente, ao perigo dos monopólios. Assim, rompida a ideia de socialização da segurança, sua privatização e commoditização correspondem ao corolário da formação dos monopólios e dos patrimônios securitários. A securização do capital de si traz consigo uma cultura do perigo, do “medo do perigo”⁵³³ que é uma dimensão moral própria à cultura liberal: espera-se que os indivíduos enfrentem sozinhos as inseguranças sociais. Seu cálculo e prevenção fazem parte da ação empreendedora, que determinará o sucesso ou o fracasso social.⁵³⁴

Foucault chama essa cultura do perigo de Estado de segurança. Ele afirma que um dos objetivos do jogo político ligado ao terrorismo é encenar um jogo do medo.

⁵³² Por exemplo, lembramos que a generalização da forma empresa e da concorrência aumenta a demanda por justiça, e que a disseminação desse jogo requer maior coerção para conter a agitação social produzida pelos perdedores.

⁵³³ NB, p. 91.

⁵³⁴ Cf. LEMKE, T. Op. cit., p. 67.

Neste jogo, o caráter antecipador inerente à prevenção do risco faz com que o arsenal legal não seja jamais suficiente para proteger a população, tornando necessária e aceitável a ação preventiva do governo para além da legalidade, e cujo resultado é impor um novo pacto de segurança e fazer os cidadãos aceitarem seu custo e seus abusos. O que caracteriza um Estado de segurança é que o uso impróprio das leis ou a infração dos direitos pelo Estado não são excepcionais, mas sim uma forma de garantia de seu próprio funcionamento.⁵³⁵ Segundo Foucault, tal política nutre-se do medo: “o medo do medo [...] é uma das condições de funcionamento dos Estados de segurança”⁵³⁶, produzindo incertezas e ameaças legais que geram um nível permanente de medo, um “Estado de medo, que é o avesso [...] do Estado de direito”⁵³⁷. Sua abordagem desta forma de exceção que atravessa e contradiz aquela do Estado de direito, como se vê, é tecnológica, pois ele parece estar interessado na apropriação estratégica do medo pela governamentalidade neoliberal como forma de normalização.

No neoliberalismo, a relação estreita entre a generalização do medo e a segurança torna-se a nova maneira de organizar a liberdade. Como vimos, no liberalismo não há contradição entre segurança e liberdade, mas uma relação de interioridade entre ambas, pois são parte constitutiva da mesma tecnologia governamental, de modo que é possível admitir uma integração, ou ao menos apoios mútuos, entre a onda de combate ao terror iniciada após o 11 de Setembro e a forma liberal de arranjar a liberdade. Espera-se que um grande número de novas técnicas seja absorvido a partir dessa conjugação, bem como devemos esperar uma ressignificação da liberdade e da democracia a partir do tema da segurança do indivíduo e da população. É possível prever uma inversão na relação entre Estado de direito e cidadão, na medida em que os direitos não são mais concebidos como uma defesa do indivíduo contra o Estado, mas aquilo que codifica a possibilidade de o Estado intervir (sempre como uma solicitude em nome do indivíduo e da população) em esferas anteriormente vistas como privadas, bem como estabelecer novos marcos regulatórios extraleais que criam uma administração precavida hiper

⁵³⁵ “Michel Foucault: ‘désormais la sécurité est au-dessus des lois’” [1977]. DE II, nº 211, p. 367.

⁵³⁶ “Lettre à quelques leaders de la gauche” [1977]. DE II, nº 214, p. 390.

⁵³⁷ “Préface” [1977]. DE II, nº 191, p. 139. Esse mecanismo mostra como é problemática certa leitura do “poder” em Foucault que dá ênfase ao seu lado “produtivo” quando se menospreza seu aspecto repressivo e autoritário. Ao nosso ver, para Foucault, a coação é uma forma de agir sobre a liberdade de escolha. Ademais, não se deve esquecer o uso “irracional” da política pelo discurso do medo, bem como os discursos populistas que se tende a relevar por seu aspecto não econômico.

preventiva. O alargamento das medidas extraleais é complementado pela privatização do monopólio da violência decorrente da commoditização da ordem e levando ao surgimento de agências privadas de segurança. A mercantilização da segurança tem como consequência um novo arranjo classista da segurança e do risco.

Diante desse quadro, surgem dois diagnósticos problemáticos. Por um lado, “essas ‘estratégias preventivas’” invocariam um estado de exceção permanente”⁵³⁸, pois se tornaram um instrumento de governo empregado indefinidamente. Por outro lado, a emergência e a exceção remeteriam à suspensão do direito, bloqueando a garantia das liberdades individuais prevista no quadro das leis; essa dialética entre “meios ordinários e meios extraordinários”⁵³⁹ (por exemplo, a ressignificação das fronteiras pela segurança e as medidas “urgentes” mais recentes, sobretudo em nome da guerra ao terror) instala uma governamentalidade baseada em critérios variáveis e imprevisíveis, na qual “o *status* de cidadania e a própria identidade dos sujeitos torna-se instável e precária”⁵⁴⁰. O estado permanente de urgência dificulta as práticas deliberativas comuns, que são consideradas lentas e inefetivas em comparação com as decisões técnicas de especialistas. A lógica da eficiência arruína planos estáveis de vida em comum e fragiliza os processos de identificação e formas de vida coerentes, evidenciando o caráter esquizofrênico do sistema diagnosticado por Deleuze.⁵⁴¹

Esses diagnósticos insistem em pensar a dinâmica do Estado neoliberal em termos clássicos: tratar-se-ia de um fortalecimento do poder soberano, de um Estado de emergência, de fascização ou do retorno do autoritarismo. Na verdade, se consideramos a análise de Foucault, a segurança e a liberdade fazem parte da mesma tecnologia de governo da vida, muito mais do que um projeto de Estado. Embora o poder do Estado seja um elemento fundamental na estratégia securitária, a finalidade da estratégia securitária é a normalização, não o Estado autoritário. Foucault não afirma que a segurança poderia prevalecer sobre a liberdade produzindo um Estado autoritário, pois estas não são elementos opostos, mas complementares. Ademais, a prevalência de um

⁵³⁸ LEMKE, T. Op. cit., p. 76.

⁵³⁹ SENELLART, M. “État moderne et sécurité: une perspective historique”. In: *Cosmopolis*. Perúgia, v. III, n.2, 2008, p.3.

⁵⁴⁰ BAZZICALUPO, L. “Produção de segurança e incerteza de critérios”. In: AVELINO, N.; VACCARO, S. (org.). *Governamentalidade / Segurança*. São Paulo: Intermeios; Brasília: CAPES, 2014., p. 90.

⁵⁴¹ Cf. BAZZICALUPO, L. Op. cit., pp. 94-5.

polo autoritário implicaria na prevalência de certo grupo de interesses em detrimento dos outros. É possível que isso venha a acontecer, mas não se deve esquecer que as liberdades de ação e de empresa, as diferentes expressões subjetivas e as formas sociais de colaboração são produtivas e dotadas de valor. São admitidas, produtivamente capturadas e trazidas para dentro das curvas de normalidade.

4.3 Um governo para o governo de si?

O neoliberalismo alemão pode ser visto como uma reativação expandida da economia. Além de refundar o Estado a partir do mercado, seu projeto consiste em disseminar o diagrama da empresa não apenas como modelo para a conduta da atividade econômica, mas para a totalidade da ação humana. A *Vitalpolitik* visa a evitar a proletarianização da sociedade induzindo os cidadãos a serem “empreendedores de si mesmos: deve-se estruturar a vida de indivíduos e grupos como iniciativas tanto econômicas quanto não-econômicas”⁵⁴². Von Rüstow descreve o princípio interno da democracia liberal como “uma condução da vida digna de seres humanos”⁵⁴³, na medida em que a ideia do mercado como espaço de liberdade para o jogo competitivo estende-se para as demais esferas da vida humana, opondo-se à tese do desencantamento do mundo, ou seja, “a de que o vazio moral e a desorientação das sociedades de massa modernas são consequência direta do sistema econômico liberal”⁵⁴⁴. Se o tema da politização da vida moral pelo viés econômico originou-se sobretudo no pensamento de direita, ele suscitou, contudo, muito interesse em Foucault. Desde os anos 1960 a crescente demanda de indivíduos e grupos por autonomia pressiona os sistemas de seguridade social, os quais, apesar de seus efeitos positivos, são criticados mais e mais por seu caráter tecnocrático, dirigista, pela sua crescente rigidez e por criarem situações de dependência. Tal crítica expõe o vínculo até então inquestionado entre segurança e dependência. Para o pensamento liberal, a problemática da condução de si e da

⁵⁴² Cf. GORDON, C. *Tradução: the soul of the citizen: Max Weber and Michel Foucault on Rationality of Government*. Trad. Fabiana Jardim. Versão de trabalho para o *Seminário Internacional Max Weber e Michel Foucault: possíveis convergências*, São Paulo, 20 de maio de 2013, p. 25.

⁵⁴³ p. 25.

⁵⁴⁴ p. 26.

independência é encaminhada, como vimos, para formas de ascese, como a atrelada à teoria do capital humano.

Foucault procurou contrapor uma lógica de esquerda à visão neoliberal da segurança.⁵⁴⁵ Em uma entrevista concedida em 1983⁵⁴⁶, ele afirma que a questão da segurança deve ser pensada pela chave da autonomia, e o perigo como aquilo que inferioriza e sujeita. Sua abordagem não é no sentido de aumentar a segurança visando a prover mais “liberdade”: trata-se, ao contrário, de denunciar e desmontar o par segurança-liberdade e pensar em um sistema de cobertura social que leve em conta a demanda de autonomia, problematizando, assim, os mecanismos de integração ao sistema securitário que somente beneficia plenamente o indivíduo normalizado (seja em um meio familiar, em um meio de trabalho ou em um meio geográfico).⁵⁴⁷ Foucault acreditava que os indivíduos ainda não questionavam sua relação com o Estado e seu modo de funcionamento, seu engajamento e as consequências para a sua autonomia. Para ele, diferentemente dos neoliberais, não se trata da solução privada, mas de transformar o campo das instituições sociais em um “vasto campo experimental”. A segurança deve abrir vias para “relações mais ricas, mais numerosas e mais maleáveis consigo mesmo e com os outros, assegurando, ao mesmo tempo, uma real autonomia a cada um”⁵⁴⁸. É preciso que as pessoas se apropriem do sistema, que ele seja descentralizado, é preciso reestruturá-lo de alto a baixo. Porém, a maneira de abordar os problemas das garantias sociais e da segurança ainda seria pensada “no interior de quadros mentais formados entre 1920 e 1940” de modo que ainda faltariam “instrumentos intelectuais”⁵⁴⁹ para reformular a relação entre segurança e sociedade.

⁵⁴⁵ Cf. LEBARON, F. “De la critique de l’économie à l’action syndicale”. In: ERIBON, D. (org.). *L’infréquentable Foucault*. Paris: EPEL, 2001, p. 165.

⁵⁴⁶ Cf. “Un système fini face à une demande infinie” [1983]. Entrevista concedida por Foucault a respeito da seguridade social ao secretário nacional da central sindical CFDT e membro do Conselho de Administração da Seguridade Social francesa. DE II, nº 325, pp. 1186-1202. Essa entrevista tem o teor de um debate, pois já nesta época os dirigentes da central socialista iniciavam a adesão ao modelo neoliberal. As colocações do entrevistador revelam seu alinhamento: o sistema securitário concebido no pós-Segunda Guerra, bem “antes da crise”, seria excessivamente generoso ao prover “assistência” àqueles “que têm o direito”. Para ele, trata-se de pensar uma “reforma” que “modernize” e peça aos indivíduos mais “responsabilidade individual”.

⁵⁴⁷ “Un système fini face à une demande infinie”. DE II, nº 325, p.1188. Um dos pilares da Sécurité Sociale, como sabemos, é o padrão familiar mononuclear, heterossexual e reprodutivo.

⁵⁴⁸ id., pp. 1187-8.

⁵⁴⁹ p. 1192.

A partir das questões da politização da vida pessoal e do trabalho abertas agudamente em 1968 e de sua instrumentalização pela governamentalidade neoliberal, Foucault diagnostica as insuficiências do pensamento de esquerda e exige, nos termos da sua analítica da razão política, uma governamentalidade especificamente socialista. Para ele, essa questão inscreve-se dentro de um quadro mais geral de uma “crise” aberta por um questionamento dos indivíduos acerca da sua relação com o Estado,⁵⁵⁰ e o recuo de formas de luta e de vida associativa proletárias na segunda metade do século XX. O seu diagnóstico é pessimista, pois ele afirmou que a crise não suscitou nada de interessante, novo, nenhuma invenção significativa.⁵⁵¹ Ao mesmo tempo ele recusa colocar o problema em termos de oposição entre Estado e sociedade civil, recusa a conotação pejorativa que essa oposição maniqueísta atribui ao Estado, afastando-se das posições que veem esse elemento como um usurpador da capacidade de decisão da sociedade e que propõem esferas de decisão informais e fragmentadas alheias ao Estado, como se tais esferas pudessem representar um poder menor, mais benéfico e isento de perigos.⁵⁵² Foucault prefere atacar o problema por meio de um empirismo que questione e reponha as formas atuais de representação.

O discurso velado do entrevistador já fala a linguagem neoliberal que virá em seguida: diante de uma conjuntura econômica de crise que impõe reformas, é preciso ser adaptado, moderno e flexível. Foucault responde negativamente à possibilidade da cobertura individual do risco sugerida pelo entrevistador, chamando-a de “liberalismo selvagem”⁵⁵³. Mas não propõe alternativas, o que significa deixar abertas as questões da responsabilização individual e da valorização de si, que foram apropriadas em seguida pela direita. Ao nosso ver, a atitude de Foucault é um exemplo de que falta à esquerda a capacidade de oferecer modelos de auto apreciação e de autoproteção alternativos ao neoliberal. A privatização e a individualização do risco são um elemento chave da luta contra o Estado de bem-estar⁵⁵⁴ e o início de uma nova forma de governar as sociedades

⁵⁵⁰ p. 1189. Para Foucault, trata-se de um problema cuja compreensão requer abandonar tanto a ilusão da continuidade dos mecanismos de produção e reprodução quanto a ficção da existência de um passado mais feliz. Cf. id. p. 1190.

⁵⁵¹ p. 1192.

⁵⁵² p. 1194.

⁵⁵³ p. 1200.

⁵⁵⁴ Cf. DEAN, M. “Risk, Calculable and Incalculable”. In: *Soziale Welt*, n. 49, 1998, p. 26.

liberais contemporâneas, além de servir como estratégia discursiva que encontrou apoio na experiência de fobia do Estado. Assim, o neoliberalismo colheu dois tentos estratégicos: tornou legítimo desejar a auto valoração (formalizada pela teoria do capital humano) e reivindicou para si o monopólio da responsabilidade, na medida em que suas políticas identificam a auto valoração com a autarquia de si.⁵⁵⁵

A crise financeira de 2008 parece mostrar que não há um “outro” ao neoliberalismo, o qual sobreveio à crise rapidamente, apesar da agudeza com que suas contradições apareceram naquele evento. Podendo conviver com suas próprias contradições, como aquele centauro de cabeça libertária e corpo disciplinar, sem um outro programa político que lhe faça frente, o neoliberalismo pode seguir adiante sem um programa de reprodução social autônomo, valendo-se de articulações oportunistas e provisórias e de um *mix* de estratégias de coação, chantagem e violência, embora o seu núcleo financeiro, midiático e militar pratique, sobretudo dentro das fronteiras nacionais dos países avançados, o jogo da liberdade e da segurança de que tratamos aqui.

O neoliberalismo teria de fato encantado Foucault? Esta crítica não se deve ao fato de ele se recusar a ver o neoliberalismo apenas como um programa que se limita a destruir toda alteridade? Pois é fato que um dos fatores de sucesso do neoliberalismo é sua capacidade de incorporar formas de vida exteriores, e se assim o faz, não é porque seja meramente desagregador e destrutivo – embora o seja –, mas porque abarca um modo de produção de subjetividades que logra incorporar a força das formas de expressão social, das aspirações e dos afetos dos sujeitos mobilizando neles a ideia de “liberdade”, ou seja, da própria autonomia, sobretudo a ideia de dispor sem entraves daquilo que consideram seu próprio patrimônio intelectual, cultural e afetivo. Em outras palavras, Foucault pode estar convencido de que o neoliberalismo, sendo construtivista e agregador da diferença, pode ser uma teoria mais sofisticada do que qualquer concorrente no campo da esquerda.

*

⁵⁵⁵ Cf. FEHER, M. “Self-Appreciation; or, the Aspirations of Human Capital”. Op. cit., p. 41. FEHER sugere que a esquerda deve desafiar o neoliberalismo a partir de seu interior oferecendo outros modelos de valoração de si.

No primeiro capítulo, vimos como Foucault caracterizou as lutas da sua atualidade, marcadas pela multiplicidade não totalizável de estratégias, atores e horizontes. São lutas locais e transversais, ancoradas em formas ou reivindicações bem definidas de posição subjetiva. Frequentemente, elas não expressam um projeto comum. Ademais, devidamente ajustadas e saneadas de seus elementos turbulentos, não são incompatíveis com os dispositivos de normalização. Diante desse quadro, seria ainda possível um horizonte de lutas, capaz de por a experiência do comum? Esta questão se revela agora como o verdadeiro fundo da presente pesquisa. Sabemos que a resposta requer uma outra pesquisa, mas não poderíamos deixar de levantar a questão, uma vez que, por um lado, o percurso que fizemos revelou a atualidade e a pertinência desta e, por outro lado, o debate em torno da efetividade das lutas múltiplas e não totalizáveis permanece aberto, como mostra essa colocação do geógrafo marxista David Harvey em um debate com Michael Hardt e Antonio Negri acerca das lutas que visam formas alternativas ao capitalismo:

Hardt e Negri desconsideram o argumento de Slavoj Žižek, para quem a ideia de classe possui algo de muito mais fundamental do que todas as outras formas de identidade com relação à perpetuação do capitalismo [...] Não importa quão importante possam ter sido as identidades de raça, gênero e sexual na história do desenvolvimento do capitalismo, não importa quão importantes são as lutas em seu nome, é possível vislumbrar a perpetuação do capitalismo sem elas – algo que é impossível no caso da classe.⁵⁵⁶

Tendo em vista nossa exposição, podemos afirmar que o argumento de Harvey não considera que não se trata, no neoliberalismo, somente de reprodução do capital, mas de produção de subjetividade. Ou, nos termos da crítica à economia política neoliberal de Hardt e Negri, tal produção constitui-se, mais e mais, como o núcleo produtor de valor, ou seja, os próprios modos de subjetivação tornaram-se elementos fundamentais de captura pelo capital.⁵⁵⁷ Lembremos que no regime neoliberal, a economia molda não apenas o sistema de produção, mas também quer determinar as

⁵⁵⁶ HARVEY, D. In: HARVEY, D.; HARDT, M.; NEGRI, A. *Commonwealth: An Exchange*. ARTFORUM, 48: 3, 2009. Disponível em <https://www.artforum.com/print/200909/david-harvey-michael-hardt-and-antonio-negri-24011>.

⁵⁵⁷ HARDT, M ; NEGRI, A. In : Ibid.

condições de tudo que é reconhecido como conduta racional do indivíduo no campo social, a saber, a ação do indivíduo possessivo e maximizador do próprio valor-capital.

Como vimos, a forma atual, securitária, da condução das condutas se parece menos com o pastorado teleologicamente orientado do que com a gestão social estratégica por meio de uma ciência da normalização. O neoliberalismo é uma governamentalidade que aceita a diferença, ou melhor, que incita a diferença e os processos diferenciais. Não há, para ele, a possibilidade de uma liberação pois, nos seus termos, todos já são livres: a gestão securitária opera sobre o real, sobre aquilo que os indivíduos desejam e fazem, sobre o que efetivamente intentam fazer. Assim, o horizonte de lutas é, desde já, aberto e em ato. Se as experiências e os desejos dos indivíduos e grupos são capturados e monetizados em processos de acumulação de capital, é também verdade que essa riqueza subjetiva e material não é produzida pelo capital; ela é, por assim dizer, organizada e capturada pelos dispositivos securitários. Decerto, os dispositivos de poder constituem sujeitos. O dispositivo securitário, por sua vez, aparece tanto como elemento de captura e manutenção da formação social capitalista quanto como produtor de liberdade e subjetividade. Cabe pensar em certa astúcia da liberdade, esta que, para Foucault, produz o ser. No fundo, a ontologia crítica de nós mesmos foucaultiana não é outra coisa senão os múltiplos enervamentos do ser da luta por entre os dispositivos de produção e de captura de subjetividade no contexto do neoliberalismo. A ação política para Foucault são os muitos modos de subjetivação.

Ora, não por acaso, importantes interpretações dos dispositivos de segurança em Foucault, tais como as de Lemke e a de Sennelart, se dão sob o signo da multiplicidade. É fato que essas leituras se sustentam nos textos do filósofo francês. Porém, essa constatação não abole a questão de fundo que levantamos há pouco. Afinal, se o diagnóstico de Foucault é extremamente atual, cabe ainda perguntar se a estratégia crítica do filósofo pode dar conta das formas neoliberais de dominação. Será que de fato a multiplicidade retira do horizonte a possibilidade de uma luta comum suportada pela visão da totalidade? O pensamento atual em torno do comum, seja como projeto de construção de um modo de produção alternativo ao capitalismo, seja como princípio

político e nova razão política que deve substituir o neoliberalismo,⁵⁵⁸ põe como questão fundamental a prática instituinte de formas democráticas de mando que superem a forma do Estado nacional. Como uma multiplicidade de sujeitos pode exercer o poder constituinte sem recair na unidade de um soberano, ou seja, como se pode pensar a relação entre as lutas e a instituição? Retornamos, portanto, à crítica de Foucault ao poder soberano e às teorias do Estado.

⁵⁵⁸ Cf. Negri, A. “O comum como modo de produção”. Trad. Mario Antunes Marino. In: SANTIAGO, H.; TIBLE, J.; TELLES, V. (org.) *Negri no trópico 23°26'14''*. São Paulo: Autonomia Literária, Editora da Cidade e N-1 Edições, pp. 225-237. Cf. DARDOT, P.; LAVAL, C. *Comum*. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2017, pp 435-441.

Bibliografia

Obras de Michel Foucault

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008 [L'Archeologie du savoir. Paris: Gallimard, 1969].

_____. *A ordem do discurso*. Trad. Laura F. de Almeida Sampaio. 5ª ed. São Paulo: Loyola, 1999. [L'ordre du discours. Paris: Gallimard, 1971].

_____. *A hermenêutica do sujeito. Curso dado no Collège de France (1981-1982)*. Trad. Salma T. Muchail e Márcio Alves da Fonseca. São Paulo: Martins Fontes, 2010 [L'hermeneutique du sujet: Cours au Collège de France (1981-1982). Paris: Hautes Études, Gallimard, Seuil, 2001].

_____. *A sociedade punitiva*. Trad. Ivone C. Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2015. [La société punitive. Cours au Collège de France (1972-1973). Paris: Hautes Études, Gallimard, Seuil, 2013].

_____. *As palavras e as coisas*. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2002. [Les mots et les choses: Une archéologie des sciences humaines, Paris: Gallimard, 2005].

_____. *Dits et écrits (1954-1988)*, 2 volumes. Paris: Gallimard, 2001.

_____. *Du gouvernement des vivants. Cours au Collège de France (1979-1980)*. Paris: Hautes Études, Gallimard, Seuil, 2012.

_____. *Em defesa da sociedade*. Trad. Maria E. Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005 [“Il faut défendre la société”: Cours au Collège de France (1975-1976). Paris: Hautes Études, Gallimard, Seuil, 1997].

_____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Trad. Maria T. da C. Albuquerque e J. A. G. Albuquerque, Rio de Janeiro: Graal, 1988 [Histoire de la sexualité I: la volonté de savoir, Paris: Gallimard, 1976].

_____. *Microfísica do poder*. MACHADO, R. (org.). São Paulo: Graal, 2012.

_____. *Le pouvoir psychiatrique. Cours au Collège de France (1973-1974)*. Paris: Hautes Études, Gallimard, Seuil, 2003.

_____. *L'origine de l'herméneutique de soi*. FRUCHARD, H-P., LORENZINI, D. (org.). Paris: Vrin, 2013.

_____. *Nascimento da biopolítica*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008 [Naissance de la biopolitique: Cours au Collège de France (1978-1979). Paris: Hautes Études, Gallimard, Seuil, 2004].

_____. *Qu'est-ce que la Critique? (suivi de la culture de soi)*. FRUCHARD, H-P., LORENZINI, D. (org.). Paris: Vrin, 2015.

_____. *Segurança, Território, População*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008 [*Sécurité, territoire, population: Cours au Collège de France (1977- 1978)*. Paris: Hautes Études, Gallimard, Seuil, 2004].

Obras de outros autores

ADVERSE, H. *Para uma Crítica da Razão Política: Foucault e a Governamentalidade*. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

ARTIÈRES, P.; POTTE-BONNEVILLE, M. *D'après Foucault: gestes, luttres, programmes*. Paris: Éditions Points, 2012.

BAZZICALUPO, L. “Produção de segurança e incerteza de critérios”. In: AVELINO, N.; VACCARO, S. (org.). *Governamentalidade / Segurança*. São Paulo: Intermeios; Brasília: CAPES, 2014.

BECKER, G. *The Economic approach of human behavior*. Chicago: University Press, 1976.

BIGO, D. “Security. A field Left Fallow”. In: DILLON, M. NEAL, A. (ed.). *Foucault on Politics, Security and War*. New York: Palgrave, 2008.

BONNAFOUS-BOUCHER, M. *Le libéralisme dans la pensée de Michel Foucault*. Paris: L’Harmattan, 2001.

BOURDIEU, P. “Une libre pensée”. In: ERIBON, D. *Michel Foucault*. Paris: Flammarion, 2011.

BROCKLING, U. KRASMANN, S. *Governmentality: Current Issues and future challenges*. New York: Routledge, 2011.

BUTLER, J. *What is Critique? An Essay on Foucault’s virtue*. Disponível em: <http://eipcp.net/transversal/0806/butler/en>.

CASTEL, R. “From dangerousness to risk”. In: BURCHELL, G., GORDON, C. (ed.). *The Foucault effect: studies in governmentality*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

CASTRO, E. *Vocabulário de Foucault – Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

_____. *Lecturas Foucaulteanas*. Buenos Aires: UNIPE, 2016.

DONZELOT, J. *Police des Familles*. Paris: Minuit, 1977.

_____. *L’invention du social*. Paris : Fayard, 1984.

DARDOT P., LAVAL, C. *La nouvelle raison du monde. Essai sur la société néolibérale*. Paris: La découverte, 2009-2010.

DARDOT P., LAVAL, C. *A nova razão do mundo. Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

- DARDOT, P.; LAVAL, C. *Comum. Ensaio sobre a revolução no século XXI*. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2017.
- DEAN, M. *Governmentality: Power and Rule in Modern Society*. London: Sage, 2010.
- _____. DEAN, M. "Risk, Calculable and Incalculable". In: *Soziale Welt*, n. 49, 1998.
- DEKENS, O. *Qu'est-ce que les Lumières? de Foucault*. Paris, Bréal, 2004.
- DELEUZE, G. *Foucault*. Trad. Claudia Martins. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- _____. "Désir e plaisir". In: *Magazine Littéraire*, n° 325 (octobre 1994), p. 59–65.
- DREYFUS, H. RABINOW, P. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Trad. Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- ELDEN, S. "From Infrastructure to governmentality". In: _____, *Foucault's last decade*. Cambridge: Polity Press, 2016.
- ERIBON, D. *Michel Foucault*. Paris: Flammarion, 2011.
- EWALD, F. *L'état providence*. Paris: Seuil, 1986.
- FEHER, M. "Self-Appreciation; or, the Aspirations of Human Capital". In: *Public Culture*, 21:1, 2009.
- FONSECA, M. A. *Michel Foucault e o direito*. São Paulo: Saraiva, 2012.
- _____. "Para pensar o público e o privado: Foucault e o tema das artes de governar". In: RAGO, M.; VEIGA NETO, A. (org.). *Figuras de Foucault*. BH: Autêntica, 2006, p. 155-164.
- _____. "Entre a vida governada e o governo de si". In: SOUZA FILHO, A.; MUNIZ DE ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. (org.). *Cartografias de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- GEFFROY, L. "Bonheur, richesse, tranquillité. Les transformations de l'État social". In: MEYET, S. NAVES, M-C. RIBEMONT, T. (dir.). *Travailler avec Foucault. Retours sur la politique*. Paris: L'Harmattan, 2005.
- GORDON, C. "Governmental rationality: an introduction". In: BURCHELL, G., GORDON, C. (ed.). *The Foucault effect: Op. Cit.*, 1991.
- _____. "Governamentalidade e a genealogia da política". Trad. Marta Kohl de Oliveira. In: *Educação Pesquisa São Paulo*, v. 39, n. 4, p. 1049-1065, out./dez. 2013.
- GORDON, C. "Tradução: the soul of the citizen: Max Weber and Michel Foucault on Rationality of Government". Trad. Fabiana Jardim. Versão de trabalho para o Seminário Internacional Max Weber e Michel Foucault: possíveis convergências, São Paulo, 20 de maio de 2013.
- GROS, F. "Foucault et la leçon kantienne des Lumières". In: *Revue Lumières*, n° 8, 2006.

_____. *Michel Foucault*. Paris, PUF, 1996.

_____. *Le principe sécurité*. Paris : Gallimard, 2012.

HABERMAS, J. “Taking aim at the heart of the present”. In: David Couzens Hoy (Ed.). *Foucault: A Critical Reader*. Oxford: Blackwell, 1986.

HANNAH, M. “Foucault’s ‘German Moment’: Genealogy of a Disjuncture. In: *Foucault Studies*, nº 13, pp. 116-137, 2012.

HARCOURT, B. *The Illusion of Free Markets*. Cambridge (MA): Harvard University Press, 2012.

HARVEY, D. *A Brief history of Neoliberalism*. New York: Oxford University Press, 2005.

HARVEY, D.; HARDT, M.; NEGRI, A. *Commonwealth: An Exchange*. ARTFORUM, 48: 3, 2009. Disponível em <https://www.artforum.com/print/200909/david-harvey-michael-hardt-and-antonio-negri-24011>.

HAYEK, F. *O caminho da servidão*. Trad: Anna Maria Capovilla, José Ítalo Stelle e Liane de Moraes Ribeiro. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

HAYEK, F. *Freedom and Economic System*. Chicago: The University of Chicago Press, 1012.

HAYEK, F. *The Constitution of Liberty*. HAMOWY, R. (ed.). Chicago: The University of Chicago Press, 1960.

KELLY, M. G. *The Political philosophy of Michel Foucault*. New York: Routledge, 2009.

LAGASNERIE, G. *La dernière leçon de Michel Foucault. Sur le néolibéralisme, la théorie et la politique*. Paris: Fayard, 2012.

LEBARON, F. “De la critique de l’économie à l’action syndicale”. In: ERIBON, D. (org.). *L’infréquentable Foucault*. Paris: EPEL, 2001.

LEPAGE, H. *Demain le capitalisme*. Paris : Ed. Le Livre de Poche, 1978.

LEMKE, T. *Foucault, governamentalidade e crítica*. Trad: Mario Antunes Marino e Eduardo Altheman Camargo Santos. São Paulo: Politeia, 2017.

_____. “‘Marx sans Guillemets’. Foucault, gouvernementalité et la critique do néolibéralisme”. In: *Actuel Marx*, nº 36, 2004/2, pp. 13 a 26.

_____. “The Risk of security”. In: Lemm & Vatter (org.) *The government of life*. New York: Fordham University Press, 2014.

_____. “Foucault, Politics and Failure. A critical review of Studies of Governmentality”. In: NILSSON, J. WALLENSTEIN, S–O. (ed.). *Foucault, biopolitics and governmentality*. Södertörn: Södertörn University Press, 2013.

LEMM, V. VATTER, M. (org.). *The government of life: Foucault, biopolitics, and neoliberalism*. New York: Fordham University Press, 2014.

MACHADO, R. *Ciência e Saber. A Trajetória da Arqueologia de Foucault*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

MACHEREY, P. "Pour une histoire naturelle des normes". In: *Michel Foucault Philosophe*. Rencontre internationale Paris, 9, 10, 11 janvier 1988. Paris: Seuil, 1989.

MARTENS, S. "Le Concept de biopolitique chez Foucault: entre la souveraineté et la gouvernementalité". In: KIEFER, A.; RISS, D. (dir.). *La biopolitique autre-atlantique après Foucault*. Paris: L'Harmattan, 2012.

MEYET, S. "La trajectoire d'un texte: La 'gouvernementalité'". In: MEYET, S.; NAVES, M.; RIBEMONT, T. (dir.). *Travailler avec Foucault. Retours sur la politique*. Paris: L'Harmattan, 2005.

MUCHAIL, S. T. "Sobre o conceito de genealogia em Michel Foucault". In: *Revista do Curso de Filosofia da PUCPR*. Ano XIII, número 12 – jan–jul 2001, p. 7-12.

_____. *Foucault, o mestre do cuidado. Textos sobre a hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Loyola, 2011.

_____. *Foucault, simplesmente*. São Paulo: São Paulo: Loyola, 2004.

PASQUINO, P. "Criminology: the birth of a special knowledge". In: *The Foucault Effect*. Op. cit.

POSTER, M. *Foucault, Marxism and history*. Cambridge: Polity Press, 1984.

POTTE-BONNEVILLE, M. *Michel Foucault, l'inquiétude de l'histoire*. Paris: PUF, 2004.

PROCACCI, G. *Gouverner la misère. La question sociale en France, 1789-1848*. Paris: Seuil, 1993.

_____. "Social Economy and the Government of Poverty". In: *The Foucault Effect*. Op. cit.

QUESNAY, F. "*Despotisme de la Chine*". In: *Oeuvres économiques complètes et autres textes François Quesnay*. Paris: INED, 2005.

_____. *François Quesnay: economia*. KUNTZ, R. (org.). São Paulo: Editora Ática, 1984.

SANTIAGO, H.; TIBLE, J.; TELLES, V. (org.) *Negri no trópico 23°26'14''*. São Paulo: Autonomia Literária, Editora da Cidade e N-1 Edições, 2017.

SANTOS, Eduardo A. C. "A economia do poder e o poder da economia. Neoliberalismo e governamentalidade em Foucault". Dissertação de mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 2013.

SENEILLART, M. "A crítica da razão governamental em Michel Foucault". Trad. Maria das Graças de Souza do Nascimento. In: *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 7(1-2): 1-14, out. 1995.

SENELLART, M. “État moderne et sécurité: une perspective historique”. In: *Cosmopolis*. Pérugia, v. III, n.2, 2008.

_____. “La population comme signe du bon gouvernement”. In: CHARRAK, A. SALEM, J. (dir.). *Rousseau et la philosophie*. Paris: Publications de la Sorbonne, 2004.

_____. *Les Arts de Gouverner*. Paris: Seuil, 1995.

_____. “Machiavelli Facing the Challenge of Gouvernamentalité”. In: *Foucault Studies*, n° 16, Sep. 2013, pp. 104-15.

_____. “Michel Foucault: ‘gouvernamentalité’ et raison d’État”. In: *La pensée politique: situations de la démocratie*. Paris: Seuil-Gallimard, mai 1993.

_____. “Situation du cours”. In: FOUCAULT, M. *Du gouvernement des vivants: cours au Collège de France (1979-1980)*.

_____. “La question du État de droit chez Foucault”. In: J. Guilhaumou, J-L. Fournel (ed). *Libertés et libéralismes*. Lyon: ENS Éditions, 2012.

SMART, B. *Foucault, Marxism and critique*. London: Routledge, 1983 e 1987.

SMITH, A. *Wealth of Nations*. Oxford: Clarendon Press, 1979.

SPECTOR, C. “Foucault, les Lumières et l’histoire: l’émergence de la société civil”. In: *Lumières*, n° 8, 2s/2006.

STIVAL, M. *Política e moral em Foucault. Entre a crítica e o nominalismo*. São Paulo: Loyola, 2015.

TAYLAN, F. “Discipline/sécurité”. In: *Michel Foucault: un héritage critique*. Paris: CNRS Éditions, 2014.

TERREL, J. *Politiques de Foucault*. Paris: PUF, 2010.